



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 033 - SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 29/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
- Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁵⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁷⁾ Ana Rita ⁽²⁸⁾ Aníbal Diniz ⁽²³⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ⁽³⁷⁾	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁶⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(5,35) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Flexa Ribeiro ^(5,35) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁶⁾
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR ⁽¹⁹⁾	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 01/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42330
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 29/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
- Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PRB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
- Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
- Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
- Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.

EXPEDIENTE		
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 7, de 2012.	07875
2 – ATA DA 43ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE MARÇO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que <i>altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para tornar obrigatória a instalação de dispositivo de fixação de assentos infantis nos automóveis e camionetas em circulação no País.</i>	07877
Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2012-Complementar, de autoria do Senador Lauro Antonio, que <i>altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural.</i>	07878
Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, que <i>obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário.</i>	07880
2.2.2 – Comunicações	
Do Senador Luiz Henrique, informando a impossibilidade de viajar à República Tcheca, objeto do Requerimento nº 55, de 2012. (Ofício nº 33/2012)	07880
Da Liderança do PR no Senado Federal, de indicação dos Senadores Alfredo Nascimento e Vicentinho Alves para exercerem a Vice-Liderança do Partido no Senado Federal. (Ofício nº 11/2012) ...	07880
Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de aprovação do Requerimento nº 8, de 2012-CI, para a criação da Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás	
Distribuição Acre; Eletrobrás Distribuição Alagoas; Eletrobrás Distribuição Piauí; Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima; e, Eletrobrás Amazonas Energia. (Ofício nº 30/2012) ...	07881
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 180, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em 10 de setembro próximo, para comemoração do Dia do Administrador.	07881
Nº 181, de 2012, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011. Deferido.	07881
Nº 182, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010.	07881
Nº 183, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011.	07881
Nº 184, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011.	07881
Nº 185, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012.	07882
Nº 186, de 2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012.	07882
Nº 187, de 2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011– Complementar.	07882
Nº 188, de 2012, de autoria do Senador Raulo de Rodrigues, solicitando voto de congratulações aos Srs. Ubiratan Cazetta, André Casagrande Raupp, Felício de Araújo Pontes Júnior, Tiago Modesto Rabelo, Ivan Cláudio Marx, Andrei Borges de Mendonça e Sérgio Gardenghi Suiama.	07882

Nº 189, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações à Ministra-Chefe da Casa Civil.....	07883	jetos de Lei da Câmara nºs 97, 99 e 140, de 2010; 31 e 50, de 2011.....	07909
Nº 190, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações à Ministra-Chefe da Casa Civil.....	07883	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2012.....	07909
Nº 191, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República.....	07884	2.2.6 – Pareceres	
Nº 192, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa.....	07884	Nº 201, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011.	07910
Nº 193, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao ex-Deputado Estadual Gláucio Bentes Gonçalves.....	07885	Nº 202, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011,.....	07918
Nº 194, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Moacir Andrade.....	07885	Nºs 203 e 204, de 2012, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011.	07930
Nº 195, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	07886	Nºs 205 e 206, de 2012, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006.....	07945
Nº 196, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações à Secretaria Nacional de Aviação.	07887	Nºs 207 e 208, de 2012, das Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010.....	07964
Nº 197, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	07888	Nº 209, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011.....	07973
2.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados		2.2.7 – Comunicações da Presidência	
Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2012 (nº 221/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)</i>	07890	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 1/2012-CRA) ..	07985
Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2012 (nº 354/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010</i>	07903	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 28/2012-CCJ) ..	07985
2.2.5 – Comunicações da Presidência		Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 152, de 2011, e 203, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 45 e 46/2012-CAS) ..	07985
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 78 e 79, de 2012, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição.	07909	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, e o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 29 e 30/2012-CAE) ..	07986
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Pro-		2.2.8 – Discursos do Expediente	
		SENADORA MARTA SUPLICY – Registro da primeira audiência pública para discutir mudanças no Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS); e outro assunto.	07986

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Temor de um desastre ambiental decorrente de vazamentos de petróleo no Campo de Frade, no Rio de Janeiro... 07988

SENADORA *ANA RITA* – Destaque à solenidade do Plano Estadual de Desenvolvimento do Cooperativismo, no Estado do Espírito Santo; e outros assuntos. 07990

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Solidariedade à mobilização dos policiais federais, analistas tributários da Receita Federal e policiais rodoviários federais que pleiteiam a “Indenização de Fronteira” junto ao Governo Federal.... 07991

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Reflexões sobre a questão ambiental, destacando a comemoração do Dia Mundial da Floresta, ontem, e do Dia Mundial da Água, hoje..... 07994

SENADOR *EUNÍCIO OLIVEIRA* – Satisfação com o nível dos trabalhos desenvolvidos, nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010..... 07997

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Comentários sobre a reportagem do programa “Fantástico” do último domingo, sobre um esquema de fraudes em licitações para a rede pública de saúde; e outro assunto. 07998

SENADOR *PAULO DAVIM*, como Líder – Alerta para a escassez de recursos hídricos e prejuízos causados pelo desperdício de água..... 08002

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Registro de medidas adotadas pelo Governo Federal em favor da educação infantil do País..... 08003

SENADORA *LÍDICE DA MATA*, como Líder – Anúncio da assinatura de convênios do Governo Federal com o Governo do Estado da Bahia para a construção de sistemas coletivos de abastecimento de água em municípios atingidos pela seca. 08005

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Considerações sobre a necessidade de se estabelecer um plano sustentável para a manutenção do Aquífero Guarani..... 08006

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Comentários acerca do artigo intitulado “Maximização versus Otimização”, de Leonardo Boff..... 08007

SENADOR *JAYME CAMPOS* – Registro da necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para o incentivo às práticas desportivas e à alimentação adequada como forma de impedir o avanço de doenças crônicas. 08008

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discursos

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Indignação com a edição do Decreto nº 7.703, de 2012, da Presidente Dilma Rousseff. 08012

2.4.2 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *susta a aplicação do Decreto nº 7.703, de 20 de março de 2012, que dispõe sobre o período de vacância de cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres–ANTT*..... 08014

2.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Homenagem pelo transcurso, no dia 24 do corrente, dos 46 anos de fundação do PMDB..... 08016

SENADOR *MAGNO MALTA*, como Líder – Satisfação com a postura assumida ontem pela Câmara dos Deputados a respeito da votação da Lei da Copa. 08018

SENADOR *PEDRO SIMON* – Sugestões para a comissão especial que discutirá o novo pacto federativo brasileiro; e outros assuntos. 08021

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* como Líder – Registro dos fatos ocorridos durante o VI Fórum Mundial da Água, em Marselha, França; e outros assuntos. 08024

SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Transcrição de pronunciamento de S. Ex^a que trata da pressão da crise econômica internacional sobre a economia nacional; e outro assunto..... 08027

SENADOR *JORGE VIANA* – Reflexão sobre o transcurso, hoje, do Dia Mundial da Água; e outros assuntos. 08028

SENADORA *LÚCIA VÂNIA*, como Líder – Análise da conjuntura econômica brasileira. 08031

SENADOR *BENEDITO DE LIRA* – Satisfação com os trabalhos desenvolvidos pela Braskem, empresa com atuação no setor químico e petroquímico; e outros assuntos. 08033

2.4.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, dia 23 de abril próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Universidade de Brasília – UnB..... 08035

2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Cobrança de maior fiscalização dos órgãos governamentais encarregados de monitorar o uso de agrotóxicos..... 08035

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Registro da participação de S.Ex^a no VI Fórum Mundial da Água. 08037

2.4.6 – Mensagens da Presidente da República

Nº 23, de 2012 (nº 90/2012, na origem), solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 20, de 2012..... 08043

Nº 24, de 2012 (nº 91/2012, na origem), solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 21, de 2012..... 08047

2.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Preocupação com a impunidade no Brasil..... 08051

2.4.8 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, dia 16 de abril próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Índio..... 08053

2.4.9 – Discursos (continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ – Relato de audiência pública que debateu o projeto de resolução que cria novas regras para o ICMS; e outros assuntos..... 08054

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Considerações acerca do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que cria novas regras para o ICMS..... 08055

2.4.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do recebimento da publicação do Ministério do Meio Ambiente sobre o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) para o ano de 2012..... 08058

2.5 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 553**, de 21 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2011, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de março de 2012.

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 43ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de março de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª Marta Suplicy, dos Srs. João Ribeiro e Jayme Campos,
e das Srªs Ana Amélia e Lúcia Vânia*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às
19 horas e 55 minutos.)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

43ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 22/3/2012 07:00:00 até 22/3/2012 20:31:12

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	

PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PR	SE	LAURO ANTONIO	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 69 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2012

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a instalação de dispositivo de fixação de assentos infantis nos automóveis e camionetas em circulação no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 105.

VIII – em automóveis e camionetas, dispositivo para fixação de assentos infantis no banco traseiro (ISOFIX ou similar).

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor setecentos e trinta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Desde setembro de 2010, o uso de dispositivos de retenção para transporte de crianças – “bebê-conforto”, cadeirinha e assento de elevação, conforme a idade – passou a ser obrigatório em todos os automóveis particulares de passageiros.

A obrigatoriedade do dispositivo de retenção é uma determinação da Resolução nº 277, de 28 de maio de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que visa a estabelecer condições mínimas de segurança para o transporte de crianças em veículos.

A simples existência do dispositivo de retenção, entretanto, não é suficiente para garantir o transporte seguro da criança, sendo fundamental que a cadeirinha seja colocada de forma correta e eficaz. E quem transporta criança pequena conhece a dificuldade e o trabalho que dá instalar a cadeirinha utilizando o cinto de segurança do carro.

Com o objetivo de evitar os riscos advindos de um dispositivo mal instalado, propomos que os automóveis e camionetas passem a ter como equipamento obrigatório o dispositivo para a fixação de assentos infantis

(“bebê-conforto” ou cadeirinha) no veículo, conhecido como ISOFIX, ou similar.

O Isofix é um sistema constituído por pontos de fixação presos à estrutura do veículo e a pontos correspondentes no sistema de retenção para crianças, e por um dispositivo que permite limitar a rotação do assento infantil. O Isofix prescinde da utilização do cinto de segurança e permite colocação rápida, prática e mais segura da cadeirinha no banco de trás. Ademais, conta com indicadores visuais que confirmam se a cadeira está instalada corretamente, minimizando os riscos de erros na instalação. Há sistemas similares ao Isofix conhecidos por outros nomes, dependendo do país – LATCH (**Lower Anchors and Tethers for Children**), nos EUA; e LUAS (**Lower Universal Anchorage System**), no Canadá, por exemplo.

O Isofix é item de série em alguns carros vendidos no Brasil, em geral importados, e há informações de que o sistema acaba de se tornar obrigatório na Argentina. Sendo o Brasil exportador de veículos, a obrigatoriedade para esses equipamentos deverá ser estabelecida com brevidade para que nossos automóveis sejam adequados à legislação do país vizinho.

Em vista dos argumentos expostos, dirijo-me aos nobres Pares para solicitar apoio para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Rodrigo Rollemberg**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO IX Dos Veículos

Seção II Da Segurança dos Veículos

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN:

I – cinto de segurança, conforme regulamentação específica do CONTRAN, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II – para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total supe-

rior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

III – encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN;

IV – (VETADO)

V – dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.

VI – para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

VII – equipamento suplementar de retenção – air bag frontal para o condutor e o passageiro do banco dianteiro. (Incluído pela Lei nº 11.910, de 2009)

§ 1º O CONTRAN disciplinará o uso dos equipamentos obrigatórios dos veículos e determinará suas especificações técnicas.

§ 2º Nenhum veículo poderá transitar com equipamento ou acessório proibido, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas neste Código.

§ 3º Os fabricantes, os importadores, os montadores, os encarregadores de veículos e os revendedores devem comercializar os seus veículos com os equipamentos obrigatórios definidos neste artigo, e com os demais estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 4º O CONTRAN estabelecerá o prazo para o atendimento do disposto neste artigo.

§ 5º A exigência estabelecida no inciso VII do caput deste artigo será progressivamente incorporada aos novos projetos de automóveis e dos veículos deles derivados, fabricados, importados, montados ou encarregados, a partir do 1º (primeiro) ano após a definição pelo Contran das especificações técnicas pertinentes e do respectivo cronograma de implantação e a partir do 5º (quinto) ano, após esta definição, para os demais automóveis zero quilômetro de modelos ou projetos já existentes e veículos deles derivados. (Incluído pela Lei nº 11.910, de 2009)

§ 6º A exigência estabelecida no inciso VII do caput deste artigo não se aplica aos veículos destinados à exportação. (Incluído pela Lei nº 11.910, de 2009)

RESOLUÇÃO N.º 277, DE 28 DE MAIO DE 2008

Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo

de retenção para o transporte de crianças em veículos.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2012 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lista de serviços anexa a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, fica acrescida do seguinte subitem:

“Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

9.04 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas relativos ao turismo rural, inclusive o fornecimento de alimentação, hospedagem, passeios e outros serviços desde que prestados no meio rural.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 8º da Lei Complementar nº 116, de 2003, fica acrescido do seguinte inciso II, renumerando-se o atual inciso II como inciso III:

“Art. 8º

II – serviços referidos no subitem 9.04 da lista anexa, 3% (três por cento);

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal ampara no Título destinado à ordem econômica e financeira a atividade do turismo, ao determinar, no seu art. 180, que a *União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem promover o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.*

O Plano Nacional de Turismo, aprovado por meio da promulgação da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, no intuito de dar efetividade ao comando

constitucional, estabelece como seus objetivos, dentre outros: **(i)** democratizar o acesso ao turismo no País; **(ii)** reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda; **(iii)** estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social; **(iv)** promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura; **(v)** propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; **(vi)** preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais; **(vii)** desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos.

Nesse contexto, é indubitável a necessidade de promoção do desenvolvimento de novos segmentos turísticos, dentre os quais vem despontando, de forma promissora e com incontestável potencial em nosso País, o turismo rural.

A atual Política Nacional de Turismo, entretanto, reserva um tímido espaço a esse segmento, que vem crescendo de forma intensa, nos últimos anos, no Brasil e em todo o mundo. Em diversos Estados brasileiros, multiplicam-se os hotéis-fazendas, as pousadas rurais, as hospedarias coloniais e outros estabelecimentos congêneres.

A prática do turismo rural, no Brasil e em outros países, segundo dados do próprio Ministério do Turismo, vem proporcionando alguns benefícios, tais como:

- diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
- melhoria das condições de vida das famílias rurais;
- interiorização do turismo;
- difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- diversificação da oferta turística;
- diminuição do êxodo rural;
- promoção de intercâmbio cultural;
- conservação dos recursos naturais;
- reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- geração de novas oportunidades de trabalho;
- melhoramento da infraestrutura de transporte, comunicação, saneamento;
- criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- integração do campo com a cidade;
- agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção;
- promoção da imagem e revigoração do interior;
- integração das propriedades rurais e comunidade;
- valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;
- resgate da autoestima do camponês.

Por tudo o que foi exposto, é dever dessa Casa Legislativa apoiar projetos que estimulem o desenvolvimento desse importante segmento econômico, em nosso País, como a presente proposição legislativa.

Nesse sentido, a proposta tem como escopo reduzir a carga tributária incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural, por meio de alteração da Lei Complementar nº 116, de 2003, fixando em 3% (três por cento) a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Por considerarmos ser justa a medida proposta, conclamamos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei complementar ora apresentado.

Sala das Sessões, – Senador **Lauro Antônio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 116,
DE 31 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

“.....
Art. 8º As alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes:

I – **(VETADO)**

II – demais serviços, 5% (cinco por cento).”

“Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

.....
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suíte service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço

(o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2012

Obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O concessionário de veículo automotor que celebrou a venda deverá notificar pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento ou outras formas de comunicação válidas, o proprietário de veículo automotor que tenha sido objeto de **recall** pelo fabricante, importador ou distribuidor do veículo.

Parágrafo único. A referida notificação deverá ser expedida, também, aos órgãos estaduais de trânsito para fins de registro e notificação ao adquirente em caso de transferência de propriedade do veículo automotor.

Art. 2º A notificação não poderá fixar prazo limite para o exercício do direito à solução gratuita do vício objeto do **recall**, sendo direito imprescritível do proprietário do veículo automotor exigir o reparo gratuito do vício objeto do **recall** sempre que o proprietário solicitar qualquer serviço automotivo ao concessionário de veículo automotor integrante da rede autorizada pelo fabricante, ainda que este concessionário não seja o que, efetivamente, procedeu à venda do veículo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O sistema de **recall** é largamente utilizado pelas montadoras de veículos e consiste em uma obrigação legal de zelar pela qualidade e segurança do produto.

Ocorre que muitos proprietários não são informados da existência do **recall**, porque muitas vezes a montadora se limita a divulgar o chamado na mídia, sem se preocupar em notificar pessoalmente o proprietário do veículo.

Assim, o projeto prescreve que o concessionário notifique pessoalmente o proprietário do veículo, por meio de carta com aviso de recebimento.

Outra questão reside no estabelecimento de prazo para que o consumidor encaminhe o veículo ao concessionário para o conserto. Trata-se de medida abusiva, já que a solução do vício apontado pelo **recall** é questão, muitas vezes, afeta à segurança do veículo.

Por isso a segunda solução do projeto. Transformar em direito imprescritível o direito ao serviço gratuito vinculado ao **recall**, e que poderá ser exercido sempre que o proprietário solicitar qualquer serviço a um concessionário pertencente à rede autorizada do fabricante, ainda que tal concessionário não tenha, efetivamente, realizado a venda.

Solicito, assim, o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto, que é de relevante interesse econômico e social.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

OF. GSLHEN nº 33/2012

Brasília, 21 de março de 2012

Senhor Presidente,

Ao renovar os meus cordiais cumprimentos comunico a Vossa Excelência que, devido a problemas de saúde, não poderei participar da viagem à República Tcheca, onde participaria de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros. Esclareço que a referida viagem foi objeto do Requerimento nº 55, de 2012, aprovado em plenário no dia 6 do corrente mês.

Reafirmo, na oportunidade, as expressões de consideração e estima.

Cordialmente, – **Luiz Henrique da Silveira**, Senador da República.

Of. Leg. nº 11/2012 GLPR

Brasília, 22 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os nomes dos Senadores Alfredo Nascimento e Vicentinho Alves para exercerem a vice-liderança do Partido da República no Senado:

Atenciosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Líder do PR.

Ofício nº 30/2011-CI

Brasília, 19 de março de 2012

Assunto: Criação de Subcomissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 8 de março do corrente, foi aprovado o Requerimento nº 8, de 2012 – CI, de autoria do Senador Ivo Cassol, que solicita a criação da Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobras Distribuição Acre; Eletrobras Distribuição Alagoas; Eletrobras Distribuição Piauí; Eletrobras Distribuição Rondônia; Eletrobras Distribuição Roraima; e, Eletrobras Amazonas Energia, Composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores; os problemas; causas; efeitos; e, soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Respeitosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 180, DE 2012

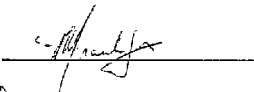
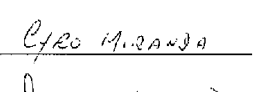
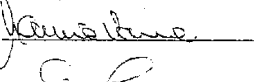
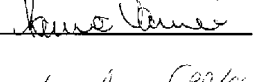
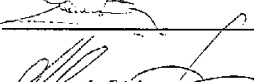
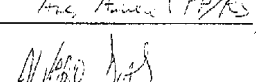
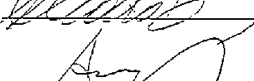
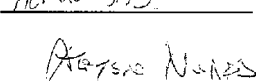
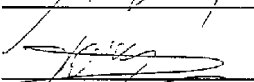
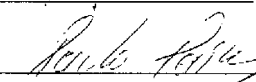


Requeremos, nos termos dos artigos 154, § 5º e 199, § 1º, c/c art. 160, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial para comemoração do Dia do Administrador, a realizar-se no dia 10 de setembro de 2012.

Sala das Sessões,

Senador **CYRO MIRANDA**

Assinatura

Nome do Senador

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2012

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a retirada definitiva do PLS 341 de 2011, que tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sala da Comissão, – Senador **Lúcia Vânia**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2012

Nos termos regimentais, requero que o **Projeto de Lei do Senado nº 245 de 2010**, que “Regula o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências”, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2012

Nos termos regimentais, requero que o **Projeto de Lei do Senado nº 36 de 2011**, que “Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências”, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2012

Nos termos regimentais, requero que o **Projeto de Lei do Senado nº 473 de 2011**, que “Regulamenta o exercício da acupuntura”, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012 que, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.”, seja apreciado, também, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja despachado também para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, que “Dispõe sobre o turismo rural e seu tratamento tributário, previdenciário e trabalhista, altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 5.889, de 8 de junho de 1973”.

Sala das Sessões, – Senador **Acir Gurgacz**.

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja despachado também para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 – Complementar, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para a sanidade animal e vegetal.

Sala das Sessões, – Senador **Acir Gurgacz**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações aos Srs. Ubiratan Cazetta, André Casagrande Raupp, Felício de Araújo Pontes Júnior, Tiago Modesto Rabelo, Ivan Cláudio Marx, Andrei Borges de Mendonça e Sérgio Gardenghi Suiama, Procuradores da República, pelo oferecimento de denúncia contra o coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura – ‘Major Curió’ –, pelo crime de sequestro qualificado contra cinco militantes, capturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia e até hoje desaparecidos.

Justificação

O Procurador Chefe da Procuradoria Geral da República no Pará, Ubiratan Cazetta, conjuntamente com os Procuradores da República elencados nesse requerimento ofertaram denúncia no dia 14 de março na Justiça Federal de Marabá-PA em que pretendem a condenação de Sebastião Curió Rodrigues de Moura por sequestros cometidos durante o período da ditadura militar, conforme o Processo nº 1162-79.2012.4.01.3901.

O Brasil viveu um período de repressão durante a ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985 e incontáveis crimes foram praticados por agentes a serviço do Estado. É de notório conhecimento que o então ‘Major Curió’, um dos mais atuantes e conhecidos agentes da ditadura, combateu à chamada Guerrilha do Araguaia, praticando atos criminosos e também delitos atentatórios aos direitos humanos.

Apesar dos crimes ditos políticos praticados durante o período de 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 terem sido anistiados por intermédio da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, resta ainda um longo caminho a ser percorrido para que se promova a chamada reconciliação nacional, prevista na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

A iniciativa dos procuradores da república vai ao encontro do desejo e do direito da sociedade brasileira ver esclarecidos os crimes praticados pelos agentes do Estado durante o período de exceção que vivemos.

Por essas razões e pela coragem, a iniciativa dos nobres membros do Ministério Público merece receber o reconhecimento e as congratulações dessa Casa do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL/AP.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 189, DE 2012

“Requer à Ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann informações a respeito do das declarações de militares da reserva sobre a Comissão da Verdade e das Comemorações do golpe de 31 de março de 1964.”

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann:

- 1) Que providências estão sendo tomadas pela Casa Civil em relação às declarações de militares da reserva sobre a Comissão da Verdade?
- 2) Sobre o manifesto “Alerta à nação – eles que vem, por aqui não passarão” em que militares criticam a Presidenta da República, quais foram as providências tomadas por este Ministério?
- 3) Há base legal para punir os militares da reserva que estão se insurgindo contra a Presidência da República? Caso a resposta seja positiva, quais são eles e de que forma poderão vir a ser utilizados?
- 4) Com relação ao anúncio de que o dia 31 de março será comemorado pelo Clube Militar, em clara atitude de afronta à determinação da Presidência da República, quais medidas serão tomadas por este Ministério?

Justificação

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da instituição da Comissão da Verdade, bem como a proximidade da data de aniversário do Golpe Militar de 1964, começam a surgir manifestações de insubordinação de militares da reserva em relação à autoridade da Presidenta da República.

Notícias publicadas nos maiores jornais do país informam que centenas de militares da reserva assinaram manifesto em que questionam a autoridade da Presidenta da República e também do Sr. Ministro de Estado da Defesa.

Nota publicada na coluna “Panorama Político” no jornal **O Globo**, assinada pelo jornalista Ilimar Franco, noticia que : “*Como a presidente Dilma proibiu as comemorações oficiais de 31 de março, o Clube Militar*

antecipou a festa para dia 29. Os militares da reserva farão um painel sobre “A Revolução de Março de 1964”. O convite exige traje esporte fino.”

No sítio do Clube Militar na internet é possível encontrar, já na primeira página, o seguinte convite:

“1964 – A verdade

Dia 29 de março, no Salão Nobre da Sede Central, às 15 horas.

Painelistas:

Jornalista Aristóteles Drummond

Dr. Heitor De Paola

Gen. Luiz Eduardo Rocha Paiva

Mediador:

Dr. Ricardo Salles

Traje: Esporte Fino”

Neste momento, em que o Congresso Nacional aprova a Comissão da Verdade e a população anseia por sua instalação para que todos os atos ocorridos no período de ditadura instalado com o golpe militar de 1964 sejam esclarecidos, um ato de insubordinação militar desta magnitude não pode passar despercebido, motivo pelo qual solicitamos as informações acima.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

(Á Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2012

“Requer à Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann informações a respeito da Comissão da Verdade.”

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann

- 1) Por qual motivo a Presidência da República ainda não designou os 7 membros que integrarão a Comissão da Verdade, conforme previsto no Art. 2º da Lei nº 12.528, de 2011.
- 2) Existe uma previsão de quando tais designações ocorrerão?

Justificação

Em 26 de outubro de 2011 o Senado Federal aprovou, após mais de um ano de tramitação no Congresso Nacional, a Lei nº 12.528, que instituiu a Comissão da Verdade.

Esta Comissão, de suma importância para o esclarecimento de crimes praticados por agentes do

Estado no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, tem por objetivo efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Passados seis meses de sua aprovação, no entanto, a Presidência da República ainda não designou os sete membros que a comporão impedindo, desta forma, o início de seus trabalhos.

Notícia publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em 22 de março de 2012 informa que o motivo para as nomeações ainda não terem sido efetivadas é a reação dos militares à Comissão.

Para que se esclareçam os reais motivos da demora na instalação da Comissão da Verdade é que requeremos as informações acima.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 191, DE 2012

“Requer ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho informações a respeito da Comissão da Verdade.”

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho:

- 1) Por qual motivo a Presidência da República ainda não designou os 7 membros que integrarão a Comissão da Verdade, conforme previsto no Art. 2º da Lei nº 12.528 de 2011.
- 2) Existe uma previsão de quando tais designações ocorrerão?

Justificação

Em 26 de outubro de 2011 o Senado Federal aprovou, após mais de um ano de tramitação no Congresso Nacional, a Lei nº 12.528, que instituiu a Comissão da Verdade.

Esta Comissão, de suma importância para o esclarecimento de crimes praticados por agentes do Estado no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, tem por objetivo efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Passados seis meses de sua aprovação, no entanto, a Presidência da República ainda não designou

os sete membros que a comporão impedindo, desta forma, o início de seus trabalhos.

Notícia publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em 22 de março de 2012 informa que o motivo para as nomeações ainda não terem sido efetivadas é a reação dos militares à Comissão.

Para que se esclareçam os reais motivos da demora na instalação da Comissão da Verdade é que requeremos as informações acima.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 192, DE 2012

“Requer ao Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim informações a respeito do das declarações de militares da reserva sobre a Comissão da Verdade e das Comemorações do golpe de 31 de março de 1964”

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim:

- 1) Que providências estão sendo tomadas pelo Ministério da Defesa em relação às declarações de militares da reserva sobre a Comissão da Verdade?
- 2) Sobre o manifesto “Alerta à nação – eles que vem, por aqui não passarão” em que militares criticam a Presidenta da República, quais foram as providências tomadas por este Ministério?
- 3) Há base legal para punir os militares da reserva que estão se insurgindo contra a Presidência da República? Caso a resposta seja positiva, quais são eles e de que forma poderão vir a ser utilizados?
- 4) Com relação ao anúncio de que o dia 31 de março será comemorado pelo Clube Militar, em clara atitude de afronta à determinação da Presidência da República, quais medidas serão tomadas pelo Ministério da Defesa?

Justificação

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da instituição da Comissão da Verdade, bem como a proximidade da data de aniversário do Golpe Militar de 1964, começam a surgir manifestações de insubordinação de militares da reserva em relação à autoridade da Presidenta da República.

Notícias publicadas nos maiores jornais do país informam que centenas de militares da reserva assinaram manifesto em que questionam a autoridade da

Presidenta da República e também do Sr. Ministro de Estado da Defesa.

Nota publicada na coluna “Panorama Político” no jornal **O Globo**, assinada pelo jornalista Ilmar Franco, noticia que : “*Como a presidente Dilma proibiu as comemorações oficiais de 31 de março, o Clube Militar antecipou a festa para dia 29. Os militares da reserva farão um painel sobre “A Revolução de Março de 1964”. O convite exige traje esporte fino.*”

No sítio do Clube Militar na internet é possível encontrar, já na primeira página, o seguinte convite:

“1964 – A verdade

Dia 29 de março, no Salão Nobre da Sede Central, às 15 horas.

Painelistas:

Jornalista Aristóteles Drummond

Dr. Heitor De Paola

Gen. Luiz Eduardo Rocha Paiva

Mediador:

Dr. Ricardo Salles

Traje: Esporte Fino”

Neste momento, em que o Congresso Nacional aprova a Comissão da Verdade e a população anseia por sua instalação para que todos os atos ocorridos no período de ditadura instalado com o golpe militar de 1964 sejam esclarecidos, um ato de insubordinação militar desta magnitude não pode passar despercebido, motivo pelo qual solicitamos as informações acima.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 193, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao ex-Deputado Estadual Gláucio Bentes Gonçalves, que lançou no dia 9 de março p.p. um livro de memória de Parintins e Política do Amazonas. Assim seja o referido Voto encaminhado ao agraciado no seguinte endereço: Rua Ramos Ferreira, nº 488 – Centro, CEP: 69010-120 – Manaus/AM.

Justificação

A noite de sexta-feira, 9 de março último, foi marcada pelo lançamento do livro “Parintins nas minhas

lembranças”, do ex-político Gláucio Bentes Gonçalves. A cerimônia foi realizada no Centro Cultural Palácio da Justiça, Av. Eduardo Ribeiro, Centro, às 19 h. No livro, o autor trata de sua experiência enquanto parintinense e leva ao leitor um pouco da história contemporânea da cidade.

O ex-deputado nasceu na cidade de Parintins, região do Baixo Amazonas. O agraciado é casado com a senhora Walkíria Viana Gonçalves, com que tem sete filhos.

Gláucio Gonçalves dedicou 32 anos de sua vida à carreira política. Exerceu oito mandatos eletivos: dois de vereador, dois de prefeito em Parintins e quatro como deputado estadual; com tal experiência na vida pública, diversas vezes foi questionado, pela família inclusive, sobre o porquê de ainda não ter produzido algo que pudesse registrar sua visão sobre a história parintinense. Hoje, aos 80 anos lança seu primeiro livro. “Enfoco vários assuntos que vivenciei e atinentes à vida dos parintinenses, incluindo naturalmente o homem interiorano, sempre com a intenção de contribuir para melhoria de sua condição de vida”, explicou Gláucio Gonçalves.

Além de deputado estadual, Gláucio Gonçalves chegou a desempenhar outras atividades profissionais, como despachante fazendário; guarda fiscal do Estado; funcionário da Receita Federal de Parintins; conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Parabéns, aos importantes serviços prestados à sociedade amazonense e parabéns pela iniciativa de deixar registrado em um livro a memória da história econômica e política do Amazonas.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Graziotin**.

REQUERIMENTO Nº 194, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao artista plástico Moacir Andrade, por estar completando 80 anos de dedicação do Amazonense à arte, a celebração aconteceu no dia 9 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao referido artista, no seguinte endereço: Rua Comendador Alexandre Amorim, nº 253, Manaus – AM, CEP 69010-300.

Justificação

Obras que expressam a cultura e a vida dos ribeirinhos, frequentes nas produções do escritor, poeta e artista plástico Moacir de Andrade, estão na exposição que celebra os 80 anos de dedicação do amazonense à arte.

A abertura ocorreu no dia 9 de março de 2012 com um coquetel para imprensa e convidados. A partir da segunda-feira dia 12, a galeria foi aberta ao público, horário de visitação das 9h30 às 16h30min. A exposição acontecerá até 31 de março, na unidade do Sesc – Centro. Essa exposição, é uma justa homenagem que o Sesc presta ao autor que no dia 17 de março p.p., completou 85 anos de vida e contribui de forma significativa para a arte do Amazonas.

Moacir Andrade nasceu em Manaus no dia 17 de março de 1927, na Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Com poucos dias de nascido, seus pais, Severino Galdini de Andrade e Jovina Couto de Andrade viajaram para o interior do Amazonas onde o menino viveu a sua primeira infância. Em 1934, Severino viajou para Manaus em busca de melhor educação para seus dois filhos Mozart e Moacir.

Seus quadros, espalhados pelo mundo, encontram-se em casas de amigos, admiradores de suas obras, bem como nos acervos de muitos museus e pinacotecas.

Aproximadamente 30 obras entre pinturas, desenhos, objetos pessoais, barcos, livros, além de um videoarte com as obras do artista estão à disposição do público na galeria. De acordo com o curador da exposição Turenko Beça, a escolha das obras se baseou nas múltiplas faces do artista.

Além da exposição, as obras do artista irão fazer parte de um memorial, que será estruturado pelo Sesc Amazonas, neste ano. Moacir de Andrade tem muitas telas pintadas, escreveu 20 livros e seus trabalhos já foram expostos em pelo menos 70 países.

Moacir Andrade descortinou para a cultura amazonense, os festejos, as lendas, e histórias, entre os igarapés e igapós, o canto dos pássaros e o acalanto das águas.

Sem qualquer dúvida, Moacir de Andrade, é a maior expressão cultural das Belas Artes da Amazônia, do século XX. Seus trabalhos são muito apreciados, pela crítica e pesquisadores, figuram em importantes Coleções Particulares, como em vários Museus públicos e privados, tanto no Brasil como no Exterior.

Parabéns, Moacir Andrade, o mágico das cores da Grande Floresta.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 195, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, informações sobre a produção e beneficiamento da juta brasileira, considerando um cenário no qual sua importação está em alta:

1. Qual é a política do governo federal para essa cultura agrícola?
2. Há uma política agrária para essa cultura, voltada especificamente para o estado do Amazonas?
3. Qual o montante que está previsto até 2014, ano a ano, para ser investido e incentivar o plantio dessa cultura?
4. Qual o montante que está previsto até 2014, ano a ano, para ser investido e incentivar o plantio dessa cultura no estado do Amazonas?
5. Há, atualmente, estudos e pesquisas voltadas para a melhoria da produção de juta no interior do Amazonas?
6. Quais são os projetos vigentes para incentivar o cultivo da juta e o beneficiamento para agregar valor ao produto?

Justificação

A Juta e a Malva no Amazonas são produtos agrícolas de extrema importância para a economia local, pois além de levar o sustento para a mesa de milhares de ribeirinhos do interior do estado, fazem parte também da história deste povo.

Originária da Índia, a fibra era indispensável ao comércio internacional nas décadas de 20 e 30 do século passado, uma vez que era usada nos sacos de café e outras mercadorias, por absorver umidade e preservar seus conteúdos. E com isso, a oportunidade de viabilizar sua plantação em larga escala era vislumbrada, porque poucos países a produziam para sustentar a da época e o possível crescimento.

Seu início em terras caboclas remonta ainda ao início do século passado quando diversos imigrantes começaram a se instalar na região amazônica para produzir e trabalhar nessa terra. Nesse sentido, a fibra chegou ao Estado trazida do continente asiático por imigrantes japoneses, por volta de 1920, e começou a ser plantada nas áreas alagáveis da floresta no município de Parintins, local onde os imigrantes formaram uma grande colônia japonesa, que tinham um regime de cheias e secas parecido com o ciclo percebido na região asiática.

Porém, a variedade vegetal não conseguiu se adaptar tão bem a região em razão do clima equato-

rial e a produção da juta era sempre menor do que o esperado nas condições climática percebidas na Ásia. Desta forma, os colonos japoneses começaram a trabalhar na adaptação da planta à localidade e outra variedade da planta começou a ser cultivada somente a partir de 1935, introduzida pelo colono Ryoto Oyama.

Com a ascensão da juta no interior do Amazonas, o Brasil deixou de importar a fibra da Índia. Na metade da década de 1930, o cultivo de juta representou mais de 35% da economia amazonense, empregando mais de 50 mil famílias.

O cultivo de malva e juta foi, e continua sendo, muito representativo no Amazonas, e, sendo a juta uma das principais culturas economicamente viáveis no período da estagnação econômica da região amazônica no período pós-ciclo da borracha. E, por isso, a juta começou a se espalhar por diversos municípios amazonenses como Manacapuru, Anamã, Beruri, Iranduba, Itacoatiara dentre outros.

E isso trouxe renda e desenvolvimento para diversos municípios, dentre eles Parintins que hoje é o berço da cultura popular do estado do Amazonas cresceu e se desenvolveu com os resultados do cultivo da juta e malva, assim como outras localidades onde diversos ribeirinhos tiram o seu sustento e de sua família do plantio da juta.

No entanto, apesar de toda a sua importância para a economia local, em razão de todo o contexto que a envolve, na criação de emprego e renda de diversos ribeirinhos, além da relevância dela para a fixação populacional no interior do estado, a falta de política pública adequada para incentivar a produção e o estudo e pesquisa a fim de melhorar a produção em escala, acarretaram na fragilidade do plantio dessa cultura, sempre suscetível a qualquer mudança climática e falta de maior competitividade frente ao mercado internacional.

Hoje, no cenário mundial o Amazonas caiu muito em sua importância e quantidade de produção de juta, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no último dia 26, os produtores amazonenses do produto colheram apenas 907 toneladas da fibra em 2010. E isso representa uma produção de aproximadamente 10 mil toneladas ano, ou seja, mais de 90% da produção nacional que atinge médias de 14 mil toneladas. Todavia, a título de comparação, somente o estado do Amazonas no seu auge da produção agrícola, chegou a produzir mais de 90 mil toneladas.

Mesmo assim, isso representa em média, segundo dados dos indicadores da Produção Agrícola Municipal do IBGE, que cada hectare de área plantada correspondeu, no ano de 2010, a 1.286 quilos do de

juta, totalizando rendimentos de R\$ 1,042 milhão no período, renda esta demasiadamente importante para os ribeirinhos da região.

E nesse contexto global onde o Brasil está inserido, a juta nacional tornou-se pouco competitiva, em razão de diversos fatores, como a pouca preocupação do governo brasileiro em incentivar a produção em escala de forma a agregar maior valor a produção e ao produto final a ser colocado no mercado.

Com isso, a juta produzida na Índia, Bangladesh, começou a invadir o mercado consumidor nacional a partir do final de 2011, em razão do produto chegar em terras brasileiras, em média, com valores 10% menores dos que os aqui praticados.

Nesse cenário, diversas fábricas já demitiram quase a metade de seus funcionários e diversos ribeirinhos tem sua produção cada vez mais desvalorizada, pois além de não ter estruturas eficientes para escoar a sua produção vê ainda os seus estoques aumentarem pela falta de pedidos da indústria de sacarias, o valor atual está entre R\$ 1,70 a 1,80 por quilo, quando no ano que se passou o valor no mesmo período estava em R\$ 1,90.

Portanto, em razão da importância dessa cultura para a região e para o Brasil, devem-se apontar caminhos mais claros para o crescimento da produção local, com incentivo à pesquisa e estudo da planta a fim de maximizar a produção em terras já cultivadas, além de criar mecanismos econômicos para desacelerar a importação da juta indiana, beneficiando assim a produção local.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 196, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas da Secretaria Nacional de Aviação as seguintes informações sobre denúncias de superfaturamento de itens utilizados nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Manaus/AM, dentro do cronograma de ampliação dos aeroportos brasileiros em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

1. Qual é valor total da obra de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes? Houve alterações nos valores globais? Quais, quando e quanto?
2. Quanto já foi investido nas obras de ampliação? E quanto ainda será investido?
3. Quais foram os valores de mercado apurados e apresentados em processo licitatório para compra de aço para a construção do aeroporto? E qual

foi o critério utilizado para a escolha da empresa fornecedora em questão?

4. Quais os critérios, dentre aqueles previsto em lei federal, utilizados para a escolha das empresas fornecedoras de produtos utilizados nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional?

Justificação

Com a proximidade cada vez maior de um dos mais importantes eventos sediados na capital amazense, qual seja a Copa do Mundo de 2014 os temas relativos à preparação das cidades sede no que concerne à infraestrutura de portos, aeroportos, transporte público dentre outras estruturas necessárias para adequação da cidade às exigências da FIFA para a realização deste tipo de evento, tornam-se cruciais para garantir as cidades previamente escolhidas como sede do evento.

Todavia, como se sabe, as obras de infraestrutura além de serem muito complexas e, por consequência, demandarem vultosos investimentos, mobilização de um grande número de trabalhadores, planejamento de um plano de ação bem elaborado para a execução do mesmo de forma mais eficiente possível, além de estar subordinado a procedimentos legais que demandam grande espaço temporal para serem concluídos em razão da complexidade de órgãos e agentes públicos envolvidos.

Nesse sentido, o tempo exíguo para o devido cumprimento do planejamento para as reformas e construções das estruturas necessárias, preocupa as principais autoridades públicas envolvidas na questão, uma vez que a cidade deve estar pronta para receber o evento antes do mês de junho de 2014.

E, por isso, qualquer atraso que possa ocorrer no início das obras traz certo temor de que não haja tempo necessário para terminá-las antes do evento de 2014, o que ocasionaria um caos no sistema aéreo amazense, pois um evento deste porte envolve um grande número de voos, tendo em vista a estrutura necessária para a sua realização, além deste ser o meio de transporte predominante para saída para outras regiões do país.

Não se pode esquecer ainda que a cidade e o estado como um todo ao ser confirmado como sede de um evento internacional deste porte acaba por atrair um maior contingente de turistas tanto internacionais como do próprio país e de outras localidades da região norte, incrementando assim o crescimento da demanda de consumidores que chegam ao estado pela via aérea.

No entanto, apesar de todas essas preocupações e urgências, o governo federal em conjunto com o es-

tado do Amazonas iniciaram às obras de ampliação do aeroporto em novembro de 2011, com um atraso de mais de um ano do início que estava previsto para julho de 2010, que em razão da burocracia e dos trâmites legais envolvidos só pôde começar no ano seguinte conforme relatado.

Nesses termos, foi recentemente publicado nos meios de comunicação do estado do Amazonas que o Tribunal de Contas da União – TCU, em auditoria realizada no final do ano passado constatou um superfaturamento que alcança um montante de R\$ 35 milhões quando somados todo o volume de aço necessário para a conclusão da obra, tanto em relação ao quantitativo a ser usado, como no preço unitário do produto.

Sendo assim, de acordo com os termos expostos, fica clara a necessidade de demonstrar a discriminação dos gastos a serem realizados nas obras de ampliação do aeroporto internacional, além de esclarecer os termos expostos pela imprensa que podem prejudicar a imagem de um evento de tamanha importância tanto para o governo brasileiro como para a população em geral que têm uma chance ímpar de mais uma vez mostrar o valor, a capacidade de organização, o seu desenvolvimento social e econômico e, por consequência, a relevância no cenário internacional da nação brasileira.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 197, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, informações sobre a produção e beneficiamento da juta brasileira, considerando um cenário no qual sua importação está em alta:

1. Há planejamento do governo federal para viabilizar a produção e industrialização, seja através de políticas econômicas ou de incentivos, com o objetivo de possibilitar ao produtor nacional de competir em qualidade e quantidade com a importação da juta indiana e assim preservar a indústria nacional?
2. Existe algum planejamento desse Ministério para evitar a queda na Indústria nacional de Juta?
3. Quais providências imediatas esse Ministério vem adotando para retomar a competitividade da indústria nacional de juta?

Justificação

A Juta e a Malva no Amazonas são produtos agrícolas de extrema importância para a economia local, pois além de levar o sustento para a mesa de milhares de ribeirinhos do interior do estado, fazem parte também da história deste povo.

Originária da Índia, a fibra era indispensável ao comércio internacional nas décadas de 20 e 30 do século passado, uma vez que era usada nos sacos de café e outras mercadorias, por absorver umidade e preservar seus conteúdos. E com isso, a oportunidade de viabilizar sua plantação em larga escala era vislumbrada, porque poucos países a produziam para sustentar a da época e o possível crescimento.

Seu início em terras caboclas remonta ainda ao início do século passado quando diversos imigrantes começaram a se instalar na região amazônica para produzir e trabalhar nessa terra. Nesse sentido, a fibra chegou ao Estado trazida do continente asiático por imigrantes japoneses, por volta de 1920, e começou a ser plantada nas áreas alagáveis da floresta no município de Parintins, local onde os imigrantes formaram uma grande colônia japonesa, que tinham um regime de cheias e secas parecido com o ciclo percebido na região asiática.

Porém, a variedade vegetal não conseguiu se adaptar tão bem a região em razão do clima equatorial e a produção da juta era sempre menor do que o esperado nas condições climática percebidas na Ásia. Desta forma, os colonos japoneses começaram a trabalhar na adaptação da planta à localidade e outra variedade da planta começou a ser cultivada somente a partir de 1935, introduzida pelo colono Ryoto Oyama.

Com a ascensão da juta no interior do Amazonas, o Brasil deixou de importar a fibra da Índia. Na metade da década de 1930, o cultivo de juta representou mais de 35% da economia amazonense, empregando mais de 50 mil famílias.

O cultivo de malva e juta foi, e continua sendo, muito representativo no Amazonas, e, sendo a juta uma das principais culturas economicamente viáveis no período da estagnação econômica da região amazônica no período pós-ciclo da borracha. E, por isso, a juta começou a se espalhar por diversos municípios amazonenses como Manacapuru, Anamá, Beruri, Iranduba, Itacoatiara dentre outros.

E isso trouxe renda e desenvolvimento para diversos municípios, dentre eles Parintins que hoje é o berço da cultura popular do estado do Amazonas cresceu e se desenvolveu com os resultados do cultivo da juta e malva, assim como outras localidades onde diversos ribeirinhos tiram o seu sustento e de sua família do plantio da juta.

No entanto, apesar de toda a sua importância para a economia local, em razão de todo o contexto que a envolve, na criação de emprego e renda de diversos ribeirinhos, além da relevância dela para a fixação populacional no interior do estado, a falta de política pública adequada para incentivar a produção e o estudo e pesquisa a fim de melhorar a produção em escala, acarretaram na fragilidade do plantio dessa cultura, sempre suscetível a qualquer mudança climática e falta de maior competitividade frente ao mercado internacional.

Hoje, no cenário mundial o Amazonas caiu muito em sua importância e quantidade de produção de juta, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no último dia 26, os produtores amazonenses do produto colheram apenas 907 toneladas da fibra em 2010. E isso representa uma produção de aproximadamente 10 mil toneladas ano, ou seja, mais de 90% da produção nacional que atinge médias de 14 mil toneladas. Todavia, a título de comparação, somente o estado do Amazonas no seu auge da produção agrícola, chegou a produzir mais de 90 mil toneladas.

Mesmo assim, isso representa em média, segundo dados dos indicadores da Produção Agrícola Municipal do IBGE, que cada hectare de área plantada correspondeu, no ano de 2010, a 1.286 quilos do de juta, totalizando rendimentos de R\$ 1,042 milhão no período, renda esta demasiadamente importante para os ribeirinhos da região.

E nesse contexto global onde o Brasil está inserido, a juta nacional tornou-se pouco competitiva, em razão de diversos fatores, como a pouca preocupação do governo brasileiro em incentivar a produção em escala de forma a agregar maior valor a produção e ao produto final a ser colocado no mercado.

Com isso, a juta produzida na Índia, Bangladesh, começou a invadir o mercado consumidor nacional a partir do final de 2011, em razão do produto chegar em terras brasileiras, em média, com valores 10% menores dos que os aqui praticados.

Nesse cenário, diversas fábricas já demitiram quase a metade de seus funcionários e diversos ribeirinhos tem sua produção cada vez mais desvalorizada, pois além de não ter estruturas eficientes para escoar a sua produção vê ainda os seus estoques aumentarem pela falta de pedidos da indústria de sacarias, o valor atual está entre R\$ 1,70 a 1,80 por quilo, quando no ano que se passou o valor no mesmo período estava em R\$ 1,90.

Portanto, em razão da importância dessa cultura para a região e para o Brasil, devem-se apontar caminhos mais claros para o crescimento da produção

local, com incentivo à pesquisa e estudo da planta a fim de maximizar a produção em terras já cultivadas, além de criar mecanismos econômicos para desacelerar a importação da juta indiana, beneficiando assim a produção local.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2012 (nº 221/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) constante das Resoluções nºs 417, de 1987, e 596, de 2009, de sua Junta Governativa.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Convenção e emendas, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TABELA 1

Artigo VIII	Artigo VIII
<p>Texto Original:</p> <p>(e) Qualquer proposta de modificação da presente Convenção, oriunda de um membro, de um governador ou dos Diretores-Executivos, será comunicada ao presidente da Junta Governativa, o qual a submeterá à consideração da mesma. Se a emenda proposta for aprovada pela Junta, o Banco, por meio de carta ou telegrama circular perguntará a todos os membros se aceitam a emenda proposta. Assim que três quintos dos membros, com quatro quintos do total dos votos possíveis, aceitarem a emenda proposta, o Banco dará conhecimento desse fato por meio de uma comunicação oficial dirigida a todos os membros.</p>	<p>Texto Emendado:</p> <p>(a) Qualquer proposta de modificação da presente Convenção, oriunda de um membro, de um governador ou dos Diretores-Executivos, será comunicada ao presidente da Junta Governativa, o qual a submeterá à consideração da mesma. Se a emenda proposta for aprovada pela Junta, o Banco, por meio de carta ou telegrama circular perguntará a todos os membros se aceitam a emenda proposta. Assim que três quintos dos membros, com oitenta e cinco por cento do total dos votos possíveis, aceitarem a emenda proposta, o Banco dará conhecimento desse fato por meio de uma comunicação oficial dirigida a todos os membros.</p>

TABELA 2

Artigo V – Seção 3 – Votação	Artigo V – Seção 3 – Votação
<p>Texto Original:</p> <p>(a) Cada membro terá duzentos e cinquenta votos mais um voto adicional por cada ação em seu poder.</p>	<p>Texto Emendado:</p> <p>(a) O poder de voto de cada membro deverá ser igual à soma de seus votos básicos e acionários.</p> <p>i. Os votos básicos de cada membro deverão ser o número de votos que resulta da igual distribuição, entre todos os membros, de 5,55 % da soma agregada do poder de voto de todos os membros, considerando que não deverão existir votos básicos fracionados</p> <p>ii. Os votos acionários de cada membro deverão ser o número de votos que resulta da alocação de um voto para cada ação do capital em seu poder.</p>



IBRD Article VIII

Amendments

(a) Any proposal to introduce modifications in this Agreement, whether emanating from a member, a governor or the Executive Directors, shall be communicated to the Chairman of the Board of Governors who shall bring the proposal before the Board. If the proposed amendment is approved by the Board the Bank shall, by circular letter or telegram, ask all members whether they accept the proposed amendment. When three-fifths of the members, having eighty-five percent (1) of the total voting power, have accepted the proposed amendments, the Bank shall certify the fact by formal communication addressed to all members.

(b) Notwithstanding (a) above, acceptance by all members is required in the case of any amendment modifying:

(i) the right to withdraw from the Bank provided in Article VI, Section 1;

(ii) the right secured by Article II, Section 3 (c);

(iii) the limitation on liability provided in Article II, Section 6.

(c) Amendments shall enter into force for all members three months after the date of the formal communication unless a shorter period is specified in the circular letter or telegram.

Artigo VIII do BIRD

Emendas

(a) Qualquer proposta de modificação da presente Convenção, oriunda de um membro, de um governador ou dos Diretores-Executivos, será comunicada ao presidente da Junta Governativa, o qual a submeterá à consideração da mesma. Se a emenda proposta for aprovada pela Junta, o Banco, por meio de carta ou telegrama circular perguntará a todos os membros se aceitam a emenda proposta. Assim que três quintos dos membros, com oitenta e cinco por cento do total dos votos possíveis, aceitarem a emenda proposta, o Banco dará conhecimento desse fato por meio de uma comunicação oficial dirigida a todos os membros.

(b) Não obstante o parágrafo (a) supracitado, será necessária a aceitação de todos os membros no caso de qualquer emenda que modificar

(i) o direito de demissão do Banco estabelecido no Artigo VI, Seção 1;

(ii) o direito assegurado pelo Artigo II, Seção 3 (c);

(iii) a limitação da responsabilidade estabelecida no Artigo II, Seção 6.

(c) As emendas entrarão em vigor para todos os membros três meses depois da data da comunicação oficial, a não ser que se indique na carta ou telegrama circular um período mais curto.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT**Board of Governors****Resolution No. 596****Enhancing Voice and Participation of Developing and Transition Countries**

WHEREAS the Joint Ministerial Committee of the Boards of Governors of the Bank and the Fund on the Transfer of Real Resources to Developing Countries (the Development Committee) reviewed, at its October 2008 meeting, proposals from the Executive Directors of the Bank for a first step of reforms to enhance the voice and participation of developing countries and countries in transition in the World Bank Group, and has called for prompt action to implement these reforms;

WHEREAS the Report of the Executive Directors sets forth the actions needed by the Board of Governors for approval of the proposals; and

WHEREAS the Executive Directors have requested the Board of Governors to vote on the following Resolution without meeting, pursuant to Section 12 of the By-Laws of the Bank;

NOW THEREFORE, the Board of Governors, noting the recommendations and the said Report of the Executive Directors, hereby resolves as set forth below.

(A) Increase in Basic Votes. The Board of Governors hereby resolves that:

1. Article V, Section 3 (a) of the Articles of Agreement of the Bank shall be amended to read as follows:

Section 3. *Voting*

“(a) The voting power of each member shall be equal to the sum of its basic votes and share votes.

(i) The basic votes of each member shall be the number of votes that results from the equal distribution among all members of 5.55 percent of the aggregate sum of the voting power of all the members, provided that there shall be no fractional basic votes.

(ii) The share votes of each member shall be the number of votes that results from the allocation of one vote for each share of stock held.”

2. The amendment above shall enter into force for all members as of the date three months after the Bank certifies, by formal communication addressed to all members, that three-fifths of the members, having 85% of the total voting power, have accepted the amendment.

(B) Allocation of Shares. The Board of Governors hereby resolves that, pursuant to Article II, Section 3 (b) of the Articles of Agreement of the Bank, the Bank is hereby authorized to accept additional subscriptions to shares of its capital stock upon the following conditions:

1. Each of the members of the Bank listed below may subscribe up to the maximum number of shares of stock of the Bank set forth opposite its name:

<i>Member Country</i>	<i>Maximum Number of Shares</i>
Argentina	269
Brazil	708
China	1,036
India	1,036
Indonesia	185
Iran, Islamic Republic of	434
Korea, Republic of	209
Kuwait	136
Mexico	294
Nigeria	119
Poland	69
Russian Federation	1,036
Saudi Arabia	1,036
South Africa	142
Ukraine	69
Venezuela, Republica Bolivariana de	339

2. Each subscription authorized pursuant to paragraph 1 above shall be on the following terms and conditions:

- (a) The subscription price per share shall be par;
- (b) No member may subscribe to any shares until the amendment in Part A of this Resolution shall have entered into force; and
- (c) A member may subscribe within six months after such amendment shall have entered into force, or until such later time as the Executive Directors may determine, up to one year after such entry into force.

3. The Bank shall call the 2% and 18% portions of subscriptions made pursuant to this Resolution only when required to meet obligations of the Bank for funds borrowed or on loans guaranteed by it, and not for use by the Bank in its lending activities or for administrative expenses.

4. Prior to subscribing to the shares in the Bank authorized under paragraph 1 above, a member authorized to make additional subscriptions to the International Development Association under replenishment resolutions of the Association's Board of Governors prior to the Association's Fifteen Replenishment shall have completed such additional subscriptions; provided that this requirement shall not apply to additional subscriptions of members who were Contributing Members under any of such replenishment resolutions.

5. Before any subscription shall be accepted by the Bank, the following actions shall have been taken: (i) the member shall have taken all action necessary to authorize such subscription and shall furnish to the Bank such information thereon as the Bank may request, and (ii) the member shall have made the payments provided for in paragraph 4 above.

6. After the subscription deadline set pursuant to paragraph 2 (c) above, shares authorized for subscription pursuant to paragraph 1 above that have not been subscribed shall become part of the Bank's authorized and unallocated capital stock.

(C) Increase in Elected Executive Directors. The Board of Governors hereby resolves that, in order for the Bank's member countries in Sub-Saharan Africa to be represented by three Executive Directors:

1. In accordance with Article V, Section 4 (b) of the Articles of Agreement of the Bank, the number of elected Executive Directors shall be increased to twenty (20) for the Regular Election of Executive Directors in 2010.

2. If the Executive Directors, having been so requested by such member countries, consider earlier action appropriate, the Executive Directors shall transmit to the Board of Governors for approval a mechanism to add an Executive Director for the interim period ending October 31, 2010.

(Adopted on January 30, 2009)

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Junta Governativa

Resolução Nº 596

Aumento da Voz e Participação dos Países em Desenvolvimento e em Transição

CONSIDERANDO que o Comitê Ministerial Conjunto das Juntas Governativas do Banco e do Fundo sobre Transferência de Recursos Reais para os Países em Desenvolvimento (o Comitê de Desenvolvimento) revisou, no seu Encontro de Outubro de 2008, propostas dos Diretores Executivos do Banco para uma primeira etapa de reformas para aumentar a voz e participação dos países em desenvolvimento e países em transição no Grupo Banco Mundial, e demandou uma pronta ação para implementar essas reformas;

CONSIDERANDO que o Relatório dos Diretores Executivos estabelece as ações necessárias pela Junta Governativa para aprovação das propostas; e

CONSIDERANDO que os Diretores Executivos solicitaram à Junta Governativa votar a seguinte Resolução sem reunião, nos termos da seção 12 do Estatuto do Banco;

ASSIM É QUE, a Junta Governativa, tomando nota das recomendações e dito Relatório dos Diretores Executivos, por meio desta resolve conforme descrito abaixo.

(A) Aumento dos Votos Básicos. A Junta Governativa por meio desta estabelece que:

1. Artigo V, Seção 3 (a) da Convenção do Banco deverá ser emendado para ser lido como segue:

Seção 3. Votação

(a) O poder de voto de cada membro deverá ser igual à soma de seus votos básicos e acionários.

- i. Os votos básicos de cada membro deverão ser o número de votos que resulta da igual distribuição, entre todos os membros, de 5,55% da soma agregada do poder de voto de todos os membros, considerando que não deverão existir votos básicos fracionados
- ii. Os votos acionários de cada membro deverão ser o número de votos que resulta da alocação de um voto para cada ação do capital em seu poder.

2. A emenda acima deverá entrar em vigor para todos os membros na data de três meses após o Banco certificar, por comunicação formal endereçada a todos os membros, que 3/5 dos membros, detendo 85% do poder de voto total, tenham aceitado a emenda.

(B) Alocação de Ações. A Junta Governativa por meio desta resolve que, nos termos do Artigo II, Seção 3 (b) da Convenção do Banco, o Banco está, por meio desta, autorizado a aceitar subscrições adicionais de ações do seu capital autorizado mediante as seguintes condições:

1. Cada um dos membros do Banco listados abaixo podem subscrever até o número máximo de ações do Banco estabelecido na coluna oposta a seu nome:

<i>País Membro</i>	<i>Número Máximo de Ações</i>
Argentina	269
Brasil	708
China	1.036
Índia	1.036
Indonésia	185
República Islâmica do Irã	434
República da Coreia	209
Kuwait	136
México	294
Nigéria	119
Polônia	69
Federação Russa	1.036
Arábia Saudita	1.036
África do Sul	142
Ucrânia	69
República Bolivariana da Venezuela	339

2. Cada subscrição autorizada nos termos do parágrafo 1 acima deve se dar nos seguintes termos e condições:

- (a) O custo da subscrição por ação deverá ser nominal;
- (b) Nenhum membro poderá subscrever qualquer ação até que a emenda na Parte A desta Resolução tenha entrado em vigor; e
- (c) Um membro pode subscrever em até seis meses após a emenda ter entrado em vigor, ou até prazo posterior por determinação dos Diretores Executivos, até um ano após a entrada em vigor.

3. O Banco exigirá as parcelas de 2% e 18% das subscrições nos termos desta Resolução, somente quando necessário para cumprir com obrigações do Banco para fundos tomados emprestados ou para empréstimos garantidos por ele, e não para uso pelo Banco em suas atividades de empréstimo ou para despesas administrativas.

4. Antes da subscrição das ações do Banco autorizadas sob o parágrafo 1 acima, um membro autorizado a fazer subscrições adicionais para a Associação Internacional de Desenvolvimento sob as resoluções de recomposição da Junta Governativa da Associação anteriores à 15ª Recomposição da Associação deverá ter completado tais subscrições adicionais; desde que este requisito não seja aplicado a subscrições adicionais dos membros que foram Membros Contribuintes sob quaisquer destas resoluções de recomposição.

5. Antes que qualquer subscrição seja aceita pelo Banco, as seguintes ações deverão ter sido tomadas: (i) o membro deverá ter tomado todas as ações necessárias para autorizar esta subscrição e deverá fornecer ao Banco tal informação se o Banco solicitar, e (ii) o membro deverá ter efetuado os pagamentos previstos no parágrafo 4 acima.

6. Depois do prazo das subscrições estabelecido nos termos do parágrafo 2 (c) acima, ações autorizadas para subscrição nos termos do parágrafo 1 acima que não tenham sido subscritas deverão se tornar parte do capital existente autorizado e não alocado do Banco.

- (C) Aumento do número dos Diretores Executivos Eleitos. A Junta Governativa resolve por meio desta que, para que os países membros da África Sub-Saariana sejam representados por três Diretores Executivos:

1. De acordo com o Artigo V, Seção 4 (b) da Convenção do Banco, o número dos Diretores Executivos eleitos será aumentado a vinte (20) para a Eleição Regular dos Diretores Executivos em 2010.
2. Se os Diretores Executivos, tendo sido solicitados por estes países membros, julgarem apropriada uma ação antecipada, os Diretores Executivos deverão transmitir à Junta Governativa para aprovação um mecanismo para adicionar um Diretor Executivo para o período interino que se encerra em 31 de Outubro de 2010.

(Adotada em 30 de Janeiro de 2009)

Resolution No. 417

Amendment to the Articles of Agreement of the Bank

WHEREAS the Executive Directors, in their report dated February 24, 1987, have recommended that Article VIII(a) of the Articles of Agreement of the Bank be amended as set forth below;

WHEREAS the Chairman of the Board of Governors has requested the Secretary of the Bank to bring the proposal of the Executive Directors before the Board of Governors;

NOW THEREFORE the Board of Governors resolves that:

1. Article VIII(a) of the Articles of Agreement of the Bank is amended by deleting "four-fifths" in the last sentence thereof and substituting "eighty-five percent" therefor.
2. The said amendment shall enter into force for all members as of the date three months after the Bank certifies, by formal communication addressed to all members, that three-fifths of the members, having four-fifths of the total voting power, have accepted the amendment.

(Adopted June 30, 1987)

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Resolução nº 417

Emenda à Convenção do Banco

CONSIDERANDO que a Diretoria Executiva, em seu relatório datado de 24 de fevereiro de 1987, recomendou que o Artigo VIII (a) da Convenção do Banco fosse alterado conforme descrito abaixo;

CONSIDERANDO que o Presidente da Junta Governativa solicitou ao Secretário do Banco que submetesse a proposta da Diretoria Executiva perante a Junta Governativa;

ASSIM É QUE a Junta Governativa resolve:

1. Artigo VIII (a) da Convenção do Banco seja alterado pela supressão da expressão "quatro quintos" na última frase e sua substituição pela expressão "oitenta e cinco por cento".

2. A referida emenda deverá entrar em vigor para todos os membros na data de três meses após o Banco certificar, por comunicação formal endereçada a todos os membros, que três quintos dos membros, detendo quatro quintos do poder de voto total, tenham aceitado a alteração.


(Adotada em 30 de junho de 1987)

Mensagem nº 705, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e das Relações Exteriores, interino, os textos de emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Brasília, 21 de dezembro de 2010.



EM Interministerial nº 15/2010 - MF/MRE

Brasília, 4 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Junta Governativa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) aprovou alterações no texto da Convenção do organismo em três ocasiões: 1965, 1987 e 2009. A primeira emenda, adotada em 25 de agosto de 1965 por meio da Resolução nº 221, tornou-se efetiva em 17 de dezembro daquele ano e foi integrada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 369, de 21 de dezembro de 2007 e Decreto nº 6376, de 19 de fevereiro de 2008. A segunda e terceira modificações, no entanto, ainda carecem de aprovação pelo Congresso Nacional.

2. A primeira emenda à Convenção do BIRD somente recebeu aprovação parlamentar quarenta e dois anos após ter sido editada a Resolução nº 221/1965. Essa circunstância ocorreu devido a anterior entendimento do Departamento Jurídico do Banco Central do Brasil, expresso pelo parecer SUMOC/DEJUR nº 227 de 1964, que considerava o procedimento desnecessário. Posteriormente, o próprio DEJUR e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em diversas oportunidades, emitiram novos pareceres, julgando a aprovação do Congresso imprescindível nas emendas aos estatutos dos Organismos Internacionais. Dado o novo entendimento, a matéria foi então submetida ao Poder Legislativo muito tempo depois da edição da Resolução.

3. A segunda alteração na Convenção do Banco foi adotada em 30 de junho de 1987 pela Resolução nº 417 da Junta Governativa e se tornou efetiva em 16 de fevereiro de 1989. Essa emenda, em razão do mencionado Parecer SUMOC, não foi submetida ao Congresso Nacional naquela ocasião. Permanece, portanto, pendente de aprovação do Poder Legislativo.

4. A terceira modificação, adotada em 30 de janeiro de 2009 pela Resolução nº 596 da Junta Governativa, ainda não se tornou efetiva por não ter sido aprovada, tal como prevê o estatuto do BIRD, por três quintos dos membros, com 85% do poder de voto total na Instituição. Atualmente, mais de três quintos dos países, contando com mais de 50% dos votos, já se manifestaram favoravelmente à emenda. Para o Brasil aprová-la, é necessário obter aceitação do Legislativo. Nesse sentido, o Ministério da Fazenda e o Ministério das Relações Exteriores apresentam esta Exposição de Motivos com o objetivo de incorporar a segunda e terceira emendas à Convenção do BIRD à legislação nacional.

Segunda Emenda

5. A emenda 417/1987, acima referida, introduziu a seguinte alteração no texto da Convenção:

VIDE TABELA 1 NO CAMPO ANEXOS

6. Essa mudança foi proposta com o intuito de aumentar o número de votos necessários para modificar a Convenção e, dessa forma, dar maior legitimidade às medidas.

7. Como informado anteriormente, essa emenda já produz efeitos desde 1989 no plano internacional, uma vez que obteve a aceitação necessária dos países membros do BIRD. No plano interno, no entanto, a efetiva alteração da Convenção do Banco depende da aprovação do Congresso Nacional.

Terceira Emenda

8. A terceira emenda, de que trata a Resolução nº 596/2009 da Junta Governativa, introduziu a seguinte mudança ao texto da Convenção:

VIDE TABELA 2 NO CAMPO ANEXOS

9. Essa modificação visa a promover o aumento dos votos básicos dos países membros. Tal medida é resultado de um amplo processo de discussão sobre a reforma do Grupo Banco Mundial (o BIRD inclusive), cujo objetivo é aumentar a voz e participação dos países em desenvolvimento no organismo.

10. O poder de voto de cada membro do BIRD é composto por: (i) votos básicos, que são não-onerosos e distribuídos igualmente entre todos os países (250 antes da reforma proposta); e (ii) votos acionários que dependem da posição econômica relativa de cada país e são proporcionais ao montante de capital subscrito junto àquela instituição.

11. O aumento de votos básicos e sua fixação em 5,55% do poder de voto total, conforme determina a Resolução, beneficia os países em desenvolvimento como conjunto por serem maioria entre os membros (totalizam 159 dentre os 185 integrantes).

12. Ressalte-se que o aumento da voz e participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisão pelas instituições financeiras internacionais é uma demanda histórica desses países, e pela qual o Brasil vem defendendo há muito tempo. Por conseguinte, o País endossou o aumento dos votos básicos no BIRD, que, ao final, recebeu amplo apoio dos membros do Banco Mundial, tendo a respectiva Resolução alcançado 98,40% de votos favoráveis.

13. Recorde-se, ainda, que, na Cúpula de Londres, os Líderes do G-20 comprometeram-se a implementar as reformas do Banco Mundial acordadas em 2008, entre as quais está o aumento dos votos básicos de seus membros. Ao mesmo tempo comprometeram-se a buscar consenso em torno de uma segunda fase de reformas a serem acordadas até abril de 2010. Diante de tais compromissos, o tratamento expedito da emenda à Convenção do BIRD pelo Poder Legislativo reforçaria a posição brasileira de alcançar resultados mais ambiciosos na segunda fase de reforma, em benefício dos países emergentes e em desenvolvimento.

14. Entendemos que as emendas aprovadas pelo BIRD em 1987 e no início de 2009 necessitam ainda percorrer o caminho legal de aprovação parlamentar descrito neste documento.

15. Assim sendo, encaminhamos à consideração de Vossa Excelência os textos de modificação à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, versões originais em inglês e traduções para o português em anexo, a serem levados à apreciação do Congresso Nacional, de acordo com o que reza o Artigo 49, Inciso I, da Constituição Federal.

Após a tramitação do assunto nas Casas do Poder Legislativo e vigência das emendas no plano internacional, o País poderá, então, ratificar as emendas em apreço por meio de Decreto Presidencial.

Apresentamos a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega, Antonio de Aguiar Patriota

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL Nº 15,
DE 4 DE MARÇO DE 2010.**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de o Congresso Nacional aprovar, por meio de Decreto Legislativo, as propostas de emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), aprovadas pelas Resoluções nº 417/1987 e nº 596/2009 da Junta Governativa do BIRD, que, tratam, respectivamente, do aumento do número de votos necessários para alterar a Convenção daquele Organismo Internacional e do aumento dos votos básicos dos países membros do organismo com o intuito de ampliar a voz e participação dos países em desenvolvimento.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

O Congresso Nacional aprovar, por meio de Decreto Legislativo, as emendas ao Convênio Constitutivo do BIRD, conforme proposto na Exposição de Motivos e exigido pelo art. 49, I, da Constituição Federal de 1988.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Não há.

4. Custos:

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

A emenda de que trata a Resolução 417/ 1987 da Junta Governativa tornou-se efetiva em 1989 por ter atingido a aprovação necessária por seus membros. O Congresso Nacional, no entanto, ainda não aprovou a emenda. A tramitação com urgência permitiria sanar esta pendência.

No que se refere à emenda aprovada pela Resolução 596/2009, os Líderes do G-20 e os Ministros do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em que o Brasil é representado pelo Presidente da República e o Ministro da Fazenda, respectivamente, urgiram a aprovação da emenda para que o aumento da voz e participação dos países em desenvolvimento no Organismo.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não há

7. Alterações propostas:

Texto Atual	Texto proposto
<p>Artigo V – Seção 3 – Votação</p> <p>(a) Cada membro terá duzentos e cinquenta votos mais um voto adicional por cada ação em seu poder.</p>	<p>Artigo V – Seção 3 – Votação</p> <p>(a) O poder de voto de cada membro deverá ser igual à soma de seus votos básicos e acionários.</p> <p>i. Os votos básicos de cada membro deverão ser o número de votos que resulta da igual distribuição, entre todos os membros, de 5,55 % da soma agregada do poder de voto de todos os membros, considerando que não deverão existir votos básicos fracionados</p> <p>ii. Os votos acionários de cada membro deverão ser o número de votos que resulta da alocação de um voto para cada ação do capital em seu poder.</p>

Artigo VIII (a) Qualquer proposta de modificação da presente Convenção, oriunda de um membro, de um governador ou dos Diretores-Executivos, será comunicada ao presidente da Junta Governativa, o qual a submeterá à consideração da mesma. Se a emenda proposta for aprovada pela Junta, o Banco, por meio de carta ou telegrama circular perguntará a todos os membros se aceitam a emenda proposta. Assim que três quintos dos membros, com quatro quintos do total dos votos possíveis, aceitarem a emenda proposta, o Banco dará conhecimento desse fato por meio de uma comunicação oficial dirigida a todos os membros.	Artigo VIII (a) Qualquer proposta de modificação da presente Convenção, oriunda de um membro, de um governador ou dos Diretores-Executivos, será comunicada ao presidente da Junta Governativa, o qual a submeterá à consideração da mesma. Se a emenda proposta for aprovada pela Junta, o Banco, por meio de carta ou telegrama circular perguntará a todos os membros se aceitam a emenda proposta. Assim que três quintos dos membros, com oitenta e cinco por cento do total dos votos possíveis, aceitarem a emenda proposta, o Banco dará conhecimento desse fato por meio de uma comunicação oficial dirigida a todos os membros.
--	---

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

O Parecer, em anexo, indica a necessidade de que sejam submetidos à consideração do Congresso Nacional os textos das emendas aos estatutos do BIRD.

Observação - A falta ou insuficiência das informações prestadas poderão acarretar, a critério da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, a devolução do projeto de ato normativo para que se complete o exame ou se reformule a proposta.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 79, DE 2012

(Nº 354/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA TURQUIA SOBRE O TRABALHO
REMUNERADO DE DEPENDENTES DE MEMBROS DE MISSÕES
DIPLOMÁTICAS E REPARTIÇÕES CONSULARES**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Turquia
(doravante referidos como "Partes"),

Tendo em vista o estágio particularmente avançado de entendimento entre os dois países;

Com o objetivo de estabelecer novos mecanismos para reforçar as suas relações diplomáticas;

Acordam o seguinte:

Artigo I

1. Os dependentes de funcionários de uma das Partes designados para exercer missão oficial na outra como membros de missão diplomática, repartição consular ou missão permanente do Estado acreditante perante organização internacional sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida serão autorizados a exercer trabalho remunerado no território do Estado acreditado, em conformidade com este Acordo e com base no princípio da reciprocidade.
2. Para fins deste Acordo, "membro de missão diplomática, repartição consular ou missão permanente perante organização internacional" significa qualquer empregado do Estado acreditante que esteja designado para exercer missão oficial no Estado acreditado em missão diplomática, repartição consular ou missão junto a organismo internacional e que não seja nacional do Estado receptor.
3. Para fins deste Acordo, são considerados dependentes:
 - a) cônjuge, de acordo com a legislação do Estado acreditado;
 - b) filhos solteiros menores de 21 anos de idade;
 - c) filhos solteiros menores de 25 anos, matriculados em uma universidade ou instituição de ensino superior reconhecida por cada Estado;
 - d) filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental.

Artigo 2º

1. Antes de ser autorizado a exercer trabalho remunerado no Estado acreditado, a Embaixada do Estado acreditante transmitirá, em nome do dependente, um pedido oficial ao Ministério das Relações Exteriores do Estado receptor.
2. O pedido deve incluir informações que comprovem a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explicação sobre o tipo de trabalho que se propõe a realizar.
3. Após verificar se que a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os procedimentos internos aplicáveis, o Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado deverá informar imediatamente e oficialmente a Embaixada do Estado acreditante de que o dependente está autorizado a exercer trabalho remunerado, de acordo com a legislação pertinente do Estado acreditado.
4. Da mesma forma, a Embaixada do Estado acreditante deve informar o Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado a respeito do término do trabalho remunerado exercido pelo dependente, e deve apresentar um novo pedido caso o dependente decida aceitar um novo emprego.

Artigo 3º

1. A autorização para exercer trabalho remunerado pode ser concedida para as categorias de emprego, conforme acordado pelas Partes, caso a caso, mediante troca de Notas diplomáticas.
2. A autorização para que um dependente exerça trabalho remunerado, em conformidade com este Acordo, não concederá o direito de continuar a trabalhar ou residir no território do Estado acreditado, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.
3. As Partes se reservam o direito de negar autorização para exercer trabalho remunerado, nos termos deste Acordo, por razões de segurança nacional ou no caso de que o emprego postulado seja reservado exclusivamente para os nacionais do Estado acreditado, de acordo com a legislação nacional de cada Parte.

Artigo 4º

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no Estado acreditado em conformidade com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares ou qualquer outro ato internacional aplicável:

- a) tal dependente não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho do referido trabalho remunerado; e
- b) o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renúncia à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

Artigo 5º

1. Os dependentes que exerçam trabalho remunerado estarão sujeitos ao pagamento no território do Estado acreditado de todos os impostos relativos à renda nele auferida em decorrência do desempenho desse trabalho, de acordo com as leis tributárias desse país, e com fonte nesse Estado.
2. Os dependentes que exerçam trabalho remunerado nos termos deste Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

Artigo 6º

Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território do Estado acreditado. A autorização não implicará isenção de quaisquer requisitos legais ou de outra natureza relativos a características pessoais, qualificações profissionais ou outras que o indivíduo em questão deva demonstrar na prática do trabalho remunerado.

Artigo 7º

1. A autorização para o exercício de trabalho remunerado terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente.
2. O término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, sem exceder três meses.
3. Qualquer contrato empregatício de que seja parte o dependente conterá cláusula dando conta de que o contrato cessará quando do término da autorização para o exercício da atividade remunerada.

Artigo 8º

1. Qualquer controvérsia sobre a interpretação ou execução deste Acordo será dirimida entre as Partes por via diplomática.
2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo por negociação direta entre as Partes, por troca de Notas diplomáticas. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto no Artigo 9.

Artigo 9º

Este Acordo entrará em vigor no trigésimo (30) dia após a data da última notificação a respeito do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos.

Artigo 10

Este Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado, até que seja denunciado caso qualquer um dos Estados notifique o outro de sua decisão, por escrito. Nesse caso, este Acordo deixará de ter efeito 90 (noventa) dias após a data de tal notificação.

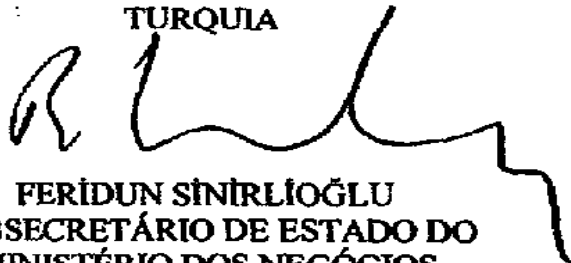
Feito em Ancara, em 21 de outubro de 2010, em duplicata, nos idiomas português, turco e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
SECRETÁRIO-GERAL DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA
TURQUIA



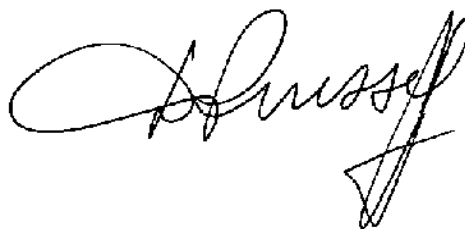
FERİDUN SİNİRLİOĞLU
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DO
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS

Mensagem nº 154, de 2011

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

Brasília, 25 de maio de 2011.



EM No 00093 MRE

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso, o anexo Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010, pelo então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Subsecretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Peridun Sinirlioglu.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de cinquenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. Em vista do que precede, permito-me submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com as cópias autênticas do Acordo, com vistas a seu encaminhamento à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 78 e 79, de 2012**, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010** (nº 3.076/2008, na Casa de origem, do Deputado Vander Loubet), que denomina Ponte Hélio Se-rejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010** (nº 3.298/2008, na Casa de origem, do Deputado Rafael Guerra), que denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010** (nº 1.126/2007, na Casa de origem, do Deputado Gastão Vieira), que altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011** (nº 5.582/2009, na Casa de origem, do Deputado Milton Monti), que denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011** (nº 5.418/2005, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, os **Projetos de Lei da Câmara nºs 97 e 99, de 2010; e 50, de 2011**, aprovados, bem como o **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011**, aprovado com emendas de redação, vão à sanção; e o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010, rejeitado, vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5, de 2012**, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, que altera o art. 4º da Resolução nº 63, de 1997, do Senado Federal, que estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal, para inserir critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 201, DE 2012

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011, do Senador Eduardo Amorim que altera a Lei nº 1.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores.

RELATOR: Senador **BENEDITO DE LIRA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ANTONIO RUSSO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 423, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores* entre seus beneficiários.

A proposição contém apenas um artigo, que inclui entre os beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, citricultores que atendam simultaneamente os requisitos previstos nos incisos II, III e IV do art. 3º da referida Lei, quais sejam:

II - utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Conforme a justificção que acompanha o PLS, o autor argumenta que os pequenos produtores de laranja comercializam parte de

sua produção através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – criado em 2003, cujo volume de aquisição deve aumentar com o Programa Brasil Sem Miséria. Complementa informando que o Estado de Sergipe possui cerca de 7.500 pequenos produtores de laranja.

O PLS será analisado somente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa, e não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso IX do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos às políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais, à agricultura familiar e à segurança alimentar.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 423, de 2011, observa-se que a União é competente para legislar a respeito do tema. Ademais, a matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura em parte correta, pois a matéria nela tratada propõe inovar o ordenamento jurídico e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No que tange à técnica legislativa, destaque-se que falta ao PLS a cláusula de vigência, sendo ainda necessários reparos à redação da alteração proposta na Lei em questão e à ementa.

Não obstante, não apresentamos aqui emendas ao PLS. Ocorre que, com respeito ao mérito, entendemos o Projeto de Lei inoportuno, por duas razões principais. A primeira é que o mencionado art. 3º da Lei nº

11.326, de 2006, impõe que para ser enquadrado como agricultor familiar e empreendedor familiar rural o produtor deve atender, simultaneamente, além dos requisitos já mencionados neste Relatório, ao limite de quatro módulos fiscais de área. Assim, a inclusão do inciso V ao § 2º, nos termos propostos, criaria uma nova condição que conflitaria com a simultaneidade imposta pelo *caput* do artigo, o que configura uma falha de juridicidade da proposição.

Ressaltamos que um dos requisitos para enquadramento legal de um produtor como agricultor familiar e empreendedor familiar rural é justamente o porte de sua exploração. Entendeu o legislador que tal porte deve ser limitado segundo a sua área, que não pode ser superior a 4 módulos fiscais.

Portanto, esta exceção seria inconveniente, pois permitiria que citricultores que não se enquadrariam como agricultores familiares, por não atenderem simultaneamente aos requisitos estabelecidos na Lei, passassem a sê-lo e, assim, pudessem beneficiar-se dos juros mais baixos e melhores condições de pagamento das diversas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A segunda razão é o fato de serem privilegiados no PLS, dentre os demais agricultores, apenas os citricultores. Não obstante estes mereçam atenção destacada do Poder Público, através de programas de apoio ao setor, seria injusto não incluir especificamente na Lei todos os demais grupos de produtores, por exemplo, de outras frutas, de grãos, de hortaliças, ou pequenos criadores.

Cumprе ressaltar que, além dos requisitos do *caput* do art. 3º, o § 2º dispõe que são também beneficiários da Lei os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores artesanais. Mas a disposição específica de tais categorias de produtores na Lei deve-se ao fato de que não são agricultores, no sentido estrito do conceito. Citricultores, por sua vez, são agricultores e já estão contemplados no *caput*. De fato, o próprio autor da proposição nos lembra que a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84% da mandioca, 67% do feijão; 54% do leite; 49% do milho, 40% de aves e ovos e 58% de suínos. Contraditoriamente, tais produtores não recebem o mesmo tratamento na proposição.

A citricultura nacional vislumbra tempos melhores para a safra de laranja de 2011/12, que deve ser uma das maiores já registradas, sem

falar nas demais espécies, de tangerinas e limões. Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a estimativa é que sejam colhidas 355 milhões de caixas de 40,8 kg de laranja. Para que a indústria possa estocar o suco de laranja resultante do processamento, o Plano Agrícola e Pecuário 2011/12 terá uma Linha Especial de Crédito (LEC) para a citricultura, que deverá disponibilizar R\$ 300 milhões, a juros de 6,75% ao ano, para estocar 240 mil toneladas de suco, um volume equivalente a 20% do que é exportado anualmente pelo País.

Nesse contexto são importantes as negociações realizadas no âmbito da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e para a consolidação do Consecitrus, conselho que reúne dos citricultores, representados pela Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus), e das indústrias, organizados na Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), além de entidades como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP). Portanto, entendemos que, nesse aspecto, a Lei nº 11.326, de 2006, deve continuar como está, e que os citricultores do País devam receber do Poder Público a atenção que demandam, através de programas governamentais de estímulo ao setor e da participação na organização da governança da respectiva cadeia produtiva.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *rejeição* do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011.

Sala da Comissão, 15 de março de 2012.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIAPROPOSIÇÃO: PLP Nº 423, DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2012. OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR "ad hoc":	SEN. ACIR GURGACZ SEN. ANTONIO RUSSO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
DELCEÍDIO DO AMARAL	1. ANGELA PORTELA
ANTONIO RUSSO (relator "ad hoc")	2. EDUARDO SUPLICY
ZEZE PERRELLA	3. WALTER PINHEIRO
ACIR GURGACZ (Pres. deste)	4. JOÃO DURVAL
RODRIGO ROLLEMBERG	5. ANTONIO CARLOS VALADARES
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	
WALDEMIR MOKA	1. IVONETE DANTAS
CASILDO MALDANER	2. ROBERTO REQUIÃO
LAURO ANTONIO	3. VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	4. LUIZ HENRIQUE
IVO CASSOL	5. CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	6. JOÃO ALBERTO SOUZA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
FLEXA RIBEIRO	1- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA	2- ALVARO DIAS
JAYME CAMPOS	3- CLOVIS FECURY
PTB	
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)	1- MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
CLÉSIO ANDRADE (PARTIDO)	1- BLAIRO MAGGI
PSD/PSOL	
SÉRGIO PETECÃO	1- KÁTIA ABREU

Parecer pela Rejeição da Matéria

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 423, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIDIO DO AMARAL		X			1. ANGELA PORTELA				
ANTONIO RUSSO		X			2. EDUARDO SUPLEY		X		
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
ACIR GURGACZ					4. JOÃO DURVAL				
RODRIGO HOLLEMBERG					5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. IVONETE DANTAS				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIAO				
LAURO ANTONIO					3. VALDIR RAUPP				
ANA AMÉLIA		X			4. LUIZ HENRIQUE				
IVO CASSOL		X			5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO		X			1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA		X			2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS		X			3. CLOVIS FECURY				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)					1. MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE (SPARTIDO)					1. BLAIRO MAGGI		X		
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO					1. KÁTIA ABREU				

TOTAL: 10 SIM: 0 NAO: 9 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/03/2012

Pela Rejeição da Matéria

Presidente: Senador ACIR GURGACZ

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

OF.- PRES Nº 001/2012-CRA

Brasília, 15 de março de 2012.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão rejeitou em 15 de março do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 423 de 2011, que *“Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores”*, de autoria do Senador Eduardo Amorim.

Atenciosamente,



Senador Acir Gurcacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
MD. Presidente do Senado Federal
N E S T A

PARECER Nº 202, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, do Senador Humberto Costa, que estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 464, de 2011, do Senador HUMBERTO COSTA, cuja ementa está acima transcrita.

O PLS determina as seguintes medidas:

a) prevê a possibilidade de suspensão cautelar das atividades do estabelecimento comercial envolvido na importação, venda, exposição à venda, venda à distância, distribuição, entrega para consumo, fabricação, estocagem, guarda do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais falsificado, corrompido, adulterado ou alterado;

b) considera como falsificado, corrompido, adulterado ou alterado o produto que apresente uma das seguintes condições: i) sem registro, quando exigível; ii) em desacordo com a fórmula constante do registro; iii) sem as características de identidade e qualidade admitidas para a comercialização; iv) com redução de seu valor terapêutico ou de sua atividade; v) com procedência ignorada; vi) adquirido de estabelecimento empresarial sem licença da autoridade sanitária competente;

c) prevê a decretação da medida cautelar pela autoridade policial que presidir o inquérito correspondente ou pela autoridade fiscal responsável pela atividade fiscalizatória, desde que identificados indícios suficientes sobre a existência do fato;

d) prevê a revogação da medida: i) em sede de inquérito policial, caso não seja indiciado indivíduo algum cuja atuação vincule o estabelecimento empresarial às práticas motivadoras da decretação ou caso o indiciado não tenha contra si instaurado inquérito policial; ii) caso o procedimento fiscalizatório conclua pela não ocorrência de qualquer das práticas motivadoras da decretação;

e) determina a conversão da medida cautelar em suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial pelo período de seis meses a cinco anos, a ser aplicada pela autoridade judicial ou pela autoridade administrativa, respectivamente, nos casos de condenação penal do indiciado com decisão transitada em julgado e de conclusão do procedimento fiscalizatório pela ocorrência de alguma das práticas motivadoras da decretação da suspensão cautelar;

f) proíbe, durante a aplicação da medida cautelar ou da suspensão temporária referida, o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento empresarial por outro que desenvolva atividade similar, ainda que parcialmente.

Na justificação, o autor registra que a prolongada duração de processos administrativos destinados à apuração da responsabilidade de infratores e a virtual certeza de impunidade contribuem para o contínuo crescimento de práticas de pirataria e adulteração de medicamentos, cosméticos e correlatos em nosso país.

Sustenta que a medida cautelar administrativa prevista no PLS pretende contribuir para reduzir significativamente essas práticas, visto que será aplicada imediatamente, isto é, no momento em que as autoridades policiais ou fiscais identificarem indícios concretos da sua ocorrência.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de acordo com os arts. 91, I, e 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, decidir terminativamente sobre o projeto em exame.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, compete à União legislar sobre normas gerais de proteção e defesa da saúde, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre matéria de competência da União, nos termos dos arts. 24, XII, e 48, *caput*, da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, verifico – não obstante os nobres propósitos do autor – que, no âmbito penal, o PLS nº 464, de 2011, não inova ou aperfeiçoa a legislação sobre o tema.

As condutas ilícitas previstas no art. 1º do PLS estão tipificadas no *caput* e §§ do art. 273 do Código Penal, que tipificam os atos de falsificar, corromper, adulterar, alterar, importar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender, distribuir ou entregar a consumo produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, incluindo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico.

Segundo a lei penal, tais condutas citadas podem ensejar – além das sanções de multa, pena privativa de liberdade e fechamento do estabelecimento – medidas cautelares no âmbito do inquérito policial e do processo penal, entre as quais a suspensão do exercício de atividade de natureza econômica ou financeira, quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais (art. 319, VI, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011).

Portanto, a interdição cautelar de estabelecimento envolvido em falsificação de medicamento, em sede de inquérito policial, como proposto no PLS, já é admitida por nossa legislação. Ocorre, todavia, que, diversamente do previsto no projeto sob exame, a lei penal exige ordem judicial para que a medida seja adotada, visto que restrições a direitos fundamentais devem observar o devido processo legal, nos termos do art. 5º, LIV, da Constituição Federal.

A suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial proposta pelo PLS, no caso de condenação penal transitada em julgado, também me parece desnecessária, uma vez o art. 773 do Código de Processo Penal já prevê a medida de segurança de fechamento de estabelecimento durante a execução da pena.

Por sua vez, no âmbito administrativo, as medidas previstas no projeto estão parcialmente previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que não só elenca as infrações e as sanções respectivas, como também estabelece o procedimento e prevê a suspensão cautelar das atividades do estabelecimento envolvido com a falsificação de medicamentos e cosméticos.

Nesse sentido, o art. 10, inciso XXVIII, da referida Lei considera infração sanitária os atos de fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à

saúde pública. E o inciso IV do mesmo artigo prevê como infrações sanitárias os atos de extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar tais produtos contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

O § 4º do art. 23, por seu turno, prevê a suspensão cautelar das atividades do estabelecimento, durante o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, no prazo máximo de noventa dias. Além disso, a condenação definitiva pode ensejar o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença do estabelecimento (art. 35), tornando-se desnecessária a suspensão temporária das atividades do estabelecimento proposta no PLS.

Do exposto, no que se refere ao mérito, entendo que o projeto deve ser aprovado, na forma de substitutivo que contemple tão-somente as medidas que visam a aperfeiçoar a legislação sobre o tema, de forma a:

a) prever a suspensão das atividades do estabelecimento durante o tempo necessário à realização de testes, provas, análises e demais providências requeridas, e não apenas por noventa dias, como determina o art. 23, § 4º, da citada Lei;

b) proibir, durante a aplicação da medida cautelar ou da suspensão temporária referida, o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento empresarial por outro que desenvolva atividade similar, ainda que parcialmente.

Em observância às normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, relativas à elaboração, redação e alteração de lei, o substitutivo promove alterações na Lei nº 6.437, de 1977, que trata das infrações à legislação sanitária federal, a fim de evitar a edição de lei esparsa sobre o tema.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº- CCJ (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011**

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 23.

.....

§ 5º O prazo de interdição de estabelecimento estabelecido no § 4º não se aplica na hipótese de apuração de falsificação dos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes previstos no inciso XXVIII do art. 10.

§ 6º Enquanto perdurar a interdição do estabelecimento prevista no § 5º, é vedado o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento ao qual ela foi imposta, por outro que desenvolva atividade similar, ainda que apenas parcialmente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de março de 2012.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 464 DE 2011****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/03/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: <i>Sem. Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Sem. Antonio Carlos Valadares</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ <i>Anibal Diniz</i>
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSQ e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO <i>Ricardo</i>
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA	1. CLÉSIO ANDRADE(S/PARTIDO)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENTA N.º 11-2011 (SUBSTITUTIVO) AO
 PROPOSIÇÃO: FLS Nº 424, DE 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL					1 - EDUARDO SUPLICY				
MARTA SUPLICY					2 - ANA RITA				
PEDRO TAQUES					3 - ANÍBAL DINIZ	X			
JORGE VIANA					4 - ACIR GURGACZ				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (4EL. AUT. 3.ª)			X		5 - LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA	X				6 - RODRIGO ROLLEMBERG				
EDUARDO LOPES					7 - HUMBERTO COSTA				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (1ª EL. 3.ª TURMA)					1 - ROBERTO REQUIÃO	X			
PEDRO SIMON					2 - VALDIR RAUPP	X			
ROMERO JUCA					3 - EDUARDO BRAGA				
VITAL DO RÊGO					4 - RICARDO FERRAÇO	X			
RENAN CALHEIROS					5 - LOBÃO FILHO				
LUIZ HENRIQUE					6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES					7 - BENEDITO DE LIRA	X			
SÉRGIO PETECÃO					8 - LAURO ANTONIO	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES					1 - LÚCIA VÂNIA				
ALOYSIO NUNES FERREIRA					2 - FLEXA RIBEIRO	X			
ALVARO DIAS	X				3 - CÍCERO LUCENA				
DEMÓSTENES TORRES	X				4 - JOSÉ ACRÍPTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - CÍRO NOGUEIRA				
GIM ARGUELLO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA					1 - CLÉSIO ANDRADE (SPARTIDO)				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES	X				1 - VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: A PRESIDENTE A

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 03 / 2012

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (atualizado em 07/03/2012).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“**Art. 23.**
.....

§ 5º O prazo de interdição de estabelecimento estabelecido no § 4º não se aplica na hipótese de apuração de falsificação dos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes previstos no inciso XXVIII do art. 10.

§ 6º Enquanto perdurar a interdição do estabelecimento prevista no § 5º, é vedado o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento ao qual ela foi imposta, por outro que desenvolva atividade similar, ainda que apenas parcialmente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

Art. 273 - Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais: (Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem importa, vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo o produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado. (Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

§ 1º-A - Incluem-se entre os produtos a que se refere este artigo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico. (Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

§ 1º-B - Está sujeito às penas deste artigo quem pratica as ações previstas no § 1º em relação a produtos em qualquer das seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

.....

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Código de Processo Penal.

**CAPÍTULO V
DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES
(Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).**

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 773. A medida de fechamento de estabelecimento ou de interdição de associação será comunicada pelo juiz à autoridade policial, para que a execute.

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977.

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Art. 10 - São infrações sanitárias:

IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa;

XXVIII - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

~~pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou~~

~~total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;~~

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para o funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Art. 23 - A apuração do ilícito, em se tratando de produto ou substância referidos no art. 10, inciso IV, far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

§ 4º - A interdição do produto e do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de noventa dias, findo qual o produto ou estabelecimento será automaticamente liberado.

Art. 35 - A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos somente ocorrerão após a publicação, na imprensa oficial, de decisão irrecorrível.

LEI Nº 12.403, DE 4 DE MAIO DE 2011.

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

Ofício nº 028/12-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 21 de março de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o **Substitutivo** do Senador Antonio Carlos Valadares ao Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, que “Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.”, de autoria do Senador Humberto Costa.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **EUNICIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECERES

Nºs 203 E 204, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, do Senador João Durval, que autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.

PARECER Nº 203, DE 2012

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 152, de 2011, de autoria do Senador João Durval, que autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.

Para tanto, em seu art. 1º, a proposição autoriza os conselhos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas a instituir exame de proficiência para a aferição de **conhecimentos técnicos** mínimos como requisito para a concessão de registro profissional.

A medida, de acordo com o art. 2º do PLS, entrará em vigor na data de publicação da lei em que o projeto se transformar.

Para justificar a iniciativa, o autor sugere que os exames de proficiência comprovam a capacidade para exercício da profissão. No entanto, acrescenta, os esforços para instituí-los por meio de atos normativos próprios aos conselhos vêm sendo sistematicamente desconstituídos por decisões judiciais, sob a arguição de que carecem de previsão legal. Com efeito, o projeto se prestaria a suprir tal lacuna.

A matéria foi inicialmente distribuída à análise terminativa e exclusiva da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Posteriormente, por

força de requerimento da Senadora Marisa Serrano, ~~de 19/03/2012, do PLS~~ apreciação também nesta CE, não tendo, até o presente, recebido emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias de natureza educacional. Desse modo, é pertinente e oportuna a análise a que ora se procede.

No que concerne particularmente ao mérito, observa-se, de pronto, que a medida proposta cria, na prática, uma barreira ao exercício profissional. A par disso, o projeto afronta o princípio constitucional do livre exercício profissional, assim, parcialmente invocado em sua justificação.

Ao que nos parece, no caso das profissões regulamentadas de nível superior, a exigência de realização dos estudos correspondentes já seria suficiente ao cumprimento da previsão constitucional. Dai julgarmos um equívoco da proposição o fato de desconsiderar a possibilidade de qualificação do próprio processo educativo como momento da formação profissional. Tal ponto de vista não apenas mitiga o dever do Estado com a aferição da qualidade do ensino, como também o libera de oferecer ensino de qualidade.

Com efeito, não é nenhum exagero suscitar, ante a sacralização dos exames de proficiência, consequências indesejáveis para a sociedade brasileira. A nosso ver, a mera expectativa de desempenho nesse tipo de prova não implica melhoria na formação profissional. Ao contrário, ao desencadear uma mudança de foco na formação, negligenciada para ceder lugar à preparação específica para os exames, esse tipo de exame pode fazer florescer um novo mercado, o de cursos preparatórios. Dai a se arguir a possibilidade de substituição de estudos por resultados obtidos em provas não se levará muito. Certamente, não é esse o modelo de formação adequado às mais prementes necessidades do País.

A propósito da questão da qualidade do ensino, foi sob o argumento de que a avaliação desse atributo deve se dar no processo, durante a realização dos estudos, que o Presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2004 (Projeto de Lei nº 6.417, de 2005, na Câmara dos Deputados). Este projeto alterava a redação do art. 2º da Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão médico veterinário. Cabe esclarecer, no entanto, que o referido veto (aqui processado como Mensagem nº 55, de 2008), foi mantido em sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 6 de maio de 2009.


No mais, qualquer controle adicional do exercício profissional deve ser visto com cautela, sobretudo quando possa implicar reserva de mercado. Se não tem sido esse o objetivo dos conselhos, mas o mero interesse em oferecer melhores serviços à sociedade, talvez fosse mais inteligível a adoção de outro tipo de alternativa. Afinal, os conselhos poderiam, sem qualquer impedimento, realizar os tais exames entre os associados, por adesão voluntária, e distribuir um selo de qualidade aos que demonstrassem desempenho apropriado. E, ao que nos consta, não há empecilho jurídico a tal prática. No entanto, não vemos iniciativas nesse sentido, sobressaindo-se as reiteradas e pouco criativas soluções consistentes em franquear o exercício profissional a uns poucos eleitos, desconsiderando a importância do desenvolvimento profissional em serviço.

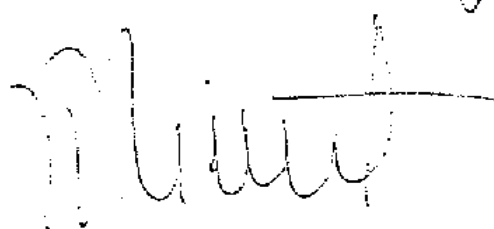
Desse modo, não havendo fatos novos que modifiquem o entendimento firmado a respeito do assunto, a matéria remanesce carente de mérito. Além disso, a extensão alvitrada para a medida, alcançando profissões regulamentadas onde o tipo de controle suscitado sequer é cogitado pode ocasionar danos aos futuros profissionais, sem qualquer garantia de retorno à sociedade.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2011.


Presidente


Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 152/11 NA REUNIÃO DE 30/08/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Roberto Requião
ROBERTO REQUIÃO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPLYCY
PAULO PAIM	(VAGO)
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
(VAGO)	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP
GEOVANI BORGES	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMIR MOKA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-VITAL DO RÉGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	9-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS
(VAGO)	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPINO	5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)
RELATOR	

(PSOL)

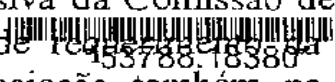
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

PARECER Nº, DE 2012**PARECER Nº 204, DE 2012**
(Da Comissão de Assuntos Sociais)RELATOR: Senador **PAULO PAIM****I – RELATÓRIO**

Em análise nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 152, de 2011, de autoria do Senador João Durval. A iniciativa pretende autorizar a realização, pelos conselhos profissionais de fiscalização do exercício profissional, de exame de proficiência como condição para a concessão de registro. O objetivo dos exames seria a aferição de conhecimentos técnicos mínimos para o exercício da atividade.

Justificando a iniciativa, o autor afirma que o interesse público não é orientado pela criação de reservas de mercado, mas “pela imposição de deveres em favor dos consumidores de serviços, que, se prestados por pessoas sem o devido conhecimento técnico e científico especializado, poderiam acarretar sério dano social, com riscos à segurança, à integridade física, à saúde, à educação, ao patrimônio e ao bem-estar das pessoas”.

A justificação da proposta também registra que vários representantes de conselhos reivindicaram, no I Encontro Nacional de Conselhos Profissionais, em 2006, autorização legislativa para a realização de exames de proficiência. Alguns teriam tentado, mediante resoluções, efetivar a seleção. A justiça e a jurisprudência, entretanto, têm se orientado pela exigência de previsão legal para a instituição desse processo seletivo.

A matéria não recebeu propostas de emendas, tendo sido inicialmente distribuída à análise terminativa e exclusiva da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Posteriormente, por força de  153788-18380-4 Senadora Marisa Serrano, deliberou-se por sua apreciação também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que opinou pela rejeição da matéria.

II – ANÁLISE

A exigência de exames de proficiência para o exercício profissional insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Nesse enfoque, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade.

O conteúdo da norma que se pretende aprovar tem também implicações administrativas, na medida em que “autoriza” autarquias estatais a realizarem exames de proficiência. Nesse aspecto, a constitucionalidade é discutível, pois a iniciativa seria privativa do Presidente da República (alínea c, inciso II, § 1º do art. 61 da Constituição Federal). Esse Senado Federal, entretanto, mantém orientação favorável à possibilidade de aprovação de medidas “autorizativas”.

De acordo com o art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissões.

No mérito, consideramos relevantes os argumentos contrários à aprovação da matéria, expostos na análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e gostaríamos de acrescentar outras considerações.

Em nosso entendimento, em se tratando de profissões regulamentadas de nível superior, a exigência de realização dos estudos correspondentes e obtenção do grau universitário já devem ser suficientes para dar cumprimento aos objetivos constitucionais. A imposição de uma nova etapa parece-nos exigência excessiva e, quiçá, contraproducente.

Na prática, os exames de proficiência poderiam ser utilizados como mera forma de reservar mercado de trabalho, evitando o acesso de um excessivo número de profissionais ao exercício da atividade, o que as corporações podem ter interesse nesse sentido e podem realizar provas com graus de dificuldade os mais diversos. Não haveria condições de fiscalizar e avaliar a justeza e a compatibilidade pedagógica das questões colocadas ao candidato, em relação ao que será exigido dele no exercício do trabalho.

Ademais, o texto da proposição em análise é excessivamente genérico. Existem no Brasil cerca de vinte e seis Conselhos Profissionais (e outras categorias também reivindicam a criação de seus respectivos conselhos) e duas Ordens. E, dentro do âmbito de cada profissão fiscalizada, inúmeras especialidades. O tema deveria ser analisado, caso a caso. Muitas profissões não precisam desse tipo de avaliação e um eventual exame de proficiência não conseguiria avaliar adequadamente as variações decorrentes da especialização. É no âmbito do ensino que devem ser ministradas as disciplinas necessárias ao exercício profissional com competência.

Fundamentado na qualidade de ensino como base para o regular exercício profissional, o Presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2004 (Projeto de Lei nº 6.417, de 2005, na Câmara dos Deputados). Esse projeto alterava a redação do art. 2º da Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de médico veterinário. Cabe esclarecer, ademais, que o referido veto (aqui processado como Mensagem nº 55, de 2008), foi mantido em sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 6 de maio de 2009.

No texto que justifica o referido veto, constante da Mensagem nº 393, de 16 de junho de 2008, o Poder Executivo afirma que “importa observar que o mecanismo mais adequado para assegurar a qualidade dos cursos de graduação é a realização permanente da avaliação dos cursos superiores, prática essa que vem sendo implementada pelo Governo Federal, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, já com resultados significativos”.

Finalmente, queremos registrar que a exigência de exames de proficiência, além de criar um novo entrave para os profissionais, ensejará a criação de centenas ou milhares de cursos preparatórios, focados na identificação do comportamento e das exigências dos Conselhos que vão realizar as provas. Por isso pagarão os profissionais egressos das faculdades e universidades, já ansiosos pelo ingresso no mercado de trabalho.

Num momento em que o próprio Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil vem sendo objeto de questionamento, imagine-se a insegurança jurídica que a aprovação desta proposta causaria nos estudantes, na hora de fazer a escolha profissional e na hora de ingressar na atividade.

III – VOTO

Diante do exposto, a exemplo do que fez a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, considerando-se a duvidosa constitucionalidade e as razões contrárias ao mérito.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 21/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

RELATOR: Senador Roberto Requião

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT) <i>Paulo Paim</i>	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	2. Maria Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT) <i>Humberto Costa</i>	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT) <i>Wellington Dias</i>	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT) <i>João Durval</i>	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <i>Vanessa Grazziotin</i>	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB) <i>Waldemir Moka</i>	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) <i>RRR</i>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) <i>Lauro Antonio</i>	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) <i>Cícero Lucena</i>	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <i>Cyro Miranda</i>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM) <i>Jayme Campos</i>	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino <i>João Vicente Claudino</i>	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (PMDB)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2011	TITULARES	SUPLENTE		ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO							
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1- EDUARDO SUPLICY (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)	3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	4- ANA RITA (PT)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)	6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	7- LIDICE DA MATA (PSB)	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)		X														
ÂNGELA PORTELA (PT)																
HUMBERTO COSTA (PT)		X														
WELLINGTON DIAS (PT)		X														
JOÃO DURVAL (PDT)																
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)																
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)		X														
Bloco Parlamentar da Minoria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO									SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)		X														
PAULO DAVIM (PV)		X														
ROMERO JUCA (PMDB)																
CASILDO MALDANER (PMDB)																
RICARDO FERRAÇO (PMDB)																
LAURO ANTONIO (PR)		X														
ANA AMÉLIA (PP)														X		
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO									SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)		X														
LÚCIA VÂNIA (PSDB)																
CYRO MIRANDA (PSDB)		X														
JAYME CAMPOS (DEM)																
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO									SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI																
JOÃO VICENTE CLAUDINO		X														
PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO									SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VICENTINHO ALVES																

TOTAL: 11 SIM: 11 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 24/03/2012.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISE)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 20/03/2012

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

LEI Nº 5.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968.

Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

Art 2º Só é permitido o exercício da profissão de médico-veterinário:

a) aos portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas e registradas na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura;

b) aos profissionais diplomados no estrangeiro que tenham revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor.

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 45/2012 _ PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de março de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, que *autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro*, de autoria do Senador João Durval.

Respeitosamente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 152, de 2011, de autoria do Senador João Durval, que autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.

Para tanto, em seu art. 1º, a proposição autoriza os conselhos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas a instituir exame de proficiência para a aferição de **conhecimentos técnicos** mínimos como requisito para a concessão de registro profissional.

A medida, de acordo com o art. 2º do PLS, entrará em vigor na data de publicação da lei em que o projeto se transformar.

Para justificar a iniciativa, o autor sugere que os exames de proficiência comprovam a capacidade para exercício da profissão. No entanto, acrescenta, os esforços para instituí-los por meio de atos normativos próprios aos conselhos vêm sendo sistematicamente desconstituídos por decisões judiciais, sob a arguição de que carecem de previsão legal. Com efeito, o projeto se prestaria a suprir tal lacuna.

A matéria foi inicialmente distribuída à análise terminativa e exclusiva da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Posteriormente, por força de requerimento da Senadora Marisa Serrano, deliberado em 48163/18972, a apreciação também nesta CE, não tendo, até o presente, recebido emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias de natureza educacional. Desse modo, é pertinente e oportuna a análise a que ora se procede.

No que concerne particularmente ao mérito, observa-se, de pronto, que a medida proposta cria, na prática, uma barreira ao exercício profissional. A par disso, o projeto afronta o princípio constitucional do livre exercício profissional, parcialmente invocado em sua justificação.

Ao que nós parece, no caso das profissões regulamentadas de nível superior, a exigência de realização dos estudos correspondentes já seria suficiente ao cumprimento da previsão constitucional. Daí julgarmos um equívoco da proposição o fato de desconsiderar a possibilidade de qualificação do próprio processo educativo como momento da formação profissional. Tal ponto de vista não apenas mitiga o dever do Estado com a aferição da qualidade do ensino, como também o libera de oferecer ensino de qualidade.

No mais, qualquer controle adicional do exercício profissional deve ser visto com cautela, sobretudo quando possa implicar reserva de mercado. Se não tem sido esse o objetivo dos conselhos, mas o mero interesse em oferecer melhores serviços à sociedade, não entendemos porque insistem nesse tipo de alternativa. Afinal, os conselhos poderiam, sem qualquer impedimento, realizar os tais exames entre os associados, por adesão voluntária, e distribuir um selo de qualidade. Quem poderia condenar tal prática? No entanto, não vemos iniciativas nesse sentido, mas sempre as reiteradas tentativas de franquear o exercício profissional a uns poucos profissionais.

A propósito da questão da qualidade do ensino, foi sob o argumento de que a avaliação desse atributo deve se dar no processo, durante a realização dos estudos, que o Presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2004 (Projeto de Lei nº 6.417, de 2005, na Câmara dos Deputados). Esse projeto alterava a redação do art. 2º da Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, para sugerir sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de médico veterinário. Cabe esclarecer, ademais, que o referido veto (aqui processado como Mensagem nº 55, de 2008), foi mantido em sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 6 de maio de 2009.

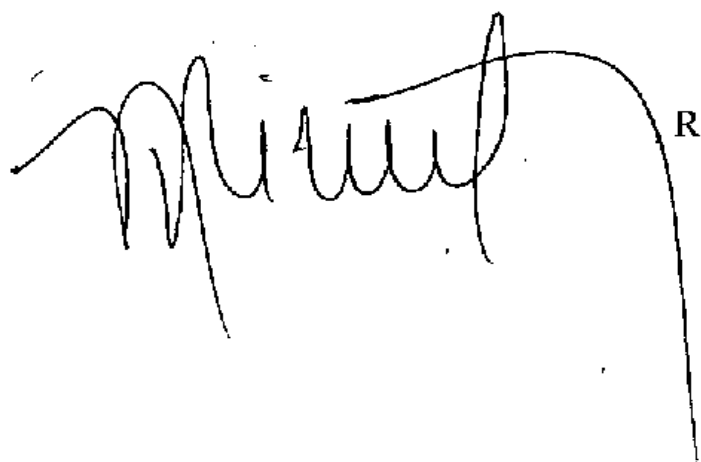
Desse modo, além de não se vislumbrar mérito, nem possibilidade constitucional na matéria, é forçoso arguir a sua prejudicialidade, tendo em vista o disposto no art. 334 do Risf, em virtude de prejulgamento pelo Plenário em deliberação anterior.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela recomendação de **declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente



Relator

PARECERES

Nºs 205 E 206, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

PARECER Nº 205, DE 2012

(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATOR: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar. Além da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a proposição será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

O art. 1º estabelece que a segurança alimentar e nutricional é direito do indivíduo e responsabilidade do Estado. O art. 2º, por sua vez, conceitua segurança alimentar e nutricional como a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

O art. 3º determina que o Poder Público estabeleça normas visando a mineralização dos solos. O art. 4º estabelece que são considerados micronutrientes essenciais, dentre outros, o ferro, o zinco, o cobre, o iodo, o manganês, o selênio e o flúor. Segundo o art. 5º, o aporte de micronutrientes deve ser garantido por meio do acesso regular a alimentos de qualidade, sem custos adicionais para o consumidor.

O art. 6º dispõe que os solos utilizados na produção de alimentos devem receber, na adubação, os elementos químicos que garantam a presença, nas quantidades recomendadas, dos micronutrientes. O art. 7º determina que a escolha dos micronutrientes a serem adicionados aos adubos, bem como sua quantidade, serão estabelecidos pelos órgãos responsáveis pela saúde pública e pela produção agropecuária.

Por fim, o art. 7º estabelece a cláusula de vigência.

II – ANÁLISE

É louvável a preocupação do ilustre Senador Pedro Simon com a segurança alimentar e nutricional. Em termos conceituais, segurança alimentar e nutricional significa a segurança individual e coletiva em obter de modo permanente alimento de qualidade, saudável e nutritivo. Esse conceito extrapola o próprio conceito de fome, pois envolve não apenas o acesso ao alimento, mas também seus atributos nutricionais.

A segurança alimentar está diretamente relacionada com a pobreza. Pesquisas indicam que conforme aumenta o nível de renda das famílias, maior é o acesso constante a alimentos de qualidade. Isso mostra que a forma mais eficiente de promover a segurança alimentar é a geração de emprego e renda.

Mesmo diante do elevado mérito da proposta em análise, percebemos que há alguns pontos que merecem ser aperfeiçoados. O projeto possui falhas na compreensão técnica dos conceitos de nutrição humana e de nutrição mineral de plantas. Parte do pressuposto de que a adição de micronutrientes (essenciais ao ser humano) ao solo fará com que haja maior presença desses micronutrientes nos alimentos colhidos. Esse pressuposto não está correto, pois os micronutrientes essenciais às plantas são diferentes daqueles essenciais aos seres humanos.

Além disso, não adianta adicionar maior quantidade de um determinado nutriente ao solo, pois a planta só absorverá aquilo que lhe é necessário. Por esse motivo, cada planta, e conseqüentemente, cada alimento, possui concentrações diferenciadas de cada nutriente. Assim, uma nutrição adequada deve diversificar os tipos de alimentos consumidos, de forma que todos os nutrientes essenciais possam ser supridos pela dieta. Nesse sentido, voltamos à questão da renda. A melhoria do nível de renda e o acesso à educação nutricional são meios mais efetivos para garantir segurança alimentar.

Dessa forma, propomos algumas emendas à iniciativa do Senador Pedro Simon, com vistas a aprimorá-la.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, recomendo a aprovação do PLS nº 203, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, a redação a seguir:

Dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional.

EMENDA Nº 2 – CRA

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, a redação a seguir:

Art. 3º A fim de garantir a segurança alimentar e nutricional, o Poder Público empreenderá ações com vistas à melhoria do nível de renda da população.

EMENDA Nº 3 –CRA

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, a redação a seguir:

Art. 4º O Poder Público promoverá ações de educação nutricional, com a finalidade de auxiliar na escolha de alimentos de qualidade, visando a uma dieta saudável.

EMENDA Nº 4 – CRA

Suprimam-se os arts. 5º, 6º e 7º do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, e renumere-se o art. 8º.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 203, DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 4/10/2006 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE	<u>VALDIR RAUPP, PRES. EM EXERCÍCIO</u>
RELATOR	<u>JUVÊNCIO DA FONSECA</u>
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
LÚCIA VÂNIA	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
FLEXA RIBEIRO	2- ÁLVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN
JONAS PINHEIRO	4- EDISON LOBÃO
DEMÓSTENES TORRES	5- ROSEANA SARNEY
HERACLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA - PMDB	3- AMIR LANDO
VAGO	4- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESARENKO
AELTON FREITAS	2- VAGO
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA - PMR
PDT	
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 206, DE 2012
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **GIM ARGELLO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON DIAS**

I – RELATÓRIO

Apresentado pelo Senador Pedro Simon, o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, *dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional*.

O art. 1º do projeto determina ser direito do indivíduo e responsabilidade do Estado a segurança alimentar e nutricional. O art. 2º da proposta explica tal conceito como a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem que se comprometa o acesso a outras necessidades essenciais.

Pelo art. 3º, o Poder Público fica incumbido de estabelecer normas com vistas à mineralização dos solos. O art. 4º define aqueles que são considerados micronutrientes essenciais (o ferro, o zinco, o cobre, o iodo, o manganês, o selênio e o flúor, além de outros elementos químicos indicados pelas autoridades competentes).

Conforme determina o art. 5º, o aporte de micronutrientes necessários à manutenção da saúde deve ser garantido por meio do acesso regular a alimentos de qualidade, sem prejuízo ao meio ambiente e sem custos adicionais para o consumidor.

O projeto estabelece, em seu art. 6º, que os solos utilizados na produção de alimentos devem receber, na adubação, os elementos químicos que garantam a presença dos micronutrientes nas quantidades recomendadas pelos órgãos responsáveis.

Os micronutrientes a serem adicionados aos adubos, bem como sua quantidade, serão estabelecidos pelos órgãos responsáveis pela saúde pública e pela produção agropecuária, conforme explicita o art. 7º da proposição.

Pela cláusula de vigência, definida no art. 8º, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi aprovada, com quatro emendas, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) desta Casa Legislativa. Essas emendas excluíram do texto todas as disposições relativas à mineralização dos solos. Com isso, permaneceu no projeto apenas a questão da segurança alimentar e nutricional, enfatizando a necessidade de melhorar o nível de renda da população.

O parecer aprovado na CRA defendeu os seguintes argumentos:

- são diferentes os micronutrientes essenciais para as plantas em relação àqueles essenciais para os seres humanos; isso invalida a ideia de adicionar estes últimos elementos ao solo para fazer com que haja maior presença deles nos alimentos colhidos;
- a planta só absorve aquilo que lhe é necessário; por isso, não adianta adicionar maior quantidade de um determinado nutriente ao solo.

Pelas emendas contidas no parecer aprovado na CRA, o projeto passaria a apresentar o seguinte texto consolidado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006

Dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º A segurança alimentar e nutricional é um direito do indivíduo e é responsabilidade do Estado assegurar as condições para a realização desse direito.

Art. 2º Segurança alimentar e nutricional significa assegurar a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Art. 3º A fim de garantir a segurança alimentar e nutricional, o Poder Público empreenderá ações com vistas à melhoria do nível de renda da população.

Art. 4º O Poder Público promoverá ações de educação nutricional, com a finalidade de auxiliar na escolha de alimentos de qualidade, visando a uma dieta saudável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em seguida, para apreciação em caráter terminativo, o projeto veio à Comissão de Assuntos Sociais, onde foi relatado pelos ilustres Senadores Antonio Carlos Valadares, que defendeu a aprovação do projeto na forma de substitutivo, e Mozarildo Cavalcanti, que defendeu a rejeição do projeto. Seus relatórios, contudo, não chegaram a ser apreciados.

Arquivado ao final da última legislatura, o projeto volta a tramitar por força da aprovação do Requerimento nº 323, de 2011, e, tendo recebido parecer favorável da CRA, retorna à CAS, sob nossa relatoria. Por concordarmos com o posicionamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, reproduzimos aqui o relatório de sua autoria, cuja minuta se encontra inserida no processado.

II – ANÁLISE

Há inegável mérito na proposição quando ela se preocupa com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Porém, por um lado salientamos a pertinência dos argumentos contidos no parecer apresentado na CRA acerca da impropriedade da mineralização dos solos com o objetivo almejado pelo PLS nº 203, de 2006. A adição de minerais aos solos pode até prejudicar o plantio de alguns alimentos e acabar diminuindo sua produção. Assim, o citado parecer acertou ao retirar do projeto as disposições concernentes à mineralização dos solos.

Por outro lado, as emendas aprovadas limitaram o projeto a determinações que reproduzem aquelas contidas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), publicada depois da apresentação do PLS nº 203, de 2006. Dessa forma, neste relatório, tomamos a liberdade de reproduzir a parte do parecer do Senador Antonio Carlos Valadares que compara o projeto com as disposições da referida lei.

Assim, o disposto no art. 1º do projeto repete, com outros termos, o conteúdo do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.346, de 2006, qual seja:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O art. 2º da proposição equipara-se ao art. 3º da lei, que vigora com os seguintes termos:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O conteúdo do art. 3º do PLS nº 203, de 2006, assemelha-se ao disposto no inciso I do art. 4º da mesma lei:

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio (...) da geração de emprego e da redistribuição da renda;

E, por fim, o art. 4º do projeto tem seu conteúdo abordado, ainda que de forma diferente, tanto no § 2º do art. 2º quanto no inciso V do art. 4º da lei, a seguir transcritos e por nós grifados:

Art. 2º

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, **informar**, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional ~~é~~ **é**

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação;

Assim, em termos de mérito, não se justifica aprovar o projeto sob análise, em virtude dos questionamentos técnicos acerca da mineralização dos solos, nem o texto originado do parecer aprovado na CRA, em virtude de ele já estar contemplado na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.

Senador **É CAMPOS**
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2006

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 21/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Carlos Leites

RELATOR: Senador Wellington Dias

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Palm (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyrol Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozartildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (PMDB)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006

TITULARES		SUPLENTE			
		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PMDB, PSB, PC do B, PRB)					
PAULO PAIM (PT)			X		
ÂNGELA PORTELA (PT)					
HUMBERTO COSTA (PT)			X		
WELLINGTON DIAS (PT)			X		
JOÃO DURAL (PDT)			X		
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)			X		
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)			X		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)			X		
PAULO DAVIM (PV)			X		
ROMERO JUCÁ (PMDB)					
CASILDO MALDANER (PMDB)					
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					
LAURO ANTONIO (PR)					
ANA AMÉLIA (PP)					
Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)			X		
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					
CYRO MIRANDA (PSDB)					
JAYME CAMPOS (DEM)					
PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI			X		
JOÃO VICENTE CLAUDINO					
PR		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO LOPES ALVES					
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)					
1- EDUARDO SUPLACY (PT)					
2- MARTA SUPLACY (PT)					
3- JOSÉ PIMENTEL (PT)					
4- ANA RITA (PT)					
5- LINDBERGH FARIAS (PT)					
6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					
7- LÍDICE DA MATA (PSB)					
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
1- VITAL DO RÊGO (PMDB)					
2- PEDRO SIMON (PMDB)					
3- LORÃO FILHO (PMDB)					
4- EDUARDO BRAGA (PMDB)					
5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					
6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)					
7- BENEDITO DE LIRA (PP)					
Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
1- AÉCIO NEVES (PSDB)					
2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)					
3- PAULO BAUER (PSDB)					
4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)					
PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
1- ARMANDO MONTEIRO					
2- GIM ARGELLO					
PR		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
1- CLÉSIO ANDRADE (PMDB)					

TOTAL: 73 SIM: 32 NÃO: 41 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 ABSTENÇÃO: 1 SALA DA COMISSÃO EM 11/03/2012.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (Art. 131, § 1º, RBSF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.**

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

OFÍCIO Nº 46 /2012 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, de de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional*.

Respeitosamente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

*DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, dispõe sobre o que a proposição designa como “mineralização dos solos” e sobre segurança alimentar e nutricional.

Pelo art. 1º do projeto, é direito do indivíduo e responsabilidade do Estado a segurança alimentar e nutricional, conceito explicitado no art. 2º da proposta como a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

O art. 3º incumbe o Poder Público de estabelecer normas sobre a mineralização dos solos, enquanto o art. 4º define aqueles que são considerados micronutrientes essenciais (o ferro, o zinco, o cobre, o iodo, o manganês, o selênio e o flúor, além de outros elementos químicos indicados pelas autoridades competentes).

Pelo art. 5º, o aporte de micronutrientes necessários à manutenção da saúde deve ser garantido por meio do acesso regular a alimentos de qualidade, sem prejuízo ao meio ambiente e sem custos adicionais para o consumidor.

O art. 6º estabelece que os solos utilizados na produção de alimentos devem receber, na adubação, os elementos químicos que garantam a presença dos micronutrientes nas quantidades recomendadas pelos órgãos responsáveis. O art. 7º, por sua vez, determina que a escolha dos micronutrientes a serem adicionados aos adubos, bem como sua quantidade, serão estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela saúde pública e pela produção agropecuária.

Por fim, a cláusula de vigência (art. 8º) determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a proposição foi aprovada com quatro emendas que retiraram do texto todas as disposições relativas à “mineralização dos solos” e focaram o projeto na questão da segurança alimentar e nutricional, com ênfase na necessidade de melhorar o nível de renda da população.

Em seu parecer, o Relator na CRA enfatizou os seguintes pontos:

- o projeto possui falhas na compreensão técnica dos conceitos de nutrição humana e de nutrição mineral de plantas;
- os micronutrientes essenciais às plantas são diferentes daqueles essenciais aos seres humanos, o que invalida o pressuposto de que a adição destes últimos elementos ao solo possa fazer com que haja maior presença deles nos alimentos colhidos;
- não adianta adicionar maior quantidade de um determinado nutriente ao solo, pois a planta só absorverá aquilo que lhe é necessário.

Pelas emendas contidas no parecer aprovado na CRA, o projeto passaria a apresentar o seguinte texto consolidado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006

Dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A segurança alimentar e nutricional é um direito do indivíduo e é responsabilidade do Estado assegurar as condições para a realização desse direito.

Art. 2º Segurança alimentar e nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Art. 3º A fim de garantir a segurança alimentar e nutricional, o Poder Público empreenderá ações com vistas à melhoria do nível de renda da população.

Art. 4º O Poder Público promoverá ações de educação nutricional, com a finalidade de auxiliar na escolha de alimentos de qualidade, visando a uma dieta saudável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, o projeto vem agora a esta Comissão de Assuntos Sociais para ser apreciado em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Como se vê, as emendas aprovadas na CRA limitaram o conteúdo do projeto à segurança alimentar e nutricional. A despeito do mérito da proposição de se preocupar com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, os dispositivos presentes no texto reproduzem determinações já contidas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), publicada depois da apresentação do PLS nº 203, de 2006, ocorrida em 4 de julho de 2006.

Assim, o disposto no art. 1º do projeto repete, com outros termos, o conteúdo do art. 2º dessa lei, qual seja:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O art. 2º da proposição equipara-se ao art. 3º da lei, que vigora com os seguintes termos:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O conteúdo do art. 3º do PLS nº 203, de 2006, assemelha-se ao disposto no inciso I do art. 4º da mesma lei:

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio (...) da geração de emprego e da redistribuição da renda;

Por fim, o art. 4º do projeto tem seu conteúdo abordado, ainda que de forma diferente, tanto no § 2º do art. 2º quanto no inciso V do art. 4º da lei, a seguir transcritos e por nós grifados:

Art. 2º

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, **informar**, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

.....
Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

.....
V – a produção de conhecimento e o acesso à informação;

Assim, em termos de mérito, não se justifica dar ao projeto em análise as feições que lhe foram atribuídas pelo texto originado do parecer aprovado na CRA.

Em nossa opinião, a grande virtude do projeto reside exatamente na sua parte relativa ao que ele designou como “mineralização dos solos”. Segundo os estudiosos da matéria, porém, na “ciência do solo” não existe a expressão “mineralização dos solos” e sim “mineralização da matéria orgânica”, que ocorre quando adicionamos material orgânico ao solo e esse material é mineralizado pela ação dos microrganismos, que liberam os elementos minerais nele contidos. Assim, por exemplo, formas orgânicas de nitrogênio (N) e enxofre (S) são convertidas em formas inorgânicas: amônio e sulfato, respectivamente.

Na verdade, portanto, o correto tecnicamente é utilizar os termos “adição de micronutrientes aos solos” ou “fertilização dos solos”, processo que, a despeito dos questionamentos técnicos levantados naquele parecer, tem eficácia comprovada e potencial para proporcionar melhorias na segurança alimentar e nutricional da população brasileira, especialmente no caso da adubação orgânica. Pesquisas têm demonstrado que os alimentos produzidos organicamente contêm mais vitamina C, ferro, magnésio e fósforo e significativamente menos nitrato do que aqueles cultivados de modo tradicional.

Por essa razão, nosso parecer propõe a aprovação do projeto na forma de substitutivo, que insere trecho sobre fertilização dos solos no contexto da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, para evitar a edição de uma lei avulsa e, assim, atender aos mandamentos da boa técnica legislativa e redacional previstos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Além disso, optamos por evitar um texto técnico ou minucioso, de forma a não descaracterizar a redação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cujas determinações possuem caráter geralista acerca do tema de que ela trata.

Por fim, tendo esta Comissão a incumbência de examinar a proposta em caráter terminativo, salientamos que nossa análise não vislumbrou vícios constitucionais ou jurídicos a sua aprovação.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, nosso voto é pela **aprovação** do PLS nº 203, de 2006, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 (SUBSTITUTIVO), DE 2006

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para incentivar o uso da fertilização dos solos, especialmente da adubação orgânica, com vistas a aumentar a qualidade nutricional dos alimentos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, ¹⁹nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, incentivando o uso da fertilização dos solos, especialmente da adubação orgânica, na forma do regulamento, e estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população;

Art 2º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Apresentado pelo Senador Pedro Simon, o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, *dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional*.

O art. 1º do projeto determina ser direito do indivíduo e responsabilidade do Estado a segurança alimentar e nutricional. O art. 2º da proposta explica tal conceito como a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem que se comprometa o acesso a outras necessidades essenciais.

Pelo art. 3º, o Poder Público fica incumbido de estabelecer normas com vistas à mineralização dos solos. O art. 4º define aqueles que são considerados micronutrientes essenciais (o ferro, o zinco, o cobre, o iodo, o manganês, o selênio e o flúor, além de outros elementos químicos indicados pelas autoridades competentes).

Conforme determina o art. 5º, o aporte de micronutrientes necessários à manutenção da saúde deve ser garantido por meio do acesso regular a alimentos de qualidade, sem prejuízo ao meio ambiente e sem custos adicionais para o consumidor.

O projeto estabelece, em seu art. 6º, que os solos utilizados na produção de alimentos devem receber, na adubação, os elementos químicos que garantam a presença dos micronutrientes nas quantidades recomendadas pelos órgãos responsáveis.

Os micronutrientes a serem adicionados aos adubos, bem como sua quantidade, serão estabelecidos pelos órgãos responsáveis pela saúde pública e pela produção agropecuária, conforme explicita o art. 7º da proposição.

Pela cláusula de vigência, definida no art. 8º, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi aprovada, com quatro emendas, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) desta Casa Legislativa. Essas emendas excluíram do texto todas as disposições relativas à mineralização dos solos. Com isso, permaneceu no projeto apenas a questão da segurança alimentar e nutricional, enfatizando a necessidade de melhorar o nível de renda da população.

O parecer aprovado na CRA defendeu os seguintes argumentos:

- são diferentes os micronutrientes essenciais para as plantas em relação àqueles essenciais para os seres humanos; isso invalida a idéia de adicionar estes últimos elementos ao solo para fazer com que haja maior presença deles nos alimentos colhidos;
- a planta só absorve aquilo que lhe é necessário; por isso, não adianta adicionar maior quantidade de um determinado nutriente ao solo.

Em decorrência do parecer aprovado na CRA, o texto da proposição passou a apresentar a seguinte redação:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006

Dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Assim, para apreciação em caráter terminativo, o projeto veio a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde foi relatado pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares. Seu relatório, contudo, não chegou a ser apreciado.

Agora, em decorrência do desligamento do Senador desta Comissão, o projeto vem a minha relatoria, ressaltando que não lhe foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Há inegável mérito na proposição quando ela se preocupa com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Porém, por um lado salientamos a pertinência dos argumentos contidos no parecer apresentado na CRA acerca da impropriedade da mineralização dos solos com o objetivo almejado pelo PLS nº 203, de 2006. A adição de minerais aos solos pode até prejudicar o plantio de alguns alimentos e acabar diminuindo sua produção. Assim, o citado parecer acertou ao retirar do projeto as disposições concernentes à mineralização dos solos.

Por outro lado, as emendas aprovadas limitaram o projeto a determinações que reproduzem aquelas contidas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), publicada depois da apresentação do PLS nº 203, de 2006. Dessa forma, neste relatório, tomamos a liberdade de reproduzir a parte do parecer do Senador Antonio Carlos Valadares que compara o projeto com as disposições da referida lei.

Assim, o disposto no art. 1º do projeto repete, com outros termos, o conteúdo do art. 2º da Lei nº 11.346, de 2006, qual seja:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O art. 2º da proposição equipara-se ao art. 3º da lei, que vigora com os seguintes termos:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O conteúdo do art. 3º do PLS nº 203, de 2006, assemelha-se ao disposto no inciso I do art. 4º da mesma lei:

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio (...) da geração de emprego e da redistribuição da renda;

E, por fim, o art. 4º do projeto tem seu conteúdo abordado, ainda que de forma diferente, tanto no § 2º do art. 2º quanto no inciso V do art. 4º da lei, a seguir transcritos e por nós grifados:

Art. 2º

.....

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, **informar**, monitorar, fiscalizar e avaliar a **realização do direito humano à alimentação adequada**, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

.....

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação;

Assim, em termos de mérito, não se justifica aprovar o projeto sob análise, em virtude dos questionamentos técnicos acerca da mineralização dos solos, nem o texto originado do parecer aprovado na CRA, em virtude de já estar contemplado na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECERES

Nºs 207 E 208, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, do Senador João Durval, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

PARECER Nº 207, DE 2012

(Da Comissão de Serviços de Infraestrutura)

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 61, de 2010, de autoria do Senador JOÃO DURVAL, que propõe permitir a dedução, na ocasião da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), dos valores pagos a título de pedágio.

A matéria é estruturada em quatro artigos.

O art. 1º institui o favor fiscal propriamente dito, alterando o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

O art. 2º adapta o texto da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, à modificação principal proposta no art. 1º.

O art. 3º determina que o Poder Executivo estime a renúncia de receita decorrente da nova benesse, em cumprimento à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O art. 4º dispõe sobre a vigência e a eficácia da futura lei.

Apresentada em março de 2010, a proposição foi distribuída à CI e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nessa última para decisão terminativa.

Nesta CI, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, REGIMENTALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre trânsito e transporte, conforme o art. 22, XI, e sobre direito tributário e sistema tributário, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma carta.

O projeto atende ao requisito de juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro. É também respeitada a boa técnica legislativa, conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A competência da Comissão de Serviços de Infraestrutura para deliberar sobre a proposição decorre do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e seus incisos.

MÉRITO

Não há dúvida quanto à nobre intenção contida no projeto, qual seja, a de desonerar o cidadão comum, por meio de compensações, dos excessos da carga tributária.

Entretanto, cabe à CI analisar tecnicamente as matérias submetidas ao seu crivo, apontar seus problemas e interromper seu andamento, quando for o caso.

No PLS em análise, propõe-se deduzir integralmente do IRPF as despesas com pedágio rodoviário, o que significa, na prática, transferir à União um gasto próprio do particular que utiliza automóveis e rodovias. Seria como estatizar completamente uma despesa privada, dividindo o ônus com todos os demais contribuintes, motoristas ou não, que suportam, ao honrar suas obrigações tributárias, toda a manutenção da máquina pública.

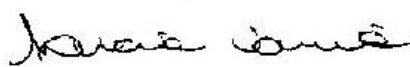
Mesmo considerando relevantes os argumentos desenvolvidos na justificação do projeto, sobretudo acerca da cada vez mais pesada oneração do usuário de rodovias pedagiadas, nada corrobora a transferência completa de tal despesa ao Estado, de forma oposta a toda a política de deduções vigente, que se baseia no abatimento de gastos considerados essenciais, como em saúde e educação, e ainda assim de forma parcimoniosa.

Concluimos, portanto, que o PLS nº 61, de 2010, embora imbuído das melhores intenções, está construído sobre bases frágeis, o que desautoriza sua continuidade.

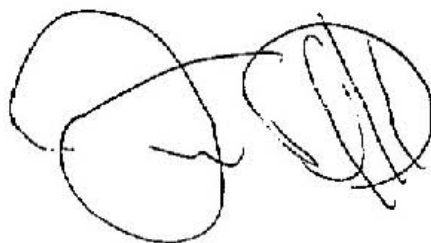
III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 20 / 10 / 2011, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: *João Paulo*RELATOR: *João Paulo*

TITULARES

SUPLENTE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

LINDBERGH FARIAS	1- HUMBERTO COSTA
DELCÍDIO DO AMARAL <i>Delcídio</i>	2- JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA <i>Jorge Viana</i>	3 - WELLINGTON DIAS
WALTER PINHEIRO <i>Walter</i>	4 - MARCELO CRIVELLA
BLAIRO MAGGI <i>Blairo</i>	5 - VICENTINHO ALVES
ACIR GURGACZ <i>Acir</i>	6 - PEDRO TAQUES
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio</i>	8 - VANESSA GRAZZIOTIN <i>Vanessa</i>

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

VALDIR RAUPP	1- ROMERO JUCÁ
WALDEMIR MOKA	2- SÉRGIO SOUZA <i>Sérgio</i>
LOBÃO FILHO <i>Lobão</i>	3- ROBERTO REQUIÃO
VITAL DO RÉGO	4- JOÃO ALBERTO SOUZA (licenciado)
RICARDO FERRAÇO	5- WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	6- CASILDO MALDANER
CIRO NOGUEIRA	7- EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco</i>	8- REDITÁRIO CASSOL <i>Reditário</i>

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

FLEXA RIBEIRO <i>Flexa</i>	1- AÉCIO NEVES
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>	2- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA <i>Cyro</i>	3- ALVARO DIAS
DEMÓSTENES TORRES	4- JAYME CAMPOS

PTB

FERNANDO COLLOR	1 - ARMANDO MONTEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	2 - JOÃO VICENTE CLAUDINO

PSOL

	1-
--	----

PARECER Nº 208, DE 2012
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 61, de 2010, de autoria do Senador **JOÃO DURVAL**, que propõe permitir a dedução, na ocasião da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), dos valores pagos a título de pedágio.

A matéria é estruturada em quatro artigos.

O art. 1º institui o favor fiscal propriamente dito, alterando o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

O art. 2º adapta o texto da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, à modificação principal proposta no art. 1º.

O art. 3º determina que o Poder Executivo estime a renúncia de receita decorrente da nova benesse, em cumprimento à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O art. 4º dispõe sobre a vigência e a eficácia da futura lei.

Apresentada em março de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e à CAE, nessa última para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

O Parecer da CI é pela rejeição da matéria.

II – ANÁLISE

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre trânsito e transporte, conforme o art. 22, XI, e sobre direito tributário e sistema tributário, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma carta.

O projeto atende ao requisito de juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro. É também respeitada a boa técnica legislativa, conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A competência da CAE para deliberar em caráter terminativo sobre a proposição decorre do art. 91, I, combinado com o art. 99, IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto está vazado em boa técnica legislativa, exceto por um lapso: a Lei nº 9.250 foi sancionada em 26 de dezembro de 1995, e não fevereiro, como consta da ementa. Além disso, após o advento da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a alínea a ser acrescentada ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, deve ser “i” e não “h”.

MÉRITO

Não há dúvida quanto à nobre intenção contida no projeto, qual seja, a de desonerar o cidadão comum, por meio de compensações, dos excessos da carga tributária.

Entretanto, cabe à CAE analisar tecnicamente as matérias submetidas ao seu crivo, apontar seus problemas e interromper seu andamento, quando for o caso.

No PLS em análise, propõe-se deduzir integralmente do IRPF as despesas com pedágio rodoviário, o que significa, na prática, transferir à União um gasto próprio do particular que utiliza automóveis e rodovias. Seria como estatizar completamente uma despesa privada, dividindo o ônus com todos os demais contribuintes, motoristas ou não, que suportam, ao honrar suas obrigações tributárias, a manutenção da máquina pública.

Mesmo considerando relevantes os argumentos desenvolvidos na justificação do projeto, sobretudo acerca da cada vez mais pesada oneração do usuário de rodovias pedagiadas, nada corrobora a transferência completa de tal despesa ao Estado, de forma oposta a toda a política de deduções vigente, que se baseia no abatimento de gastos considerados essenciais, como em saúde e educação, e ainda assim, de forma parcimoniosa.

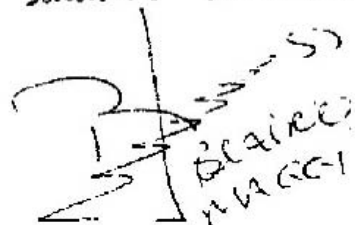
Concluimos, portanto, que o PLS nº 61, de 2010, embora imbuído das melhores intenções, está construído sobre bases frágeis, o que desautoriza sua continuidade.

III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010.

Sala da Comissão, 20 de março de 2012.

Senador MELCÍLIO DO AMARAL, Presidente



, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER NA 16ª REUNIÃO, DE 20/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

RELATOR: 

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Deicídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portefa (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS nº 61 de 2010.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)		X			1-ZIZÉ PERRELLA (PDT)				
EDUARDO SUPLEY (PT)		X			2-ANGELA PORTIELA (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3-MARTA SUPLEY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PI)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5-JORGIE VIANA (PT)				
ACIR GURGACZ (PDT)					6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
LIDICE DA MATA (PSB)					7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)		X		
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					8-INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
TITULARES – Bloco Parlamentar (PMDB, PT, PSB, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar (PMDB, PT, PSB, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)					1-VITAL DO RÉGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SERGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)				
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)					4-ANA AMÉLIA (PP)				
FUNCKI OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIR MOKA (PMDB)				
LUÍZ HENRIQUE (PMDB)					6-VAGO				
LOIÃO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PT)		X			8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)		X			9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO MUNES FERREIRA (PSDB)		X			1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)		X			2-ARCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)		X		
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO		X			1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2-GIM ARGELO		X		
TITULARES – PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CELSO ANDRADE (SPARTIDO)					1-BLAIRO MAGGI		X		
JOÃO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR – PSOL PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSOL PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU (PSD)		X			1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TOTAL 1. SIM 2. NÃO 3. AUS 4. AUTOR 5. ABSTENÇÃO 6. PRESIDENTE 7.									

Delcídio do Amaral

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/3/12.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RFSF)

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI - trânsito e transporte;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 8.134, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

II - das deduções relativas:

LEI Nº 12.469, DE 26 DE AGOSTO DE 2011.

Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002.

Of. nº 029/2012/CAE

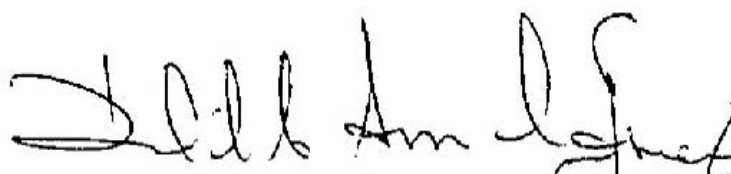
Brasília, 20 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2010, que “altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física”.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

~~Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos~~

PARECER Nº 209, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011 (nº 1.964/2007, na origem, do Deputado Edson Ezequiel), que dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011 (Projeto de Lei nº 1.964, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Edson Ezequiel, que tem por finalidade estabelecer prazo para emissão de recibo de quitação de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

A proposição compõe-se de três artigos. O primeiro estabelece a garantia objeto da matéria de emissão de recibo de quitação de débito de cinco dias, contados da comprovação de liquidação integral do débito. Em seus parágrafos 1º e 2º, determina ainda que o disposto no Projeto de Lei não se aplica aos casos em que a lei haja determinado prazos e procedimentos específicos, cabendo às instituições financeiras esclarecer tais situações, e que, nos casos de contratos de financiamento imobiliário, o prazo é de trinta dias a contar da data de liquidação da dívida. No artigo segundo, fica estabelecida a penalidade pelo descumprimento da lei proposta, nos termos do art. 44 da Lei nº 4.595, de 1964. O terceiro artigo contém a cláusula de vigência de noventa dias.

Na justificação, o autor argumenta que as instituições financeiras demoram muito a entregar o recibo de quitação de dívida e que isso causa transtornos ao mutuário ou devedor adimplente com suas obrigações.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do RISF, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário. Como a matéria foi distribuída apenas para a CAE, também damos parecer sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais, cabendo, eventualmente, consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme dispõe o inciso I do art. 101 do RISF.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende aos requisitos formais. De acordo com o inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre política de crédito e concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre a produção e o consumo, conforme o inciso V do art. 24 da Carta Magna.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União, em particular sobre matéria financeira, instituições financeiras e suas operações, conforme o inciso XIII do art. 48 da Lei Maior.

Por sua vez, a proposição não incide em qualquer das hipóteses de iniciativa legislativa privativas do Presidente da República elencadas no § 1º do art. 61, combinado com o art. 84, III e VI, da Constituição.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, trata-se de matéria adequada à espécie normativa lei ordinária, posto que não se trata de matéria relativa à estrutura do sistema financeiro nacional, nos termos do art. 192 da Lei Maior, mas de aspectos normativos ordinários. Sob esse aspecto, analisando a Lei nº 4.595, de 1964, o Supremo Tribunal Federal (STF) exalou que apenas os dispositivos dessa Lei que se refiram à estruturação do Sistema Financeiro Nacional foram recepcionados como complementares.

Sendo assim, conclui-se que o projeto pode ser iniciado em qualquer das Casas do Congresso, como projeto de lei ordinária.

No mérito, não temos nenhum reparo a fazer por ser oportuna e conveniente a proposição, visto que não há razão para a demora na entrega do recibo de quitação de dívida, assinalada pelo nobre Autor, particularmente quando a regra geral de cinco dias úteis admite exceção prevista em lei e, no caso específico de financiamentos imobiliários, que podem necessitar de pesquisa mais complexa por parte da instituição financeira, o prazo é de trinta dias, que entendemos, por não estar explicitado de outra forma no Projeto de Lei, como assinalou o autor na regra geral, tratar-se de trinta dias corridos e não de trinta dias úteis.

Além disso, a matéria, obviamente, não implica aumento de despesas ou diminuição de receitas públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011.

Sala da Comissão, 20 de março de 2012.

Senador DELCÍLIO DO AMARAL, Presidente


Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, Relator

EMENDA Nº - CAE

(ao PLC nº 110, de 2011)

Dê-se ao Art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ficam obrigadas a emitir recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza, quando requerido pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da comprovação de liquidação integral do débito, por meios próprios ou por demonstração efetuada pelo interessado.”

DECISÃO DA COMISSÃO

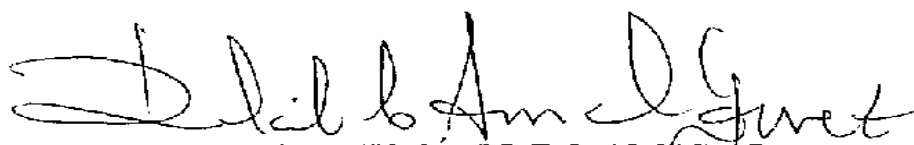
Em Reunião realizada nesta data, após a leitura do relatório, iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda. O Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, manifesta-se pela aprovação da Emenda nº 1. Colocados em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao Art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ficam obrigadas a emitir recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza, quando requerido pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da comprovação de liquidação integral do débito, por meios próprios ou por demonstração efetuada pelo interessado.”

Sala das Comissões, em 20 de março de 2012.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL


Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 20/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

RELATOR: 

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zezé Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

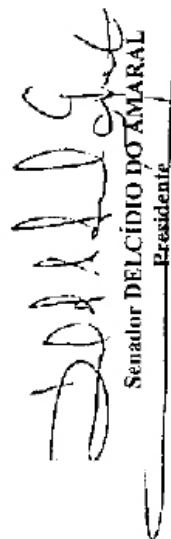
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLC nº 110 de 2011.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIDIO DO AMARAL (PT)					1-ZEZE PERRELLA (PDT)				
EDUARDO DUPLICI (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
JOSE PIMENTEL (PT)	X				3-MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIAS (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
ACIR GUARACZ (PDT)					6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
LIDICE DA MATA (PSB)	X				7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)					8-INACIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)					1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SERGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)				
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)				
EUNICIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIR MOKA (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6- VAGO				
LOBÃO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)	X				9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRÓ MIRANDA (PSDB)	X				2-ACÍCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2-GIM ARGELLO				
TITULARES - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE (S/PARTIDO)					1-BLAIRO MAGGI	X			
JOAO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR - PSOL PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU (PSD)	X				1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				

TOTAL: SIM 14 NÃO 10 ABS 1 AUTOR 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/03/12.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

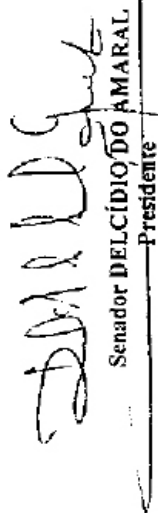
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CAE apresentada ao PLC nº 110 de 2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PPT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍDIO DO AMARAL (PT)					1-ZEZE PERRELLA (PDT)				
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
JOSE MIENTEL (PT)	X				3-MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIAS (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
ACIR GURGACZ (PDT)					6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
LIDICE DA MATA (PSB)	X				7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)					8-INACIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)					1-VITAL DO RÊGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3-ROMERO LUÇA (PMDB)				
ROBERTO REQUÃO (PMDB)					4-ANA AMÉLIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIR MOKA (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6-VAGO				
LOBAO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)	X				9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2-ARCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)	X			
JOSE AGRIPINO (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2-CIM ARGELLO				
TITULARES – PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE (SIPARTIDO)					1-HELAIRO MAGGI	X			
JOÃO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR – PSOL/PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSOL/PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU (PSD)	X				1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				

TOTAL 15 SIM 14 NÃO 1 ABS 0 AUTOR 0 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 22/3/12.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

UOCAEL/Lista 2012/Votação Nominal/Projetos 2012.doc Atualizada em 6/3/12

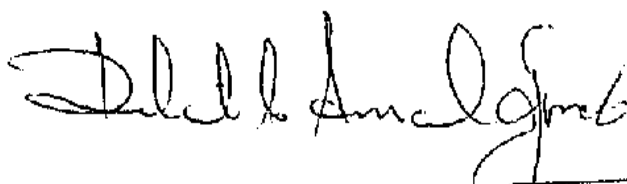
TEXTO FINAL DA EMENDA APRESENTADA AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110 DE 2011

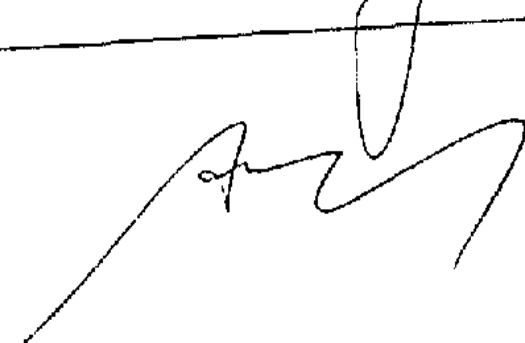
EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ficam obrigadas a emitir recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza, quando requerido pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da comprovação de liquidação integral do débito, por meios próprios ou por demonstração efetuada pelo interessado.”

Sala das Comissões, em 20 de março de 2012.

 , Presidente

 , Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

V - produção e consumo;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

.....

VI - dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

.....

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....

Art. 44. As atuais empresas brasileiras titulares de autorização de pesquisa, concessão de lavra de recursos minerais e de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em vigor terão quatro anos, a partir da promulgação da Constituição, para cumprir os requisitos do art. 176, § 1º.

.....

Of. nº 30/2012/CAE

Brasília, 20 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei da Câmara nº 110 de 2011, que “dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964”, com a Emenda nº 1-CAE.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os pareceres lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2012**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

OF.-PRES. Nº 1/2012-CRA

Brasília, 15 de março de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão rejeitou em 15 de março do corrente o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011, que “Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores”, de autoria do Senador Eduardo Amorim.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurcacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao **Ofício nº 1, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 28, de 2012**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 28/12-Presidência/CCJ

Brasília, 21 de março de 2012

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo do Senador Antonio Carlos Valadares ao Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, que “Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido

na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências”, de autoria do Senador Humberto Costa.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao **Ofício nº 28, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 45 e 46, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 152, de 2011; e 203, de 2006, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 45/2012 – Presidência/CAS

Brasília, 21 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, que autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro, de autoria do Senador João Durval.

Respeitosamente – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 46/2012 – Presidência/CAS

Brasília, de de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência aos **Ofícios nºs 45 e 46, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 152, de 2011; e 203, de 2006, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 29 e 30, de 2012**, do Presidente da Comissão Assuntos Econômicos, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, e do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 29/2012/CAE

Brasília, 20 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física”.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 30/2012/CAE

Brasília, 20 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011, que “dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964”, com a Emenda nº 1-CAE.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência aos **Ofícios nºs 29 e 30, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidenta, peço a minha inscrição como primeiro orador para a indicação de liderança pelo PTB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É V. Exª o primeiro inscrito pela liderança do PTB. Pois não, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro. O segundo é o Senador Suplicy.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Para uma comunicação inadiável eu gostaria de me inscrever

A SRA. PRESIDENTA (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O segundo foi o Senador Suplicy, por ordem de chegada, inscrito, e o terceiro é o Senador Eunício.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Para uma comunicação inadiável, eu gostaria de me inscrever.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o segundo inscrito pela ordem de chegada. O terceiro é o Senador Eunício.

Passo a Presidência ao Senador João Ribeiro, porque sou a primeira inscrita para fazer uso da palavra.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Marta Suplicy. Tem V. Exª o tempo regimental.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras aqui presentes, ouvintes da Rádio e da TV Senado, vou começar dando parabéns à Polícia Federal, à Secretaria de Direitos Humanos e ao Grupo ABGLT, porque prendeu hoje os incitadores do crime de ódio e homofobia na Internet.

Essa é uma situação horrível. Duas pessoas que estavam na Internet, acusadas de usar esse meio de comunicação para espalhar mensagem de apologia de crimes graves e de violência, principalmente contra mulheres, contra negros, homossexuais, nordestinos e judeus, além da incitação do abuso sexual de menores, segundo a Polícia Federal.

A operação que se chamou “Operação Intolerância” prendeu Emerson Eduardo Rodrigues e Marcelo

Valle Silveira Mello, moradores de Curitiba e Brasília, respectivamente. Eles foram presos preventivamente por supostamente serem os responsáveis pelo *site*, cujo nome não vou mencionar.

A página foi amplamente denunciada por internautas brasileiros ao Ministério Público. E, com quase 70 mil denúncias registradas na ONG SaferNet, bateu recorde de participação pública no controle da internet nacional.

Agentes da Polícia Federal também vão aos mandados de busca e apreensão para examinar as casas e locais de trabalho dos suspeitos em busca de provas.

Entre os conteúdos publicados pelos criminosos, havia referências positivas ao atirador Wellington, que em 2011 atacou a tiros uma escola em Realengo, no Rio, matando diversas crianças, bem como à suposta incapacidade da Polícia em localizá-los.

Bom, bem feito! Foram localizados e espero que paguem por um bom tempo na cadeia pelo incitamento que estão fazendo de violência neste País.

Há poucos dias, fiz um pronunciamento referente à preocupação que vemos no mundo. Por exemplo, agora, na França, um atirador matou um rabino e três crianças judias; matou mulçumanos também. Esse incitamento, esse ódio, muitas vezes exacerbado, que tem às vezes até uma conotação política, passa por conotação religiosa e quando chega à época de eleições ele é assoberbado.

Na França, agora, a disputa Sarkozy e Hollande está criando um clima, na medida em que o presidente francês foi mais para a direita, contra os imigrantes. Isso se acentuou.

No Brasil, nós tivemos isso na eleição presidencial. Está havendo um ensaio para começar também na eleição municipal. Hoje os jornais indicam isso. Não queremos esse tipo de clima no nosso País. Nós somos, e fomos e espero que sempre continuemos a ser um País onde as divergências não são resolvidas com golpes baixos, com incitamento, com pregação de ódio, porque isso não leva à construção de uma sociedade mais justa.

Por isso, parabeno aqui a Comissão de Direitos Humanos, que teve um papel bastante relevante, a Polícia Federal e a ABGLT, porque nós conseguimos pelo menos prender esses dois meliantes que estavam incitando o ódio a mulheres, a judeus e aos homossexuais no nosso País.

Mudando de assunto, hoje nós tivemos a primeira audiência pública sobre o Fundo de Garantia do Trabalhador. Foi bastante interessante, com representante da CUT, representante do patronato e representante do Governo.

Esta audiência foi pedida por uma subcomissão, formada por cinco Senadores, três Senadores e duas Senadoras. Nela nós vamos analisar os 27 projetos do Senado para modificação, melhorias para o fundo de garantia.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço existe para que o trabalhador não fique abandonado na hora em que perde o emprego. Sua utilização, desde 2006, começou a ser ampliada, não só para ser um fundo que pudesse ser usado para o trabalhador em caso de desemprego ou de falecimento, mas também para alguns usos, como, por exemplo, Minha Casa Minha Vida, que realmente está fazendo uma diferença muito grande para diminuir o déficit habitacional no Brasil.

Entretanto, o fundo é remunerado por um índice que está muito abaixo de outros índices. Por isso, nós temos vários projetos nesta Casa – e na Câmara, há mais de 70 também – querendo a mudança do índice.

A grande discussão é que a mudança desse índice vai aumentar o fundo – porque aí o índice vai render mais para aquele fundo, para o trabalhador –, mas, ao mesmo tempo, quem vai pedir emprestado a este fundo? É o trabalhador. Aí o trabalhador vai pedir dinheiro do fundo para o Minha Casa Minha Vida e esse dinheiro vai ter um juro muito superior. Hoje pode ser por volta de 6% e vai passar para 12%. Então, as pessoas que estão se beneficiando desse fundo vão ser extremamente prejudicadas. E, aliás, vai até beneficiar quem tem muito dinheiro, Senador João Ribeiro. Porque, hoje, a maioria das contas das pessoas tem menos R\$1.000 no fundo, porque são usados para a casa própria. Agora, há contas que têm bastante recurso. Essas seriam altamente beneficiadas. Nada contra que elas sejam beneficiadas. Mas não é essa a ideia. A ideia é que o fundo sirva ao trabalhador.

Então, vamos ter que analisar. Há projetos, e um é até de minha autoria e também do Paulo Bauer, que é para beneficiar, distribuir o lucro para o trabalhador, diretamente. Você deixa o patrimônio do fundo e aquele lucro que o fundo tem dos empréstimos e tudo mais, ele passa a ser mais de 50% distribuído para o trabalhador no final do ano, na mão dele. Esse é um dos projetos que estamos analisando. E há outros projetos que querem ampliar o fundo: para permitir que seja retirado para pagar universidade de filho, para pagar isso, pagar aquilo. Tudo isso tem que ser analisado.

Hoje foi interessante o debate, muito rico, está sendo o primeiro de doze. No nosso pequeno grupo da subcomissão do fundo de garantia, chegamos a um acordo, de que vamos fazer doze audiências públicas e que essas audiências serão para ouvir os próprios membros do conselho curador, porque afinal de contas são os que estão lá e mais entendem desse recurso.

Esse fundo curador é composto por 12 pessoas que representam o Governo, que são os Ministérios: seis pessoas que representam os trabalhadores, que são as centrais sindicais; e seis pessoas que são patronato. Hoje, para conseguirmos ter não opiniões iguais, mas opiniões divergentes, para que possamos, nós, Senadores e Senadoras, ter uma ideia de como melhor caminhar, vem um de cada área, para que possamos, então, ouvir até opiniões divergentes e consigamos o melhor entendimento.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Cara Senadora Marta Suplicy, eu queria realmente dizer que foi uma iniciativa absolutamente oportuna a criação dessa subcomissão, iniciativa de V. Ex^a, do Senador Cyro Miranda, para debater uma questão de interesse social, de interesse econômico, de interesse da classe trabalhadora do Brasil e do desenvolvimento socioeconômico do nosso País. O recurso do Fundo de Garantia é usado – e é um recurso importantíssimo e é uma poupança que o trabalhador faz, com a contribuição dele, trabalhador, e do empresário –, essa contribuição é aplicada, a maior parte, na habitação, no saneamento e na infraestrutura, setores fundamentais. A primeira audiência, que foi hoje, como está relatando muito bem V. Ex^a, teve, digamos assim, a abertura de quantas coisas podemos fazer para aperfeiçoar esse processo, sem agredir ou sem fragilizar o eixo central, que é o patrimônio dos trabalhadores, representado pelo Fundo de Garantia, de que ele se vale na hora em que se aposenta ou em que é demitido injustamente. Então, eu já estou convencida da valia dessas audiências públicas, que é extraordinária, pois, já na primeira, temos alguns indicativos de sugestões para o nosso trabalho. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Obrigada pelo aparte. V. Ex^a também está na comissão e tem sido também uma proponente de ideias. Essa foi uma iniciativa, a subcomissão, do Senador Cyro Miranda; a vice-presidência é do Senador Paim; eu sou a relatora. Acredito que, pelo início que tivemos hoje, já deu para perceber que vamos ter muito subsídio, talvez muito mais amplos do que nós, no começo, tínhamos pensado. Vai exigir de nós uma coisa muito criadora, muito inovadora. Vamos ter oportunidade de nos debruçar sobre isso, agora com extremo cuidado, Senadora, porque é o recurso mais importante que o trabalhador tem hoje e é o recurso disponível para o Governo mais importante também, e ele deve ter muito cuidado na utilização desse recurso, pois ele é do trabalhador.

Ao mesmo tempo, como bem disse o representante do patronato, o que hoje as empresas mais querem é infraestrutura no Brasil.

E, como lembrou V. Ex^a na discussão, a importância também do saneamento porque a gente só constrói casas, casas, casas, e o saneamento para essas casas ou bairros ao lado dessas casas? Então, é aquela tarefa desafiadora, ter muita coisa para fazer, o recurso ser limitado, mas a gente tem que saber a prioridade. E a prioridade é o trabalhador.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Eu que agradeço, Senadora Marta.

Como orador inscrito para uma comunicação e com a concordância do Senador Mozarildo, concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

Tem V. Ex^a o tempo regimental para as comunicações inadiáveis.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Ribeiro, quero agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela permuta que fez para que eu pudesse usar da tribuna para uma comunicação inadiável.

Cresce o temor de um desastre ambiental nos campos brasileiros de petróleo. Acidentes em série na exploração petrolífera vêm escancarando o despreparo do Brasil para cuidar de atividade tão potencialmente danosa. O País do pré-sal improvisa e ameaça rifar seu passaporte para o futuro.

Quase uma semana depois de divulgado o novo vazamento no Campo de Frade, as autoridades brasileiras ainda não conseguiram dimensionar o estrago.

Estima-se agora que a mancha de sujeira possa ter chegado a sete quilômetros quadrados de extensão, ou seja, nada que os meros cinco litros de vazamento informados na primeira hora fossem capazes de provocar. O buraco, pelo jeito, é bem mais embaixo.

As primeiras investigações, Senador João Ribeiro, feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, indicam que a exploração do Campo de Frade vinha se dando de forma bastante temerária – para dizer o mínimo – pela Chevron. A companhia teria injetado pressão absurda sobre uma estrutura frágil.

Com isso, o óleo aflorou e, desde novembro, parece não ter estancado.

O risco é a situação degradingolar, Senador Humberto Costa. “O vazamento não tem como ser controlado. É uma cratera no solo marinho”, descreveu Eduardo Santos, Procurador da República envolvido nas investigações.

“A situação é grave e está fora de controle. A indústria não está preparada para responder”, reforçou

Fábio Scliar, Delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito, ambos ouvidos pelo jornal **O Estado de S.Paulo**.

Como mostrou o jornal **O Globo** de ontem, “o Governo trabalha com o pior dos cenários e já prevê vazamentos em série no local”. Todo o solo da região onde foi localizado o vazamento pode afundar. O petróleo está saindo pelas fissuras, que ainda não foram dimensionadas, o mar de sujeira avança. Desde novembro passado, vêm ocorrendo, sistematicamente, vazamentos mensais de óleo nos campos ou rotas de produção de petróleo na costa brasileira, mas órgãos federais responsáveis pelo controle ambiental, como Ibama, Agência Nacional do Petróleo e Marinha, não têm, sequer, registro das ocorrências, segundo revelou a **Folha de S.Paulo** no domingo. Só a Petrobrás já noticiou cinco vazamentos sérios neste ano, aliás, o acidente no Campo de Frade também vitima a estatal; a companhia – refiro-me à Petrobras, João Ribeiro – é sócia da Chevron na exploração na área com a participação de 30% no consórcio.

Então, Senador Eunício Oliveira, se a Chevron aumentou a pressão na exploração desses poços, a sua sócia Petrobras também deve ter autorizado o aumento da pressão. É lógico, se ela é sócia e tem 30%, ela também participa financeiramente, como V. Ex^a fez referência, e nas decisões também. Então ela é responsável também pelo acidente. Assim, evidentemente, arcará também com os possíveis ônus decorrentes do acidente.

O histórico de imprevidência do Governo brasileiro colabora para agravar o desastre. Desde que ocorreu o vazamento de novembro, quando 2,4 mil barris escorreram para o oceano, a gestão petista vem prometendo um plano de contingências para a exploração de petróleo no País. Mas, até hoje, passados quase 150 dias, ele ainda não existe.

O Governo diz que a proposta já está pronta, mas ainda depende da aprovação de “alguns ministérios envolvidos” e também da Presidente da República. Ou seja, na realidade não há nada.

Do pouco que se divulgou até agora a respeito do plano, foi dito que ele terá R\$1 bilhão para ações em casos de acidentes. Especialistas afirmam que se trata de algo irrisório, diante do que pode ser necessário gastar em caso de vazamentos de maiores proporções: o valor teria de ser multiplicado por dez num país com as perspectivas de exploração que tem o Brasil.

Para se ter ideia, os acidentes com a Chevron ocorreram em áreas perfuradas a um quilômetro da superfície. Imagine-se o que pode acontecer nas reservas do pré-sal, localizadas a uma profundidade até

sete vezes maior, com riscos exponencialmente mais elevados e mesmo desconhecidos.

Mesmo assim, os planos do Governo petista restringem-se a medidas pós-vazamento, nada à prevenção.

Concluo, Sr. Presidente.

Não há nada estruturado para se preparar para o pior, segundo Segen Estefan, Diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe/UFRJ. Pelo jeito, infelizmente, pode nos sobrar apenas chorar o óleo derramado.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero parabenizar o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Controle e Fiscalização, autor do requerimento para uma audiência pública a fim de debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo recentemente surgido no campo de Frade, operado pela Chevron na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Essa audiência, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, está ocorrendo agora, neste exato momento, na Comissão de Meio Ambiente a que me referi, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e tem como convidados a Sr^a Magda Chambriand, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, o Sr. Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; o Sr. Eduardo Santos de Oliveira, Procurador da República do Ministério Público Federal; o Sr. Fábio Scliar, Delegado do Departamento de Polícia Federal; e o Sr. George Buck, Presidente da Chevron no Brasil.

Reafirmo que parabenizo o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, autor do requerimento e que, neste momento, está presidindo a audiência pública para tratar desse assunto da maior importância para todos nós, brasileiros, que queremos, sim, que haja exploração dessa riqueza que virá beneficiar todos os brasileiros que estamos esperando a aprovação do projeto que trata da distribuição dos **royalties** do pré-sal para todos os Estados e Municípios do nosso País.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha para dizer no pronunciamento de hoje.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Sim, pois não, Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de me inscrever no horário de lideranças.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – V. Ex^a está inscrito, pela Liderança do PV.

Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Rita. V. Ex^a, Senadora, tem o prazo regimental de dez minutos para proferir o seu pronunciamento.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, público na tribuna de honra, espectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo hoje esta tribuna para destacar o cooperativismo no Espírito Santo.

Nesta semana, estivemos na solenidade do Plano Estadual de Desenvolvimento do Cooperativismo, que vem atender a um segmento muito importante da nossa economia. Essa é uma ação que irá, certamente, incentivar o modelo cooperativista como base do desenvolvimento regional sustentável e equilibrado e também promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das cooperativas, contribuindo, assim, para a redução da pobreza, das desigualdades socioeconômicas e por uma maior diversificação da economia com inclusão produtiva.

Esse plano também tem o mérito de celebrar um pacto, que acredito ser inédito no Brasil, entre o Sistema Sescop/OCB-ES e a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) em prol do desenvolvimento e crescimento das cooperativas capixabas. Esse pacto é resultado de diálogo maduro e responsável, no qual o Governo do Estado, através da Aderes, tem um papel importante, e também me orgulho de ter colaborado por meio do nosso mandato.

As duas legislações estaduais – a Lei 8.256/06, que institui a Política Estadual da Economia Solidária, e a Lei 8.257/06, que institui a Política Estadual do Cooperativismo – caminharão, agora, lado a lado. De imediato, a Lei do Cooperativismo será alterada para contemplar a Unicafes em suas políticas e no Conselho Estadual do Cooperativismo.

Quero parabenizar todas as pessoas que participaram dessa vitória e desse avanço para o Estado do Espírito Santo e trago esse diálogo para esta Casa, pois nossa intenção é que levemos esse tema para todo o Brasil, para o bem do desenvolvimento do cooperativismo brasileiro.

Destaco que, no final do ano passado, subi a esta tribuna para enfatizar que 2012 foi escolhido, pela Organização das Nações Unidas, como o Ano Internacional das Cooperativas. De fato, este é o ano do cooperativismo mesmo. Como sou integrante da Frente Parlamentar pelo Cooperativismo, acho o tema importante. Devemos unir esforços para aprovar o projeto de lei que trata do novo cooperativismo brasileiro e que tem como Relator o Senador Lindbergh Farias.

A intenção é que consigamos reduzir de vinte para sete ou onze o número de cooperados para a abertura de uma cooperativa. Essa medida irá beneficiar, por exemplo, os pequenos agricultores e empreendimentos da Economia Solidária e aumentar, de forma bastante significativa, o número de cooperativas no Brasil.

O crescimento das cooperativas está extremamente ligado à evolução da sociedade, ou seja, as pessoas precisam desenvolver mais a cultura da organização social. Esse é um processo que vai refletir em melhores negócios e, logicamente, em melhores cooperativas. Para acelerar essa trajetória, precisamos trabalhar com mais ênfase na conscientização sobre o setor, visando à disseminação dos conceitos e princípios do cooperativismo a todos os brasileiros e brasileiras.

A intenção é promover o desenvolvimento local e regional com sustentabilidade. O Espírito Santo dá o exemplo e faz do cooperativismo uma prioridade, facilitando o trabalho desses grupos com legislações específicas, planos e ações voltadas para o desenvolvimento.

É estratégico que se incentive o modelo cooperativista com base no desenvolvimento regional sustentável e equilibrado, além de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de cooperativas.

Aproveito, Sr. Presidente, o momento também para render minhas homenagens ao Senador Lindbergh Farias pelo belíssimo evento realizado nesta Casa, ontem, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Síndrome de **Down**. Foi emocionante ver este Senado receber crianças, jovens e adultos com **Down**, pessoas que vivem o amor, a alegria de viver e a afetuosidade. Realmente são pessoas que nos ensinam e resgatam com o convívio valores que por nós muitas vezes são esquecidos. Fomos brindados com a presença de pessoas com **Down**, filhos de Parlamentares e outras representando instituições nas quais se desenvolvem no dia a dia atividades interativas, ocupacionais e inclusivas. Eventos como o de ontem ajudam a sociedade a perceber a Síndrome de **Down** não como um problema, mas como manifestação da diversidade humana.

Hoje vivemos numa sociedade com mais acesso às informações acerca das deficiências. A cada dia, o **Down** tem conquistado espaço e demonstrado sua capacidade, potencialidades e habilidades, seja no trabalho, nas artes ou em outras áreas.

A exemplo disso, citamos o portal Movimento **Down**, o qual tem contribuído com milhares de pais e mães que estão ainda sem as devidas informações sobre a síndrome, bem como auxiliado a sociedade no esclarecimento de dúvidas sobre o assunto, visando

a reduzir o preconceito contra a pessoa com Síndrome de **Down**.

Quero registrar que a ideia das comemorações em torno da data é oportunizar à sociedade a visão de que a Síndrome de **Down** tem cada vez menos um caráter distintivo e cada vez mais constitutivo, fato que se deve a maior presença das pessoas nos espaços sociais, pela persistência das famílias em garantir e buscar seus direitos e pelo amparo que o movimento associativo e as autoridades constituídas têm passado a promover, tendo em vista os direitos já consagrados.

Quero saudar, também, as campanhas contra o preconceito e de valorização da diversidade, que declaram, em alto e bom som, que ser diferente é normal.

Aproveito ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, para fazer o registro pela passagem do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado ontem. Essa data foi instituída pela ONU em memória do Massacre de Shaperville. Em 21 de março de 1960, vinte mil negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o Exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foi 69 mortos e 186 feridos.

Hoje, podemos não viver uma situação de massacre, mas os negros ainda não possuem igualdade com os brancos, basta olhar para nossa sociedade. Apesar de muitos pregarem que vivemos uma democracia racial a realidade é muito diferente. Trarei aqui apenas alguns dados que corroboram bem o que falo:

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu necessito de, pelo menos, dois minutos, pois gostaria de enfatizar esses dados.

Negros recebem em média 57,4% do salário que recebem os bancos, para o desempenho das mesmas funções. Ainda que possuam qualificação, com 12 anos ou mais de estudo, os negros recebem 69,8% menos. Enquanto entre os negros as principais causas são os homicídios, entre os brancos, os acidentes de trânsito. Um jovem negro tem 140% mais chance de ser assassinado que um jovem branco. Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, se isso não significa exclusão e discriminação institucionalizada em nossa sociedade, não saberia dizer o que é.

A discriminação é muito evidente também no acesso à educação. Aproximadamente 62,6% dos estudantes brancos, de 18 a 24 anos, cursam o nível superior, contra apenas 28,2% de negros, porém a população negra representa mais de 50% do total.

Entre as 571 crianças, de 7 a 14 anos fora da escola, 62 são negras.

Aos negros é, sim, negado o direito a uma educação de qualidade, por isso é tão importante que aprovemos o PLC 180, de 2008, que institui as cotas nas universidades públicas. Temos que ter mais profissionais formados pelas universidades públicas, enegrecer nossas turmas e garantir que a sociedade seja atendida por profissionais capacitados e negros, que nossos jovens sejam educados por professoras e professores negros. Enfim, que mais e mais negros tenham a opção de escolher uma carreira e não apenas aquelas que lhes são atribuídas pela sociedade.

Quero parabenizar o Fejunes (Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo), que aproveita esta data para cobrar ações mais efetivas do Poder Público para a superação da discriminação racial. A entidade se reuniu com o Desembargador Willian Silva, o primeiro desembargador negro do Espírito Santo, para buscar apoio na luta contra o racismo no Espírito Santo.

Uma das propostas é a realização de um seminário sobre racismo institucional com intuito de discutir os impactos do racismo nas instituições públicas...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Finalizando, Sr. Presidente, além da solicitação do apoio do Tribunal de Justiça para a adoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Espírito Santo, como o cumprimento da Lei nº 7.723, de 2004, que institui essas políticas no âmbito estadual.

Uma sociedade democrática, de fato, só será alcançada quando absolutamente todos tiverem as mesmas oportunidades, independentemente de vários fatores, mas principalmente da cor da pele.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer.

Muito obrigada pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi hoje um documento assinado pela Fenapef, pelo Sindireceita e pela Federação Nacional dos Policiais Federais, nos seguintes termos:

“Através do presente, a FENAPEF (Federação do Policiais Federais), o SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil) e a FENAPRF (Federação dos Policiais Rodoviários Federais), vem trazer ao conhecimento de Vossa

Excelência a preocupante situação em que se encontram os servidores das zonas inóspitas da nossa fronteira.

Informamos que o Brasil tem 16,8 mil km de fronteiras terrestres. Devido à extensão territorial sua fiscalização é deficitária, nossas divisas internacionais estão de 'portas abertas' para a entrada de drogas, armamentos ilegais, pirataria e todo o tipo de contrabando, fortalecendo o crime e a violência em todo o Brasil.

As entidades pleiteiam, junto ao Governo Federal, a Indenização de Fronteira, que tem por objetivo incentivar os servidores da Polícia Federal, da Receita Federal do Brasil e da Polícia Rodoviária Federal a permanecerem trabalhando na fiscalização dessas áreas.

O Governo Federal mostrou-se favorável à reivindicação, entretanto, até a presente data, nada foi concretizado. Além disso, estamos indignados com o fato dos servidores que atuam na chamada AMAZÔNIA LEGAL (...)"

Isso aqui é um cacoete que, eu acho, nós tínhamos que eliminar. Será que existe alguma Amazônia ilegal? Mas infelizmente está em todo lugar. Ainda hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional nós estávamos discutindo isso: Amazônia Legal. Não existe Amazônia ilegal. Qual é a Amazônia ilegal? "(...) não terem sido incluídos na proposta elaborada pelo Executivo."

Mas eu esclareço que esse tema, AMAZÔNIA LEGAL, é porque na verdade a Amazônia geográfica é uma: os sete Estados da Região Norte; e aí se incluiu o Mato Grosso que pertence à Região Centro-Oeste e o Maranhão que pertence à Região Nordeste, parte deles estão na região – aliás, o Mato Grosso todo e parte do Maranhão – então por isso se chamou AMAZÔNIA, que a lei estabeleceu, portanto, AMAZÔNIA LEGAL.

"Assim, as entidades sindicais representativas dos órgãos envolvidos encontram-se mobilizadas em busca dos direitos dos profissionais que atuam nas áreas fronteiriças do país.

O Movimento Nacional em Defesa dos Órgãos de Fronteira tem uma pauta de mobilização e, caso o Governo Federal continue protelando a nossa reivindicação, bem como a incluir a AMAZÔNIA LEGAL, as entidades que congregam o movimento nacional irão se mobilizar no dia 29 de março de 2012, o DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL!

Dessa forma, as entidades de classe solicitam a V. Ex^a o apoio a todas as reivindicações

por meio de manifestações em plenário, bem como a adesão ao movimento que efetuiremos no dia 29."

E aqui me mandam, Senador João Ribeiro, um material que é uma espécie de nota oficial, que diz:

"A FENAPEF (Federação Nacional dos Policiais Federais), o SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil) e a FENAPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) vêm trazer ao conhecimento da sociedade a preocupante e intolerável situação em que se encontram os servidores das zonas inóspitas da fronteira.

O Brasil tem 16,8 mil km de fronteiras. Devido a essa extensão territorial, sua fiscalização é deficitária (...)"

E aí ele repete a matéria que consta do ofício que me mandou.

Senador João Ribeiro, como Presidente da Subcomissão da Permanente da Faixa de Fronteira e da Amazônia, que é uma Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu enviei um ofício hoje à Presidente Dilma, encaminhando essas reivindicações e pedindo a atenção da Presidente para essa questão.

Porque realmente, Senador João Ribeiro, Sr^s e Srs. Senadores, estamos há quase dois anos ouvindo as autoridades federais, estaduais, municipais e outras instituições de pesquisa, inclusive, sobre a situação das nossas fronteiras e da nossa Amazônia. É lastimável o que lá encontramos.

E eu, como homem da Amazônia, nascido na Amazônia e que conheço a Amazônia não por ouvir dizer ou por vídeos ou filmes, realmente nós precisamos mudar essa realidade.

Fala-se muito que há uma cobiça internacional sobre a Amazônia, mas não há uma cobiça do Governo brasileiro sobre a Amazônia, a boa cobiça. A cobiça de realmente protegê-la, de realmente tirar de lá as riquezas que são possíveis de serem extraídas e não mantê-la como reserva estratégica para os países ricos do mundo.

Então, aqui estou inteiramente solidário a esse movimento e fiz isso na condição de Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, enviando ofício à Presidente Dilma e eu tenho certeza de que ela tomará as providências. E nós, da Subcomissão, vamos acompanhar de perto esse problema porque é muito sério.

Peço a V. Ex^a que autorize a transcrição na íntegra dos documentos a que me referi em meu pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº 2/2012 – FENAPEF/SINDIRECEITA/FENAPRF

Brasília, 19 de março de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Senador da República
Praça dos Três Poderes – Senado Federal
CEP: 70160-900 Brasília – DF

Senhor Senador,

Através do presente, a FENAPEF (Federação dos Policiais Federais), o SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil) e a FENAPRF (Federação dos Policiais Rodoviários Federais) vêm trazer ao conhecimento de Vossa Excelência a preocupante situação em que se encontram os servidores das zonas inóspitas de fronteira.

Informamos que o Brasil tem 16,8 mil km de fronteiras. Devido à extensão territorial, sua fiscalização é deficitária, nossas divisas internacionais estão de “portas abertas” para a entrada de drogas, armamentos ilegais, pirataria e todo o tipo de contrabando, fortalecendo o crime e a violência em todo o Brasil.

As entidades pleiteiam, junto ao Governo Federal, a Indenização de Fronteira, que tem por objetivo incentivar os servidores da Polícia Federal, da Receita Federal do Brasil e da Polícia Rodoviária Federal a permanecerem trabalhando na fiscalização dessas áreas.

O Governo Federal mostrou-se favorável à reivindicação, entretanto, até a presente data, nada foi concretizado. Além disso, estamos indignados com o fato dos servidores que atuam na chamada Amazônia Legal não terem sido incluídos na proposta elaborada pelo Executivo.

Assim, as entidades sindicais representativas dos órgãos envolvidos encontram-se mobilizadas em busca dos direitos dos profissionais que atuam nas áreas fronteiriças do País.

O Movimento Nacional em Defesa dos Órgãos de Fronteira tem uma pauta de mobilização e, caso o Governo Federal continue protelando a nossa reivindicação, bem como a intransigência em incluir a Amazônia Legal, as entidades que congregam o movimento nacional irão realizar, no dia 29 de março de 2012, o Dia Nacional de Mobilização em Defesa das Fronteiras do Brasil!

Dessa forma, as entidades de classe acima solidam de Vossa Excelência o apoio a todas essas reivindicações, por meio de manifestações em plenário, bem como a adesão ao movimento que efetuiremos no dia 29 próximo.

Respeitosamente,

FRONTEIRA PROTEGIDA, BRASIL SEGURO!

A FENAPEF (Federação Nacional dos Policiais Federais), o SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil) e a FENAPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) vêm trazer ao conhecimento da sociedade a preocupante e intolerável situação em que se encontram os servidores nas zonas inóspitas de fronteira.

O Brasil tem 16,8 mil km de fronteiras. Devido a essa extensão territorial, sua fiscalização é deficitária, nossas divisas internacionais estão de “portas abertas” para a entrada de drogas, armamentos ilegais, pirataria e todo tipo de contrabando, fortalecendo o crime e a violência em todo o Brasil.

As entidades pleiteiam, junto ao Governo Federal, a Indenização de Fronteira, que tem por objetivo incentivar os servidores da Polícia Federal, da Receita Federal do Brasil e da Polícia Rodoviária Federal a permanecerem trabalhando na fiscalização dessas áreas.

O Governo Federal mostrou-se favorável à reivindicação, entretanto, até a presente data, nada foi concretizado.

Assim, as entidades sindicais representativas dos órgãos envolvidos encontram-se mobilizadas em busca dos direitos dos profissionais que atuam nas áreas fronteiriças do País.

O Movimento Nacional em Defesa dos Órgãos de Fronteira tem uma pauta de mobilização e, caso o Governo Federal continue protelando a nossa reivindicação, as entidades que congregam o movimento nacional irão realizar, no dia 29 de março de 2012, o Dia Nacional de Mobilização em Defesa das Fronteiras do Brasil!

Ofício nº 1/2012 – CREPAFF

Brasília, 22 de março de 2012

A Sua Excelência a Senhora
Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília/DF

Senhora Presidenta,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, manifesto minha preocupação com as informações con-

tidas no Ofício nº 2/2012 – FENAPEF/SINDIRECEITA/FENAPRF, de 19 do corrente, cuja cópia encaminho anexa ao presente.

Entendo as razões de natureza econômica que levam o Governo Federal a conter gastos com pessoal, mas a realidade apresentada pelos Sindicatos que subscrevem o documento nos leva a propor uma reflexão mais profunda sobre as consequências da não expansão dos gastos com servidores em determinadas categorias.

Por esse motivo, apresento à consideração de Vossa Excelência os apelos formulados pelo Movimento Nacional em Defesa dos Órgãos de Fronteira que pleiteia a inclusão da “Indenização de Fronteira” no programa do Governo Federal.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, Senador **Mozarildo Cavalcante**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – V. Exª será atendido na forma regimental, Senador Mozarildo.

Concedo a palavra, pelo tempo regimental, como orador inscrito, ao Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Não estando presente o Senador Walter Pinheiro, ao Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Também não estando presente S. Exª, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin pelo tempo regimental de dez minutos, como oradora inscrita.

O próximo orador será o Senador Eunício, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador João Ribeiro.

Srªs e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, a questão ambiental vive, esta semana, Sr. Presidente, um momento especial, que, aliás, deveria viver todos os dias do ano. Ontem, dia 21 de março, celebramos o Dia Mundial da Floresta. Hoje, dia 22, comemoramos o Dia Mundial da Água. Essas datas ganham peso maior quando estamos a alguns meses de hospedarmos um dos maiores eventos mundiais sobre meio ambiente, que é a Conferência do Clima Rio+20. Não é só do clima, mas de todas as questões ambientais. Será realizada no Brasil, no próximo mês de junho.

Eu, como Senadora pelo Amazonas, Sr. Presidente, Estado localizado na região onde se concentra a Floresta Amazônica, a maior floresta tropical úmida do Planeta, com cerca de 5,5 milhões de quilômetros quadrados e onde se localiza também a maior concen-

tração de água doce do Planeta, não poderia deixar de me manifestar sobre essas duas importantes datas comemoradas no mundo inteiro. Quero destacar ainda que minha responsabilidade aumenta quando meu Estado, claramente, tem-se esforçado para cumprir sua responsabilidade ambiental. Só para citar um exemplo desse esforço, o Estado do Amazonas é o único Estado da Região que mantém 98% da sua cobertura florestal nativa intacta, o que, é claro, acontece porque há uma opção econômica clara para a população: a Zona Franca de Manaus.

Já falei neste plenário algumas vezes e repito: o maior ganho da Zona Franca de Manaus é a preservação ambiental que promove. E isso beneficia não só o Amazonas, a Amazônia, o Brasil, mas o Planeta como um todo, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Dia Mundial da Floresta tem origem no ano de 1872. A escolha se justifica pelo início da primavera no Hemisfério Norte e também por um acontecimento especial no estado de Nebraska, ao norte dos Estados Unidos. Foi lá que o jornalista e agricultor Julius Sterling Morton mobilizou a população local para dedicarem um dia em homenagem à árvore. Cada pessoa foi instruída a plantar uma muda para diminuir a escassez de algumas espécies que já estavam em perigo de extinção, àquela época, no século XIX.

A partir de 1972, a Organização para a Agricultura e Alimentação, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou o projeto de Julius tornando a data oficial.

Já o Dia Mundial da Água foi criado pelas Nações Unidas no ano de 1992, mesma data em que a Organização divulgou a Declaração Universal dos Direitos da Água, texto que apresenta uma série de medidas, sugestões e informações que servem para despertar a consciência ecológica da população e dos governantes para a questão da água.

Eu, aqui, Sr. Presidente, quero destacar que, neste momento, há um grupo de Senadores que estão na França – não sei se ainda estão –, participando do Fórum Mundial das Águas, um dos mais importantes eventos internacionais.

Eu tive a possibilidade de participar de alguns, como o realizado anterior a este da França e que aconteceu na Turquia. Um fórum extremamente importante e um dos poucos fóruns internacionais que promove, paralelamente a este evento das Nações Unidas, envolvendo organizações não governamentais, sobretudo representantes de governos de países, um fórum de parlamentares, um Fórum Parlamentar Mundial das Águas.

Lutamos muito para que outras conferências, não só relativas ao meio ambiente, como também a questões das mulheres, do trabalho, possam organizar e permitir a realização de eventos parlamentares, porque, afinal de contas, o Poder Executivo de todos os países é um Poder importante, mas o Poder Executivo sem o Poder Legislativo não chega a lugar nenhum. As decisões internacionais só se viabilizam e se transformam em regras locais após passarem pelo crivo do Parlamento. É assim com os acordos internacionais que o Brasil faz, é assim com as convenções internacionais que o Brasil ratifica e de que participa.

Para que isso ocorra, nós do Parlamento temos que analisar. Então, destaco que o Fórum Mundial da Água valoriza muito e dá um espaço muito importante para os parlamentares do mundo inteiro.

E dizia aqui, a respeito do Dia Mundial da Água, que foi criado pelas Nações Unidas no ano de 1992, e o que levou a ONU a se preocupar em criar um dia com esse objetivo, um dia dirigido à questão da água? O objetivo é exatamente porque dois terços da Terra são formados por água. E qual seria a razão, então, para criar? Uma resposta para essa questão, Sr. Presidente, já que dois terços da Terra são formados por água, é que preocupação poderíamos ou deveremos ter em relação à água. E a resposta para essa questão nós aprendemos todos na escola, mas a outra construímos, tratando o nosso Planeta sem a devida responsabilidade. A quantidade de água própria para o consumo é pouca, cerca de 0,008% do que existe; segundo, a grande parte das fontes dessa água, rios, lagos, represas, águas subterrâneas, está sendo degradada pela ação predatória do homem.

Hoje mesmo pela manhã, um dos canais de televisão, acho que foi no Bom Dia, mostrou uma grande matéria a respeito da água e uma matéria no meu Estado e na minha cidade, Manaus. Manaus, penso ser um exemplo importante disso, pois mostrou como as águas subterrâneas da minha cidade estão correndo o risco, Sr. Presidente, primeiro, porque nós temos um problema grave de abastecimento na cidade. Infelizmente, Manaus tem o seu serviço de água, abastecimento de água e saneamento, privatizado, Sr. Presidente. Há alguns anos, quando o Governador era o hoje Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, ele privatizou, somente na capital, no interior, não, mesmo porque não é nada lucrativa essa atividade no interior, mas privatizou o serviço de abastecimento e de esgoto na cidade de Manaus. Se já tínhamos problemas até aquela altura, os problemas só foram se multiplicando com o passar do tempo a partir dessa privatização.

Infelizmente, Senador Diniz, no ano de 2007, quando o Prefeito da cidade de Manaus era Serafim

Corrêa, ele repactou, poderia ter, de acordo com o que previa o próprio contrato de concessão, de privatização, poderia ter cancelado, anulado aquele contrato e devolvido ao Poder Público essas atribuições, mas preferiu repactuar. Tanto que, no momento, existe em funcionamento, na Câmara de Vereadores da cidade de Manaus, uma CPI que está tratando de investigar exatamente a questão da água, porque é inadmissível que em Manaus, uma cidade banhada pelo rio Negro, pelo rio Amazonas, pelo rio Solimões, que passa na periferia da nossa cidade, ou seja, numa cidade banhada pelos maiores rios do Planeta, Sr. Presidente, a população ainda sofra muito pela falta de abastecimento. Gente que vive na região norte, que vive na região leste da nossa cidade, com quase dois milhões de habitantes, é obrigada ainda a carregar lata d'água na cabeça.

A matéria de hoje no telejornal mostrava como a cidade de Manaus corre o risco de ver as suas águas subterrâneas esgotadas, exatamente pela falta de planejamento e pelo uso indiscriminado e, muitas vezes, incorreto da água.

Enfim, o Dia Mundial da Água é destinado exatamente à discussão sobre esse tema, relacionado a esse bem natural que é finito. As pessoas pensam que água não acaba nunca; água é um bem finito. Se não cuidada devidamente, com toda a cautela de que precisa, poderemos, sim, viver a falta de água no Planeta como um todo.

O objetivo desta data é induzir e conduzir um momento de reflexão, de análise, de conscientização e de elaboração de medidas práticas para resolver esse problema.

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço e concluo dizendo que esses dois dias especiais buscam nos voltar para repensarmos nossas ações em relação ao meio ambiente, pois estão totalmente interligados, ou seja, o Dia da Floresta com o Dia da Água, uma é muito importante para a outra.

Quero deixar aqui evidente a nossa preocupação, dizer que precisamos urgentemente de uma reconciliação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Precisamos seguir na busca de um desenvolvimento sustentável para o Planeta, principalmente para o nosso País, detentor da maior riqueza natural do Planeta.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere meu pronunciamento como lido na íntegra.

Concluindo, quero dizer que o Estado do Amazonas está organizando muitas atividades em relação a essas duas datas importantes.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} senadoras, Srs. Senadores, a questão ambiental vive esta semana um momento especial – que, aliás, deveria viver todos os dias. Ontem, 21 de março, foi o Dia Mundial da Floresta e hoje, 22, Dia Mundial da Água. Estas datas ganham peso maior quando estamos a alguns meses de hospedarmos um dos maiores eventos mundiais sobre meio ambiente que é a Conferência do Clima Rio+ 20, a ser realizada no Brasil, no próximo mês de junho.

Eu, como senadora pelo Amazonas, Estado localizado na região onde se concentra a floresta Amazônica, a maior floresta tropical úmida do planeta, com cerca de 5,5 milhões de quilômetros quadrados, e onde se localiza também a maior concentração de água doce do planeta, não poderia deixar de me manifestar.

E quero destacar ainda que minha responsabilidade aumenta quando meu Estado, claramente, tem se esforçado para cumprir sua responsabilidade ambiental. Só para citar um exemplo desse esforço, é o único Estado da região que mantém 98% da sua cobertura florestal nativa intacta. O que, é claro, acontece porque há uma opção econômica para a população: a Zona Franca de Manaus.

Já falei neste Plenário algumas vezes, e, repito, o maior ganho da Zona Franca de Manaus é a preservação ambiental que promove. E isso beneficia não só o Brasil, como o planeta inteiro.

Mas Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Dia Mundial da Floresta tem origem no ano de 1972. A escolha se justifica pelo início da primavera no hemisfério Norte, e também por um acontecimento especial no estado de Nebraska, ao Norte dos Estados Unidos. Foi, lá que o jornalista e agricultor Julius Sterling Morton mobilizou a população local para dedicarem um dia em homenagem a árvore. Cada pessoa foi instruída a plantar uma muda para diminuir a escassez de algumas espécies que já estavam em perigo de extinção, àquela época, no século dezenove.

A partir de 1972 a Organização para a Agricultura e Alimentação, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o projeto de Julius tomando a data oficial.

Já o Dia Mundial da Água foi criado pela ONU em 1992, mesma data em que a Organização divulgou a Declaração Universal dos Direitos da Água, texto que apresenta uma série de medidas, sugestões e informações que servem para despertar a consciên-

cia ecológica da população e dos governantes para a questão da água.

O que levaria a ONU a se preocupar em criar um Dia com esse objetivo, se dois terços da terra são formados por água? Uma resposta para essa questão aprendemos na escola, mas a outra construímos tratando nosso planeta sem a devida responsabilidade. Primeira resposta: a quantidade de água própria para consumo é pouca, apenas cerca de 0,008% do que existe. Segunda: grande parte das fontes desta água (rios, lagos e represas) está sendo degradada pela nossa ação predatória.

O Dia Mundial da Água é destinado à discussão sobre os diversos temas relacionados a este importante bem natural, com o objetivo de nos conduzir a um momento de reflexão, análise, conscientização e elaboração de medidas práticas para resolver tal problema.

Os dois Dias Especiais, que buscam nos voltar para repensarmos nossas ações com relação ao meio ambiente, estão totalmente interligados. Já que sabemos que as florestas são vitais para o ciclo da água. Em uma cobertura florestal intacta, a infiltração da água no solo é quase total e a contaminação dos mananciais é mínima. Portanto, protegendo as florestas, teremos água limpa em maior quantidade nos aquíferos.

Então, a comemoração destas datas deve despertar em cada um de nós: cidadãos, parlamentares, governos, empresários, entidades e sociedade de um modo geral a vontade de virar este jogo, de mudar este quadro. Como diz o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos da Água: “A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos”. O meio ambiente saudável é condição de vida para o planeta!

Desta forma conclamo todos nesta Casa a priorizarmos na agenda do Brasil a Rio+20, que vai trazer como tema a “Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza”.

Embora ainda ocorram debates sobre o que seja exatamente economia verde, entendo-a como aquela que resulta em melhoria do bem-estar das pessoas devido a uma maior

preocupação com a equidade social, com os riscos ambientais e com a escassez dos recursos naturais.

Precisamos urgentemente desta reconciliação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. A proposta é buscar as ferramentas analíticas da ciência econômica para buscar soluções que promovam qualidade ambiental. É um desafio, mas também uma oportunidade ímpar para avançarmos!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO)

– Agradeço a V. Ex^a pela compreensão. V. Ex^a será atendida, na forma regimental, na publicação do discurso de V. Ex^a.

Concedo a palavra, para uma breve comunicação, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Eunício Oliveira.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de cinco minutos para seu pronunciamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana, o Senado Federal comprovou, mais uma vez, que as comissões permanentes são o fórum genuinamente adequado para o debate e o encaminhamento das grandes questões nacionais.

Os resultados das audiências públicas, realizadas pela nossa Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Assuntos Econômicos a respeito do ICMS sobre importações e o Projeto de Resolução de nº 72, de 2010, comprovam o que estamos afirmando desta tribuna.

As exposições das autoridades convidadas, independentemente de suas opiniões e convicções, foram todas do mais alto nível e, tenho certeza, nos ajudarão a encontrar uma solução que minimize as perdas e maximize os ganhos para todos os Estados brasileiros, adiantando uma convicção que as discussões reforçam: não podemos permitir o agravamento do conflito fiscal, batizado pela imprensa de guerra dos portos, de guerra fiscal, sob pena de todos nós naufragarmos nessa questão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na primeira audiência, tivemos o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa; o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf; o Vice-Governador do Pará, Dr. Helenilson Cunha Pontes; o Governador do Espírito Santo, meu querido amigo Renato Casagrande; de Goiás, o ex-Senador Marconi Perillo; o de Santa Catarina, Raimundo Colombo; e, claro, também estava ali o Governador do meu querido Ceará, o companheiro Cid Gomes.

E ele, na sua explanação, resumiu muito bem o espírito geral de busca de entendimento que prevaleceu em todas as reuniões que fizemos, nesta semana, para debater esse assunto. Segundo ele, o País precisa se unir contra a ameaça da desindustrialização e da exportação de empregos, ao mesmo tempo em que deve compreender a situação daqueles Estados que utilizam baixas alíquotas de ICMS para atrair investimentos, dando-lhes tempo hábil e abrindo-lhes uma “janela de transição” para que se adaptem.

Cid Gomes ainda disse, naquela reunião, que sabe muito bem do que está falando: ele, eu, assim como todos os nossos conterrâneos, temos razões de sobra para nos preocuparmos com as estatísticas recentes que apontam uma contração do produto industrial do Brasil e, por consequência, do meu querido Ceará.

Se tendências como essas angustiam empresários, trabalhadores e governantes em Estados ricos e superindustrializados, como é o Estado de São Paulo, imaginem os senhores como ficam as regiões mais pobres do Brasil, como o meu Nordeste, como o meu Ceará, que encaram a industrialização como alternativa para a redução das enormes desigualdades regionais e de renda que ainda imperam no Brasil?

O Brasil precisa, insistiu o Governador do Ceará, de uma política de integração e desenvolvimento capaz de combater e vencer essas desigualdades.

A falta dela motiva os Estados a inventar “atalhos” para aumentar suas receitas. E o resultado é o que nós estamos vendo neste momento: a guerra fiscal, a guerra dos portos.

É mais do que evidente que só sairemos desse impasse com medidas que possibilitem uma transição, salvem os empregos aqui dentro do Brasil e fortaleçam a indústria nacional.

Aqui, Sr. Presidente, também quero lembrar que na próxima quarta-feira estaremos discutindo e debatendo, está na pauta, o PRS 72, de 2010, que é a parte inicial e indispensável do encaminhamento do processo de redefinição do novo pacto federativo que precisamos fazer neste País.

Aqui também vale lembrar que há uma semana o Ministro Guido Mantega reafirmou que o Governo está pronto para usar todas as ferramentas de política econômica para garantir a sustentabilidade do nosso desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a expansão do emprego no nosso País.

Ainda quero lembrar aqui que esta semana iniciativa conjunta da CAE deve ser reconhecida e celebrada como um passo inicial importante rumo à reformulação do novo pacto federativo.

Também, Sr. Presidente, já concluindo, quero dizer que, diante das nossas missões constitucionais e de assuntos de interesse público e social, por exemplo, a PEC de nº 05, garantimos e apresentamos aqui que aposentados por invalidez recebam os seus vencimentos na sua integralidade.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Alvaro Dias, que foi um relator rápido e eficaz, e nós conseguimos aprovar na CCJ essa matéria e trazê-la para ser aprovada aqui, à unanimidade, no plenário do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, garantimos aos aposentados por invalidez que recebam os seus vencimentos integrais e, com isso, corrigimos uma injustiça, Senador Humberto Costa. E este País, graças a Deus, graças a esta Casa, fez com que essas pessoas que tiveram o infortúnio da invalidez permanente possam receber, a partir de agora, os seus vencimentos na integralidade. Foi um trabalho exemplar desta Casa, que começou com uma tramitação rápida, como disse, extrapauta, na Comissão de Constituição e Justiça; logo em seguida, foi aprovado aqui no plenário e encaminhado, agora, à sanção da Presidente Dilma.

Sr. Presidente, essa é uma iniciativa de que todos nós temos orgulho de poder vir aqui ao microfone falar, porque havia uma perversa distorção contra aqueles que se aposentavam ou se aposentam por invalidez permanente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão de mais um pouco de tempo. Quero apenas finalizar dizendo que o resultado final será um Brasil mais justo, mais fraterno e mais igualitário para todos. E o primeiro passo nós vamos dar na próxima quarta-feira, discutindo essa matéria da guerra fiscal, da guerra dos portos, na Comissão de Constituição e Justiça, debatendo ali o PRS nº 72, originário da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos como orador inscrito. (*Pausa.*)

Não estando presente, ao Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Não estando presente, ao Senador Humberto Costa, como orador inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, pela ordem.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Quero solicitar a minha inscrição, no horário de liderança, como líder do PSB.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – V. Ex^a será inscrita, Senadora. Está inscrita.

Senador Humberto, V. Ex^a tem o prazo regimental de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, espectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, uma reportagem do programa *Fantástico*,

exibida no último final de semana, certamente deixou todos os brasileiros indignados com a corrupção descarada envolvendo o dinheiro público. Matéria da TV Globo evidenciou um esquema de fraudes na saúde pública, com empresas fornecedoras oferecendo propinas a funcionários de hospital da rede federal para obter vantagens em licitações.

Atitudes como a que assistimos são vergonhosas, tristes, obscenas, indecorosas, e, mesmo existindo muitos gestores corretos e empenhados na sua tarefa, essas imagens contribuem para destruir a imagem do serviço público e desconstruir a luta e o esforço de vários brasileiros e várias brasileiras dedicados à modernização do Sistema Único de Saúde. Porém, mais do que isso, a reportagem mostra alguns ralos, infelizmente, abertos, que fragilizam o Sistema Único de Saúde: perda de recursos que poderiam ser empregados no atendimento aos cidadãos para o tratamento de saúde ou atendimento de emergência e a contratação de serviços de qualidade duvidosa por causa desses esquemas fraudulentos.

Pelo que foi noticiado, autoridades competentes estão tomando as providências legais. A Polícia Federal do Rio de Janeiro abriu quatro inquéritos para investigar as empresas que oferecem propina na reportagem. A Polícia Federal também anunciou a apuração de todos os contratos com órgãos públicos da União, desde 2009, feitos com essas empresas. O Ministério Público Federal informou que investigará todas as empresas que aparecem na reportagem e os contratos com os hospitais federais. O Ministério da Saúde também tomou as medidas cabíveis, suspendendo imediatamente os contratos de toda a rede de hospitais do País com essas empresas. O Ministério ainda realizará auditoria em outros serviços prestados.

Essas respostas se somam a uma série de ações que o Ministro Alexandre Padilha vem adotando, a fim de melhorar a qualidade dos gastos na saúde. Entre elas está a auditoria conjunta do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e da Controladoria-Geral da União (CGU) em 99 contratações firmadas de 2008 a 2010. Como resultado, foram suspensos e cancelados contratos e abertas 32 novas licitações para substituição de prestadores. As auditorias apontaram preliminarmente casos de formação de cartel entre fornecedores, direcionamento de licitações e sobrepreço.

Outras medidas importantes tomadas pelo Ministério da Saúde permitiram uma economia de R\$1,7 bilhão nos gastos com aquisição de medicamentos e insumos entre 2010 e 2011. Foram elas: a compra centralizada de produtos estratégicos, o estabelecimento de negociação direta da União com fornecedores e a adoção de banco de preços internacionais.

Enfim, por meio de diferentes iniciativas, o Governo Federal está trabalhando para fechar as torneiras do desvio de recursos e tornar os gastos na saúde mais eficientes. Esses cuidados têm sido permanentes e ampliados.

Quando fui Ministro da Saúde, percebemos uma crise da assistência do Sistema de Saúde do Rio de Janeiro e adotamos, à época, medidas enérgicas para ampliar o acesso da população à saúde pública, como os hospitais de campanha, a solicitação de apuração por parte da Polícia Federal e de outros órgãos de controle de uma série de irregularidades identificadas e promovemos várias demissões como resultado dessas apurações.

Porém, são ainda muitos os desafios, sobretudo se considerarmos a dimensão do SUS, único sistema universal de saúde pública no mundo que atende a mais de 100 milhões de pessoas.

A cooperação precisa ser de todos os gestores públicos. Gostaria de aproveitar para registrar a imediata decisão do governo de Pernambuco. Em comunicado oficial, por meio do Governador Eduardo Campos, anunciou esta semana que a locadora de ambulâncias mencionada na reportagem não terá seu contrato renovado com o Estado de Pernambuco. O governo realizará nova licitação, embora enfatize que o contrato atual mantido entre a Secretaria Estadual de Saúde e a respectiva empresa foi feito em licitação com a participação de muitos concorrentes. Com medidas enérgicas, podemos punir empresas inidôneas.

Aproveito para, também, louvar a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que, em 2012, adotou a atenção à saúde pública como tema da Campanha da Fraternidade. No início desta semana, o Senado Federal homenageou, em sessão especial, a Campanha da CNBB, uma evidência da importância do envolvimento da sociedade na melhoria do atendimento de saúde, direito do cidadão, previsto na Constituição.

A avaliação da CNBB é que o Sistema Único de Saúde, inspirado em princípios humanitários, como o da universalidade, buscando atender a todos os brasileiros, indiscriminadamente, precisa ser modelo para o mundo. Entretanto, a Igreja Católica avalia que o SUS ainda não conseguiu ser implantado em sua totalidade e não atende a contento, sobretudo àquelas camadas mais carentes e necessitadas da nossa população por serviços de saúde.

Na avaliação da CNBB, o Brasil vem avançando na construção de uma política pública de saúde universal. Basta ver – e a própria CNBB cita no texto base da Campanha da Fraternidade de 2012 – a evolução de alguns dos indicadores sociais e o cumprimento de

algumas das Oito Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, a ONU.

A CNBB reconhece como avanços o Programa Saúde da Família, que beneficia 100 milhões de brasileiros. O Brasil é hoje um dos países onde mais se reduziu a mortalidade infantil nos últimos 30 anos. O País reduziu, nesse período, mais de 70% a mortalidade infantil. Também houve melhoria da saúde materna e um fortalecimento nas políticas para combate a epidemias e doenças.

No campo de urgências e emergências, outro avanço apontado pela CNBB é a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que atende mais da metade da população brasileira.

Também há o reconhecimento do programa da Farmácia Popular, que garantiu medicamentos com até 90% de desconto e, desde março de 2011, levou a população a obter, sem nenhum custo, ou seja, gratuitamente, vários medicamentos para o tratamento da hipertensão e do diabetes.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, apesar dos avanços, há problemas. A CNBB aponta pelo menos cinco aspectos da saúde pública que considera preocupantes: doenças crônicas não transmissíveis (como a diabetes); doenças transmissíveis (como a AIDS); fatores comportamentais de risco modificáveis (como obesidade e sedentarismo); dependência química e uso crescente e disseminado de drogas lícitas e ilícitas; além das causas externas de morbidade e mortalidade (como acidentes e violências).

Mas, além desses, o principal problema na percepção da Igreja Católica é a questão do financiamento da saúde. A CNBB considera que, apesar do avanço que significou a criação do SUS, o Brasil está longe de dedicar atenção à saúde pública semelhante à dos países que contam com um sistema público e universal, como Reino Unido, Suécia, Espanha, Itália, Alemanha, França, Canadá e Austrália. E coloca o dedo na ferida. Em 2008, enquanto o SUS gastou 3,24% do PIB com saúde, o gasto público em saúde nos países mencionados foi, em média, 6,7% do PIB.

Chegou o momento de retomarmos, aqui no Senado, as discussões sobre novas fontes para o financiamento do SUS. Não há porque discordar do que aponta a CNBB: “O SUS tem desafios de curto, médio e longo prazo, sobretudo por precisar de mais recursos e da otimização do uso do dinheiro público”.

Venho, portanto, aqui me juntar a vários colegas que esta semana se pronunciaram de forma bastante pertinente sobre a destinação de recursos para a saúde pública. Em seu discurso, o Líder do PT, Walter Pinheiro, fez um apelo pela aprovação de projetos

que tramitam no Congresso para melhorar a gestão do setor de saúde.

Esse também é o meu apelo, Sr. Presidente. Sou autor de projeto de lei do Senado que institui a Lei de Responsabilidade Sanitária no âmbito do Sistema Único de Saúde. O PLS nº 174/2011 cria um instrumento legal estabelecendo obrigações e definindo responsabilidades...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

O PLS nº 174/2011 cria um instrumento legal estabelecendo obrigações e definindo responsabilidades para os gestores de saúde, nas esferas federal, estadual e municipal. O projeto prevê mecanismos que asseguram a transparência na execução e fiscalização das políticas públicas de saúde. Ele ainda define procedimentos de ajuste de conduta em situações de não cumprimento e estabelece punições administrativas e criminais para casos de gestão fraudulenta.

Eu queria pedir, mais uma vez, a todos os Senadores e Senadoras que possamos votar essa matéria o mais rapidamente possível, para podermos diminuir a possibilidade de que episódios tristes como aquele que vimos no domingo passado possam se reproduzir.

Peço a V. Exª que dê como lido o restante do meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se houver permissão do Sr. Presidente, concedo o aparte com toda alegria.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O tempo do Senador já expirou há algum tempo. Eu concedo a V. Exª 30 segundos para um aparte.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Serei breve, Sr. Presidente. Eu gostaria de parabenizar o Senador Humberto Costa pelo pronunciamento que acaba de realizar da tribuna desta Casa. Todas as suas observações são absolutamente pertinentes. Realmente, eu tive oportunidade de fazer um pronunciamento sobre esse fato lamentável que aconteceu e foi noticiado Brasil afora, Senador Humberto Costa. Todos nós fazemos parte de um grupo de pessoas que defendem um maior aporte de recursos para a saúde. Mas aquele fato, inclusive, depõe contra essa luta de todos nós, inclusive da CNBB. É lamentável que isso tenha ocorrido. Quero, mais uma vez, reiterar minhas congratulações pelo pronunciamento que acaba de realizar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Agradeço a V. Exª, que é um parlamentar que tem se destacado aqui pela defesa intransigente da causa

da saúde pública no Brasil e da defesa do Sistema Único de Saúde.

Nós estamos associados e unidos nessa luta por mais recursos, mas também que os ralos existentes sejam definitivamente fechados e tenhamos uma melhor gestão dos recursos disponíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR HUMBERTO COSTA.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadoras e Senadores, espectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, reportagem do Fantástico exibida no último final de semana certamente deixou todos nós brasileiros indignados com a corrupção descarada, envolvendo dinheiro público. A matéria da TV Globo evidenciou um esquema de fraudes na saúde pública, com empresas fornecedoras oferecendo propina a funcionários de hospital da rede federal para obter vantagens em licitações.

Atitudes como a que assistimos são vergonhosas, tristes, obscenas, indecorosas e – mesmo existindo muitos gestores corretos e empenhados na sua tarefa – contribuem para destruir a imagem do serviço público e desconstruir a luta e o esforço de vários homens e mulheres dedicados à modernização do Sistema Único de Saúde. Porém, mais do que isso, a reportagem mostra alguns ralos infelizmente abertos que fragilizam o SUS. Perda de recursos que poderiam ser empregados no atendimento aos cidadãos para o tratamento de saúde ou atendimento de emergência. E a contratação de serviços de qualidade duvidosa por causa desses esquemas fraudulentos.

Pelo que foi noticiado, autoridades competentes estão tomando as providências legais. A Polícia Federal do Rio de Janeiro abriu quatro inquéritos para investigar as empresas que oferecem propina na reportagem. A Polícia Federal também anunciou a apuração de todos os contratos com órgãos públicos da União desde 2009 feitos com essas empresas. O Ministério Público Federal informou que investigará todas as empresas que aparecem na reportagem e os contratos com os hospitais federais.

O Ministério da Saúde também tomou as medidas cabíveis, suspendendo imediatamente os contratos de toda a rede de hospitais do país com essas empresas. O Ministério ainda realizará auditoria em outros serviços prestados.

Essas respostas se somam a uma série de ações que o ministro Alexandre Padilha vem adotando a fim de melhorar a qualidade dos gastos na saúde. Entre

elas está a auditoria conjunta do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e da Controladoria Geral da União (CGU) em 99 contratações firmadas de 2008 a 2010. Como resultado, foram suspensos e cancelados contratos e abertas 32 novas licitações para a substituição de prestadores. As auditorias apontaram preliminarmente casos de formação de cartel entre fornecedores, direcionamento de licitações e sobrepreço.

Outras medidas importantes tomadas pelo Ministério da Saúde permitiram uma economia de R\$ 1,7 bilhão nos gastos com aquisição de medicamentos e insumos entre 2010 e 2011. Foram elas: a compra centralizada de produtos estratégicos, o estabelecimento de negociação direta da União com fornecedores e a adoção de banco de preços internacionais.

Enfim, por meio de diferentes iniciativas, o governo federal está trabalhando para fechar as torneiras do desvio de recursos e tornar os gastos na saúde mais eficientes. Esses cuidados têm sido permanentes e ampliados.

Quando fui ministro da Saúde percebemos uma crise da assistência do Sistema de Saúde do Rio de Janeiro e adotamos medidas enérgicas para ampliar o acesso da população à saúde pública, como os hospitais de campanha, assim como solicitei a apuração da Polícia Federal e dos órgãos de controle de irregularidades identificadas. Várias demissões ocorreram como resultado dessas apurações.

Porém, muitos desafios ainda existem, sobretudo se considerarmos a dimensão do SUS, único sistema universal de saúde pública no mundo que atende a mais de 100 milhões de pessoas.

A cooperação precisa ser de todos os gestores públicos. Gostaria de aproveitar para registrar ainda a decisão imediata do governo de Pernambuco. Em comunicado oficial, o governador Eduardo Campos anunciou esta semana que a locadora de ambulâncias mencionada na reportagem do Fantástico não terá seu contrato renovado no Estado. O governo de Pernambuco realizará nova licitação, embora enfatize que o contrato atual mantido entre a Secretaria Estadual de Saúde e essa empresa foi feito em licitação com a participação de muitos concorrentes. Com medidas enérgicas, podemos punir empresas inidôneas.

Aproveito para, também, louvar a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que, em 2012, adotou a atenção à saúde pública como tema da Campanha da Fraternidade. No início desta semana, o Senado Federal homenageou em sessão especial a Campanha da CNBB, uma evidência da importância do envolvimento da sociedade na melhoria do atendimento de saúde, direito do cidadão, previsto na Constituição.

A avaliação da CNBB é que o Sistema Único de Saúde, inspirado em princípios humanitário como o da universalidade, buscando atender a todos os brasileiros, indiscriminadamente, precisa ser modelo para o mundo. Entretanto, a Igreja avalia que o SUS ainda não conseguiu ser implantado em sua totalidade e não atende a contento, sobretudo àquelas camadas mais carentes e necessitadas da nossa população por serviços de saúde.

Na avaliação da CNBB, o Brasil vem avançando na construção de uma política pública de saúde universal. Basta ver, e a própria CNBB cita no texto base da Campanha da Fraternidade de 2012, a evolução de alguns dos indicadores sociais e o cumprimento de algumas das Oito Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, a ONU.

A CNBB reconhece como avanços o Programa Saúde da Família, que beneficia 100 milhões de brasileiros, segundo o Ministério da Saúde. O Brasil é hoje um dos países onde mais se reduziu a mortalidade infantil nos últimos 30 anos. Em três décadas, o país reduziu em mais de 70% a mortalidade infantil. Também houve melhoria da saúde materna e um fortalecimento nas políticas para combate a epidemias e doenças.

No campo de urgências e emergências, outro avanço apontado pela CNBB é a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que atende mais da metade da população brasileira.

Também há o reconhecimento do programa da Farmácia Popular, que garantiu medicamentos com até 90% de desconto e, desde março de 2011, levou a população a adquirir sem nenhum custo, ou seja, gratuitamente, vários medicamentos para o tratamento da hipertensão e do diabetes.

Senhoras senadoras, senhores senadores,

Apesar dos avanços, há problemas. A CNBB aponta pelo menos cinco aspectos da saúde pública que considera preocupantes: doenças crônicas não transmissíveis (como a diabetes); doenças transmissíveis (como a AIDS); fatores comportamentais de risco modificáveis (obesidade e sedentarismo); dependência química e uso crescente e disseminado de drogas lícitas e ilícitas; além das causas externas (acidentes e violências).

Mas, além desses, o principal problema na percepção da Igreja Católica é a questão do financiamento da saúde. A CNBB considera que apesar do avanço que significou a criação do SUS, o Brasil está longe de dedicar atenção à saúde pública semelhante à dos países que contam com um sistema público e universal, como Reino Unido, Suécia, Espanha, Itália, Alemanha, França, Canadá e Austrália. E coloca o dedo na ferida. Em 2008, enquanto o SUS gastou 3,24% do PIB, o

gasto público em saúde nos países mencionados foi, em média, 6,7%.

Chegou o momento de retomarmos, aqui no Senado, as discussões sobre novas fontes para o financiamento do SUS. Não há porque discordar do que aponta a CNBB: “O SUS tem desafios de curto, médio e longo prazo, sobretudo por precisar de mais recursos e da otimização do uso do dinheiro público”.

Venho, portanto, aqui me juntar a vários colegas que esta semana se pronunciaram de forma bastante pertinente, nesta tribuna, sobre a destinação de recursos para a saúde pública. Em seu discurso, o nosso líder Walter Pinheiro fez um apelo pela aprovação de projetos que tramitam no Congresso para melhorar a gestão do setor de saúde.

Esse também é o meu apelo, senhor presidente. Sou autor de projeto de lei do Senado que institui a Lei de Responsabilidade Sanitária no âmbito do Sistema Único de Saúde. O PLS nº 174/2011 cria um instrumento legal estabelecendo obrigações e definindo responsabilidades para os gestores de saúde, nas esferas federal, estadual e municipal. O projeto prevê mecanismos que asseguram a transparência na execução e fiscalização das políticas públicas de saúde. Ele ainda define procedimentos de ajuste de conduta em situações de não cumprimento e estabelece punições administrativas e criminais para casos de gestão fraudulenta.

Creio que essa é uma contribuição importante que o Senado Federal pode dar para combater o desvio de recursos na área de saúde. Paralelamente, apresentei requerimento a esta Casa, semana passada, para a instalação de comissão especial responsável por discutir novas fontes de financiamento da saúde pública. Esse é um debate que vem se somar ao esforço de modernizar o SUS – em continuidade a um importante passo dado pelo Senado, no final do ano passado, quando aprovamos o projeto que regulamenta a Emenda 29, definindo os investimentos mínimos de estados, municípios e do governo federal destinados à saúde pública.

A comissão temporária seria composta de cinco senadores, titulares e suplentes, que apresentariam, no prazo de 90 dias, soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

Estamos diante de uma situação, o subfinanciamento da saúde no Brasil, que precisa urgentemente de uma resposta. Esse é o entendimento de boa parte da nossa sociedade e, na condição de médico e ex-ministro da Saúde, sinto-me ainda mais comprometido com essa causa.

Peço, portanto, o apoio de todos vocês na aprovação do Projeto de Lei de Responsabilidade Sanitária e na instauração da Comissão Temporária da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Humberto.

Tem a palavra como líder o Senador Alvaro Dias, do PSDB. *(Pausa.)*

Não estando presente o Senador Alvaro Dias, faço a permuta com o Senador Paulo Davim.

Tem V. Ex^a o tempo de cinco minutos, como líder do seu Partido, o PV, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores e senhoras que nos acompanham, hoje, dia 22 de março, é o Dia Mundial da Água.

Este ano, a temática que chama à reflexão para o Dia Mundial da Água, instituído pela Organização das Nações Unidas durante a Eco-92, será: Água e Segurança Alimentar.

Anualmente, as comemorações do Dia Mundial da Água fazem alerta sobre esse bem essencial à vida no Planeta, que, caso não tenha seu uso disciplinado e suas fontes preservadas, poderá acabar. Há uma drástica previsão de que, daqui a 40 anos, portanto em 2050, dois bilhões de pessoas em todo o mundo sofrerão com a escassez de recursos hídricos. Dados da ONU mostram que apenas 3% de toda a água terrestre são próprias para o consumo.

A água é elemento vital e constituinte de todos os seres do nosso Planeta. Como todos sabemos, sem água, nenhuma espécie, seja ela vegetal ou animal, sobrevive. Os cientistas calculam que o volume total de água na Terra – e aí incluem-se oceanos, mares, geleiras, neves, lagos e rios – cobre aproximadamente dois terços da superfície do Planeta, num volume total de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. Entretanto, é bom lembrar que cerca de 95% desse montante são compostos de água salgada. Dos 5% restantes, a maior parte – ou seja, 97% – concentra-se nas geleiras polares, restando-nos apenas, para uso, 24,2 milhões de quilômetros cúbicos. De maneira que é preciso muita atenção sobre esse líquido raro, já que, diametralmente oposta à fartura da água do Planeta, está a oferta de água para consumo. Apenas 1,7% da água total do Planeta está disponível para o consumo de mais de sete bilhões de pessoas.

O World Bank Group alerta que 60% das cidades europeias que têm mais de 100 mil habitantes estão com o consumo de suas águas subterrâneas superior à sua capacidade de reposição. Outros dados apontam que cidades como Bangcoc, Cidade do México, Manilha, Beijing, Madras e Xangai já apresentam queda de

10 a 15 metros cúbicos em suas reservas aquíferas. Em tais situações, nas quais não existe água suficiente para todos os tipos de uso, ocorre, no jargão técnico, o chamado *stress* hídrico.

Sabemos que o Brasil tem posição privilegiada em todo o mundo, já que a nossa reserva hídrica é superior a muitos outros países. Temos aproximadamente 12% da água doce do Planeta, o maior rio do mundo e um dos maiores aquíferos subterrâneos, respectivamente o rio Amazonas e o sistema aquífero Guarani. Mas a distribuição dessas águas não é equânime com relação às suas regiões. Onde há mais água, por exemplo, na Amazônia, vivem menos pessoas, menos de 10% da população brasileira. Estima-se que a minha região, o Nordeste, comporta apenas 3% da água existente no País, o que inegavelmente é demonstrado com o sofrimento de milhares de nordestinos na já tão propagada seca do Nordeste e suas graves consequências.

A população mundial conta com sete bilhões de pessoas, e não é difícil perceber que um aumento da produção de alimentos leva a um aumento no consumo de água. Vale mencionar que cada ser humano bebe de dois a quatro litros de água por dia. Para se produzir um quilo de carne, gastam-se 15 mil litros de água, e, para se produzir um quilo de farinha de trigo, gastam-se 1,5 mil litros de água.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), o órgão que coordena o uso sustentável da água no Brasil, é possível reduzir o desperdício através de ações simples, como o consumo de produtos que fazem uso menos intensivo de água; a redução do desperdício de alimentos, pois sabemos que 30% dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados, e, com eles, desperdiçada também a água que foi utilizada para sua produção; a produção de alimentos de melhor qualidade com menos água; e, finalmente, a adoção de uma dieta saudável.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para concluir, Sr. Presidente. Já estou no final.

O problema da escassez de água e, principalmente, o disciplinamento do seu uso têm medidas concretas no Brasil. Basta lembrar a criação da própria ANA, o grandioso projeto de transposição do rio São Francisco, além da adoção de técnicas de reúso de água e da construção de infraestrutura de saneamento, já que ainda temos um percentual altíssimo – algo em torno de 90% – do esgoto produzido no Brasil sendo despejado em rios, lagos e mares, tudo sem tratamento.

Para finalizar, corroboro o que aponta a ANA: a crescente necessidade de água, a inegável limitação dos recursos hídricos e os prejuízos causados pelo

desperdício de água exigem um planejamento bem elaborado pelos órgãos governamentais, estaduais e municipais, visando a técnicas de melhor aproveitamento dos recursos hídricos. E, além da responsabilidade pública, é direito do cidadão usufruir da água, mas também é seu dever preservá-la, fazendo uso desse bem vital de maneira consciente.

Portanto, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Quero agradecer a tolerância de V. Ex^a com o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre. Tem V. Ex^a dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria de fazer dois registros em favor da educação infantil do nosso Brasil.

Na última segunda-feira, o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou a novidade de que vai modificar a Provinha Brasil, um importante instrumento para avaliar a alfabetização de crianças nos anos iniciais da escola.

A Provinha Brasil é uma avaliação do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Esse importante instrumento serve como diagnóstico para o próprio professor identificar o nível de alfabetização dos estudantes.

Com isso, é possível diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e de escrita, o que, por sua vez, permite a adoção de iniciativas determinantes para a melhoria da educação, como o estabelecimento de metas pedagógicas para a rede de ensino, o planejamento de cursos de formação continuada para os professores, o investimento em medidas que garantam melhor aprendizado e o desenvolvimento de ações imediatas para a correção das possíveis distorções encontradas.

Hoje, a avaliação Provinha Brasil acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação da Provinha nesses dois períodos permite aos professores e aos gestores da área de Educação conhecer o que as crianças realmente apreenderam em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

O novo formato da avaliação pretende ampliar a Provinha Brasil, que deixaria de ser realizada de forma amostral e passaria a avaliar conhecimentos de português, matemática e o nível de alfabetização de alunos da terceira série do ensino fundamental.

A intenção do Governo é tornar essa avaliação universal já em 2013, num esforço para melhorar a alfabetização no País e para que o Brasil possa ter dado aos estudantes a oportunidade de expressarem essas suas habilidades, principalmente nesse período inicial para que se estabeleça um parâmetro definidor da alfabetização – se eles estão ou não plenamente alfabetizados.

Segundo avaliação do Ministério da Educação, a expectativa é a de que mais de dez milhões de crianças de sete anos e oito anos de idade possam ser avaliadas pelo novo modelo. Essa iniciativa de base pode ser a chave, inclusive, para evitar que falhas na educação básica possam vir a comprometer – como, de fato, comprometem, como nós sabemos – a capacidade de leitura e de boa escrita que será exigida dos alunos nos anos seguintes.

No ano passado, em 2011, por exemplo, o Movimento Todos pela Educação aplicou a primeira edição da avaliação Prova ABC – Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização. Essa prova, que foi inédita, revelou que, entre as crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental, a antiga 2ª série, 56,1% dos estudantes aprenderam o que era esperado em leitura e 42,8% aprenderam o que era esperado em matemática, com grande variação entre as regiões do País e as redes de ensino pública e privada. Mas, perguntamos, e o restante? O resultado, em caráter amostral, revelou que mais de 40% dos alunos não tinham boa capacidade de leitura, não tinham a capacidade esperada para esse nível de escolarização.

Esses resultados são fundamentais para corrigir deficiências. Após o 3º ano fundamental, o aluno inicia outra etapa do conhecimento e do aprendizado. A partir daí, ele tem contato com conteúdos mais complexos. Também por isso, a base, a alfabetização plena é essencial.

E mais: sabemos que crianças que não aprenderam o conteúdo proposto de forma adequada durante os primeiros anos de escola correm mais riscos de se tornarem vítimas do analfabetismo funcional quando adultos. O Brasil só poderá ter uma educação de qualidade se garantir o direito à alfabetização a todas as crianças desde os primeiros anos da escola. Quanto antes os incentivos ao aprendizado vierem, mais chance a criança terá de se tornar um adulto bem preparado.

Lembro aqui que o Prêmio Nobel de Economia e autor renomado, James Heckman, faz um abrangente estudo sobre educação infantil e seus impactos no indivíduo e na sociedade. Ele diz que, quanto antes os incentivos ao aprendizado acontecerem, mais chance a criança terá de se tornar um adulto bem preparado.

Numa entrevista concedida em 2009, ao ser perguntado sobre por que defendia que a política pública mais eficaz é o investimento na educação infantil, o investimento na educação das crianças nos primeiros anos de vida, ele respondeu que a razão é econômica. Ele lembrou que a educação é crucial para o desenvolvimento de um país, e, por isso, “quanto antes chegar às pessoas, maior será o seu efeito e mais barato ela custará”.

É verdade. Nem sempre o aprendizado tardio de conhecimentos que deveriam ter sido apreendidos na idade adequada é tão eficiente.

Ele defendeu também – e não há como não concordarmos – que, apesar de o investimento em educação superior e o investimento em boas universidades serem de extrema importância para que o País possa formar quadros qualificados e tornar-se produtivo, é no ensino básico que está a chave mestra dessa base que dará ao País e às famílias pessoas preparadas e capazes de produzir conhecimento e riquezas.

Passa pela educação infantil outro ponto que gostaria de comentar hoje: o lançamento da nova campanha sobre classificação indicativa dos programas de TV.

A campanha do Ministério da Justiça tem o slogan “Não se engane” e alerta os pais sobre a influência que programas audiovisuais podem ter na formação das crianças, já que as crianças tendem a repetir o que veem na televisão.

A campanha pretende informar os pais sobre a classificação indicativa como uma forma de selecionar os programas a que eles querem que os filhos assistam.

O Ministério da Justiça destacou que os critérios utilizados para a classificação indicativa para os programas de TV foram estabelecidos em audiências públicas e, portanto, tiveram a participação da sociedade.

A decisão nesse tema é sempre da família. A classificação é indicativa, não impositiva. Portanto, cabe aos pais a decisão de deixar ou não seus filhos assistirem a determinado programa de televisão.

A preocupação com a adequação de conteúdo é mais uma vertente de ação em favor da proteção do conhecimento infantil.

É a soma dessas iniciativas que irá garantir – esperamos – a inserção do país num cenário mais promissor de aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo um reconhecimento especial ao esforço do Senador Lindbergh Farias, que ontem, com a ajuda de vários outros Senadores e de Parlamentares da Câmara Federal, conseguiu realizar um grande evento, instituindo o Dia Mundial da Síndrome de **Down**.

Todo o esforço do Senador Lindbergh, que é de conhecimento de todos, foi reconhecido ontem por inú-

meros apartes. E eu quero hoje fazer o meu reconhecimento a esse trabalho extraordinário e deixar também o meu cumprimento especial pelo trabalho excepcional desenvolvido pelo Senador Lindbergh e outros Parlamentares nesse esforço de fazer com que a sociedade brasileira dê a atenção e a importância devida a todas as crianças portadoras de Síndrome de **Down**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. João Ribeiro, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, à ilustre Senadora Lídice da Mata, representante do Estado da Bahia.

Tem V. Ex^a o tempo regimental de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador João Ribeiro. Tivemos a satisfação de compartilhar da sua companhia no último seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional no Estado de Sergipe, que tratou dos problemas nordestinos, em particular do nosso turismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de, como outros Senadores aqui se pronunciaram, saudar o dia 22 de março, que é o Dia da Água. Nesta data, a ONU, em 1992, fez a divulgação da Declaração Universal dos Direitos da Água, cujo texto apresenta uma série de medidas, informações e sugestões para conscientizar ecologicamente a população e os governantes a respeito deste bem precioso que é a água.

Justamente porque somos do Nordeste, temos a obrigação maior ainda de zelar pelos nossos mancebois, porque somos de uma região que sabe das dificuldades, que passa por estas dificuldades anualmente, de abastecimento de água, e que vive neste momento, mais uma vez, o flagelo da seca.

Quero também anunciar nesta Casa que, na próxima segunda-feira, o Ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra, vai ao nosso Estado, à cidade de Salvador, tratar da seca que afeta 104 Municípios baianos. Irá participar, pela manhã, de um café da manhã com a União de Prefeitos da Bahia (UPB), que já realizou, esta semana, uma audiência pública para discutir a situação de socorro, de atendimento aos Municípios

baianos que vivem as dificuldades terríveis da seca em nosso Estado, e vai assinar, com o Governo da Bahia, alguns convênios.

Hoje, o **Diário Oficial** da Bahia traz ato assinado ontem pelo Governador Jaques Wagner, um decreto instituindo o Comitê Estadual para as Ações Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca.

Portanto, é muito bem-vinda a presença do Ministro Fernando Bezerra, que irá celebrar basicamente três convênios com o nosso Governo. Um deles com a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), para a construção de sistemas coletivos de abastecimento de água, nos anos de 2012 e 2013. Os segundo e terceiro convênios serão efetuados com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), para implantação de cisternas de consumo e barreiros, nos anos de 2012 e 2013. O convênio com a Cerb será para construir 1.240 sistemas coletivos, sendo 496 neste ano e 744, no próximo.

Este ano, o Ministério de Integração Regional vai empenhar mais R\$ 71 milhões para esse convênio. Em 2013, a previsão é de mais R\$ 96 milhões. Portanto, mais R\$ 167 milhões serão viabilizados para esse sistema de abastecimento de água em nosso Estado.

O primeiro convênio com a CAR será para a instalação de 12 mil cisternas de consumo neste ano; o segundo, de 360 barreiros, também neste ano, será para que outras cisternas de consumo sejam implementadas pela Codevasf. No ano passado, foi iniciada a construção de onze mil cisternas, que ainda estão sendo finalizadas, e agora, em 2012, a expectativa é de que a Codevasf possa construir mais 15.997 cisternas. Tudo isso, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... para finalizar *(fora do microfone.)*, nesse esforço de atender emergencialmente a situação dos nossos Municípios, da produção dos pequenos agricultores e assentados do Estado da Bahia, produtores rurais e principalmente para garantir o consumo humano de água em nossa região.

Portanto, queremos saudar essa iniciativa, mas dizer que o enfrentamento das consequências da seca necessita de medidas mais prementes e mais permanentes e nós teremos espaço para, em outro momento aqui, discuti-las com outros Senadores que fazem parte da bancada do Nordeste nesta Casa, todos eles vivendo das agruras da seca na nossa região.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não estando presente, ao Senador Casildo Maldaner e, logo após, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Suplicy – V. Ex^a será o próximo inscrito – e, depois, ao Senador Jayme Campos.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de até cinco minutos, Senador, para o seu pronunciamento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Ribeiro, do Tocantins, que preside esta sessão,...

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Aliás, corrigindo, Senador, V. Ex^a tem o prazo de dez minutos, porque fala como orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – De acordo com o Regimento Interno, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Sim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Ribeiro, lá do grande Estado de Tocantins, vê-lo hoje aqui presidindo esta sessão é uma honra para nós. Aliás, muitos catarinenses elegeram o Tocantins como seu Estado, muitos desses que querem lutar e buscar melhores condições de vida hoje estão lá radicados, muitas famílias lá, do Sul, de Santa Catarina.

Caros colegas, nesta data em que se comemora o Dia Mundial da Água, trago a esta tribuna um questionamento e desafio, fazendo repercutir a voz de milhões de cidadãos brasileiros que questionam: é possível desenvolver um processo de planejamento mais sustentável e confiável com vistas ao futuro deste grande tesouro nacional, ainda pouco conhecido, que é o aquífero Guarani?

Sim, não tenho dúvidas, é possível. Mais que isso, é urgente, inadiável.

Todos sabemos que 70% de toda superfície terrestre é coberta de água. Este fato gera, muitas vezes, a falsa impressão de abundância infinita deste bem vital. Ocorre que esta composição guarda peculiaridades: 97,5% da disponibilidade de água do mundo estão nos oceanos, ou seja, água salgada, não potável. Dos 2,5% restantes, de água doce, mais de 70% encontram-se nas geleiras polares, rios e lagos, entre outros reservatórios, como nuvens e vapor de água. O restante, aquele acessível, fiador das necessidades do ser humano, encontra-se guardado nos aquíferos.

E aí é que eu quero chegar: quando se fala em aquíferos, eu quero me referir ao grande aquífero Guarani, que abrange quatro países no Sul, diversos

Estados brasileiros e que, para nós, é considerado um tesouro incalculável em relação à água potável.

Tendo em vista essa configuração, numa época em que o destaque é dado de forma quase unânime para a fantástica reserva de petróleo do pré-sal, meu foco, neste breve pronunciamento, como disse, é a inestimável riqueza do aquífero Guarani.

São suas reservas que alimentam a grande Bacia do Rio da Prata, verdadeiro território ecológico integrador do coração do continente sul americano, e que fazem do nosso País o possuidor das maiores reservas de água doce do mundo.

O solo que cobre sua superfície, derivado da rocha basáltica, é um dos mais férteis do Planeta e seus climas diversificados garantem o vigor da produção agropecuária nos 365 dias do ano.

Sua cobertura vegetal, com predomínios dos ecossistemas da Floresta Ombrófila Mista, terra das nossas belas e exploradas araucárias, cumprem a insubstituível proteção de nascentes e campos.

Constituído de uma rocha arenítica com 200 metros de espessura média e uma porosidade em torno de 15%, o aquífero Guarani se estende pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, por mais de 1,2 milhão km², situado na Bacia do Paraná e parte da Bacia do Chaco-Paraná.

Nosso País possui a maior parte: são 840 mil km² (70% do total); a Argentina, 225,5 mil Km²; o Paraguai, 71,7 mil Km²; e o Uruguai, 58,5 mil km².

O volume estimado do manancial do aquífero Guarani chega a 36 mil km³. O volume anual de recarga é estimado em 50 km³. Que é a recarga d'água, que provém das chuvas, naturalmente, e aí recarrega o aquífero.

Desde o seu afloramento à superfície, caracterizando sua zona de recarga direta, situada ao longo das bordas da Serra Geral, até as profundidades de 1.500 metros, já na zona de descarga na calha do rio Paraná, temos centenas de Municípios que precisam saber e valorizar esta que é uma das principais reservas subterrâneas de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo.

Todos os grandes aquíferos da Terra já foram parcialmente ou completamente esgotados e poluídos. Saberemos evitar esta realidade?

Suas águas, em grande parte, são de excelente qualidade para consumo doméstico, industrial e para irrigação.

No Brasil, elas se espalham generosamente pelos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A estimativa é que este enorme reservatório, equivalente ao tamanho da África do Sul, poderia abas-

tecer 400 milhões de pessoas por ano de forma absolutamente sustentável, ou seja, respeitando sua taxa de recarga natural, que é em torno de 50 km³ por ano.

A recarga direta desse imenso mar subterrâneo ocorre nas reduzidas áreas em que aflora a camada de rochas permeáveis, por onde a água da chuva penetra.

A recarga indireta acontece inicialmente pela infiltração da água no solo, que irá se armazenar no aquífero basáltico da formação Serra Geral, para finalmente se infiltrar no arenito. Sem super exploração nem contaminação por agrotóxicos, o abastecimento pode durar infinitamente. Para tanto, é preciso incentivar e ampliar as discussões sobre a importância da proteção dos rios e aquíferos brasileiros.

Não podemos nos omitir, sob pena de sermos julgados pela história. É possível desenvolvermos um processo de planejamento mais participativo, sustentável, cuidadoso e confiável para o futuro desse tesouro chamado aquífero Guarani.

A começar pela inclusão dos Municípios que integram as bacias afluentes à zona de recarga direta do aquífero Guarani que, em meu Estado, são apenas 47, estendendo-se desde Praia Grande, no extremo sul, até Porto União, no planalto norte do Estado. A proteção da zona de recarga direta do aquífero Guarani deve ser uma prioridade estadual, nacional e internacional.

Devemos, juntos, buscar uma fórmula de gestão dos aquíferos que abrangem mais de um Estado, seja de forma compartilhada entre União e Estados ou na transferência direta à União, função hoje atribuída aos Estados.

Mas nossa ação não se esgota na preservação dos aquíferos. As políticas de captação de águas de chuva para utilização na agricultura são essenciais nesse processo. Além de contribuírem de forma determinante no uso sustentável desse bem, podem se tornar decisivas na prevenção de fenômenos climáticos, como a estiagem que este ano castiga diversos Estados, especialmente o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apenas para citar três exemplos.

A aprovação do nosso Código Florestal, em discussão na Câmara dos Deputados, converte-se igualmente em mecanismo indispensável para a preservação de rios, córregos, lagos e de nossos mananciais, aliando o desenvolvimento à preservação ambiental.

O reflorestamento, atividade que conjuga de forma harmônica os aspectos econômicos, sociais e ambientais, também deve ser adotado como política de Estado. Por isso, friso, o reflorestamento deve ser adotado como política de Estado. Com o reflorestamento, que é a guarda dos nossos mananciais, poderemos evitar a desertificação de várias regiões do Brasil. E isso tem que ser caracterizado como política de Estado.

Dado o caráter interestadual e multinacional dos recursos hídricos, estas são algumas das questões que urgem diariamente, mas de forma especial neste 22 de março, Dia Mundial da Água.

Essas são, nobre Presidente e caros colegas, algumas considerações que gostaria de trazer na tarde de hoje, frisando especialmente o potencial extraordinário, no Sul do Brasil, compreendendo praticamente a região do Mercosul, em razão do aquífero Guarani, e que também, no nosso País, abrange 70% de suas reservas, estendendo seu lençol subterrâneo por diversos Estados, cerca de seis a oito Estados do Brasil, e nós temos obrigação, compromisso com a história, de lutar pela sua preservação, que é fundamental.

Essa, a homenagem que prestamos ao Dia Mundial da Água.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, para uma comunicação, ao Senador Eduardo Suplicy.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria, nesta tarde, de fazer uma reflexão, juntamente com Leonardo Boff, que há poucos dias publicou um artigo no **Jornal do Brasil**, uma das instâncias em que publica seus artigos, sobre algo que me parece muito relevante: “Maximização versus otimização”.

Diz Leonardo Boff:

“Há uma ética subjacente à cultura produtivista e consumista, hoje vastamente em crise por causa da pegada ecológica do Planeta Terra, cujos limites foram ultrapassados em 30%. Nunca mais vamos ter a abundância de bens e serviços como até há pouco tempo dispúnhamos. A Terra precisa de um ano e meio para repor o que lhe extraímos durante um ano. E não parece que a fúria consumista esteja diminuindo. Pelo contrário, o sistema vigente, para salvar-se, incentiva mais e mais o consumo que, por sua vez, requer mais e mais produção que acaba estressando ainda mais todos os ecossistemas e o Planeta como um todo.

A ética que preside a este modo de viver é a da maximização de tudo o que fazemos: maximizar a construção de fábricas, de estradas, de carros, de combustíveis, de computadores, de celulares; maximizar programas de entretenimento, novelas, cursos, reciclagens,

produção intelectual e científica. A roda da produção não pode parar, caso contrário ocorre um colapso no consumo e nos empregos. No fundo, é sempre mais do mesmo e sem o sentido dos limites suportáveis pela natureza.

Imitando Nietzsche, perguntamos: quanto de maximização aguenta o estômago físico e espiritual humano? Chega-se a um ponto de saturação, e o efeito direto é o vazio existencial. Descobre-se que a felicidade humana não está em maximizar, nem engordar a conta bancária, nem o número dos bens na cesta de produtos consumíveis. O fato é que o ser humano possui outras fomes: de comunicação, de solidariedade, de amor, de transcendência, entre outras. Estas, por sua natureza, são insaciáveis, pois podem crescer e se diversificar indefinidamente. Nelas se esconde o segredo da felicidade. Mas nas palavras do filósofo Ludwig Wittgenstein, citando Santo Agostinho: “tivemos que construir caminhos tormentosos pelos quais fomos obrigados a caminhar com multiplicadas canseiras e sofrimentos, impostos aos filhos e filhas de Adão e Eva” para chegar a esta tão buscada felicidade.

Logicamente precisamos de certa quantidade de alimentos para sustentar a vida. Mas alimentos excessivos, maximizados, causam obesidade e doenças. Os países ricos maximizaram de tal maneira a oferta de meios de vida e a infraestrutura material que dizimaram suas florestas (a Europa só possui 0,1% de suas florestas originais), destruíram ecossistemas e grande parte da biodiversidade, além de gerar perversas desigualdades entre ricos e pobres.

Devemos caminhar na direção de uma ética diferente, a da otimização. Ela se funda numa concepção sistêmica da natureza e da vida. Todos os sistemas vivos, procuram otimizar as relações que sustentam a vida. O sistema busca um equilíbrio dinâmico, aproveitando todos os ingredientes da natureza, sem produzir lixo, otimizando a qualidade e inserindo a todos. Na esfera humana, esta otimização pressupõe o sentido de autolimitação e a busca da justa medida. A base material sóbria e decente possibilita o desenvolvimento de algo não material que são os bens do espírito, como a solidariedade para com os mais vulneráveis, a compaixão, o amor que desfaz os mecanismos de agressividade, supera os preceitos e não permite que as diferenças sejam tratadas como desigualdades.

Talvez a crise atual do capital material, sempre limitado, nos enseje viver a partir do capital humano e espiritual, sempre ilimitado e aberto a novas expressões. Ele nos possibilita ter experiências espirituais de celebração do mistério da existência e de gratidão pelo nosso lugar no conjunto dos seres. Com isso maximizamos nossas potencialidades latentes, aquelas que guardam o segredo da plenitude, tão ansiada”.

Leonardo Boff é autor de **Tempo de Transcendência: o ser humano como projeto infinito**, editado pela Vozes, em 2005, uma de suas principais obras.

O seu artigo nos lembra ensinamentos importantes para a Rio+20. Faz lembrar também aquilo que o nosso Professor Paul Davidson e seu filho Greg Davidson falam em **Economics for a Civilized Society – A economia para uma sociedade civilizada**, que nós devemos levar em consideração, na hora de tomar decisões sobre instrumentos de política econômica, não simplesmente a busca do bem-estar para si próprio, mas também aqueles outros valores como a busca da ética, da solidariedade, do amor, da fraternidade, da liberdade, da democracia. Por essa razão, inclusive tendo essas reflexões em mente, considere muito importante propor, e já o fiz na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que Leonardo Boff possa ser aqui, convidado por esta Comissão, para trazer as suas reflexões às mesas redondas que estamos tendo, preparatórias de como o Senado Federal, como o Brasil se prepara para a Conferência Rio+20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, como orador inscrito.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de até dez minutos, para proferir o seu pronunciamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador João Ribeiro. Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, prometo que não vou ocupar os dez minutos concedidos por V. Ex^a, meu caro amigo, Senador João Ribeiro.

Mas, neste período em que o Brasil, Sr. Presidente, entra na reta final dos preparativos para receber os megaeventos esportivos mundiais, venho a esta tribuna para abordar importante tema relacionado à saúde de nossa população.

Refiro-me às indissociáveis relações entre sedentarismo, alimentação inadequada e falta de condicionamento físico, que têm levado grandes parcelas de

brasileiros a quadros crônicos de cardiopatia e obesidade crescentes.

Ao invés de aproveitarmos a natural mobilização de nossa sociedade em torno das competições olímpicas para fomentar bons hábitos, incrementar a prática da educação física nas escolas e incentivar o desporto associado à alimentação saudável, estamos negligentemente perdendo essa oportunidade ímpar.

O sobrepeso atinge mais de 300 milhões de pessoas em todo o mundo e se impõe a cerca de um terço da população brasileira, com seus nefastos efeitos degenerativos – a começar por nossas crianças e jovens em idade escolar –, e deve-se, em 98% dos casos, segundo a Organização Mundial de Saúde, à ingestão de calorias maior que o gasto diário, que se acumulam em forma de gordura e causam todo o estrago que conhecemos.

Para os especialistas,

os exercícios físicos mais indicados para provocar impacto positivo no controle do peso corporal são os que envolvem grandes grupos musculares e que possam ativar todo o sistema orgânico de oxigenação.

São, sobretudo, as atividades aeróbicas.

Neste sentido, Sr. Presidente, importa ressaltar relevante estudo desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso, nos programas de pós-graduação em Educação Física e em Biociências, a partir deste ano, graças a um projeto de pesquisa selecionado no recente Edital Universal do CNPq, projeto este que tem por objetivo “saber como substância ligada à obesidade e ao sedentarismo responde a diferentes tipos de exercícios físicos”. Este meritório projeto é coordenado pelo professor Fabrício Azevedo Voltarelli, doutor em Ciências da Motricidade, a quem manifestamos nossas congratulações e, por seu intermédio, a todos os demais envolvidos nesta pesquisa acadêmica que Mato Grosso oferece ao Brasil.

Também vale ressaltar o trabalho realizado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, entre os dias 5 e 9 deste mês, em 22 mil escolas espalhadas em 1.938 Municípios, no contexto do Programa Saúde na Escola, que avaliou estudantes na faixa etária entre 5 e 19 anos, com ênfase no combate à obesidade.

Estudos e iniciativas como essas são certamente muito importantes, porém não bastam. O que precisamos na verdade é de uma criteriosa revisão da disciplina Educação Física, com a adoção de consistentes campanhas de esclarecimento e de promoção à prática de esportes. E o momento não poderia ser mais oportuno do que o atual, em que todas as atenções se voltam à realização dos grandes jogos.

No que concerne à informação e à conscientização, cumpre redobarmos nossos esforços, principalmente em campanhas educativas pela mídia e em advertências severas nos rótulos dos produtos nocivos.

De acordo com a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, “bebidas doces, como refrigerantes, mates, etc., podem somar até 400 calorias à nossa alimentação diária”, o mesmo que um prato extra, em termos calóricos.

Conforme dados divulgados pelo referido órgão,

esta é a conclusão a que chegou o primeiro estudo populacional sobre hidratação, realizado pelo Centro de Estudos sobre Nutrição Infantil, na Argentina. A pesquisa, que ouviu 800 pessoas de centros urbanos com até 65 anos, revela que, dos cerca de dois litros e meio de líquidos consumidos diariamente, 50% são bebidas com sabor e infusões açucaradas, 29% são bebidas e infusões sem açúcar e apenas 21%, água.

Neste estudo, que reuniu “65 mil registros, correspondentes ao consumo de 11 mil mililitros de líquidos, classificados de acordo com seu conteúdo de açúcar”, constatou-se que

46% do que os argentinos ingerem diariamente correspondem a bebidas, e as calorias ocultas provenientes das açucaradas representam de 9% a 15% do total diário. Isto equivale a cerca de 200 a 400 calorias vazias extras, o que supera a quantidade de carboidratos simples recomendados pela Organização Mundial de Saúde – que não devem ser superiores a 10%, superados pelas bebidas e infusões adoçadas.

Em outra pesquisa, realizada nos Estados Unidos, pela Universidade de Harvard, “em mais de 42 mil homens, acompanhados durante 22 anos”, publicada este ano pela Associação Americana do Coração, constatou-se, definitivamente, o aumento, superior a 20%, de risco cardíaco – associado, portanto, à maior causa de mortes naquele país – decorrente de altos níveis de inflamação em quem tomava diariamente bebidas doces.

Muito antes da divulgação destes dados assustadores, apresentamos a esta Casa o PLS nº 196, de 2007, cujo objetivo consistia em incluir nos rótulos das bebidas açucaradas a seguinte frase de advertência: “O consumo abusivo deste produto pode causar obesidade infantil, levando a graves doenças como diabetes, pressão alta e cardiopatias, com aumento do risco de infarto e de derrames”, o que é rigorosamente verdadeiro e extremamente grave.

Pois bem. Na contramão de tudo o que aqui foi dito, na contramão das mais irrefutáveis evidências e na contramão da obrigação que, a nosso ver, compete ao Estado, quanto ao esclarecimento e à proteção de seus cidadãos... Pasmem! Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse PLS, de nossa autoria, apesar do parecer favorável da ilustre Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, foi rejeitado, no início deste mês, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a partir de um voto em separado, proferido oralmente, à última hora, pelo eminente Senador Romero Jucá, então Líder do Governo, de quem peço vênia para respeitosa e lamentavelmente discordar.

Fica o meu registro quanto à gravidade extrema de estarmos alimentando fatores de risco que levam à obesidade, diabetes, falta de exercícios e maus costumes alimentares.

Fica, também, a sugestão para que o Governo Federal aproveite o clima dos eventos esportivos que se aproximam, no sentido de desenvolver campanhas de esclarecimento e incentivo em prol da atividade física e da alimentação saudável.

Só assim, livres dos maus hábitos, poderemos formar gerações mais conscientes e vigorosas, aptas a lidar com os desafios do novo Brasil que queremos ver despontar.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer na tarde de hoje e fazer um alerta em relação à obesidade e a outros males que certamente têm afetado uma grande parcela da nossa população.

Lamentavelmente, o nosso projeto, que tinha como marca, naturalmente, como mais importante, que todos os refrigerantes deste País tivessem ali, com certeza, o grau de caloria que as pessoas estivessem consumindo, infelizmente, num voto em separado do Senador Romero Jucá, naquela oportunidade o então Líder do Governo, o nosso PLS não foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Acho que o Governo deveria tomar providências com relação a políticas públicas como essas, no sentido de termos as nossas futuras gerações saudáveis, para que possamos, com certeza, evitar grandes males e doenças que têm afetado uma grande parcela de pessoas que moram em todo o Planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder, pelo tempo de Liderança do meu partido. No momento oportuno, gostaria que V. Ex^a me anunciasse, então, para que eu pudesse ir à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – V. Ex^a, Senador Magno Malta, está inscrito. Falará o Senador Alvaro Dias, mas antes eu vou anunciar a Ordem do Dia e encerrar. Depois, há um orador inscrito e V. Ex^a será o terceiro.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) –

ORDEM DO DIA

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011.

Em função de o parecer ainda não estar pronto, não foi entregue ainda à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Suspendo, ou, encerro a Ordem do Dia, aguardando para outra sessão a inclusão deste projeto.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

É o seguinte o item:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, que *altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011).*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 63, DE 2011** (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

Pareceres sob nºs:

– 1.486, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, relator Senador Eduardo Suplicy, favorável com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAE;

– 1.487, de 2011, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao projeto com as Emendas nº 1 a 3-CAE/CMA e, ainda, pela apresentação da Emenda nº 4-CMA.

5**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

6**REQUERIMENTO Nº 99, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 2012, do Senador Valdir Raupp, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, de sua autoria.

7**REQUERIMENTO Nº 112, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 2012, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (pena de detenção aos usuários de drogas).

8**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2012**

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 113, de 2012, de autoria do(a) Senador Humberto Costa, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (altera o Código de Processo Penal).

9**REQUERIMENTO Nº 120, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2012, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (competências da ANS).

10**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2012, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (distribuição de energia elétrica).

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Passamos, então, aos oradores inscritos agora, após a Ordem do Dia.

Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

Depois, o Senador Valdir Raupp e, logo após, o Senador Magno Malta, pela Liderança do PR.

E transfiro a Presidência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme anunciamos ontem estamos adotando duas providências relativamente ao decreto da Presidência da República nomeando dirigentes da Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT.

Ontem, não apenas o PSDB, mas também o Democratas, juntos, anunciamos que entraríamos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e que hoje apresentaria um Projeto de Decreto Legislativo para tornar nulo o ato da Presidência da República, que impôs decreto transferindo ao Ministro dos Transportes prerrogativa para nomear os diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

E hoje o **Diário Oficial da União** já publica a nomeação de três diretores, afrontando a Constituição do País.

Eu faço leitura do projeto que estou encaminhando à Mesa.

O Congresso Nacional decreta:

Eu destaco que a nomeação é provisória, mas essa provisoriedade não está estabelecida em que tempo se esgotará.

Ocorre que, sob o prisma jurídico, o Decreto nº 7.703 apresenta vício de constitucionalidade insanável, pois o ato entra em flagrante conflito com dispositivos da Constituição Federal.

A Presidente da República faz uso do disposto no art. 84, VI, **a**, da CF, para justificar a edição do Decreto. Diz o referido artigo:

‘Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.’

Ora, o dispositivo acima citado faz referência a organização e funcionamento da administração federal; daí não se pode extrapolar para a delegação de poder a um Ministro de Estado a fim de que este possa designar servidor do quadro de pessoal efetivo para ocupar cargo de Diretor de agência reguladora durante o período de vacância do cargo.

O mesmo art. 84, em seu inciso XIV e seu parágrafo único diz o seguinte:

‘Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações’.

Como se vê, dentre as possibilidades de delegação do Presidente da República não está o disposto no inciso XIV, qual seja, a nomeação, após aprovação pelo Senado Federal, de outros servidores, quando determinado em lei.

O que diz a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, em seu art. 53, § 1º?

‘Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.’

Essa é a questão.

Associe-se aos dispositivos acima citados o art. 52, III, **f**, da Constituição Federal, que diz:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...)

III – aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: (...)

j) titulares de outros cargos que a lei determinar.”

Ou seja, os membros da Diretoria da ANTT, necessariamente, precisam passar pelo crivo dos Sena-

dores que, em arguição pública, irão prestar os esclarecimentos necessários sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.

Além do mais, a Lei nº 9.986, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras, estabelece, em seu art. 10, que:

“O regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Conselheiro ou Diretor”.

Note-se que não há, na lei, nem nos decretos, menção alguma ao prazo de duração dessa substituição. Ou seja, ela não é transitória. A designação de servidor pelo ministro de Estado para ocupar cargo de diretor da agência pode, no limite, durar todo o período do mandato do cargo, que é de quatro anos, de acordo com o art. 8º, §1º, do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002.

Portanto, mais uma vez, o Governo fere dispositivos constitucionais, usurpando competência que é privativa do Senado Federal e afrontando prerrogativa exclusiva dos Senadores da República.

Por essa razão, nós estamos também preparando – está a cargo do DEM – uma ação direta de inconstitucionalidade, que, conjuntamente, o PSDB e o DEM protocolarão junto ao Supremo Tribunal Federal.

É evidente que esse fato demonstra que há ausência de planejamento e de previsibilidade no Governo. O Governo decide sempre no último momento, não antevê o fato, e uma das virtudes de quem governa bem é exatamente ter a capacidade de prever os fatos que ocorrem inevitavelmente na Administração pública.

Nesse caso, há mandatos definidos, e, portanto, os prazos estão já previamente estabelecidos. Não há razão para provisoriedade. Não há razão para provisoriedade, a não ser que o Governo não planeje, não tenha visão estratégica e não conheça as suas responsabilidades. Isso demonstra incompetência de gerenciamento.

São tantos os atos que revelam incompetência de gerenciamento do atual Governo que nos assustam, sobretudo porque ficamos a imaginar as consequências dessa imprecisão, dessa insegurança. Um Governo sempre confuso, nervoso, conflitado politicamente, em confronto com seus aliados, ora com esses, ora com aqueles, com dificuldades para transpor obstáculos do fisiologismo, daqueles que apoiam, mas exigem retribuição, loteando os cargos públicos por essa razão.

Enfim, temos motivos para apresentação deste projeto de decreto legislativo, embora saibamos que

os efeitos são praticamente nulos porque conhecemos a tramitação dessas matérias no Congresso Nacional. Mas é nosso dever apresentá-lo, e por isso o fazemos. É dever da Casa discuti-lo e votá-lo; se não o fizer, não cumpre o seu papel. Quem conduz o processo é a Mesa Diretora. Essa matéria deveria tramitar em regime especial, de urgência urgentíssima, para que pudesse produzir efeitos.

Uma ação direta de inconstitucionalidade encaminhada ao Supremo Tribunal Federal também é nula de resultados quando o Supremo não a julga imediatamente, especialmente quando se pede a concessão de liminar. Ou seja, a Constituição é afrontada, e não encontra defensores. Os que são responsáveis ou são eleitos guardiões da Constituição não cumprem o seu dever, e a Constituição é rasgada como rotina, num péssimo exemplo aos cidadãos brasileiros.

E Ulysses Guimarães, certamente, se vivo estivesse, estaria estarrecido diante da violência permanente contra a Carta Magna que empalmou ao promulgar, dizendo: “Esta é a Constituição cidadã, a Carta da cidadania, da democracia e da justiça social. Que Deus nos ajude a respeitá-la”.

Não está sendo respeitada; está sendo afrontada, e o principal agente de desrespeito à Carta Magna é o Governo brasileiro. E o artífice principal dessa violência contumaz é a Presidência da República, no momento, a Presidente Dilma Rousseff.

Portanto, Srª Presidente Ana Amélia, nosso objetivo é trazer à luz o que está acontecendo. Não geramos falsa expectativa. Eu sei que esse decreto não será aprovado. Eu sei que os nomeados da Srª Presidente da República continuarão exercendo as funções ilegalmente. Eu sei que, ao encaminharmos uma ação direta de inconstitucionalidade, não teremos julgamento imediato. Essa provisoriedade anunciada pela Presidente da República ao nomear ilegalmente, por decreto, dirigentes da ANTT, é uma provisoriedade que vai caminhar ao longo do tempo sem que saibamos quando se esgotará.

Portanto, não estou aqui para enganar ninguém, para gerar falsa expectativa alguma; estamos aqui colocando esse mal à luz, para que ele possa ser visto, combatido e denunciado, na esperança de que as coisas mudem, porque a esperança de que as coisas mudem não podemos perder. Se perdermos a esperança de que as coisas possam mudar, devemos ir embora, devemos ir para casa. Não há por que aqui permanecer. Se aqui estamos, devemos alimentar as esperanças de que é possível mudar.

E o nosso propósito ao apresentar esse decreto legislativo é exatamente promover esse debate, convocar os agentes públicos à responsabilidade, no

Legislativo e no Executivo, e fazer com que a opinião pública tome conhecimento dos ilícitos que são praticados e da afronta contumaz à Constituição do nosso País praticada pela Presidência da República.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. João Ribeiro, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, projeto que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 80, DE 2012.**

Susta a aplicação do Decreto nº 7.703, de 20 de março de 2012, que dispõe sobre o período de vacância de cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 7.703, de 20 de março de 2012, que dispõe sobre o período de vacância de cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu art. 49, inciso V, que o Congresso Nacional tem a prerrogativa de:

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

A Presidente da República editou, no dia 20 de março de 2012, o Decreto nº 7.703 estabelecendo que “Durante o período de vacância de cargo de Diretor que impeça a existência de quórum para as deliberações da Diretoria, o Ministro de Estado dos Transportes poderá designar servidor do quadro de pessoal efetivo da ANTT como interino até a posse do novo membro da Diretoria”.

Ocorre que, sob o prisma jurídico, o Decreto nº 7.703 apresenta vício de constitucionalidade insanável, pois o ato entra em flagrante conflito com dispositivos da Constituição Federal.

A Presidente da República faz uso do disposto no art. 84, VI, “a”, da CF, para justificar a edição do Decreto. Diz o referido artigo:

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;”

Ora, o dispositivo acima citado faz referência a organização e funcionamento da administração federal; daí não se pode extrapolar para a delegação de poder a um Ministro de Estado a fim de que este possa designar servidor do quadro de pessoal efetivo para ocupar cargo de Diretor de agência reguladora durante o período de vacância do cargo.

O mesmo art. 84, em seu inciso XIV e seu parágrafo único diz o seguinte:

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações”.

Como se vê, dentre as possibilidades de delegação do Presidente da República não está o disposto no inciso XIV, qual seja, a nomeação, após aprovação pelo Senado Federal, de outros servidores, quando determinado em lei.

O que diz a Lei A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, em seu art. 53, § 1º?

“Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação uni-

versitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.”

Associe-se aos dispositivos acima citados o art. 52, III, f, da Constituição Federal, que diz:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

III – aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

(...)

f) titulares de outros cargos que a lei determinar.”

Ou seja, os membros da Diretoria da ANTT, necessariamente, precisam passar pelo crivo dos Senadores que, em arguição pública, irão prestar os esclarecimentos necessários sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.

Além do mais, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, estabelece, em seu art. 10, que “o regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Conselheiro ou Diretor”.

Note-se que não há, na lei, nem nos Decretos, nenhuma menção sobre o prazo de duração dessa substituição, ou seja, ela não é transitória; a designação de servidor pelo Ministro de Estado para ocupar cargo de Diretor da agência pode, no limite, durar todo o período do mandato do cargo, que é de 4 anos, de acordo com o art. 8º, § 1º do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002.

Portanto, mais uma vez o governo fere dispositivos constitucionais, usurpando competência que é privativa do Senado Federal e afrontando prerrogativa exclusiva dos Senadores da República.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 7.703, DE 20 DE MARÇO DE 2012

Altera o Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados

Técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A Presidenta da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea a, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000,

Decreta:

Art. 1º O art. 8º do Anexo I ao Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

§ 6º Durante o período de vacância de cargo de Diretor que impeça a existência de quórum para as deliberações da Diretoria, o Ministro de Estado dos Transportes poderá designar servidor do quadro de pessoal efetivo da ANTT como interino até a posse do novo membro da Diretoria.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

.....

DECRETO Nº 4.130,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001,

Decreta:

(...)

CAPÍTULO III Da Direção E Nomeação

Art. 8º A ANTT será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, admitida uma recondução.

.....

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República Faça saber que o

Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 10. O regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Conselheiro ou Diretor.

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Seção V

Da Estrutura Organizacional das Agências

(...)

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

(...)

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

(...)

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

(...)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

(...)

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. É um tema crucial este. A instituição precisa ter posições a respeito dessa matéria para que se consiga o equilíbrio entre os Poderes.

O próximo orador inscrito é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul, Srªs e Srs. Senadores, eu queria, antes de iniciar a minha fala, cumprimentar e agradecer a presença do Deputado Júnior Coimbra do Estado do Tocantins, que é o Presidente do meu Partido, o PMDB, no Estado do Tocantins. E, já que vou fazer um pronunciamento sobre o aniversário do PMDB, queria cumprimentar, em nome do Deputado Federal Júnior Coimbra, do Estado do Tocantins, e do Senador Pedro Simon, nosso grande líder histórico, todos os peemedebistas do Congresso e do Brasil.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro completa, no próximo dia 24 de março, 46 anos de sua fundação.

Trata-se, é certo, de um marco importante na história da agremiação política que por mais tempo atuou ao longo de todo o período da República brasileira. De uma agremiação política que, como nenhuma outra, resume, na sua, a história da própria luta democrática travada contra a ditadura imposta pelo Golpe de 1964. A luta contra a extensa noite do arbítrio que, por 21 longos anos, adiou os sonhos e as aspirações de liberdade de toda uma Nação.

As marcas deixadas por essa epopéia estão profundamente gravadas na alma emedebista, e não foram poucos os nossos correligionários que vieram a pagar pesado preço pela oposição que fazia o Partido a um regime que a queria apenas formal, decorativa e subserviente.

Pagaram esse preço, por exemplo, os Deputados Márcio Moreira Alves e Alencar Furtado, por ousarem exercer com dignidade o mandato popular que lhes conferiu a inequívoca vontade do eleitor, atestada nas urnas. E como eles, inúmeros outros membros da verdadeira frente de resistência democrática caracterizou, na época, o MDB. Pagou, também, esse preço nosso eterno Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães – cuja intrepidez será sempre recordada pelo modo altivo com que enfrentava os agentes da repressão, fossem eles ocupantes de posições ministeriais, fossem eles os cães que, por vezes, usavam, sem qualquer sucesso, para tentar intimidá-lo.

Pagou esse preço, ainda, o Senador Teotônio Vilela, um companheiro cuja exemplar integridade não pôde tolerar o arranjo situacionista que, por algum tempo tentou fazer funcionar em benefício de sua Alagoas natal. Coube a Teotônio Vilela demonstrar aos homens de bem que seu lugar era, de direito, na trincheira democrática. E foi ele o primeiro, por assim dizer, a escolher o certo em vez do conveniente, o risco em vez do cálculo, e a tomar assento definitivo no carro daquele movimento que, maturado na forma de uma Aliança Democrática, iria mais tarde determinar o próprio futuro do Brasil.

Por último, pagou esse preço – junto, talvez, com o da própria vida! – o peemedebista símbolo do espírito de coragem sem bravata, de conciliação sem entrega e de verdadeiro engenho político característico de nosso Partido, o Presidente Tancredo Neves. É sua candidatura o evento que articula o fim do período de exceção – num processo vitorioso de transição democrática cujo arremate e execução couberam àquele que hoje preside esta Casa, o Senador José Sarney, a quem por isso reverencio, cumprimento e saúdo.

Mas, certamente, valeu a pena, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Todo esse esforço, toda essa doação cívica foi o que permitiu ao nosso Partido deflagrar, em conjunto com todas as forças vivas de nossa sociedade, o processo de reencontro do Brasil com sua alma democrática.

Foi esse o fundamento que permitiu a negociação do projeto de anistia, passo decisivo para a pacificação nacional. Foi essa, também, a base – ancorada no maior movimento popular de toda a nossa história, a campanha das Diretas Já – que propiciou uma transição para a democracia exemplar e única em todo o mundo, coroada pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte e pela retomada das plenas garantias democráticas.

Foi um desafio para gigantes, mas eles de fato nunca faltaram no PMDB! Mesmo quando a hora era mais incerta. Mesmo quando riscos de toda sorte se multiplicavam, ameaçando a própria instituição partidária e os frágeis avanços a tão alto custo conquistados.

Por esse motivo, peemedebistas como Orestes Quércia, Franco Montoro, Dante de Oliveira e José Richa estarão para sempre inscritos na memória dos brasileiros, como inspiradores e alimentadores da transição do autoritarismo para a liberdade. E, além deles, nomes como os de Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, Paes de Andrade e tantos outros – que continuam contribuindo vigorosamente para que o processo de aperfeiçoamento democrático cada vez mais avance, para bem do Brasil e dos brasileiros.

Não poderia deixar de me referir, por fim, aos grandes nomes que abrilhantaram o quadro de líderes do PMDB, nos Estados e nas regiões do Brasil.

A todos eles, Senador Sérgio Souza, do querido Estado do Paraná, homenagem na figura de um valeroso companheiro de lutas que encontrei no Estado de Rondônia, o meu Estado, unidade federativa que tenho a honra e o orgulho de representar, nesta Casa. Refiro-me, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Jerônimo Santana, Governador do Estado de 1987 a 1991, liderança com quem colaborei, tanto na condição de Prefeito de Rolim de Moura, quanto na de Diretor-Geral do DER estadual. Foi ele, de fato, digna encarnação rondoniense das mais nobres tradições do PMDB e um homem público que neste espaço faço questão de enaltecer e honrar.

Sr^a Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB tem história, mas o PMDB também tem um presente dinâmico e bem-sucedido! Prova disso é, quando nada, o número de seus afiliados que em outubro último ultrapassava a casa dos dois milhões e quatrocentas mil pessoas. Ou, também, a sua imensa capilaridade,

traduzida na forma de diretórios instalados em todo o Brasil. São 5.172 diretórios municipais; 1.175 Prefeitos, que administram prefeituras em todo o Brasil – eleitos pela legenda –, com o apoio de quase 8.500 vereadores. Ou, ainda, sua força nos Estados brasileiros: cinco Governadores, seis Vice-Governadores a partir de uma base própria dos quais governa a partir de uma base própria de 150 Deputados Estaduais, aproximadamente. Ou, por fim, a robusta expressividade do Partido no âmbito federal, do que são exemplo as suas bancadas compostas por cerca de 80 Deputados Federais e 21 Senadores, e o mandato da Vice-Presidência da República, prestigiosa função ocupada pelo Presidente, licenciado de nossa Comissão Executiva Nacional, o Presidente Michel Temer.

Por isso, me congratulo com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, pelo transcurso dos 46 anos de sua fundação – e vejo aqui no Plenário um de seus fundadores, Senador Pedro Simon. Um partido político que protagonizou uma das mais bem-sucedidas transições democráticas de que se tem notícia. Um partido que, além disso, soube – no âmbito da disputa democrática – se manter grande no propósito de bem servir ao Brasil. Um partido que é “o partido do Brasil” e a agremiação que mais tem representado, nos últimos 20 anos, o fiel da balança da governabilidade, o ponto certo de equilíbrio dos interesses nacionais e, por isso, o fiel retrato político do povo brasileiro.

Era essa a homenagem, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, que eu queria fazer neste momento ao meu Partido, cuja presidência nacional tenho a honra de presidir nesse momento.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Valdir Raupp, a Mesa endossa as deferências e homenagens ao PMDB, um partido que tem contribuído muito não só para a redemocratização, mas para a construção de uma história verdadeiramente democrática em nosso País.

Cumprimentos pelo pronunciamento, e a Mesa endossa as homenagens.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Como líder do PP... Filho de Dadá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, senhor. Está aqui inscrito o Senador Magno Malta. Eu ia chamá-lo pela liderança do PR.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia; Sr^{as} e Srs. Senadores; aqueles que nos veem e nos ouvem pelos meios de comunicação desta

Casa, como a Rádio Senado e a TV Senado, eu gostaria de fazer um registro muito importante.

Achei que a pessoa que estava no Cafezinho fosse entrar aqui junto comigo. Eu estava no Cafezinho com duas pessoas muito importantes. Se alguém puder chamá-las para mim, eu agradeço.

Filho é dádiva de Deus. Criar filho é um privilégio. Tenho três lindas filhas, minha Presidente: Magda, Magna Karla e Jaslini, que é filha do coração. Sou pai adotivo. Depois de conhecer Deus, o maior de todos os privilégios é adotar. Essas crianças têm 30% a mais de açúcar do que qualquer outra criança. Quem adota pensando que fez o bem a uma criança se engana redondamente. Aqueles que adotam descobrem que a criança faz um grande bem a eles. As pessoas que adotaram, Senador Jorge Viana, são exatamente aquelas que descobriram que o coração tem útero. A adoção é a única chance que um homem tem de dar à luz.

Está ali minha filha Magda, minha filha mais velha, a primogênita. Ela está sentada de frente para mim. É a minha primeira filha, de quem tenho muito orgulho por toda uma história de vida. Tive a oportunidade de lavar fralda, de ensinar a dar os primeiros passos, de ensinar a comer. Ela andava muito comigo. Ela aprendeu a falar muito cedo, com sete meses. Com um ano, ela ainda não tinha dentes, mas o seu vocabulário era completo. Eu podia conversar com uma criança de um ano, que assustava as pessoas aonde chegava, pois, sem ter um dente, falava tudo. E cresceu uma filha maravilhosa, amando a Deus. É o legado que posso deixar, no máximo, porque empreendemos a nossa vida de maneira a ajudar os outros. Ensinei à minha filha a amar a Deus e lhe dei estudo. Ela é absolutamente dedicada e inteligente e, ao longo da sua vida, já na vida adulta, tem se colocado à disposição de uma causa que a senhora gosta tanto também, que é a causa da recuperação dos drogados.

Quando Magda nasceu, já havia drogados em minha casa, e ela vivia, pequenininha, nos braços dos drogados. Hoje, ela é uma das obreiras da instituição. Toda quarta-feira, é ela que faz, na nossa instituição, a reunião de tratamento de caráter, que chamamos de cura interior. Hoje, tem 27 anos de idade a minha primogênita, de quem tenho muito orgulho, muito orgulho mesmo.

Abraçando minha filha, relembro a dor dessas famílias que têm filhos drogados, mas, abraçando minha filha, quero lembrar a essas pessoas que há esperança, que há saída, sim, e que basta tão somente confiar. Abraçando minha filha, quero estimular as pessoas neste País que nos ouvem a dedicar a vida em favor de outras pessoas, a abrir a porta da casa, a dividir o pão, a dividir o colchão de casa. Esse é o mais

nobre de todos os gestos. Não basta somente buscar no Poder Público a resolução dos problemas, a saída para esse grande alastramento de drogas neste País. Que nós cumpramos o nosso papel!

Então, como é um exercício a vida que nós fazemos, quero abraçá-la e dizer do orgulho muito grande que tenho, até porque ela se parece muito comigo. Quando ela chega a algum ambiente, antes que alguém pergunte alguma coisa, o sujeito já começa a identificá-la pela fisionomia. Assim, inverte para o meu lado, porque as pessoas normalmente falam comigo: “A sua filha é muito bonita e parece muito com você”. A mesma pessoa que diz que sou feio muda a frase depois.

Então, fico muito feliz de minha filha estar ali, sentada ao lado de uma grande amiga, nossa amiga Gilmelândia, um nome da música do Brasil, a estrondosa Gilmelândia, esse vulcão em cima de um trio elétrico, a nossa Gil da Banda Beijo, que faz o Brasil balançar por onde passa. Tenho muito orgulho de tê-la aqui. Ela é uma amiga especial minha e das minhas filhas, é uma pessoa de Deus e respeita e ama pai e mãe. Gil, de maneira muito especial, cuida da sua mãe, que, hoje, está em cima de uma cama. Ela é uma filha zelosa e cuidadosa. Quem vê esse vulcão na televisão, em cima de um trio elétrico, não pode imaginar as coisas que eu estou falando aqui.

Fico muito honrado, Gil, com sua presença aqui, hoje, à tarde, no Senado da República, e fico muito honrado por minha filha estar ao seu lado. Você é uma excelente companhia, pelo seu caráter, pela sua vida e pelo talento assombroso que você tem. Pouca gente, neste País, tem a sua voz, a sua competência e a sua energia. Quem faz um *show* de duas horas, de duas horas e meia, sem parar – e não estou falando de carnaval, em que são dez dias sem parar, não são horas –, realmente, é uma pessoa especial. Então, sinta-se abraçada em nome do Senado da República, em nome do povo do Brasil, por ser essa artista especial que você é.

Minha filha Magda é artista *gospel* também. Eu queria lembrar isso. Ela começou a tocar pandeiro com sete anos de idade. Ela toca percussão e é produtora. Toca muito bem, é baterista. Tenho muito orgulho disso. Quando ela começou a tocar pandeiro, com sete anos, eu queria que ela aprendesse a tocar piano e violino, mas ela queria tocar pandeiro, surdo, atabaque. Ela queria batucar e batucar, e eu queria que ela gostasse de violino, mas essa não era a praia dela. Realmente, ela cresceu tocando percussão e, graças a Deus, sabe tudo e é uma pessoa absolutamente especial.

Falando em violência, falando em drogas neste País, quero louvar a atitude da Câmara dos Deputados, ontem, quando inviabilizou a votação do Estatuto

da Copa, do projeto que trata das questões envolvendo a Copa. Todos têm o mesmo discurso, o discurso coerente, para poder combater e enfrentar, Senadora Ana Amélia, o incoerente.

Neste País, o SUS faz relatórios enormes. Maguinha e Gil, o relatório do SUS, do nosso querido Ministro Padilha, diz que milhares de pessoas – você vai ao Garibaldi, que é o Ministro da Previdência – estão encostadas, vilipendiadas, com cirrose ou com qualquer outro tipo de doença advinda do álcool. Benefícios são pagos a pessoas que estão encostadas ou aposentadas por conta do álcool. Pessoas internadas ocupam os leitos dos hospitais, que estão abarrotados no Brasil, por causa do álcool.

Há violência no trânsito, e não se conseguiu estabilizar, definitivamente, a Lei Seca no Brasil. Nas *blitze* que são feitas, centenas de pessoas são vistoriadas, e, de cada dez, nove estão alcoolizadas. O Sarah Kubitschek está lotado de pessoas, principalmente jovens, paraplégicas e tetraplégicas, aprendendo alguma coisa para ter qualidade de vida. A célula nervosa morta não se recompõe. Uma vez paraplégico, para sempre paraplégico; uma vez tetraplégico, para sempre tetraplégico. Quem sabe, daqui a alguns anos, com o advento das pesquisas sobre as células-troncos, essas pessoas estejam de pé, mas hoje isso não é possível! E a maioria absoluta, Senador Pedro Simon, é de acidente por causa de bebida alcoólica! Há crianças paraplégicas ou tetraplégicas pelo fato de terem sido atropeladas na porta da escola.

Há mortes no trânsito, pessoas atirando no trânsito. Ontem mesmo, um caminhoneiro fazia uma curva, e, atrás dele, havia um policial em um carro menor. Simplesmente, o policial atravessou na frente do caminhão, ele foi explicar o porquê da curva sem violência e já levou um tiro na boca, porque um deles estava alcoolizado.

Faz-se o teste do bafômetro. E, para nós, o ambiente é muito triste, porque até autoridade se recusa a fazer esse teste.

O problema do Brasil não é *crack*, não é cocaína; o problema do Brasil é bebida alcoólica. Aí estão os números. É uma sociedade absolutamente hipócrita, que se alcooliza; é uma sociedade de bêbados. Se há festa religiosa, há bebida alcoólica. Se uma criança faz um ano, na festa há bebida alcoólica. Na festa de quinze anos de uma menina debutante, há bebida alcoólica. Na inauguração de uma empresa, há bebida alcoólica. No final de ano nas empresas e nas festas familiares, há bebida alcoólica. No fim de ano, se há festa no Senado, há bebida alcoólica! E estamos trabalhando para resolvermos o problema do *crack*. Mãe, acuda-me! É tudo brincadeira! É tudo brincadeira,

porque falta autoridade moral nessa questão. “Faça o que mando, mas não faça o que faço”, não é por aí que vamos chegar a algum lugar!

Aí se fazem grandes campanhas. Grandes montantes de dinheiro são investidos em campanhas publicitárias e são pagos a marqueteiros, para estes criarem campanhas contra o álcool, tratem da Lei Seca, divulguem a Lei Seca. Toda a Polícia Rodoviária Federal é mobilizada para pegar motoristas bêbados na estrada, mas vem a Fifa e dá uma ordem para o Brasil: “Nós queremos vender bebidas alcoólicas nos estádios”. Aí o Governo diz: “O Governo assumiu esse compromisso”. Esse é o mesmo Governo que paga pessoas aposentadas, encostadas, montantes da Previdência por causa de bebida alcoólica; é o mesmo Governo que investe em campanhas publicitárias, que gasta o dinheiro do contribuinte para tirar o bêbado das estradas e das ruas, para evitar os acidentes, as mortes; é o mesmo Governo que põe dinheiro no SUS para internar pessoas com problema de cirrose e com problemas cardíacos e neurológicos por conta da bebida alcoólica. São pessoas que têm coma alcoólico, que têm diabetes alcoólico. Essas pessoas, de uma forma ou de outra, ocupam espaço nos hospitais. Aí se reclama que falta dinheiro na saúde, e se põe dinheiro para tratar esse tipo de coisa. Mas o mesmo Governo, de forma contraditória, manda uma lei que envolve liberar bebida alcoólica nos estádios de futebol.

Quem sabe essa seja uma coisa boa, para que possamos ver uma cena mais quente, porque nunca vimos na televisão do Brasil torcedor brigando. Nós nunca vimos isso aqui! Nunca vi torcedor batendo no outro, enfrentando a polícia. Nunca vi torcedor sendo enfrentado pela polícia, apanhando e batendo. Nunca vi torcedor morrer ao vivo. Tudo nós já vimos. E o Governo, agora, manda liberar bebida alcoólica, para contemplar os fabricantes, o mercado financeiro, os milionários que estão preocupados com seus helicópteros, com suas coberturas, não com o bem-estar das pessoas.

O Governo, pior do que isso, curva-se à imposição da Fifa, que manda para cá um mal-educado que destrata o País, que desrespeita todos nós. Um boca suja vem aqui e diz que o Brasil precisa tomar um chute na bunda, e o Presidente da Fifa vem aqui e diz: “Não, quem vai continuar é ele”. E acabou. A diplomacia brasileira baixa a cabeça. Os Ministros baixam a cabeça. E aí se vê o Líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, por quem tenho muito respeito, dar uma entrevista e dizer: “Houve uma reunião agora, e a base do Governo decidiu que vai apoiar o projeto com a venda de bebida nos estádios”.

Ô Arlindo Chinaglia, tudo o que falei aqui você nunca viu? Você não sabe de nenhuma criança que foi atingida por um motorista bêbado em algum lugar? Você conhece alguém que ficou viúvo ou alguém que é órfão porque o pai morreu por conta de álcool? Você não sabe nada das bebidas alcoólicas no Brasil? Você não sabe nada dos dados do SUS? Desculpe-me, mas você foi Presidente da Câmara. É um Deputado escolado, bem preparado, líder de governo. É só ligar para o seu amigo Padilha, do PT, que é Ministro, e perguntar a ele sobre os números. Ligue para o Garibaldi Alves e pergunte sobre os números, sobre o que a previdência gasta com pessoas encostadas, aposentadas, por conta de bebida alcoólica.

Agora, vocês querem empurrar goela abaixo um projeto desses por imposição do Sr. Presidente da Fifa! Quem é o Sr. Presidente da Fifa, para que eu possa respeitá-lo ou para que uma Nação de 200 milhões de pessoas que pagam impostos e que nunca pediram um favor para esse cidadão tenha de se encolher e se afrouxar num momento como este?

Peço a Deus que haja lucidez e sensibilidade da parte dos Deputados Federais deste País, para que saiam da situação de dizer “não, nós precisamos votar, porque somos base do Governo”. Quando o cara é base do Governo, pressupõe-se dizer que ele é cego, surdo e doido. Tudo que vem de lá ele tem de fazer. É por isso que, com esta base aqui, com os sete Senadores do Senado, quando você se afasta da base, você começa a dizer assim: “Abri meus olhos, abri meus ouvidos”. Eu não falo em oposição por ser oposição, até porque é indigno fazer biquinho porque não ganhou presente. Isso é indigno. É preciso ser crítico. O que é bom é bom. O que não presta não presta. Pronto! É preciso ficar de olhos e ouvidos abertos! E, quando você deixa a base, você diz: “Deixei de ser cego, deixei de ser surdo, deixei de ser burro”.

Se esse projeto passar na Câmara, Senadora Ana Amélia, aqui, no Senado, ele não terá futuro, porque aqui estamos mobilizados.

Ana Amélia, Senadora do Rio Grande do Sul, jornalista laureada, estou falando tudo isso aqui, e a senhora está olhando para mim. E, para mim, a sua cabeça está viajando. Há gente com cadeira de roda e sem cadeira de roda atingida por um bêbado; há gente que morreu no trânsito por causa de álcool. Quantos casos desses a senhora já cobriu? Tenho a certeza de que voto como o meu e o seu eles não terão, porque aí estaremos nos respeitando e respeitando o povo do nosso País.

Parabéns à Câmara, pelo ocorrido de ontem! “Não, a base se rebelou.” É dito isso como se fosse um filho que bateu no pai e espancou a mãe. É dito isso com

sentimento de dor, Pedro Simon. Eles se rebelaram? Não! Tiveram um momento de lucidez, raciocinaram e fizeram a mesma leitura. Eu não inventei a roda, não! Esta minha leitura todo mundo faz. E não votaram. E que continuem esticando, não votando, até que esse artigo infame seja retirado do texto e que, nos estádios de futebol, só se beba água.

Quem não sabe para onde vai o teor alcoólico? Uma lata de cerveja tem que teor alcoólico? Duas latas quanto têm de teor alcoólico? E três latas? O teor alcoólico de três latas de cerveja é de meio copo de cachaça. Quando o cara bebe três latas de cerveja é como se tivesse bebido meio copo de cachaça. E esse teor alcoólico vai para o sistema nervoso central, desestabilizando, emocional e psicologicamente, um indivíduo que está com a adrenalina alterada por conta do ambiente do jogo de futebol. Ele é capaz de agredir, de quebrar, de matar e de morrer sem ver. Nós vamos permitir isso num País altamente violento? Não, não vamos permitir isso.

Por isso, quero parabenizar a Câmara, quero parabenizar os Deputados. Não é coisa de confissão religiosa, não. Como tentam polarizar sempre com os evangélicos, quero dizer que isso não é coisa de crente, não. É coisa de espírita, de budista, de hinduísta, de ateu, de católico. É coisa de quem ama a vida e sabe o que são as drogas no Brasil. E bebida alcoólica é droga. É droga cigarro, nicotina, alcatrão. Bebida alcoólica é droga! Igualmente, é droga a cocaína, o *crack*. Umas estão na legalidade, outras estão na ilegalidade. Sabemos que as drogas no Brasil constituem o adubo da violência. E, para que possamos reduzir a violência, precisamos tomar providência com as drogas, as chamadas legais e as chamadas ilegais, porque ninguém vai para a droga ilegal antes de ter conhecido as drogas que estão na legalidade.

Por isso, parabenizo a Câmara. Ajudei, trabalhei, conscientizei muita gente. Vou continuar trabalhando. Peço às pessoas que me veem e que têm Internet em casa que mandem *e-mail* aos Srs. Deputados. Peço àqueles que estão nas redes sociais, no Facebook, no Orkut, no Twitter, que mandem mensagem, que façam uma grande rede contra a bebida alcoólica nos estádios, que entrem no Twitter da Presidente, do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça.

Uma coisa boa – não sei se foi a Fifa ou a CBF que proporcionou isto ou se foi por autodeliberação – foi a saída de Ricardo Teixeira. Vai ser um mal a menos na Copa. Seriam dois grandes males: ele no comando da CBF e bebida alcoólica. Se um foi tirado, vamos tirar o outro. Isso não vai resolver, mas vai minimizar o problema.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Magno Malta. Na verdade, esse é um tema altamente explosivo, e a Casa vai tomar a decisão que a população brasileira aguarda, como bem explanou V. Ex^a, que expôs os riscos de todos os aspectos relacionados ao consumo excessivo de bebida alcoólica e seus impactos no trânsito.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, a imprensa tem debatido a criação da comissão dos notáveis pelo Presidente Sarney para criar um novo pacto federativo e uma série de questões da maior importância que estamos analisando.

Acho que o Presidente foi muito feliz na escolha dos nomes, principalmente na escolha do Presidente, um extraordinário e brilhante homem público, o Ministro Jobim.

Não sei, não analisei, mas os jornalistas querem saber se está no Regimento que é atribuição do Presidente fazer uma indicação dessas, ele criar a comissão e ele indicar os nomes. Ou se deveria passar pelo Plenário a criação da comissão e a indicação dos nomes. Não sei. Mas faço uma sugestão ao Plenário para que se peça ao Presidente que junte a essa comissão alguns Senadores que sejam indicados suplentes dos titulares ou assessores dos titulares, para poderem assistir, participar, debater e conhecer as matérias que depois virão a debate na comissão.

Acho que não é demais pedir que os Senadores sejam escolhidos... cada notável que vai ocupar um cargo tenha um Senador como seu respectivo suplente. Seria uma forma de o Senado participar e tomar conhecimento das matérias.

Em segundo lugar, Sr^a Presidente, venho aqui para discutir as manchetes de todos os jornais de hoje. Primeiro foi aqui no Senado, onde fui testemunha de que a rejeição do ilustre cidadão para presidente de uma entidade – pelo menos a votação feita por alguns dos parlamentares aconteceu porque se entendia que o cidadão não era a pessoa indicada, principalmente tendo em vista um relatório do Tribunal de Contas envolvendo sua atividade.

Mas a imprensa publica que foi uma retaliação do Senado às atitudes da Presidenta, principalmente ontem na Câmara dos Deputados, em relação à decisão da Presidenta em mudar seus líderes. A decisão da Presidenta de mudar os líderes teria levado a não votação da chamada Lei da Copa e, por outro lado, a bancada ruralista teria exigido a votação imediata do projeto do Código Florestal. A chamada bancada

ruralista estaria encontrando votos suficientes para derrotar o substitutivo apresentado pelo Senado em determinados pontos e ficar com o projeto da Câmara, que seria mais simpático aos componentes ruralistas da Câmara e do Senado,

Eu não sei. Eu tenho tido muito respeito pelas decisões da Presidente da República. Não é o ideal o que estamos vivendo. Estamos vivendo o bojo de uma crise mundial que aponta também para o nosso País, e acho que o Brasil está se saindo relativamente bem.

Falei, desta tribuna, que a reportagem do Fantástico sobre corrupção na saúde do Rio de Janeiro foi um trabalho que merece...E acho que vai ganhar. No fim do ano, quando falarem nos melhores trabalhos sobre isto, sobre aquilo, eu acho que a reportagem da TV Globo vai ganhar uma distinção especial, pela competência, pela capacidade com que a coisa foi feita. Dificilmente haverá no jornalismo investigativo, em qualquer outro lugar do mundo, um trabalho que corresponda tanto à realidade e tenha deixado a nu a realidade, como essa reportagem.

É verdade que eu me preocupo, porque, se não dermos continuidade, o resultado desse trabalho será cadeia para o jornalista e demissão para o diretor do hospital. Aliás, já há jurista dizendo que aquilo não vale nada: que aquele trabalho era baseado em coisas falsas, que não havia a realidade do fato anunciado ali, que era tudo de mentirinha, não era funcionário. Não havia compra real; o trabalho não serve como prova, mas foi um grande trabalho.

Eu já disse e repito desta tribuna: aquele trabalho abordou os penduricalhos, a raia miúda, que são as compras de um hospital, contratação de serviços de um hospital.

O que houve nas privatizações? A Vale do Rio Doce foi privatizada por US\$3 bilhões, dinheiro emprestado pelo BNDES. Hoje, ela vale quase US\$300 bilhões. E as outras? E esses contratos de empreiteiras, e essas estradas, e esses trens-bala, e não sei mais o que, que são feitos por aí? Botem mais seis zeros naquilo que o Jornal Nacional publicou com relação ao hospital do Rio de Janeiro. Mas aquilo é um retrato.

A corrupção está tão bem organizada no Brasil que há até a ética dos corruptos. “Na nossa ética – diz a moça – na nossa corrupção, tem uma ética, e a ética é esta. Palavra dada é palavra dada. Se estou dizendo que é 15%, é 15%. Pode ficar tranquilo que é 15%. Não te preocupa. Tu vai receber em casa. Não vai receber num pacote de dinheiro. Vai receber em uma caixa de uísque, ou vai receber em uma caixa assim, mas tu vai receber em casa”.

Ela falou com uma convicção! Há muito tempo eu não via alguém falar em ética com tanta convicção

como falou aquela senhora no programa de televisão. É uma organização e existe.

Não consigo entender, Senhora Presidenta da República! O Diretor do hospital diz: “O que querem? Eu sei todos os homens, eu sei as empresas, eu sei onde é que estão, eu sei por onde entram, eu sei o endereço, eu sei tudo! Eu só não sou político. Eu só não posso ir lá prender”. Isso disse o diretor do hospital. Isso disse o diretor do hospital!

Essa é a realidade que nós estamos vivendo. É muito triste o momento em que estamos vivendo.

Eu ouvi o Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, falar aqui com relação às indicações. Falou, inclusive, nas medidas provisórias. Vejam o escândalo! Onde está o Executivo está o Congresso. Sabem quando é que o Congresso vai mudar a Constituição para alterar as medidas provisórias? Quando o Sargento Garcia prender o Zorro. Nunca!

A coisa já está armada. O Governo manda a medida provisória. Lá em cima falam: medida provisória nº 60 mil para não se o que. Mas, na medida provisória, há mais 30 artigos para coisas que não têm nada a ver com o que foi apresentado; e que levam para dois bilhões, três bilhões. Aumenta ao infinito. Chega na Câmara, já há o grupo que está lá encarregado com as medidas que vão colocar de contrabando na medida provisória. Dizem que há um Deputado especial que é profissional, é o que coordena essa questão. Então, vem a medida provisória, metem o contrabando para a, para b ou para c, e aí é uma maravilha. Não tem veto, não anda, não sei o que, tem de ser votado. Então, quando vem uma medida provisória, uma por dia, esse grupo de Parlamentares bate palmas, porque aprovam a medida provisória e aprovam o contrabando deles.

Dizem que a Presidente vai tomar medidas. Pode ser, com todo respeito aos meus colegas Parlamentares. A demissão de um Ministro e a imposição de outro, à revelia do que pensa a Presidente, não me parece que seja tarefa de um país democrático. Um partido sair do Governo, em que o ministro é do partido, mas não é o que o partido quer, e exigir alguém desse partido – aí fica; se não, sai fora...

Está certo que governabilidade é importante; está certo que fazer parte do Governo, da Oposição, é importante, mas vamos inventar um motivo mais significativo, que tenha um princípio de ética, de seriedade.

Outro dia, eu estive nesta tribuna e li o ministério do Presidente João Goulart quando ele foi derrubado. E, do ministério do Dr. João Goulart, quando ele foi derrubado, nenhum esteve envolvido em corrupção. Muitos foram cassados. Darcy...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Pedro Simon, apenas para fazer uma

saudação ao nosso querido colega Senador, Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, que visita este plenário, ouvindo V. Ex^a com atenção.

Desculpe-me a interrupção, mas merecida, porque é um Parlamentar a quem queremos muito bem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E já lhe aviso que ele vai estar em Porto Alegre, em Encantado e em Bom Retiro do Sul, onde seu auxiliar, inclusive, inaugurará, junto com S. Ex^a, em Encantado.

V. Ex^a, que está sempre lá, vai estar presente, tenho certeza.

Um abraço ao Senador Garibaldi. Muita gente já olha para ele, vendo-o novamente na Presidência do Senado. Seria positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ele que devolveu uma medida provisória.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É. Seria positivo.

Eu lhes digo com toda sinceridade: a Presidente Dilma ainda não deu a linha real do seu Governo. Hoje, está provado que o Ministério com que ela assumiu... O Lula estava muito apaixonado por ganhar a eleição. Nisso ele estava certo. Foi um esquema tão bem preparado que deu tudo certo, mas não era o ideal. Compara aquele ministério, repito, com o que João Goulart tinha quando caiu, quando foi derrubado por corrupção, por implantação do comunismo que ele queria e não sei mais tantas bobagens que inventaram. Nenhum foi processado. Muitos foram cassados. Darcy Ribeiro, nosso colega daqui, foi cassado. Não havia uma vírgula contra ele. Waldir Pires foi cassado. Não havia uma vírgula contra ele. Almino Afonso foi cassado. Não havia uma vírgula contra ele. Mas eram nomes de projeção nacional, que tinham biografia, que tinham história. Não era indicação nem de a, nem de b, nem do PTB, nem do Brizola. Tinha biografia e tinha história.

Hoje, uma Presidente com 50 e tantos milhões de votos, com uma força partidária enorme de apoio, que podia fazer um ministério composto dos melhores e dos mais competentes de cada partido, atem-se à indicação de fulano, à indicação de beltrano, e lá aparece uma bancada do Senado. O PMDB está exigindo a indicação do fulano. Nunca se reuniu a Bancada do PMDB. Eu digo aqui, Presidente Dilma: nunca a Bancada do PMDB se reuniu para indicar nenhum Ministro, nenhum cargo de segundo, nem de terceiro escalão, embora a Liderança da bancada tenha ido lá, indicar a, b ou c.

Não sei! O Lobão é Ministro das Minas e Energia. Ilustre Senador, brilhante, competente. Não há o que discutir, mas nunca a Bancada do PMDB se reuniu para discutir: “Nós indicamos o Senador Lobão”. Nunca! Nem ele, nem ninguém.

Se a Presidente pegasse numa mão o ministério com o qual ela assumiu a Presidência da República e, em outra mão, o Ministério do Sr. João Goulart, quando ele foi cassado, quando ele foi deposto, melhor dito, ela poderia ver a diferença. Um, Darcy Ribeiro, entre os notáveis; outro... Não vou dar. Mas peguem os nomes e vocês vão dar. Metade se dá como referência, e não deviam estar lá.

A Presidente foi uma grande Chefe da Casa Civil. Foi. Foi uma grande Ministra de Minas e Energia. Foi. Foi uma grande Secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre. Foi. Foi uma grande Secretária de Minas e Energia do Governo Colares e do Governo Olívio Dutra. Foi. Hoje, não é por nada que ela tem essa credibilidade toda. Ninguém com um ano e meio de Governo, um ano e três meses de Governo, nem o Lula, nem o Fernando Henrique, nem ninguém teve o prestígio que ela teve até agora. E é merecido.

Mas, se nós formos analisar o ritmo de Governo que esperávamos dela, não é o que está acontecendo. De certa forma, parece que falta a Dilma da Dilma. Quer dizer, havia a Dilma do Lula, que era a Dilma; mas não há alguém igual a Dilma para coordenar como ela coordenava. É aí que todo mundo diz: lá, a Dilma podia tocar, porque – parece piada, mas é mais ou menos isto – o Lula estava na retaguarda, garantindo. Como Presidente, ele tinha o jogo de cintura político de levar as coisas. Então, ela tocava administrativamente, fazia, agia, debatia, analisava, coisa que com todo carinho e com todo respeito a atual Chefe da Casa Civil não tem condições de fazer, porque não há ninguém atrás dela.

Então, nós estamos aí. Uma hora, o Líder do PMDB lá na Câmara bate na mesa e diz: “Eu duvido que a Presidenta mexa em tal lugar. Eu a desafio a fazer isso, porque a Bancada do PMDB se revolta”.

Até vamos fazer justiça. A Presidente fez...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... é verdade. Em troca de tirar a Presidente, colocou outro indicado por ele. *(Fora do microfone.)*

Está tão cheio, tanta gente na fila, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os demais oradores inscritos estão com viagem marcada, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É que a fila está tão grande, a Casa está tão lotada que entendo a preocupação de V. Ex^a.

É verdade que saiu o que o líder não queria que saísse, mas ele teve a prioridade para indicar o substituto. Então, o Vice-Presidente disse para ele: “Escolhe o que tu queres. Berra e faz o desafio. Ele vai sair de

qualquer jeito, e não bota ninguém, ou fica quietinho, fecha a boca; ele sai, e tu botas o outro". E aí foi feito o acordo.

Não dá para governar assim! A Presidente tem que ter chance de governar, tendo em vista o bem comum.

É triste. Olha, eu tenho o maior respeito pela Presidência, pela Vice-Presidência, pelos líderes de todos os partidos. Mas houve uma época em que ser presidente e ser líder não era isso, não. Não era isso. A coisa era bem diferente. Hoje é um troca-troca permanente.

A imprensa noticia que o Governo pretende mudar, e o novo líder inclusive anuncia, numa conversa muito importante que teve com o Presidente Lula, que ele dá força para que isso aconteça. Que bom que o Presidente Lula pensa assim!

Eu tive a felicidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... de abraçá-lo antes de ele sair do hospital da primeira vez. *(Fora do microfone.)*

Eu fiquei emocionado, em primeiro lugar, com o afeto e o carinho que eu vi da sua esposa com ele. É algo que realmente chama a atenção. Não é presidente, é ex-presidente, doente, com câncer no hospital. Mas aquele afeto que eu senti... E, em segundo lugar, a força do presidente em querer acertar. A voz ainda um pouco embargada, mas a disposição que ele tem de levar adiante. Deus realmente dará forças a ele, e o Brasil muito precisa dele, principalmente porque está provado que para a nossa Presidente e para o nosso País é muito importante....

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... que Lula tenha condições de ajudar, tenha condições de ajudar, para que ela faça o que é preciso que ela faça, para que ela faça o que é necessário que ela faça.

Talvez a Presidenta, talvez a Presidenta ...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Simon, eu ficaria aqui a noite inteira ouvindo V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A noite inteira eu sei que V. Ex^a não ficaria. Está exagerando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ficaria sim.

É sempre importante quando V. Ex^a ocupa essa tribuna. Os telespectadores gostam muito de V. Ex^a, mas esta cadeira é muito complicada. Aqui, tenho que respeitar o Regimento e acolhê-lo.

Então, queria agradecer V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer-lhe que só faltaria àqueles personagens

que apareceram na matéria do Fantástico querer direito de resposta.

Obrigado, Senador Simon, pela gentileza.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, pela Liderança do PMDB.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pedi o horário da liderança, como terceiro Vice-Líder do PMDB, para falar sobre o evento ocorrido na semana passada, na cidade de Marselha, no sul da França, que foi o 6º Fórum Mundial da Água.

Antes, Sr^a Presidente, gostaria de cumprimentar aqui o meu amigo, meu ex-sócio, colega, advogado, Moisés Pessuti, especialista em direito no Estado do Paraná, e também cumprimentar o Procurador da Fazenda Nacional, Marcus Abraham, que busca uma cadeira no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Antes ainda, Sr^a Presidente, gostaria de fazer um breve comentário sobre a audiência pública ocorrida há poucos instantes na Comissão de Meio Ambiente para tratar do vazamento ocorrido no Campo de Frade, no litoral do Rio de Janeiro.

Percebemos que pode ser uma continuidade do vazamento corrido em novembro de 2011. Talvez o abandono daquele poço operado pela Chevron, quer dizer, a inativação daquele poço, Senador Benedito de Lira, tenha sido o fato causador dos vazamentos desta semana e da semana passada. Parece-me que o evento tem ligação. E é preocupante. Imaginemos uma fissura ou um abaixamento do solo marinho de mais de 800m. Como é que isso pode ter ocorrido e que resultado pode causar? Estamos realmente muito preocupados.

Gostaria de enaltecer a iniciativa do Presidente daquela comissão, o Senador Rodrigo Rollemberg, por convidar para essa audiência pública a ANP, a Chevron, o Ministério Público Federal, autor da demanda que tramita e que inviabilizou a saída dos diretores da Chevron do Brasil, e também da ANP.

Mas venho à tribuna para falar sobre o Fórum Mundial da Água.

Hoje é o Dia Mundial da Água. Daqui a pouco, ocorrerá um evento aqui em Brasília em comemoração, com a presença da Agência Nacional de Águas e da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Infelizmente, não poderei estar presente por motivos e compromissos assumidos anteriormente.

Na semana passada, uma comissão do Senado Federal esteve em Marselha. Além da minha presença, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Jorge Viana, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Aloysio

Nunes e também alguns Deputados prestigiaram e compareceram àquele evento que, para mim, foi da maior importância.

Eu que presido a Subcomissão Permanente da Água aqui do Senado Federal, percebi que o Brasil tem um papel importantíssimo na condução das políticas públicas da gestão da água e tem, Sr^a Presidente, uma atuação firme.

O Presidente do 6º Fórum Mundial da Água era um brasileiro, Benedito Braga, que já foi Presidente da ANA. Estava presente também nesse evento o Presidente da Agência Nacional de Águas, o nosso querido companheiro e amigo, aquele que sempre tem nos prestigiado aqui no Senado, Vicente Andreu.

E através da assessoria da ANA, quero, na pessoa do Sr. Antonio Félix, coordenador da ANA, agradecer a todos os funcionários da Agência Nacional de Águas pela presteza que deram a todos os parlamentares lá presentes, auxiliando na orientação de qual seria o debate, o fórum mais interessante, para que os parlamentares participassem naquele momento.

O Brasil também tem a possibilidade de sediar o 8º Fórum Mundial da Água, previsto para 2018, pois já está se candidatando, e tem também a possibilidade de presidir o Conselho Mundial da Água, cujo mandato vence no final deste ano.

Gostaria de enaltecer alguns números que me causaram boa impressão e uma responsabilidade muito grande do nosso País. O Brasil é muito rico no recurso natural água. Detemos 12% da água doce do Planeta – 12% da água doce do Planeta! Sabemos que 75% dessa água está na região amazônica, a região menos populosa do País.

Um número, um dado trazido do Fórum é que 90% de toda a água descongelada do Planeta está no subsolo. Isso nos faz pensar que não basta ter uma gestão e uma responsabilidade para cuidarmos tão somente da água que aflora ao solo, mas também que devemos cuidar da água de nossos lençóis freáticos, porque lá nós temos talvez as águas mais puras e temos, com certeza, a garantia desse recurso natural para o Planeta e para a humanidade.

Descobri, Sr^a Presidente, nesse evento, que temos mais pessoas neste Planeta com celular do que com acesso à água. Percebi que a água pode ser barata para alguns, mas muito cara para outros. A média de uma garrafa de água mineral na França é de cinco euros. Veja que absurdo isso!

Durante esse evento, tivemos, na quinta e sexta-feira da semana passada, um tempo destinado aos parlamentares do mundo que estavam presentes no evento. Um dos palestrantes foi o José Frade, que é um dos diretores do Banco Europeu. Ele trouxe o dado de

que 50% da população mundial tem acesso à água de maneira subsidiada e os outros 50% pagam muito caro por esse recurso natural. Disse ainda que a água deve ser tratada como serviço social e econômico, pois se tratarmos apenas como social não teremos os recursos necessários para a gestão desse recurso que é a água.

Perguntei ao Sr. Frade se os fundos de investimentos ali representados pelo Banco Europeu têm se preocupado com o desenvolvimento social como indutor de desenvolvimento econômico. A resposta foi muito clara, de que Deus deu a água, mas Deus não deu o encanamento e que dos fundos de investimento eles buscam o lucro, eles buscam o retorno financeiro. Disse ainda que é preciso melhorar a eficiência na gestão das águas, utilizando nesse processo, da melhor forma possível, ações governamentais, porque ações como essas são essenciais para a sobrevivência do ser humano no Planeta. A gestão da água é tão importante quanto a produção de alimentos.

Sr^a Presidente, o problema não é destinar os recursos para o setor, mas saber o quanto ele precisa e, através desse dado, fazer o planejamento para otimizar a exploração e a utilização desse recurso natural. Penso que o preço da água deve ser o mais baixo possível. Entretanto, a eficácia deve ser a mais eficiente, a mais alta.

Soluções poderiam vir a partir da diminuição do custo, mas do custo Brasil, especificamente, aqui para o nosso País, da diminuição dos juros cobrados para o financiamento de grandes obras e eventos necessários à disponibilização do saneamento básico e da água ao brasileiro, principalmente a desburocratização.

Sr^a Presidente, nesse evento tivemos o manifesto dos parlamentares do 6º Fórum Mundial da Água acontecido em Marselha. E, através de algumas considerações preliminares para as apresentações de propostas e cumprimentos, são elas: que, em julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu como direito humano o direito ao acesso à água potável e ao saneamento básico; a falta de acesso à água potável e o saneamento básico por bilhões de pessoas é uma das causas principais de mortalidade e atenta diretamente a dignidade das pessoas; o atraso acumulado no cumprimento dos objetivos do milênio para o desenvolvimento, sobretudo em relação à ampliação do acesso ao saneamento básico; a gestão compartilhada por bacia hidrográfica é uma necessidade para o desenvolvimento sustentável, para o alcance de uma paz equitativa, e para o desenvolvimento dos povos ribeirinhos; a necessidade de incorporar a questão da água ao cerne das políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação e da saúde, na exigência de esforços de solidariedade adicionais e no estabelecimento

necessário de uma gestão desse recurso e no aprimoramento da governança partilhada; a importância da água como fonte de vida, levando em consideração o aumento da população e da demanda de água, as consequências da mudança climática, a diminuição dos recursos hídricos e as ameaças que pairam sobre estes, que por isso necessitam de medidas de proteção eficazes, sobretudo no que diz respeito às zonas úmidas.

Diante das considerações expostas, os representantes dos parlamentos do mundo presentes em Marselha propuseram a realização de ações no âmbito de suas respectivas assembleias para o enfrentamento dos seguintes desafios, Senador Benedito de Lira:

- que cada país tenha como prioridade assegurar o acesso à água potável e ao saneamento básico, em termos de qualidade, aceitabilidade, acessibilidade e custos, sobretudo para as populações mais vulneráveis, e que sejam alocados os recursos financeiros necessários para tanto;
- atenção especial ao saneamento básico numa perspectiva integral: banheiros, coleta, tratamento e valorização da água residual;
- instauração de uma gestão comum que incorpore todos os coautores, estatais e não estatais, em todos os países;
- inclusão na legislação de cada país de mecanismos de solidariedade eficientes entre os países, entre ricos e pobres, orientados ao acesso da água potável, ao saneamento básico, à conversão e proteção dos recursos hídricos, aos casos emergenciais, à educação e à formação. Que as políticas hídricas nacionais e as políticas acordadas entre os países que compartilham recursos hídricos incluam por parte de todos os autores envolvidos as interações entre água, energia e segurança alimentar;
- promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e urbano. Que utilize de maneira econômica os recursos hídricos e seja respeitoso da natureza, tanto para as águas superficiais e subterrâneas quanto para as zonas úmidas, indo em direção a um desenvolvimento sustentável e a uma melhor gestão dos recursos hídricos;
- o estabelecimento por cada país, de maneira efetiva e eficaz, de políticas de prevenção e recuperação que envolvam todos os atores.

Além das ações propostas, os representantes dos parlamentos do mundo comprometem-se a:

- adotar as disposições correspondentes às suas responsabilidades para que as políticas de água e os

mecanismos de solidariedade possam ser aprimorados através da elaboração de proposições;

- agir nos debates parlamentares para que as prioridades associadas à água e ao saneamento básico sejam dotadas de recursos orçamentários e financeiros suficientes, assim como de uma organização jurídica e institucional adaptada. E, neste sentido, que os recursos dedicados à pesquisa científica e às tecnologias possam contribuir para o estabelecimento e cumprimento dos objetivos determinados pelas políticas e que os mecanismos de gestão incluam os cidadãos e usuários;
- e também realizar ações em favor da entrada em vigor de textos, resoluções e convenções sobre os cursos de água e aquíferos transfronteiriços e propor, neste âmbito, encontros e reuniões entre parlamentares dos países envolvidos, contribuindo, assim, para a instauração de uma nova governança da água e do saneamento no plano mundial.

Por fim, Sr^a Presidente, foi sugerido que fosse estabelecido um mecanismo de acompanhamento e avaliação das soluções e compromissos adotados no marco dos Fóruns Mundiais da Água, à disposição de todos os coparticipantes e, particularmente, dos parlamentares que lá estiveram. Assegurar a promoção de todas as propostas e compromissos citados na Rio+20. A Rio+20, que acontece no Rio de Janeiro agora no mês de junho, é um evento de importância ímpar e que traz, como tema principal, a sustentabilidade. E sustentabilidade também no campo da água, porque se nós não tivermos a gestão desse recurso natural importante para a sobrevivência de toda a vida no Planeta, se não tivermos a inclusão desse tema também na Rio+20, nós deixaremos, de fato, de tratar de sustentabilidade.

Acredito eu que a Rio+20 vai ser o evento que vai pautar questões como essa pelo menos nas próximas duas décadas, por isso nós devemos trabalhar incansavelmente, Sr^a Presidente, para que a Rio+20 seja o evento do século.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, e uma boa-tarde a todos os Srs. e Sr^{as} Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Sérgio Souza.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de, literalmente... Sei que não se pode chamar a isso de “pela ordem”, porque, na realidade, é atravessando a ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Logo depois de sua manifestação, falará o Senador Jorge Viana como orador inscrito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu gostaria de lhe pedir, de levantar duas coisas nesta tarde.

A primeira delas é que V. Ex^a pudesse acatar este nosso pronunciamento na íntegra, no qual eu toco nessa questão da pressão internacional sobre a nossa economia. Durante esta semana, inclusive, nós debatemos muito sobre a necessidade de um novo pacto federativo, a necessidade de uma discussão muito mais aprofundada sobre a Resolução nº 72, a política industrial, a geração de empregos, uma política para enfrentar a crise econômica internacional.

Mas, ao mesmo tempo, nós fomos surpreendidos com dados importantes que mostram acertos na política econômica brasileira, como a taxa de desemprego, a menor em dez anos, portanto, 5,7%. Na realidade, ela é um pouquinho maior do que a de janeiro, mas é importante lembrar que é a primeira vez que o desemprego atinge patamares tão baixos em nossa economia. O número de trabalhadores com carteira assinada, também um crescimento acentuado. O reajuste dos salários dos trabalhadores – 90% das categorias tiveram ganhos acima da inflação nesse período. Então, é importante a gente registrar esses dados, a movimentação de classes econômicas, da classe C.

Eu dava um dado, Senadora Ana Amélia, na Comissão de Assuntos Econômicos, ao nosso Presidente, Senador Delcídio do Amaral, que, no ano passado, o comércio eletrônico movimentou R\$18,7 bilhões. Precisamos atacar isso, porque o comércio eletrônico tem evasão de receitas permanente. Um dado me chamou a atenção: 9 milhões de brasileiros que não usavam o comércio eletrônico passaram a usá-lo. Desses 9 milhões, 60%, Senador Jorge Viana, vieram da classe C. Sessenta por cento desse acréscimo corresponde a esses novos entrantes na classe C. Então, eu queria fazer o registro importante dessa mobilidade social, da própria questão que é fundamental para esse cenário e, portanto, gostaria que V. Ex^a autorizasse a recepção do nosso pronunciamento na tarde de hoje.

O segundo ponto, muito rápido – até conversei com V. Ex^a –, é no sentido de, em dando resposta a medidas, a ações que dizem respeito ao combate à corrupção, desde aquela matéria apresentada pelo Fantástico no domingo à noite, tenho particularmente me movimentado, até porque fui relator nesta Casa da Lei de Acesso à Informação, para que entrem em vigor imediatamente aquelas medidas, que sejam publicadas na Internet, em toda a rede mundial de computadores. Acabei de conversar sobre isso agora, Jorge

Viana, com o seu xará, o Jorge Hage, da CGU, que, desde 2011, está na LDO que tudo tem de ir para a rede mundial de computadores.

Acatando uma proposta do Senador Mozarildo, fiz, inclusive, essa caminhada a pedido dele, é a história de criar uma Comissão aqui no Senado, não uma Comissão, mas um grupo de trabalho, nós podemos dizer, é mais correto, para juntar todas essas iniciativas. O que temos nessa área? Temos a PEC, que vai tratar de um tema importante para punir severamente. Lá na Câmara, tem um Projeto, o de nº 6.286, se não me falha a memória, relatado pelo Deputado Zarattini, que foi enviado pelo Lula em outubro de 2010, para punir as empresas. Não basta torná-las inidôneas, elas saem e depois conseguem, na Justiça, a sua volta. Precisamos ir até as últimas consequências para punir aqueles que praticam a corrupção.

Então, fica aqui a sugestão, Senadora Ana Amélia, para que esse grupo de trabalho seja criado. Juntamos aqui todas as propostas e, quem sabe, numa semana, com o apoio do Presidente Sarney, isso possa ser pautado aqui no plenário e votemos essa matéria com o Senado contribuindo com a votação, numa semana, de todas as propostas que buscam ajudar a CGU, o Ministério Público, a Polícia Federal, o Judiciário e, mais, criar uma legislação no País para, de forma dura, incisiva e sem perdão, combater a corrupção no País.

Era esse o pronunciamento que gostaria de deixar na tarde de hoje.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WALTER PINHEIRO

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da pressão internacional sobre a economia brasileira, pesquisas divulgadas nesta quinta-feira mostram que estamos conseguindo semear e colher bons frutos em meio ao deserto.

Segundo dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), divulgados nesta quinta-feira (22) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a taxa de desemprego de fevereiro no Brasil foi de 5,7%.

Embora seja ligeiramente maior que os 5,5% registrados em janeiro, essa taxa é a menor para o mês em dez anos, de acordo com a série histórica que vem sendo apurada desde março de 2002.

Em fevereiro a população desocupada era de 1,4 milhão de pessoas, número considerado estável na relação com janeiro (1,3 milhão). Quando comparada com fevereiro do ano passado, a redução foi de 8,6% (menos 130 mil pessoas).

A população ocupada no mês era de 22,6 milhões e não variou em relação a janeiro. Na comparação com fevereiro de 2011, houve aumento de 1,9%, o que significa mais 428 mil empregos no intervalo de 12 meses.

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi de 11,2 milhões, estável em relação a janeiro. Na comparação com fevereiro de 2011, houve uma elevação de 5,4%, o que representou um adicional de 578 mil postos de trabalho com carteira assinada em um ano.

Nas bastassem os números favoráveis ao emprego, o IBGE informou também que o rendimento médio real dos ocupados (descontada a inflação) atingiu o nível mais alto da série histórica, com remuneração de R\$ 1.699,70, subindo 1,2% em comparação com janeiro. Frente a fevereiro do ano passado, o poder de compra dos ocupados cresceu 4,4%.

A massa de rendimento real dos ocupados foi de R\$ 38,7 bilhões, crescendo 1,6% em relação a janeiro. Em comparação com fevereiro de 2011, a massa cresceu 5,8%.

Na comparação com janeiro, o rendimento cresceu 1,2%, enquanto a alta foi de 4,4% na relação com o mesmo mês de 2011.

De acordo com o IBGE, o principal motivo para o rendimento médio real recorde foi a alta do salário mínimo, que subiu 14% no início deste ano, de R\$ 545 para R\$ 622.

Todas as seis regiões avaliadas pelo IBGE tiveram aumento no rendimento em fevereiro frente ao verificado um ano antes. Esse crescimento está, segundo o IBGE, alinhado com o movimento de melhora da economia brasileira.

De acordo com o IBGE, o aumento do rendimento impacta principalmente nos salários da indústria e do comércio, cujas atividades acompanharam a variação do rendimento: Indústria (2,2%), Construção (1,8%) e Serviços Prestados à Empresa (1,2%).

Outra pesquisa divulgada simultaneamente nesta quinta-feira, pela Cetelem, financeira do grupo francês BNP Paribas em parceria com o instituto Ipsos, mostra que a classe C continuou a crescer no Brasil em 2011 e sua participação no total da população brasileira foi de 54% no ano passado. Em 2010, ela representava 53% da população.

De acordo com a pesquisa a classe C recebeu 2,7 milhões de brasileiros em 2011, vindos da classe DE. Hoje, 103 milhões de pessoas fazem parte dessa classe social.

A classe DE, por sua vez, encolheu no ano passado, representando 24% da população, num total de 45,2 milhões de brasileiros. Em 2010, eram 47,9 milhões de pessoas, ou 25% da população.

“Essas mudanças marcam a consolidação da mobilidade social que vimos ocorrer no Brasil nos últimos anos”, diz Marcos Etchegoyen, diretor-presidente da Cetelem BGN.

A pesquisa, realizada desde 2005, mostra que 63,7 milhões de brasileiros ascenderam socialmente no Brasil nos últimos sete anos. “É o equivalente a toda a população da Itália”, comenta Etchegoyen.

O grupo que mais contribuiu para essa evolução foi a classe C, que representava 34% da população em 2005, e hoje está em 54%.

Toda essa mobilidade social, resultado do pleno emprego, e do aumento da renda do trabalhador brasileiro está se refletindo também na produção industrial e nas vendas do comércio.

De acordo com pesquisa divulgada também nesta quinta-feira pelo IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), as vendas de eletrodomésticos da linha branca tiveram aumento de 22,63%, em média, entre dezembro e fevereiro na comparação com o mesmo período no ano anterior.

As vendas de geladeiras, fogões, lavadoras e tanquinhos foram incrementadas pela redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 1º de dezembro. Se não tivesse ocorrido a redução do IPI, esse aumento ficaria entre 7% e 10%, diz a instituição.

Como vemos, apesar das intempéries da economia internacional e da pressão que exerce sobre a economia brasileira, em meio a toda essa tempestade a equipe econômica do governo da Presidenta Dilma está sabendo conduzir a embarcação, com segurança e a um porto seguro.

Essa situação poderá melhorar mais ainda, à medida que o setor privado elimine suas dúvidas sobre a condução da economia e passe a fazer maiores investimentos no país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

De fato, a intenção dos Senadores é resolver problemas o mais rápido possível. Falo em nome da maioria desta Casa, que tem essa disposição.

Cumprimento V. Exª pelas iniciativas que tomou em relação a esse grupo de trabalho.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana, como orador inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Queria, antes de tudo, referir-me, cumprimentando todos os que estão em casa e que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, a uma parte da fala do Senador Pedro Simon, quando

ele se referiu à saúde do Presidente Lula. Ele é sempre muito eficiente em apontar os problemas do nosso País e em buscar soluções. Mas eu queria também fazer este registro, antes de começar a falar do tema que me traz à tribuna do Senado.

Eu estava ausente do País, e o Presidente Lula voltou para casa, depois de um período difícil de internação. Mas o Brasil inteiro, todos nós estamos felizes, porque, agora, ele começa o processo de recuperação.

O Brasil precisa, como disse o Senador Pedro Simon, da liderança do Presidente Lula – o mundo até, eu diria –, porque ele é uma pessoa muito especial, é a pessoa, talvez, que mais conhece o Brasil. Eu tive o privilégio, ao longo do período em que sonho em melhorar o mundo através da militância política, de ter convivido com ele nos últimos trinta anos e aprendi muito.

Para a semana que vem, estou organizando, com o Líder do meu partido, uma visita ao Presidente Lula, mais uma visita a São Paulo. Certamente, quero voltar à tribuna para relatar que o encontrei bem melhor, porque essa doença é uma doença difícil, mas ele, se Deus quiser, vai vencê-la, como os médicos têm falado que já a está vencendo.

Sr^a Presidente, venho hoje – como fez, inclusive, o meu colega Sérgio Souza – à tribuna do Senado Federal para falar do Dia Mundial da Água.

No dia 22 de março de 1992, as Nações Unidas instituíram o dia 22 de março como o Dia Mundial da Água.

Antes de mais nada, eu queria cumprimentar todos que, de alguma maneira, se preocupam com esse tema: os produtores, as organizações não governamentais, as ONGs, os comitês de bacias, os Governos, os Parlamentares, os cidadãos.

Eu tive o privilégio, acompanhado do Senador Rodrigo Rollemberg, do Senador Aloysio Nunes, do Senador Sérgio Souza e da Senadora Kátia Abreu – a Senadora estava pela Confederação Nacional da Agricultura, mas nós fomos pelo Senado – de participar do VI Congresso Internacional sobre Águas.

Pude ver, tanto no oficial como no paralelo – eu e o Senador Aloysio Nunes fomos aos dois –, que, felizmente, temos muitos cidadãos, em todos os países, preocupados com esse recurso, com o uso desse recurso, com o acesso a esse recurso, que é a água.

Parece pouco. O nosso Planeta é conhecido como planeta água, mas um primeiro dado: segundo a ONU, apenas aproximadamente zero, vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, ou 0,008% da água do Planeta pode ser consumida.

Então, é um recurso que, aparentemente, nós temos em abundância, mas ele é, de fato e na realidade,

um recurso escasso, daí a importância de as Nações Unidas terem criado o Dia Mundial da Água.

Mais ainda, no dia 22 de março de 1992, a ONU fez a divulgação da Declaração Universal dos Direitos da Água.

O texto apresenta uma série de medidas, informações e sugestões para conscientizar ecologicamente a população e os governantes.

Daí, entendendo ser da maior importância, à véspera da Rio+20, depois do Congresso Mundial de Água, nós estarmos aqui, registrando da tribuna do Senado uma preocupação com o manejo desse recurso tão essencial à vida, que é a água.

Eu quero, também, cumprimentar o Presidente da ANA, Agência Nacional de Água, o Vicente Andreu, e a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Eles estão promovendo um evento.

Acaba de chegar aqui, também, o Senador Rodrigo Rollemberg, de uma viagem um pouco mais longa que a minha. O Senador Rodrigo Rollemberg teve a missão de nos representar em várias mesas.

Assumimos o compromisso, eu, o Senador Rodrigo, que preside a Comissão de Meio Ambiente, o Senador Sérgio Souza e o Senador Aloysio Nunes – ou seja, é um movimento suprapartidário –, de instituir, aqui, um grupo de Senadores que vai cuidar da agenda da água no Senado Federal e no Congresso.

Então, Sr^a Presidente, da Declaração Universal dos Direitos da Água, eu queria fazer a leitura do art. 1º:

Art. 1º A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

É muito importante, porque a responsabilidade, de fato, é de todos, para que possamos melhor manejar esse recurso.

Art. 2º A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Vou pular o art. 3º.

Art. 4º O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra.

Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Queria também dizer, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e a todos que nos assistem, que quando falo que é um recurso escasso é porque de cada seis habitantes deste nosso planeta, deste nosso mundo, um não tem acesso à água de boa qualidade. Eu estou me referindo a 800 milhões de habitantes do nosso planeta que não têm acesso à água. Ou seja, não há como combater a fome sem se ter acesso à água.

Daí nós precisamos compartilhar, no Dia Mundial da Água, essas informações, buscar e fazer valer algumas das soluções.

Recentemente, em um Congresso de que eu participei, eu vi que há muitas soluções e muitas propostas. Mas, e daí? O que são soluções e propostas se não se há uma atitude política para implementá-las? A atitude que a própria ONU, o Secretário-Geral da ONU, adotou agora, é importante – daqui a pouco vou me referir a ela –, porque algumas regiões do planeta têm escassez física de água, como o próprio Brasil, em que, na Amazônia, temos abundância de água e uma população pequena; no Nordeste, nós temos pouca água e uma população grande. Mas nós temos regiões, no mundo inteiro, em que a água é um recurso absolutamente escasso, que tem gerado muitos conflitos que podem se agravar ainda mais.

Mas não é só isto: a escassez física. Falo também da escassez política, de falta de decisão política, de infraestrutura. Em nosso País, no Sudeste, 95% dos que vivem naquela região têm água tratada, 70% têm esgotamento sanitário. Mas essa realidade só vale para o Sudeste brasileiro. Nas outras regiões, nós temos um contingente enorme da população que não tem acesso a água tratada e muito menos a esgotamento sanitário.

Está se fazendo hoje a pegada hídrica. O que é a pegada hídrica? É calcular o consumo *per capita* de água. Alguns estão consumindo muito e outros não têm quase nada para consumir. E é bom que o mundo tenha acesso a essas informações. Eu tenho aqui algumas informações sobre a pegada hídrica. Nós temos, por exemplo, que a média mundial é de 1.243 litros de consumo de água por ano por habitante.

Mas vamos a alguns países. Os Estados Unidos consomem, em média, 2.483 litros de água por habitante por ano. E na África? E no Nordeste brasileiro? A média no Brasil, por exemplo, é de 1.381 litros. É quase a metade do que um americano dos Estados

Unidos do Norte consome. Na China, o consumo médio é de 700 litros por habitante, Sr^a Presidente. E quando eu falo que essa média global é de 1.243 litros por habitante/ano, isso falseia a realidade de um recurso tão importante.

Nós estamos falando de direitos do cidadão, direitos humanos, acesso a água. E aí o mundo ainda não decidiu se vai universalizar o acesso a água ou vai transformar a água numa poderosa *commodity*, como muitos tentam fazer.

Este ano, o tema do Dia Mundial da Água é “Água para as Cidades”, com a intenção de chamar atenção para o abastecimento de água nas cidades. As cidades que têm crescimento rápido da população urbana, a industrialização, os conflitos, os desastres naturais, que estão consumindo vidas humanas, e a incerteza causada pela mudança climática.

Daí eu queria dizer, referindo-me a todos os que nos acompanham na TV e na Rádio Senado e também pela Internet, que tem que haver uma mudança de comportamento, uma atitude em relação à água dos governos, de quem trabalha com produção, mas também de nós, consumidores, uma mudança mental, uma atitude, um novo comportamento.

O Governo do Acre, nós, no Acre, temos uma preocupação com a água, temos uma preocupação com os nossos recursos hídricos. Acabamos de enfrentar um gravíssimo desastre natural que afetou milhares de famílias, mas já estávamos trabalhando com a política de cuidar melhor das bacias hidrográficas.

É muito feliz a iniciativa de ter como tema Água para as Cidades, porque 84% dos brasileiros vivem nas cidades e muitos deles recorrem às cidades para buscar melhor serviço, e a água segue sendo um serviço escasso, de baixa qualidade na maioria das cidades brasileiras, Sr^a Presidente.

Queria dizer também que alguns dados da ONU são importantes. Nós precisamos de 10 a 15 vezes mais água para produzir um quilo de carne que um quilo de trigo. É óbvio que boa parte das águas está nesse ciclo das chuvas, essa pegada das águas vem no ciclo das chuvas. Em 2030, vamos necessitar, pelo menos, de 50% a mais de comida para poder saciar a fome, que atinge mais de 1,5 bilhão de pessoas no mundo; vamos precisar de mais 45% de energia no Planeta; e vamos precisar de uma oferta de mais 30% de água.

Quero também dizer que, segundo a OMC – Organização Mundial de Saúde e o Unicef, mesmo o mundo tendo alcançado as metas do milênio, que era de reduzir pela metade a proporção de pessoas sem

acesso a água potável, o universo é muito grande ainda. Nós estamos falando de quase um bilhão de pessoas que não têm acesso a água potável no nosso Planeta.

Também é importante reproduzir aqui, na tribuna do Senado, o posicionamento do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que afirmou, nesta quinta-feira, Dia Mundial da Água, que só com um bom aproveitamento da água será possível vencer a luta do combate à fome.

Disse o Secretário-Geral da ONU:

Se não aumentarmos nossa capacidade de utilizar a água sabiamente na agricultura, não conseguiremos acabar com a fome e, por consequência, teremos que enfrentar uma série de problemas, incluindo a seca, a fome e a instabilidade política.

Ele falou da importância do uso sustentável de um recurso natural limitado, o mais importante que temos, que é a água. Ela é um recurso natural limitado. A quantidade de água consumível no planeta é a mesma, daí a importância de nós lutarmos para não haver mudança climática. Ele disse que devemos reafirmar nossos compromissos por políticas que promovam direito à água para todos.

Aqui queria dizer também que a água terá um papel-chave na construção do futuro que queremos. A comunidade internacional precisará reunir dado de segurança hídrica, alimentar e nutricional no contexto de uma economia verde na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que será realizada em junho, no Rio de Janeiro. Isso é fundamental.

Queria referir-me ao que falou o Diretor-Geral da FAO, o brasileiro, companheiro, José Graziano da Silva, que indicou que, para um melhor aproveitamento da água, é preciso intensificar a agricultura sustentável, usar a água de forma mais inteligente e também mudar a forma como comemos, reduzindo o desperdício e promovendo dietas mais saudáveis.

Acrescentou Graziano:

Para alcançar essas metas, temos que investir em pessoas, infraestruturas, educação e conscientização, assim como encontrar incentivos para que os pequenos camponeses adotem boas práticas e fortaleça sua capacidade de produtividade.

Queria, por fim, Srª Presidente, dizer que estamos diante de um recurso tão especial, e os especialistas

falam da cifra de 1,386 bilhão de quilômetros cúbicos como sendo o volume de água do planeta, valor que tem permanecido praticamente constante nos últimos 500 anos, o que materializa o que falei há pouco. Desse total, 97,5% estão sob forma de água salgada nos mares e oceanos; 68,9% das águas doces se encontram em geleiras e na calota polar. Ou seja, é um recurso de difícil acesso.

Então, Srª Presidente, concluo minhas palavras dizendo que, nesse encontro de que participamos, e sobre o qual o Senador Sérgio Souza já se referiu, assumimos o compromisso de assegurar a promoção dessas propostas que vamos apresentar ao Senado e à Rio+20.

Concluo, pois, dizendo que espero sinceramente ter aliados no Senado Federal, já que temos visto na Casa uma consciência de que o Brasil é a grande possibilidade de aumentar a oferta de alimentos no planeta, sendo que esse aumento de oferta da produção agrícola e agropecuária de forma sustentável, respeitando o nosso meio ambiente e cuidando da nossa rede hidroviária.

Penso que as bacias hidrográficas, que já têm os comitês em vários Estados brasileiros e contam com o envolvimento da sociedade brasileira, precisam ganhar força no interior do País para que, tratando melhor as nossas bacias hidrográficas, possamos dar uma demonstração, com atitudes concretas, do respeito que temos a esse recurso tão especial: a água.

E que o Governo do Brasil siga tomando as atitudes necessárias para que façamos aquilo que a ONU estabelece: todos terem acesso a água de boa qualidade.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Meus cumprimentos, Senador Jorge Viana.

V. Exª, que foi Relator da Comissão de Meio Ambiente sobre o Código Florestal e como Senador do Acre, tem a noção exata da importância da questão da água e sua preservação, da produção com sustentabilidade. Cumprimentos pelo relatório feito, pois é uma prestação de contas também a esta Casa a que V. Exª tão bem representou junto com os demais Senadores que participaram desse evento: Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Sérgio Souza, Senador Rodrigo Rollemberg e a Senadora Kátia Abreu.

Como oradora inscrita, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presiden-

te, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, por mais que as aparências indiquem o contrário, o Brasil não tem, no momento, um projeto de futuro.

Os últimos números da economia brasileira mostram que o Brasil é algo muito distinto da máquina de crescimento que o Governo tenta mostrar. Evidentemente, a crise europeia e suas repercussões colocam imenso constrangimento à economia e à política econômica. Mas essa é uma questão do mundo, da instabilidade global, e terá sua condução por seus próprios caminhos e meios.

Quero, aqui, apontar para o que está ao nosso alcance e vai sendo empurrado com a barriga. O País está numa encruzilhada. As decisões de agora vão definir o perfil do nosso futuro e nosso espaço no contexto internacional.

O comportamento da economia brasileira é frágil. Tomando o crescimento de 2009 a 2011, o PIB brasileiro avançou apenas 3,3%.

Mas preocupa-me discutir o futuro do País. Quero apontar três pontos nevrálgicos:

- 1) nossa indústria de transformação era, ao final de 2011, 5,7% menor que no terceiro trimestre de 2008, momento onde a crise internacional emergiu;
- 2) comparando os mesmos momentos, nossas exportações cresceram apenas 7%, isso mesmo, em 3 anos, apenas 7%;
- 3) mas nossas importações no pós-crise explodiram: no último trimestre de 2011, eram 35% superiores ao trimestre onde a crise emergiu, em 2008.

O problema mais grave é que o percurso da economia brasileira até a crise de 2008 mostrou-se uma economia de consumo sem investimento.

Na média, a taxa de investimento durante o período de 2003 ao terceiro trimestre de 2008 foi apenas 2,9% superior ao período compreendido entre o início de 1994 e o final de 2001 (não se computou o período eleitoral de 2002, onde a forte queda do investimento decorreu das desconfianças em relação à transição que se delineava).

Tomando o período de 2009 ao final de 2011, as coisas pioram, e a taxa de investimento foi, na média, apenas 2,8% superior à registrada entre 1994 e 2001.

Mas agora a situação é pior do que a no período pós-crise internacional. Além do consumo sem investimento, temos o crescimento do consumo dado pelo produto importado. As manchetes dos jornais já es-

tamparam que 20% dos bens finais aqui consumidos não são aqui produzidos.

Mas, sem alarmismo, é pior do que isso. Para continuar a sobreviver com o real supervalorizado, as empresas têm de ampliar a presença de insumos importados em sua produção. Muitas vezes, o diferencial não é a qualidade do produto importado, mas apenas a possibilidade de trocar um custo em reais por um custo em dólares.

É evidente que o consumo vai bem. Há pelo menos três anos, as medidas de desoneração de impostos e o consistente avanço do emprego, especialmente em termos quantitativos, de vez que os novos postos de trabalho são basicamente com remuneração abaixo de dois mínimos, vêm dando lastro ao crescimento do consumo.

Em 2010, a demanda contribuiu com 9,2% do crescimento do PIB, ou seja, exigiu importações para viabilizar um crescimento do PIB de 7,5%. O mesmo ocorreu em 2011, em escala mais moderada (3,8%), mas ainda acima da capacidade de produzir de nossa economia.

Mas o grande fator a explicar o consumo tão acelerado não é a expansão da renda dos brasileiros, mas sim seu acesso ao crédito. Crescendo a uma taxa anual média de 13%, em termos reais, o estoque do crédito doméstico ao setor privado saltou de 24,8% do PIB, em 2003, para 47% do PIB, ao final de 2011. Não que a expansão do crédito ao consumo seja ruim; ao contrário, é para dar mais e melhor igualdade a todos que faz sentido dirigir o País.

Mas há grandes riscos. A expansão da vulnerabilidade de nossa balança comercial só não transparece por conta dos altos preços das *commodities*; aliás, alguns as satanizam como as responsáveis pela desindustrialização.

Sou completamente contra essa tese. Os nossos grandes itens de exportação são um patrimônio do Brasil, e a imensa capacidade tecnológica que os diversos setores conseguiram pode ser indicada com um dos casos de sucesso de nossa economia. Mas, daí a jogar nas *commodities* toda a carga de nosso futuro, já é uma estratégia do desastre.

Mas já passamos ao terreno da angústia. Será que é impossível ver que o País está perdendo sua indústria? Será que estamos fadados a conviver com a necessidade de ficar torcendo pelo crescimento da China para garantir que os preços das *commodities* continuem a sustentar nosso saldo comercial? Será que o pré-sal tem que ser nossa única alternativa?

Na minha opinião, a questão é outra. Até que foi possível aos dois governos que antecederam a este lograr continuar conduzindo a economia nos marcos colocados pela gestão anterior.

É fácil dar um banho de consumo no País, regado a crédito farto. Mas desenhar uma nova estratégia de investimento e construção de nova capacidade produtiva é muito mais difícil e envolve coisas que o Governo não consegue coordenar: o pacto federativo, a institucionalidade do setor elétrico, a forma de compor interesses na indústria do petróleo. O populismo do consumo tem seus limites, e o País espera um projeto de futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia, que falou pela Liderança da Minoria.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde/noite de hoje, desejo tecer alguns comentários a respeito do desenvolvimento industrial do meu querido Estado de Alagoas, Estado pequeno cravado numa região difícil, o Nordeste brasileiro, mas um Estado, que, ao longo de sua história, tem demonstrado muita força e extraordinária capacidade de recuperação.

Num determinado momento da nossa vida político-administrativa, meu Estado sofreu um golpe – naquela oportunidade foi muito ruim – quando tivemos a notícia de que o escritório ou, mais precisamente, a estrutura que a Petrobras mantinha em Alagoas estava se transferindo para o Estado de Sergipe.

Imagine, Sr^a Presidenta, como não ficamos com aquela notícia. A Petrobras era, sem dúvida nenhuma, a grande propulsora do desenvolvimento, nas ações e na relação entre a estatal e o Estado de Alagoas. Mas não tínhamos o que fazer. Era uma determinação da direção nacional da Petrobras, do governo, e não tivemos outra alternativa senão aceitar, mesmo contrariados, mas sem nada poder fazer.

Na ocasião, Presidenta, para que nós pudéssemos ficar um pouco alentados, surgiu a oportunidade do nascimento de uma empresa também importante, que substituiu a Petrobras, em Alagoas. Eu me refiro a uma empresa também do ramo, não da exploração de petróleo, mas do ramo da exploração de jazidas do subsolo de Alagoas, para a produção de soda e cloro.

Refiro-me à Braskem, maior produtora de resinas termoplásticas do nosso continente, cuja planta, em Alagoas, acaba de completar 35 anos de existência.

Fundada com o nome de Salgema Indústrias Químicas, em fevereiro de 1977, essa unidade industrial do meu Estado representou a primeira iniciativa de grande porte industrial em Alagoas, fora do tradicional segmento dominante, a agroindústria do álcool e do açúcar.

Deve-se registrar que, naquele momento, Sr^a Presidente, havíamos perdido, como disse há poucos instantes, a sede da Petrobras para Sergipe, e com ela as perspectivas de uma maior diversificação econômica para o Estado. O novo empreendimento, portanto, que surgia para suprir o crescente mercado nacional por cloro-soda, não somente preencheria a lacuna deixada pela Petrobras, como, mais adiante, viria a ampliar o seu espectro e se incorporar à maior petroquímica das Américas, o grupo Braskem.

Nesses 35 anos da perda da estrutura da Petrobras e o nascimento da Salgema, hoje Braskem, muita coisa aconteceu, e a antiga Salgema nunca deixou de evoluir, acompanhar e influenciar diretamente o progresso do meu Estado. Após diversas ampliações até a integração da cadeia produtiva com a inauguração da unidade produtora de PVC, a unidade sempre investiu em seu processo de modernização e incremento da produtividade, com responsabilidade socioambiental.

Por tudo isso, podemos dizer sem medo de errar, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Braskem é uma parceira de primeira grandeza do desenvolvimento econômico de Alagoas.

Este ano, após um investimento de mais de R\$1 bilhão, entrará em operação a unidade produtora de PVC, no distrito industrial José Aprício Vilela, em Marechal Deodoro, Município que faz parte da Grande Maceió. Ali, está sendo implantado um verdadeiro polo petroquímico, integrando o arranjo produtivo químico e plástico local e gerando milhares de novos empregos qualificados.

Nessa relação simbiótica, meus caros Colegas, todos saem ganhando. A consolidação da unidade de cloro-soda alagoana permitiu não somente a formação de um complexo industrial local como, em última instância, possibilitou a criação de uma cadeia produtiva forte e dinâmica.

Nesses 35 anos, mais de duas mil e quatrocentas pessoas participaram da história da unidade da Braskem, desde os tempos da antiga Salgema. Com a maior produção de soda cáustica da América Latina,

a planta alagoana já produziu mais de doze milhões de toneladas do produto químico.

E tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, observando rigorosamente os padrões internacionais de controle e proteção ambiental. Produzindo anualmente 460 mil toneladas de soda e 600 mil de dicloreto com absoluta segurança, seu índice de ecoeficiência é considerado uma referência para a indústria petroquímica mundial, com uma taxa de acidentes de 0,95 por um milhão HHT (Horas-Homem Trabalhadas).

Desenvolvendo, ao longo desses anos, uma série de programas voltados à responsabilidade social, a Braskem é pioneira, dentro da indústria petroquímica, na articulação com conselhos comunitários consultivos. As ações voltadas para situações de emergência são o exemplo mais claro do pleno sucesso dessa política de integração comunitária.

Na comunicação social, educação ambiental e apoio à cultura, a Braskem também conta com várias e louváveis iniciativas, como o conceituado Prêmio Braskem de Jornalismo, o Lagoa Viva e o Estação Ambiental Cinturão Verde, investindo na formação educacional e no incentivo às manifestações culturais regionais de Alagoas.

Sr^a Presidente, todos nós sabemos das históricas dificuldades dos Estados localizados na Região Nordeste em articular seus projetos de desenvolvimento e expansão econômica.

Ainda carentes de um maior apoio estrutural e sofrendo com a herança de um passado negligenciado, os nordestinos lutam contra essa situação de maneira tenaz e aguerrida, contando com o espírito empreendedor de alguns poucos e bravos pioneiros.

Assim foi Euvaldo Luz, que, embora baiano, foi o pioneiro idealizador e fundador da maior iniciativa industrial alagoana de sua época, a Salgema.

Hoje incorporada à Braskem, a unidade alagoana petroquímica completa 35 anos em plena expansão, ampliando-se para a criação de um verdadeiro polo produtivo local.

Engajada verdadeiramente em ser parceira e ativa participante do progresso de Alagoas, saúdo, do alto desta tribuna, a importância e o papel absolutamente fundamental da maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem, no desenvolvimento do meu querido Estado de Alagoas.

Gostaria, Sr^a Presidenta, abrindo parênteses nessas minhas manifestações, de pedir a Deus, em todos os momentos, que continue dando saúde a essas inteligências privilegiadas que ele trouxe para o

nosso convívio. Refiro-me a esta jovem senhora, a Senadora Ana Amélia, companheira do meu partido, representante nesta Casa de um dos mais importantes Estados da Federação.

Como nós estamos felizes, Ana, por termos o prazer de conviver com V. Ex^a no dia a dia. V. Ex^a, em pouco tempo, demonstrou a lucidez, a capacidade, a inteligência privilegiada de bem representar o Estado do Rio Grande do Sul na Casa da Federação.

Quero cumprimentá-la e desejar à minha querida colega que Deus lhe dê muita saúde, muita paz, no momento em que completa mais uma data natalícia no dia de amanhã. Cumprimento-a. Receba o meu cumprimento pessoal. Tenho certeza absoluta que toda esta Casa estará muito feliz amanhã em festejar o aniversário da nossa querida Senadora Ana Amélia.

Mas, continuando, Sr^a Presidenta, quero registrar que foi um momento de muita alegria para o meu Estado, na segunda-feira passada, dia 20, quando tivemos a oportunidade de passar um dia de trabalho acompanhando o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que visitava o meu Estado para trabalhar. E lá, ao lado do Governador, da liderança de trabalhadores, de lideranças políticas, fazia uma visita às obras de construção do maior canal hídrico construído no Brasil, o Canal do Sertão do meu Estado, que deverá levar água do rio São Francisco para abastecer 49 Municípios do Alto Sertão de Alagoas, levando água até o Município de Arapiraca, cidade polo do agreste de Alagoas, obra iniciada pelo Governador Teotônio Vilela, apesar de já existir o projeto há mais de trinta anos, mas que não andava, porque não havia disposição do Estado para que as obras continuassem, além de serem muito caras.

E o Presidente Lula, a quem nós devemos estas ações, determinou, no momento em que foi instituído o PAC 1, que o Canal do Sertão a ele fosse incorporado, para que não pudesse haver solução de continuidade na sua construção.

Nós já estamos, nobre Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, com aproximadamente 70 quilômetros de obras prontas. E o Ministro determinou à sua equipe e comunicou ao Governador que é interesse da Presidenta Dilma de que, no lançamento do PAC 2, também continuem a alocar recursos para aquela obra gigantesca, que irá, sem dúvida alguma, ajudar consideravelmente os meus queridos conterrâneos, irmãos sofredores do Alto Sertão de Alagoas. Eles terão água para beber, água para plantar, água para atender o rebanho, pois é considerada a maior bacia

leiteira do Nordeste aquela região do Alto Sertão alagoano, e água para a piscicultura.

Com isso, não tenho a menor dúvida de que mudaremos a paisagem, mudaremos a vida das pessoas no Alto Sertão de Alagoas ou no semiárido brasileiro, de que Alagoas tem um pedaço considerável.

Quero, nesta oportunidade, nobre Presidenta, agradecer ao Ministro Fernando Bezerra e também, especialmente, à Presidenta Dilma, pelo empenho em fazer com que as coisas aconteçam.

O Estado de Alagoas já sofreu muito e hoje carece dessa ação governamental com muito mais eficácia, para que nós possamos minimizar as dificuldades por que passa o sertanejo, morador do semiárido do meu sertão alagoano.

Srª Presidenta, foi importante quando ouvimos do Ministro que, até dezembro ou mais precisamente em dezembro, ele deseja, porque essa é a orientação da Presidenta Dilma, inaugurar essa primeira etapa de 70 quilômetros com água em toda a sua plenitude para atender essa demanda que acabei de mencionar. Isso para que o Canal do Sertão possa produzir os seus efeitos e, logicamente, a partir daí, numa distância do eixo do canal, do lado direito e para o lado esquerdo, 15 quilômetros, pudessem aquelas comunidades, que continuam bebendo água de barreiro, ter água potável de qualidade do rio São Francisco, pelo Canal do Sertão. Além disso, a promoção em diversos perímetros de irrigação para que nós possamos produzir não só o alimento, mas também frutas e mudar a vida daquelas pessoas que alimentam agora a esperança de terem dias melhores para eles e para seus filhos.

Realmente, ver aquilo acontecer, Srª Presidente, nos dá muita alegria. Uma obra que as pessoas imaginavam ser absolutamente inadequada, impossível de ser construída, no papel apenas. Na verdade, seria muito difícil se ela tivesse de ser construída por meio de emendas parlamentares. Não tínhamos como construir, porque é uma obra que monta mais de R\$1 bilhão. Isso, realmente, foi um presente que o Presidente Lula nos deu, assim como a sua continuidade pela Presidenta Dilma.

Quero, do alto desta tribuna do Senado Federal, agradecer a essas autoridades do meu País, a vontade de começar a mudar a vida das pessoas. Essa é, sem dúvida, uma das grandes oportunidades que o Estado de Alagoas vai ter, além de continuarmos perseguindo esses polos de indústria, para que possamos realmente fazer com que as coisas aconteçam no meu Estado.

Por isso, Srª Presidente, quero agradecer a V. Exª pela tolerância e, ao mesmo tempo, aos meus Colegas que aqui se encontram.

Deverei tecer outros comentários a respeito de um grande projeto que existe já em Alagoas, mas o tempo não me permite mais, considerando que quero tratar, em outra oportunidade, na próxima semana, do maior projeto de cooperativa, não do Brasil, mas do mundo, em Alagoas: a Cooperativa Pindorama, da qual traçarei o perfil na próxima semana, num pronunciamento que farei aqui da tribuna do Senado Federal.

Sem dúvida alguma, nobre Senadora Presidente, a Cooperativa Pindorama, vou dar pequenos detalhes, é mantenedora da primeira usina do mundo que não tem dono, que não é usina de usineiro. A primeira usina do mundo que é do trabalhador, que é do agricultor. Por isso, temos lá 1.100 proprietários de uma usina que fatura todos os anos – este ano, por exemplo – cerca de R\$170 milhões. É uma coisa extraordinária. O Ministro Fernando Bezerra a visitou e ficou encantado com o que viu. Mas tratarei desse assunto com mais detalhe na próxima semana.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Benedito de Lira, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Benedito de Lira. Quero me solidarizar com V. Exª pela atenção que tem dado a sua região, a região Nordeste. E também cumprimentá-lo à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional, que V. Exª preside com muita eficiência.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência comunica às Srªs e Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 23 de abril do corrente, segunda-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 50 anos da fundação da Universidade de Brasília – UnB.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que falará pela liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do Orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Internet, inicialmente, agradeço o retorno que a Ministra Miriam

Belchior me deu ontem, com relação à transposição dos servidores de Rondônia. Agradeço a atenção da Ministra em retornar a ligação e me colocar a par do que está acontecendo com a transposição dos servidores de Rondônia para os quadros da União. Aguardamos esse desfecho com muita atenção, com muita preocupação, com muita ansiedade até, porque já se faz vários meses, mais de ano que essa questão está se arrastando, e nós não temos um desfecho final, para que comece, de fato, a acontecer as primeiras transposições dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União.

De qualquer forma, quero aqui agradecer a atenção da Ministra Miriam Belchior, que me telefonou, ontem à noite, para e dizer que o processo está na AGU e que no mais tardar hoje, à tarde, ela iria me dar uma posição em definitivo de como vamos resolver essa questão o mais rápido possível. Portanto, agradeço a atenção da Ministra Miriam Belchior.

Comemoramos, hoje, o Dia Mundial da Água, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), para dedicarmos um tempo para a sua conservação. É uma data que, por sinal, deveria ser celebrada todos os dias. Afinal de contas, utilizamos água todos os dias, em praticamente todos os processos produtivos, agrícolas ou industriais, bem como para o transporte, para o lazer e para uma infinidade de outras atividades do nosso dia a dia.

Usar a água é um processo tão natural que, muitas vezes, não nos damos conta de sua importância. E, talvez, por isso, acabamos por não cuidar da água de maneira adequada, para que ela continue disponível em quantidade e qualidade para todos nós que habitamos este maravilhoso Planeta e, em especial, o nosso País.

O tema proposto pela ONU para o Dia Mundial da Água deste ano é “Água e Segurança Alimentar”. De fato, a água é o elemento mais importante na produção de alimentos, e nossos agricultores sabem muito bem da importância que tem a água na produção agrícola.

Talvez o que muitos ainda não saibam é que estão contaminando, de forma alarmante, os córregos e os rios com o uso indiscriminado de agrotóxicos, tema de hoje pela manhã em nossa audiência pública na Comissão de Agricultura.

O uso de defensivos agrícolas, também chamados de agroquímicos ou agrotóxicos, é hoje a base para o desenvolvimento da agricultura moderna em todo o mundo. São os agrotóxicos que permitem a proteção das lavouras contra uma diversidade imensa de pragas,

doenças e ervas daninhas que afetam a produção de alimentos em todo o Planeta.

Apesar dos efeitos desses produtos sobre a saúde humana, alguns deles ainda desconhecidos, são eles que permitem a produção de alimentos em grande escala e contribuem para a promoção da segurança alimentar em todo o mundo.

Os agrotóxicos são considerados extremamente relevantes no modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, que tem como indutor o agronegócio. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo desde 2008, quando ultrapassou a marca recorde de 1 milhão de toneladas/ano de defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes, atingindo US\$7 bilhões em vendas. Cerca de 70% desses produtos são importados. Por conta disso, o Brasil é também o maior produtor e exportador de alimentos do mundo.

Os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos envolvem diretamente os trabalhadores que manuseiam esses produtos; a área rural, que é afetada diretamente pela pulverização aérea ou pelo caminho das águas que sofrem a contaminação, como também compromete a saúde de quem consome os alimentos produzidos com excesso de agrotóxicos.

A discussão sobre o uso de agrotóxicos já rompeu os limites do setor agrícola e ganhou eco em toda a sociedade. É um tema que interessa a todos os brasileiros e às brasileiras. Por isso, realizamos a audiência pública na manhã de hoje e vamos continuar cobrando mais controle e fiscalização por parte dos órgãos governamentais que têm essa obrigação.

O que constatamos hoje, pela manhã, na audiência pública da Comissão de Agricultura, é que não há controle e fiscalização suficiente para o uso adequado dos agrotóxicos.

Constatamos que há falhas na coordenação do trabalho de órgãos da agricultura, saúde e meio ambiente, responsáveis pelo monitoramento do uso de agrotóxicos no País que reduzem a eficiência do Governo em evitar que alimentos contaminados cheguem à mesa dos brasileiros.

Atualmente, o Ministério da Agricultura faz o monitoramento da produção na área rural, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ligada ao Ministério da Saúde, analisa amostras dos alimentos comercializados no varejo. Já os órgãos do Ministério do Meio Ambiente trabalham para impedir que haja contaminação de solo e de recursos hídricos.

O que constatamos é que falta uma política de Governo que faça com que todos esses órgãos tra-

balhem alinhados, concatenados, cada um em sua competência, mas com o objetivo único de controlar, fiscalizar e coibir o uso indiscriminado de agrotóxicos.

É necessário que o Governo faça a reestruturação dos órgãos que atuam no setor e tenha uma política de controle de agrotóxicos definida.

O agricultor brasileiro quer produzir o melhor produto, mas precisa de orientação, que tem que ser feita pelo Governo. Precisamos de um programa de educação sanitária que leve uma mensagem clara e objetiva para os agricultores, para que eles saibam como usar corretamente os agrotóxicos, conheça os produtos e saiba fazer o descarte das embalagens de forma correta.

O Brasil caminha para ser o maior produtor de alimentos do Planeta e não tem estrutura mínima necessária para qualificar o nosso produtor e também o nosso produto. Nossos agricultores precisam de qualificação e assistência técnica para que possam mudar também o paradigma de nossa agricultura para bases mais sustentáveis.

No estágio atual, a agricultura ainda não pode prescindir do uso de agrotóxicos, que se constitui em insumo necessário para a sanidade dos alimentos e a competitividade da produção agrícola. No entanto, na utilização desses produtos, precisa-se respeitar o que dispõe a legislação, procurando minimizar os impactos ecológicos, buscando a preservação da saúde do trabalhador rural e a segurança alimentar, que se tornaram uma exigência dos mercados consumidores.

Na busca do controle das pragas, é importante que o agricultor priorize o manejo integrado de pragas, em que o monitoramento, associado a práticas culturais adequadas, resultará em benefícios ambientais, em segurança alimentar, proteção da saúde do trabalhador e competitividade, com a diminuição dos custos de produção.

É importante que o produtor, através de um responsável técnico de sua confiança, receba todas essas informações, obtendo os benefícios de uma agricultura sustentável e rentável.

Além da regulação dos produtos agroquímicos, é necessário investir no cultivo com a conservação do solo, controlando as pragas, doenças e ervas daninhas com sistemas agroflorestais, baseados em nossa rica biodiversidade, com o controle biológico.

É necessário investir em uma política agrícola mais preocupada com a produção de alimentos mais saudáveis.

A agroecologia é uma alternativa viável, assim como a adoção do cultivo de conservação, com o plantio direto, que tem apresentado bons resultados na agricultura nas últimas duas décadas. Caminhamos para ser o maior produtor de alimentos do Planeta, mas precisamos construir essa liderança sobre bases sustentáveis.

A audiência pública, hoje, foi muito importante, para conhecermos a sistemática de controle que há no País com relação à utilização de agrotóxicos na produção de alimentos. Chamamos a audiência pública porque estávamos preocupados, mas, depois dela, ficamos ainda mais preocupados pela falta de controle, pela falta de harmonia que há nos órgãos de Governo para dar assistência ao agricultor, dar assistência ao produtor rural, com relação à utilização dos agrotóxicos.

Esperamos que, nas próximas reuniões da nossa Comissão de Agricultura, possamos nos aprofundar cada vez mais nesse tema, pois tenho certeza de que temos muito a ajudar o Governo, para atender não somente os agricultores brasileiros, mas, principalmente, os consumidores.

Sr^a Presidenta, era esse o tema que eu tinha para tratar na tarde de hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz e passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, e prezados Senadores e Senadoras, subo à tribuna, neste fim de tarde, para celebrar o Dia Mundial da Água e para falar um pouco da experiência que tive a honra de viver na última semana, quando tive a oportunidade de representar o Senado Federal, junto com o Senador Jorge Viana, com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o Senador Sérgio Souza e com a Senadora Kátia Abreu, por ocasião da realização do VI Fórum Mundial da Água.

É importante registrar, Sr^a Presidenta, que o Fórum foi presidido por um brasileiro, Benedito Braga, que foi Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), um dos fortes concorrentes a assumir a Presidência do Conselho Nacional da Água.

O Brasil reivindica sediar o VIII Fórum Mundial da Água, que se realizará em 2018. Nós, do Distrito Federal, com o apoio do Governo do Distrito Federal – lá esteve presente o Vice-Governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, e o Presidente da Adasa, Sr. Vinícius

–, defendemos que a realização do VIII Fórum Mundial da Água seja no Brasil, em Brasília, no ano de 2018.

Mas quero, em primeiro lugar, cumprimentar a ANA e todas as instituições e entidades que apoiaram a presença do Brasil, no Espaço Brasil, no pavilhão do Fórum Mundial da Água. A delegação do Brasil era a segunda maior delegação, depois da delegação da França, país sede, o que mostra a importância que esse tema vem tomando no Brasil. Estavam ali representantes do Governo, representantes do Parlamento, representantes do setor produtivo, representantes de Organizações Não Governamentais.

O Brasil apresentou suas diversas experiências de implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, sua legislação e também Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais, desenvolvidos pela ANA, como o Produtor de Água, que, agora, neste momento, está sendo lançado no Distrito Federal, numa solenidade na Torre de Televisão, com a presença da Ministra Iza-bella Teixeira. Também teve a oportunidade de apresentar um programa de saneamento, o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), que vem sendo financiado pela ANA. Enfim, são diversas iniciativas bem-sucedidas. O Brasil apresenta e compartilha experiências com os demais países.

Na segunda-feira, houve a inauguração do Espaço Brasil, com bastante representatividade dos diversos segmentos que compõem o sistema de gestão de águas, desde usuários até o Governo e Organizações Não Governamentais.

Na terça-feira, houve uma reunião extremamente produtiva, foi quase um pacto entre as pessoas que estavam ali em torno do tema água. Foi um evento no Espaço Brasil, que, mais uma vez, contou com representantes do Parlamento, com representantes de Organizações Não Governamentais, com representantes do setor produtivo.

Na quarta-feira, tive a oportunidade de participar de um debate com parlamentares de vários locais do mundo, com uma Senadora americana, com uma Deputada da Venezuela, com gestores do México e da Colômbia. Tive a oportunidade de apresentar a experiência brasileira, mostrando o avanço do marco legal brasileiro, com a aprovação da Lei nº 9.433, a Lei de Recursos Hídricos, que muda a concepção do planejamento, transformando a bacia hidrográfica na unidade de planejamento das políticas públicas, adotando a implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas como unidades gestoras das bacias. Mas também abordamos, com muita franqueza, as dificuldades de

implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, especialmente das Agências de Águas referentes a essas bacias hidrográficas, que terão a capacidade de cobrar e implantar políticas naquelas bacias hidrográficas. Também discorri sobre alguns desses programas, desses projetos que estão sendo desenvolvidos pela ANA, especialmente o Produtor de Água e o Prodes.

Na quinta-feira, pela primeira vez no Fórum Mundial da Água, houve uma grande conferência, um grande congresso, um grande encontro de parlamentares de diversos países do mundo tratando do tema água.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que fosse transcrita nos Anais desta Casa a Declaração de Marselha, a declaração dos parlamentares de todo o mundo que estavam ali presentes, referente à água.

Vou pedir licença, Sr^a Presidenta, para ler seis compromissos adotados por todos os parlamentares ali presentes. O primeiro deles é o de adotar as disposições correspondentes a nossas responsabilidades, para que as políticas de água e os mecanismos de solidariedade possam ser aprimorados através da elaboração de propostas de lei ou emendas a projetos de lei, no mesmo sentido exercendo a nossa supervisão sobre sua ação e votando os orçamentos necessários.

O segundo compromisso é o de agir durante os debates parlamentares, para que as prioridades associadas à água e ao saneamento sejam dotadas de recursos orçamentais e financeiros suficientes, assim como de uma organização jurídica e institucional adaptada, especialmente para aplicação do direito ao acesso à água potável e ao saneamento. Que, nesse sentido, os recursos dedicados à pesquisa científica e às tecnologias possam contribuir para o estabelecimento e cumprimento dos objetivos determinados pelas políticas públicas e que os mecanismos de gestão incluam os cidadãos e usuários!

Outro compromisso assumido foi o de realizar ações a favor da entrada em vigor de textos, resoluções e convenções sobre os cursos de água e aquíferos transfronteiriços e o de propor, neste âmbito, encontros/reuniões entre parlamentares dos países envolvidos, contribuindo, assim, para a instauração de uma nova governança da água e do saneamento no plano mundial.

Outro compromisso foi o de participar da governança do instrumento de conhecimentos e *know-how* acessível aos parlamentares do mundo, cuja primeira versão foi apresentada no Fórum de Marselha.

Assumimos também o compromisso de realizar ações para estabelecer um mecanismo de acompa-

nhamento-avaliação das soluções e compromissos adotados no marco dos Fóruns Mundiais da Água, à disposição de todos os co-participantes e, particularmente, dos parlamentares.

Finalmente, queremos assegurar a promoção dessas propostas e compromissos na Cúpula Rio+20 em junho de 2012.

É importante ressaltar, Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Organização das Nações Unidas (ONU) já incluiu o acesso à água e ao saneamento como um direito humano. Isso é muito importante registrar. Esse é um avanço dos compromissos internacionais, ainda mais levando em conta que, em 2050, a população estará próxima de 9 bilhões de pessoas em todo o mundo. Hoje, parcela significativa da população mundial ainda não tem acesso à água na quantidade e qualidade necessárias para garantir uma boa qualidade de vida.

Portanto, temos um imenso desafio. Um País como o Brasil, que tem 12% da água do Planeta, tem uma responsabilidade imensa, apesar de essa água estar mal distribuída: há muita água, por exemplo, na região amazônica, onde há pouca concentração populacional, e há uma escassez de água muito grande em regiões como o Nordeste brasileiro. Isso aumenta nossa responsabilidade sobre a boa gestão dos recursos hídricos.

Entendo – tive a oportunidade de dizer isso nos debates – que devemos também nos centrar naquelas questões que são importantes e que podem ter influência muito grande no ciclo hidrológico do Planeta e numa frequência maior de eventos climáticos extremos. Referi-me, especialmente, à necessidade de o mundo todo se unir, de os diversos países se unirem em torno do enfrentamento às mudanças climáticas, com a redução dos gases de efeito estufa, buscando mitigar os efeitos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, investir na adaptação dessas mudanças climáticas pela influência que isso pode ter tanto no ciclo hidrológico do Planeta, como também numa frequência maior de eventos extremos, ao que já estamos assistindo não apenas no Brasil, mas em vários lugares do mundo.

Eu também disse que, num País como o Brasil, que tem na sua agricultura parcela importante da produção de riquezas, da composição do Produto Interno Bruto, a exemplo de diversos outros países, e que consome grande quantidade de água e em que ainda há um desperdício muito grande na utilização dessa água, há a exigência de se utilizarem novas tecnologias, buscando uma eficiência maior na

utilização da água. Mas isso exige desenvolvimento tecnológico, isso tem custo, e esse custo acaba sendo incorporado aos produtos. Muitas vezes, pelo fato de a União Europeia subsidiar fortemente a sua agricultura, esse é um desestímulo para que esses países desenvolvam novas tecnologias para o uso mais eficiente da água.

Essas questões precisam ser enfrentadas de forma corajosa, de forma franca, para que possa haver uma governança melhor da água em todo o Planeta.

Senador Capiberibe, V. Ex^a, que ficou conhecido no seu Estado como o governador do desenvolvimento sustentável, teve uma visão futurista, antecipando-se a um debate que, hoje, é preocupação dos governantes de todo o mundo. Temos um grande desafio e uma grande oportunidade. No Brasil – vamos levar esse debate para o âmbito da Comissão de Meio Ambiente ainda neste ano –, há diversas concessões de empresas de energia elétrica tanto no que se refere à geração de energia elétrica, como no que se refere à transmissão e à distribuição de energia elétrica, e essas concessões se encerram ao final de 2014.

No modelo brasileiro de composição da tarifa, parcela significativa é dos investimentos físicos que foram feitos na construção das usinas, na construção das linhas de transmissão. Esses investimentos já foram amortizados ao longo de todos esses anos da concessão, o que permitirá ao Governo fazer uma grande redução no preço da tarifa de energia elétrica. E o que defendemos é que parcela pequena do que será essa redução na tarifa de energia elétrica seja utilizada para financiar um grande Fundo de Pagamento por Serviços Ambientais, que permita o Governo brasileiro, o Estado brasileiro financiar especialmente os pequenos e micros proprietários, para que estes recuperem suas Áreas de Preservação Permanente ripárias. Isso permitirá ao Governo pagar pelos serviços ambientais, ou seja, desenvolver programas, como o programa Produtor de Água, que está sendo lançado neste momento no Distrito Federal, numa escala muito maior, com resultados muito mais expressivos na gestão das águas do nosso País.

Precisamos também dar poder os comitês de bacias hidrográficas em todo o País, para que, efetivamente, eles possam atuar e tenham papel decisivo no sentido de influir nas decisões relativas àquela bacia hidrográfica onde eles estão instalados.

São alguns desafios de uma agenda que precisa ser trilhada e que nos comprometemos a levar adiante.

Todos que estiveram no Fórum Mundial da Água tiveram a oportunidade de perceber a grandiosidade

daquele evento, reunindo mais de 20 mil pessoas de todo o Brasil, todos centrados nessa preocupação de como gerir de forma mais adequada e mais responsável esse recurso precioso, que é a água.

Outra questão que foi colocada reiterada vezes por representantes de diversos países é a necessidade de que o tema água tenha uma presença marcante, uma presença fundamental nas discussões da Rio+20.

Não podemos discutir economia verde neste Planeta sem formular alternativas de uso eficiente da água, de uso racional da água, de democratização do acesso à água, enfim, de garantia desse direito fundamental. Como declarado pela ONU, a água é, efetivamente, um direito humano.

Quero aqui registrar que, na comemoração do Dia Mundial da Água, com muita alegria, hoje, pela manhã, tive a oportunidade de participar de um evento no parque Olhos D'Água, no Distrito Federal. A partir de uma mobilização dos moradores, dos frequentadores do parque, que fica localizado na Asa Norte, no Distrito Federal, conseguiu-se uma grande vitória. Hoje, o Governador assinou um decreto, destinando sete hectares que, originalmente, estavam destinados a uma quadra residencial no Plano Piloto para a ampliação dos limites do parque Olhos D'Água, que tinha anteriormente uma área de aproximadamente 21 hectares. Essa área aumentou em mais sete hectares, assumindo uma quadra, a SQN 213, que passará a fazer parte do parque Olhos D'Água.

Veja a importância, Senador Capiberibe, da mobilização da comunidade em torno de um tema importante.

Quero cumprimentar o Governador Agnelo por essa decisão correta, acertada, que melhora a qualidade de vida da população do Distrito Federal. Mas é importante reconhecer que as projeções numa quadra da Asa Norte do Plano Piloto de Brasília custam muito dinheiro. No entanto, a quadra não será mais construída, para que possa haver ali um parque. E quem vai ganhar com isso é toda a população do Distrito Federal, especialmente a população próxima àquela região, que terá à disposição um parque, o que vai garantir melhor qualidade de vida para todos.

Eu não podia deixar, Srª Presidenta, de fazer esses registros, dizendo que o Dia Mundial da Água deve servir como espaço de reflexão sobre o que podemos fazer para uma melhor gestão, uma gestão sustentável, uma gestão responsável desse recurso precioso, que é a água. Mas não apenas devemos fazer uma reflexão. É importante que possamos nos unir em torno

de ações concretas que venham garantir uma melhor gestão das águas e que venham garantir para as futuras gerações água em abundância, com qualidade, garantindo-lhes uma boa vida.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer na noite de hoje, Srª Presidenta.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Marselha 15-16 de março

Nós, representantes dos parlamentares do mundo, reunidos no marco da conferência parlamentar do 6º Fórum Mundial da Água de Marselha, de 15 a 16 de março de 2012.

a) Considerando que a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu em julho de 2010 o direito ao acesso de água potável e ao saneamento básico como direito humano;

b) Considerando que a falta de acesso a água potável e ao saneamento básico por bilhões de pessoas é uma das causas principais de mortalidade no mundo e que a situação atenta diretamente à dignidade das pessoas, ao respeito do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico;

c) Constatando o atraso acumulado no cumprimento dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito à ampliação do acesso ao saneamento básico;

d) Considerando que a gestão compartilhada por bacia hidrográfica é uma necessidade para uma paz equitativa, o desenvolvimento dos povos ribeirinhos e o desenvolvimento sustentável;

e) Insistindo na necessidade de incorporar a questão da água ao cerne das políticas públicas, sobretudo nas áreas da educação e da saúde, na exigência de esforços de solidariedade adicionais e no estabelecimento necessário de uma gestão sustentável deste recurso e no aprimoramento da governança partilhada;

f) Reafirmando a importância da água como fonte de vida, levando em consideração o aumento da população e da demanda de água, as consequências da mudança climática, a diminuição dos recursos hídricos e as ameaças que pairam sobre estes, que por isso necessitam de medidas de proteção específicas, sobretudo no que diz respeito às zonas úmidas.

Nós, representantes dos Paramentos do mundo, propomos realizar ações, no seio de nossas assembleias respectivas, e trazer as seguintes soluções:

1. Recomendamos que cada país assegure que o acesso a água potável e ao saneamento básico, em termos de qualidade, aceitabilidade, acessibilidade e custos, sobretudo para as populações mais vulneráveis, seja uma prioridade e que sejam alocados os recursos financeiros necessários em todos os níveis;
2. Insistimos para que se dedique especial atenção ao saneamento numa perspectiva integral: banheiros, coleta, tratamento e valorização da água residual;
3. Desejamos que se instaure uma gestão comum que incorpore todos os co-atores, estatais e não estatais em todos os países.
4. Recomendamos que sejam incluídos na legislação de cada país, mecanismos de solidariedade eficientes entre os países/população ricos (as)/ pobres, orientados prioritariamente ao acesso a água potável, ao saneamento básico, à conservação e proteção dos recursos hídricos, aos casos emergenciais, à educação e à formação.
5. Solicitamos que as políticas hídricas nacionais e as políticas acordadas entre os países que compartilham recursos hídricos incluam por parte de todos os atores envolvidos as interações entre água/energia/segurança alimentar;
6. Insistimos na necessidade de promover um desenvolvimento agrícola, industrial e urbano, que utilize de maneira econômica os recursos hídricos e seja respeitoso da natureza, tanto para as águas superficiais e subterrâneas quanto para as zonas úmidas, indo em direção a um desenvolvimento sustentável e a uma melhor gestão dos recursos hídricos.
7. Insistimos para que cada país estabeleça, de maneira efetiva, políticas de prevenção e de recuperação que envolvam todos os atores;
8. Nos congratulamos pela elaboração de uma ferramenta que compila os conhecimentos e **know-how** acessíveis aos parlamentares do mundo, que deverá ser incorporada em uma universidade virtual do saber e desejamos que esta ferramenta de conhecimento, elaborada pelo Conselho Mundial da Água, seja colocada em prática mediante uma governança que inclua os diferentes atores e particularmente os parlamentares.
9. Reafirmamos o papel fundamental, tanto no âmbito político como operacional, das autoridades

locais e regionais como fiadores de uma gestão sustentável e equitativa dos serviços de água e saneamento e dos recursos hídricos.

Nós, representantes dos parlamentos do mundo, reunidos no marco do Fórum Mundial de Água em Marselha, nos comprometemos coletivamente a:

10. Adotar as disposições correspondentes a nossas responsabilidades para que as políticas de água e os mecanismos de solidariedade possam ser aprimorados através da elaboração de propostas de lei ou emendas a projetos de lei, e no mesmo sentido exercendo a nossa supervisão sobre sua ação e votando os orçamentos necessários.
11. Agir, durante os debates parlamentares, para que as prioridades associadas à água e ao saneamento sejam dotadas de recursos orçamentais e financeiros suficientes, assim como de uma organização jurídica e inconstitucional adaptada, especialmente para aplicação do direito ao acesso a água potável e ao saneamento; que, neste sentido, os recursos dedicados à pesquisa científica e às tecnologias possam contribuir para o estabelecimento e cumprimento dos objetivos determinados pelas políticas e que os mecanismos de gestão incluam os cidadãos e usuários.
12. Realizar ações a favor da entrada em vigor de textos, resoluções e convenções sobre os cursos de água e aquíferos transfronteiriços e propor, neste âmbito, encontros/reuniões entre parlamentares dos países envolvidos, contribuindo assim para a instauração de uma nova governança da água e do saneamento no plano mundial.
13. Participar da governança do instrumento de conhecimentos e **know-how** acessível aos parlamentares do mundo, cuja primeira versão foi apresentada no Fórum de Marselha.
14. Realizar ações para estabelecer um mecanismo de acompanhamento-avaliação às soluções e compromissos adotados no marco dos Fóruns Mundiais de Água, à disposição de todos os coparticipantes e, particularmente, dos parlamentares.
15. Assegurar a promoção destas propostas e compromissos na Cúpula Rio+20, em junho de 2012.

Nós, representantes dos parlamentos do mundo, reunidos no marco do Fórum Mundial da Água, convidamos os parlamentos do mundo a apresentar suas soluções e seus compromissos para assegurar o acesso à água potável e ao saneamento básico e a gestão sustentável dos recursos hídricos no âmbito

das plataformas específicas implementadas pelo Fórum de Marselha.

COM POUCO MAIS DE 50 ANOS, LAGO PARANOÁ CORRE O RISCO DE VIRAR TIETÊ

Rosane Garcia

Você consegue imaginar o Lago Paranoá em situação semelhante à do Rio Tietê (SP), um dos mais poluídos do país? O que parece ser um exagero é um dos itens da agenda de preocupações do secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídrico do DF, Eduardo Brandão. Segundo ele, com pouco mais de 50 anos, o lago já perdeu 15% de lâmina d'água. O assoreamento avança rapidamente e as dragagens para retirar o excesso de resíduos que se acumulam no leito do Paranoá não são suficientes para reverter a situação. Se continuar nesse ritmo, o secretário arrisca prever que dentro de 20 anos o lago fará parte das lembranças dos brasilienses.

Nos últimos anos, a ameaça piorou com a expansão das ocupações irregulares. Esse processo não poupou as nascentes, as matas ciliares ou a vegetação de galerias de pequenos córregos e rios que compõe a Bacia do Rio Paranoá e alimentam o lago. O crescimento populacional é outro elemento de pressão sobre a crescente demanda por água no Distrito Federal. Recuperar parte desse patrimônio hídrico é um dos grandes desafios da secretaria, a fim de estender a sobrevida do lago. "Um dos nossos mais importantes programas é o Caminho das Águas, que prevê o replantio de espécies nativas ao redor dos córregos e dos rios, a fim de recuperarmos a Bacia do Paranoá", diz Eduardo Brandão.

A questão está no rol dos projetos especiais da secretaria que busca, por meio da aplicação da lei de compensação ambiental, dar efetividade ao plano de recuperação da bacia. O projeto prevê ainda a criação de áreas de convivência, com a edificação de pistas de cooper, ciclovias, pontos de encontro para a terceira idade e outros equipamentos urbanos. O intuito é socializar o acesso às margens dos cursos d'água, a fim de sensibilizar a comunidade para que ela se sinta protetora e fiscal dessas áreas.

O projeto será levado à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) como exemplo de boa prática ambiental. O presidente do Comitê de Bacia do Lago Paranoá, Paulo Sérgio Bretãs de Almeida Salles, professor da Universidade de Brasília, embora não goste de fazer previsões, lembra que todo lago tende a desaparecer por estar na parte mais baixa da bacia hidrográfica. Assim, os lagos, de um modo geral, recebem os sedimentos, que ao longo do tempo, os vão mortificando. "Esse é um processo natural que podemos acelerar ou retardar",

diz o professor, ao acrescentar que o Paranoá não seria uma exceção.

Assoreamento

O Lago Paranoá, formado em 1959, ocupava cerca de 48km² e, hoje, não chega a ter 40km² de área. Com pouco mais de 50 anos, essa redução é considerada expressiva e está associada à substituição de vegetação nativa pelos belos gramados das mansões que margeiam o lago. Para o assoreamento também contribuem a movimentação de terra na cidade devido à expansão da construção civil. Todos esses fatores, somados aos fenômenos naturais, como chuva e vento, carreiam terra que se sedimenta no fundo do lago.

De acordo com o professor Paulo Bretãs, os efeitos do assoreamento são bastante nítidos na região próxima ao balão do Aeroporto, entre o jardim Zoológico e a Candagolândia até a QI5 do Lago Sul. "O local está bastante detonado, com a vegetação ocupando o espaço onde antes era água." O mesmo ocorre na Ponte das Garças, nas proximidades da QI 9 do Lago Sul, e se repete na Ponte do Bragueto, no Lago Norte.

Apesar da previsão do secretário de Meio Ambiente, o professor Paulo Bretas lembra que no fim dos anos 1970, o Lago Paranoá viveu um momento trágico. Extremamente poluído pelo esgoto que recebia, ocorreu uma mortandade nunca antes vista de peixes. Na época, o episódio mereceu a manchete do Correio, devido ao mau cheiro que o lago exalava para toda a cidade. A situação despertou a atenção das autoridades. Foram realizados altos investimentos e desencadeado o processo de despoluição do Paranoá. A balneabilidade foi recuperada,...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Gostaria de dizer que V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência recebeu da Presidente da República as seguintes **Mensagens: nº 23, de 2012** (nº 90/2012, na origem), solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 20, de 2012 (nº 63/2012, na origem), que submete a indicação do Sr. Mario Rodrigues Junior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e **nº 24, de 2012** (nº 91/2012, na origem), solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 21, de 2012 (nº 64/2012, na origem), que submete a indicação do Sr. Hederverton Andrade Santos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

São as seguintes as Mensagens:

MENSAGEM
Nº 23, DE 2012
(nº 90/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a Vossas Excelências a retirada de tramitação da Mensagem nº 63, de 2012, que submeteu o nome do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Brasília, 20 de março de 2012.



Aviso nº 193 - C. Civil.

Em 20 de março de 2012.

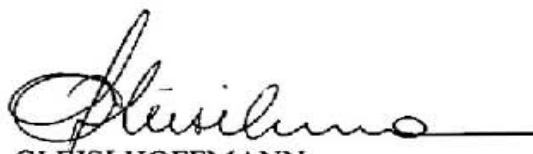
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Retirada de indicação.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República solicita a retirada de tramitação da indicação do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MENSAGEM
Nº 20, DE 2012
(nº 63/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.



Mario Rodrigues Junior

Rua Pascal, 1.310 – Apto 21
04616-004 São Paulo, SP
Tel.: (11) 5042 0866 (61) 9943 3130

C.P.F. nº 022.388.828-12
R.G. nº 8.339.791-7 - Emissão: SSP-SP
Naturalidade: São Paulo – SP
Filiação: Mario Rodrigues
Yvone Bueno Rodrigues
Data de Nascimento: 05/outubro/1957

Objetivo:

Síntese de Qualificações

- Experiência de 30 anos no segmento de engenharia de transportes rodoviário, ferroviário e fluvial, atuando na direção e gerenciamento técnico / administrativo;
- Atualmente, como Diretor da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, onde atuou diretamente na Regulação e Fiscalização das Concessões Rodoviárias atualmente com extensão de 4.700 km; além de participar no desenvolvimento da modernização do modelo das Concessões Ferroviárias, incluindo o TAV – Trem de Alta Velocidade, e, atuar no projeto de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros por ônibus do tipo rodoviário;
- Responsável por projetos e execução de obras e serviços na área de transporte em especial:- Programas de recuperação e implantação de rodovias como BID, Caminhos da Qualidade – DER, Rodoanel de São Paulo, Reforma de embarcações tipo Ferry-Boats em estaleiros da Secretaria de Transportes;

- Gerenciamento técnico/administrativo de concorrências para construção, manutenção, operação, fiscalização e compra de materiais na modernização e privatização de rodovias e hidrovias, envolvendo recursos financeiros de até R\$ 2,0 bilhões / ano.
- Gerenciamento técnico/administrativo na elaboração e implantação de:- Caderno de Preços de Equipamentos, Mão de Obra e Serviços com apropriação de custos para orçamento, Critérios de Medição e Pagamentos, Gestão em processos de concessão e terceirização de serviços, Planejamento e Acompanhamento físico-financeiro de obras e serviços de engenharia;
- Facilidade de relacionamento e experiente em gerenciamento de equipes, tendo sido responsável por mais de 4.000 colaboradores.

Formação Acadêmica

Pós-graduação em Engenharia de Transportes – USP - Universidade de São Paulo

Graduação em Engenharia - Universidade de Mogi das Cruzes

Principais Cursos

- . Gestão de Qualidade Total, Fundação Christiano Ottoni, São Paulo;
- . Licitações Públicas - CETTA, São Paulo;
- . Seminário de Matemática Financeira, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo;
- . Tintas e Anti-Corrosivos, Tintas Sumaré, São Paulo;
- . Motores Marítimos, Scania do Brasil, São Paulo;
- . Reversores Marítimos, ZF do Brasil, São Paulo.

Idioma

- . Inglês Intermediário;
- . Espanhol Intermediário.

Experiência Internacional

FRANÇA – Visita Técnica a Rodovias

ESPANHA – Reunião Técnica com Associação de Carreteras e Visita Técnica a Rodoanel

CÓRREA DO SUL – Visita Técnica ao Sistema de Trem de Alta Velocidade

Associações de Classes

Instituto de Engenharia de São Paulo;

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

AFD - Associação dos Funcionários da Dersa.

Histórico Profissional

07/2008 – atual - ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

Autorarquia Federal responsável pelo serviço de regulação de transportes terrestres.

- . Diretor;

10/2000 – 01/2007 - DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo

Autorarquia do Governo do Estado responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias.

. Superintendente – 05/2004 – 01/2007;

. Diretor de Engenharia – 02/2003 – 05/2004;

. Diretor Técnico de Serviços Licitações e Contratos – 10/2000 – 02/2003.

04/2003 – 01/2007 – DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Diretor de Engenharia – 04/2003 – 01/2007;

01/1989 – 10/2000 – DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Gerente de Divisão de Orçamentos e Medições;

. Assistente de Diretoria de Terminais;

. Engenheiro do Setor de Licitações e Compras.

03/1983 – 01/1989 – FEPASA – Ferrovia Paulista S/A

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias.

. Comissionado no Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes do estado de São Paulo

. Diretor Administrativo Financeiro

Dados Pessoais

Brasileiro, Casado, 54 anos, 2 filhas

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2012



Mario Rodrigues Junior

Aviso nº 119 - C. Civil.

Em 29 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 24, DE 2012
(nº 91/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a Vossas Excelências a retirada de tramitação da Mensagem nº 64, de 2012, que submeteu o nome do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Brasília, 20 de março de 2012.



Aviso nº 194 - C. Civil.

Em 20 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Retirada de indicação.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República solicita a retirada de tramitação da indicação do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MENSAGEM
Nº 21, DE 2012
(nº 64/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Senhor Wagner de Carvalho Garcia.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.



HEDERVERTON ANDRADE SANTOS

Brasileiro – Casado – Advogado – 35 anos – Nasc. 28/03/1976
Filiação: Edmilson Santana Santos e Mavilha Andrade Santos
RG 0607460504 – SSP-BA
CPF 252.506.298-14
OAB/SP 206.954
hederverton@hotmail.com
SHTN TRECHO 2 CONJUNTO 5
CEP 70800-200 - BRASÍLIA - DF
TEL (061) 3037-3000 (R:3125)
CEL (061) 9943-3158

RESUMO DE QUALIFICAÇÕES

- Experiência com legislação administrativa, concepção, elaboração e análise de atos normativos, editais e contratos de concessão de serviços públicos;
- Acompanhamento econômico financeiro e das questões societárias e concorrenciais das concessionárias de ferrovia, rodovia e permissionárias do transporte interestadual e Internacional de passageiros;
- Participação na formulação de modelos econômicos e financeiros para aferição dos equilíbrios contratuais, definição e revisão de tarifas;
- Atuação junto ao Tribunal de Contas da União – TCU para condução de temas relacionados ao setor de transportes terrestres;
- Apoio jurídico ao gerenciamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nas áreas de rodovias, ferrovias e hidrovias;
- Elaboração de pareceres a respeito de projetos de leis e decretos, bem como análise da legalidade de projetos governamentais submetidos à Presidência da República;
- Análise de risco para suporte de decisões executivas e experiência na elaboração de instrumentos que garantam a segurança jurídica da organização;
- Experiência na coordenação e gestão de equipe, desenvolvimento de estratégia de atuação, bem como na contratação e coordenação de escritórios de advocacia e advogados;
- Experiência em negociação, elaboração e análise de contratos de: construção civil, prestação de serviços, consultoria, transferência de tecnologia, fornecimento, empréstimo, financiamento e convênios com órgãos públicos;

- Experiência na definição estratégica para atuação junto à agência reguladora, bem como forte atuação no preventivo e contencioso administrativo;
- Experiência na definição de estratégia de atuação e elaboração de peças processuais nas esferas civil, trabalhista e penal;
- Interface com Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para tratar de modelos de concessão e regulação

PRINCIPAIS PROJETOS

- Implementação da Superintendência de Marcos Regulatórios, da Agenda Regulatória e da Análise de Impacto Regulatório na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Reestruturação dos marcos regulatórios do setor ferroviário brasileiro e elaboração de minuta de novo Regulamento do Transporte Ferroviário;
- Condução da Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Regulados pela ANTT e elaboração de resolução que disciplina o Serviço de Atendimento ao Usuário – SAC no âmbito da ANTT;
- Elaboração de marco regulatório que permite o ingresso das concessionárias no Novo Mercado – Bovespa;
- Edição do primeiro Relatório de Acompanhamento Econômico Financeiro da ANTT – REAFI;
- Criação e realização dos Seminários de Direitos e Deveres dos Usuários;
- Elaboração de minuta de projeto de lei e edição de resolução para regulação do pagamento do frete do transportador rodoviário de cargas – Extinção da Carta-Frete;
- Condução da revisão de todos os atos normativos da ANTT.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Curso Altos Estudos de Política e Estratégia

Escola Superior de Guerra – Rio de Janeiro/2010 e 2011
Conferencista

Modelos de prestação de serviço de transporte ferroviário

Inglaterra e Espanha/2010

Participante da visita técnica a órgãos governamentais e empresas privadas

IV Seminário de Planejamento Estratégico

Ministério Público Federal – 3ª Câmara – Brasília/2010
Palestrante

5º Seminário de Logística

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP – São Paulo/2009
Palestrante

VI Congresso Brasileiro de Regulação

Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR – Rio de Janeiro/2009
Debatedor

TranspoQuip Latin America -

Encontro das Indústrias de Infraestrutura para Transporte

São Paulo/2009

Palestrante

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-graduação *latu sensu* em Direito Administrativo - COGEAE
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2005 / 2007
Sem apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso

Pós-graduação *latu sensu* em Direito Penal
ESMP - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo - 2003 / 2004
Sem apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso

Graduação em Direito
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 1998 / 2002

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
(Superintendência de Marcos Regulatórios)
Superintendente - 09/2008 a atual

Casa Civil da Presidência da República
(Subchefia para Assuntos Jurídicos)
Assessor - 11/2007 a 08/2008

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
Gerente Jurídico - 02/2006 a 10/2007
Advogado - 01/2003 a 01/2006
Estagiário - 10/2001 a 12/2002

Duratex S.A.
Estagiário - 11/2000 a 09/2001

Estrela Azul Serviços de Segurança Ltda.
Estagiário - 06/1999 a 10/2000

Veirano Advogados Associados
Estagiário - 03/1998 a 05/1999

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Curso Anual de Direito Administrativo
Sociedade Brasileira de Direito Público

Perspectivas das PPP's no Brasil
Instituto de Estudos Jurídicos e Econômicos

Contratos Comerciais na Prática
Lab SSJ - Laboratório de Negócios

Curso de Direito Societário
Instituto de Advogados de São Paulo

Seminário de Contabilidade Tributária
Braga & Marafon - Consultores e Advogados

IDIOMA

Inglês avançado
Boa compreensão do Espanhol

Aviso nº 120 - C. Civil.

Em 29 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Senhor Wagner de Carvalho Garcia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – As **Mensagens nºs 23 e 24, de 2012**, vão à publicação e serão votadas oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Como o Senador Romero Jucá não está presente, não temos mais oradores inscritos.

Peço desculpas, Senador João Capiberibe.

V. Exª está inscrito e está com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da

Rádio Senado e da TV Senado, preocupa-me muito uma instituição criada neste País chamada impunidade, principalmente quando se investiga o andar de cima da criminalidade. Em geral, terminam impunes. Por isso, volto a lembrar, aqui da tribuna do Senado, que já se passou um ano e seis meses desde a Operação Mãos Limpas.

Exatamente no dia 10 de setembro de 2010, centenas de policiais federais e dezenas de viaturas tomaram as ruas de Macapá e prenderam as principais autoridades do Estado: o Governador Pedro Paulo, a figura nº 1 do Estado; o ex-governador, que acabava de deixar o governo, depois de sete anos e três meses, o

ex-Governador Waldez Góes; a primeira-dama, Marília Góes; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Conselheiro Júlio Miranda; o Prefeito de Macapá, Roberto Góes; o Secretário de Segurança.

A cúpula política do Estado toda foi parar na cadeia naquele 10 de setembro. E um ano e meio depois, a sociedade do Amapá e do Brasil ainda aguarda o resultado dos inquéritos, até porque correm em segredo de justiça; o público não tem acesso ao que foi investigado, às provas ali contidas. E a preocupação é com a prescrição desses crimes.

É assim que a impunidade se implantou no País. Há demora nos processos investigatórios; depois, no julgamento, termina-se levando à prescrição dos crimes e à impunidade.

Por isso, lembro, mais uma vez, ao Ministério Público Federal e ao STJ que é necessário agilizar esses processos, até para que se saiba exatamente quem cometeu os crimes e aqueles que eventualmente não têm nada a ver tenham seu nome limpo nesse processo.

São vários inquéritos. Foi uma megaoperação, talvez a maior operação da Polícia Federal em todos os tempos, neste País.

Dessa operação resultaram vários inquéritos. Entre outros, gostaria de destacar aqui o inquérito que investiga a Assembleia Legislativa do Amapá. Sabe-se que alguns Deputados daquela Casa recebiam por diária de viagem... Em seis meses ou um pouco menos do que isso, alguns Deputados receberam mais de R\$400 mil em diárias. Há, evidentemente, muitas informações contidas nesse inquérito que envolve a Assembleia Legislativa do Amapá.

Na residência de um dos deputados, Deputado Edinho Duarte, que foi preso no dia da operação, estavam R\$250 mil. Ora, mesmo sendo investigado, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Moisés Souza, tomou uma decisão, junto com sua Mesa, de alterar os valores da verba indenizatória, que já era altíssima. Cada Deputado, até junho do ano passado, se não me engano, dispunha de R\$50 mil para as despesas do mandato e posterior prestação de contas.

Nós, Senadores, temos R\$15 mil de verba indenizatória. Quinze mil reais é tudo o que temos e o que podemos gastar, e depois temos que prestar contas. Os Deputados do Amapá, até junho do ano passado, dispunham de R\$50 mil, mas o Presidente Moisés Souza e a sua Mesa elevaram para R\$100 mil!

Isso realmente nos enche de vergonha. As pessoas de bem no Amapá não aceitam esse tipo de situação. Por isso trago a esta tribuna para o Brasil tomar conhecimento. E faço isso, em primeiro lugar, para exigir resposta da Justiça. Em segundo lugar, para

que a sociedade saiba o que está sendo feito com o seu imposto.

A carga tributária do Brasil corresponde a 34%, 35% de tudo aquilo que produzimos. Janeiro, fevereiro, março, abril até 26 de maio do ano passado, tudo o que ganhamos foi para as mãos do Estado. Não é justo que essa energia coletiva, esse esforço coletivo seja concentrado nas mãos de meia dúzia. Que privilégio é esse? Que casta de privilegiados é essa que se julga com direito de se apropriar de recursos públicos dessa forma?

Não satisfeito, o Presidente da Assembleia Legislativa alterou o orçamento de 2012. E fez questão de fazer um levantamento comparativo por Estado, comparando os ex-territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

O Acre, que tem uma população de 746.375 habitantes, gastou com o Legislativo – aí incluído o Tribunal de Contas –, em 2009, R\$114 milhões; o Amapá, com uma população um pouco menor, com 684 mil habitantes, gastou R\$136 milhões; Rondônia, com uma população de 1,5 milhão de habitantes, gastou R\$162 milhões; e Roraima, com uma população de 460 mil habitantes, gastou R\$128 milhões. Há um desequilíbrio, porque as assembleias legislativas desses Estados são exatamente iguais, cada uma delas tem 24 Deputados. Isso foi em 2009.

Em 2010, o Amapá – nem vou citar o Acre, que cresceu de R\$114 milhões para R\$116 milhões, R\$2 milhões apenas de 2009 para 2010 – saiu de R\$136 milhões para R\$184 milhões, ultrapassando Rondônia, que tem 1,5 milhão de habitantes.

Agora, em relação à arrecadação desses Estados, vou citar o caso do Amapá. A arrecadação do Amapá cresceu, de 2009 para 2010, apenas 3,72%. No entanto, os gastos com o Legislativo cresceram 26,7%, ou seja, uma parcela significativa de recursos que poderiam melhorar a infraestrutura de saneamento, de água, de energia do Estado está sendo gasta na manutenção do Poder Legislativo.

Esses dados mostram que há um descontrole nos gastos dessas assembleias. Temos aqui o caso do Amapá e de Roraima, que são muito emblemáticos. No mesmo período, Roraima sai de R\$128 milhões para R\$158 milhões.

Portanto, esses valores repassados à Assembleia Legislativa, além de serem absolutamente exagerados – como é que uma assembleia de 24 Deputados pode justificar gastos mensais da ordem de R\$13 milhões? –, o Presidente da Assembleia deixa de cumprir uma lei fundamental, que é a lei da transparência. A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, no art. 48, *“libera ao pleno conhecimento e acompanhamento*

da sociedade, em tempo real, as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público”.

Quer dizer o seguinte: todas as receitas e todas as despesas devem obrigatoriamente ser colocadas claramente diante dos olhos do contribuinte, mas o Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá não cumpre a Lei e não explica com o que gasta essa fábula. Isso evidentemente provoca uma grande preocupação a todos nós.

A falta de prestação de contas, evidentemente, cria uma enorme desconfiança. Também há investigações da Polícia Federal na Assembleia Legislativa, envolvendo alguns Deputados. Não são todos, é bom que se esclareça. Os Deputados envolvidos nessa investigação são apenas sete a oito dos que compõem hoje a Assembleia Legislativa do Amapá. Mas é fundamental para a sociedade como um todo que saibamos o final dessas investigações e que tenhamos o resultado da Justiça.

Ontem, fiz referência aqui a um projeto de lei para dar transparência aos processos licitatórios, pois vimos, no programa Fantástico, como as empresas fazem os conluíus para ganhar, digamos, as licitações ou os contratos. Há uma reação enorme no País, inclusive a Presidenta Dilma determinou investigações profundas, e houve debates aqui no Senado.

Estou trazendo um projeto de lei para revelar esse segredo de quatro paredes ao conjunto da sociedade. Não é possível mais que as comissões de licitação sejam feitas em salas fechadas, é preciso colocar câmeras a fim de transmitir em tempo real todo o processo licitatório. Além do que, é necessário também, para garantir a concorrência, que não se revelem as empresas que comprem os editais, porque, na hora em que se revelam as empresas que comprem os editais, é muito mais fácil fazer o conluio e viciar a licitação. Então, isso já está no projeto de lei que estamos elaborando.

Outra questão fundamental é que, assim como hoje cada ente público reserva na Internet uma janela para a transparência, dentro dessa janela vamos criar a obrigatoriedade de que haja uma janela de transparência para as licitações públicas.

Todo processo de licitação pública deverá ser revelado em tempo real para o conjunto da sociedade. Para esse projeto de lei peço sugestões e contribuições daqueles que nos ouvem e nos veem, para que possamos fazê-lo tramitar com celeridade nesta Casa e dar transparência a uma questão emblemática, fundamental, que é o processo licitatório. Falta transparência no processo licitatório. Venho pensando nisso há muito tempo, e estamos formatando um projeto de

lei para dar transparência aos processos licitatórios de compras e contratações de serviços públicos.

Sr^a Presidenta, encerro esta minha participação na tribuna conclamando a sociedade brasileira – falei dos estudantes, da UNE, dos diretórios acadêmicos das universidades – a fazer o acompanhamento dos gastos públicos. Nós demos um salto importante. Hoje, todas as universidades públicas têm seu portal de transparência na Controladoria-Geral da República. Você pode entrar no Ministério da Educação, entrar na sua universidade e saber em detalhes dos gastos da sua universidade. É fundamental que os estudantes se mobilizem em suas faculdades e criem comitês de transparência, criem grupos para fazer o acompanhamento dos gastos. Dessa forma, vamos fazer a prevenção, porque o que aparece no portal da transparência são as notas de empenho. A nota de empenho é um compromisso de compra, ainda não foi feita a compra, ainda não foi paga. Então, esses comitês de transparência, que poderão ser organizados nas universidades públicas, nas repartições públicas e nas prefeituras podem evitar, sim, podem controlar a corrupção em nosso País.

É fato que há uma desconfiança generalizada em relação às instituições públicas. Todas as pesquisas, todos os estudos mostram que os brasileiros não confiam em suas instituições. Instituições criadas para fiscalizar o uso correto do dinheiro estão sob desconfiança. Portanto, é hora de a sociedade colocar a mão na massa e aproveitar essas informações que estão disponíveis nos portais.

Existem instituições que resistem à aplicação da lei, como é o caso que acabei de mencionar, da Assembleia Legislativa do Amapá. Estou encaminhando documentos ao Tribunal de Contas do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa exigindo o cumprimento da lei.

Neste País, precisamos, definitivamente, acabar com essa história de que tem lei que pega e tem lei que não pega.

A Lei da Transparência é uma exigência da sociedade e tem que pegar.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Capiberibe.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 16 de abril do corrente, segunda-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Índio.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Romero Jucá e, posteriormente, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta noite, já encerrando os trabalhos, quero saudar todos os que estão nos acompanhando na TV Senado, na Rádio Senado, pelo Twitter, pelo Facebook, enfim, por todos os instrumentos de debate da sociedade, saudar V. Ex^a, o Senador Delcídio, e pedir a palavra para fazer dois registros rápidos.

Primeiro, sobre as reuniões que aconteceram durante o dia de ontem, duas audiências públicas de que participei, duas audiências públicas muito importantes. A primeira delas, audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Delcídio do Amaral, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, que tratou do meu Projeto de Resolução 72, que procura disciplinar a questão do ICMS da importação.

Nós recebemos ontem, em desdobramento da audiência de segunda-feira, empresários, juristas, técnicos que puderam se manifestar, a maioria deles a favor do projeto, alguns com pontos contrários, elevando o debate sobre um tema que é extremamente importante para o Brasil. Nós temos que discutir o que o Brasil está fazendo hoje, vários Estados dando incentivo fiscal para a importação de produtos, criando um diferencial de preço favorável ao produto importado.

Nós encerramos, ontem, as audiências públicas e vamos nos debruçar agora sobre o tema que é relatado pelo Senador Delcídio Amaral na Comissão de Assuntos Econômicos, e pelo Senador Ricardo Ferraço na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós estamos, no Governo, discutindo caminhos para tentar resolver essa questão. Existe a gravidade de alguns Estados que têm mecanismos que arrecadam recursos que são imprescindíveis a esses Estados, entre eles o de V. Ex^a, Presidenta, o Estado de Goiás, Espírito Santo e, principalmente, Santa Catarina. Mas o Governo está aberto – e eu tenho participado dos debates – no sentido de procurar caminhos que possam equacionar essa questão de um lado, na própria legislação e, de outro lado, buscando compensações que possam fazer com que a infraestrutura, a logística desses Estados seja reforçada no intuito exatamente de fazer com que essas importações não cessem seguindo a expectativa negativa desses Estados.

Então, nós tivemos a audiência pública. Eu pude me manifestar favoravelmente ao projeto, defendendo vários pontos importantes para a economia brasileira. Na próxima semana, nós vamos debater tecnicamente e aguardar o relatório do Senador Delcídio na Comissão de Assuntos Econômicos, para exatamente

ter o perfil da solução que vai efetivamente construir um novo mecanismo para as importações brasileiras.

Tivemos também uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde se discutiu o Plano Nacional de Banda Larga para a região Norte do Brasil. A região Norte do Brasil, em 2010, tinha ficado fora do Plano Nacional de Banda Larga. Nós nos manifestamos, nós falamos bastante sobre isso, procuramos o então Ministro das Comunicações e, em 2011, procuramos o Ministro Paulo Bernardo também. O Governo Federal, então, deu a determinação alocando R\$66 milhões para que nós tivéssemos, então, a inclusão da região Norte no Plano Nacional de Banda Larga.

Manifestei-me nessa audiência pública, registrando os avanços da banda larga no Estado de Roraima, graças inclusive à contribuição da Eletronorte, que permitiu a iluminação de uma rede vinda da Venezuela chegando até Roraima. Mas, sem dúvida nenhuma, apesar desse esforço, é preciso fazer mais. A banda larga, no meu Estado de Roraima, ainda é um problema, não chega para todos, tem uma velocidade baixa. Portanto, nós queremos o aumento dos investimentos não só do Governo, mas também das operadoras – ressalte-se a Oi, que é quem administra hoje a banda larga vinda da Venezuela para Roraima. Nós queremos mais investimentos, para que tenhamos a condição de dar à população roraimense o atendimento que nós esperamos e que o resto do Brasil tem.

Então, nós tivemos uma audiência pública bastante importante, com a participação do Dr. Cezar Alvarez, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações. Estivemos com o Dr. Adhemar Palocci também, Diretor da Eletronorte, que nos informou que a Eletronorte está efetivamente nas linhas de transmissão que estão sendo construídas para interligar Tucuruí, Senador Delcídio, até Manaus e de Manaus a Boa Vista. Essa linha já está contratada. Haverá também a ligação de banda larga, haverá a linha para essas ligações nessas linhas de transmissão. Portanto, Roraima passará a contar, quando essa instalação estiver pronta, com duas operadoras diferenciadas, fazendo a banda larga no Estado, gerando concorrência e, portanto, melhorando o atendimento.

O último registro que gostaria de fazer é exatamente sobre o Dia Internacional da Água, que é hoje, quinta-feira. Nós reconhecemos a importância desse tema e registramos que, na minha cidade de Boa Vista, existem mais de cem igarapés urbanos que precisam de proteção. A legislação brasileira hoje já é uma legislação forte, já é uma legislação moderna. Os Senadores que participaram do encontro internacional na França, Jorge Viana e Rollemberg, deram aqui, na tarde de

hoje, o testemunho do projeto que nós temos aqui em tramitação de regulamentação dessa questão da água.

Mas nós precisamos investir mais. É preciso que haja prioridade na alocação de recursos para que tenhamos condição de manter e de cuidar dos nossos mananciais. A Amazônia é um grande receptor de águas no mundo. Nós temos que ter atenção com as águas de todo o Brasil e, em especial, com as águas da Amazônia e do meu Estado de Roraima.

Portanto, fica aqui o nosso registro, aplaudindo a legislação que o Brasil tem, mas registrando a importância, a necessidade de se alocar mais recursos para que a política de proteção às águas seja, efetivamente, colocada em funcionamento aqui em nosso País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Romero Jucá.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Romero Jucá, quero, já no final do dia, um dia bastante intenso, em que tivemos muitas audiências públicas, uma delas presidida por V. Ex^a, na Comissão de Infraestrutura, falar sobre alguns assuntos que eu não poderia deixar de destacar, especificamente sobre as duas audiências públicas que realizamos em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, tratando do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de autoria do Senador Romero Jucá, projeto esse que tenho a honra de ser o relator, na Comissão de Assuntos Econômicos – e, na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Ferraço é o relator.

Conforme ajustado, conforme acordado, nós realizamos essas duas audiências públicas, uma na terça-feira e outra na quarta-feira, Casa cheia, muita gente, belíssimas exposições. A audiência pública de terça-feira mais voltada para os governadores; o Governador de Goiás, o Estado de V. Ex^a; o Governador do Espírito Santo, o Governador Casagrande; o Governador de Santa Catarina, o Governador Colombo; o Vice-Governador do Pará. E nós tivemos uma oportunidade muito boa de debater este tema e, ao mesmo tempo, ouvir as preocupações dos governadores.

Estive com alguns governadores, na segunda-feira, em reunião com o Ministro Guido Mantega, porque o Governo também está preocupado em buscar compensações para os Estados que possam vir a ser prejudicados com a aprovação do Projeto de Resolução nº 72.

E ontem nós fizemos a segunda audiência pública. Foi uma audiência pública mais técnica, foi uma audiência pública na qual nós ouvimos muitas associa-

ções. V. Ex^a estava presente também, os empresários, os industriais e também o lado jurídico do Projeto de Resolução do Senado nº 72.

Evidentemente, as audiências públicas são feitas para esclarecer os Senadores, para que tenhamos um conhecimento melhor da matéria, um conhecimento melhor dos problemas e o que representa este Projeto de Resolução 72 para o nosso País.

Ontem foi uma discussão, como eu disse, mais aprofundada, com mais números e dentro de uma leitura mais ampla não só de país, de vários segmentos industriais, mas vis-à-vis também com um processo de competição agressivo que nós efetivamente vivenciamos. E o importante é que o PRS 72 é um primeiro passo, Senadora Lúcia Vânia e Senador Romero Jucá.

Nós temos muitos passos a percorrer para garantir a eficiência e a competitividade da produção brasileira, da indústria brasileira.

Nós temos discussões polêmicas, difíceis, desoneração da folha, custo de energia, a carga tributária, o próprio câmbio que hoje tem um papel importante nessas trocas comerciais e no custo final dos nossos produtos, a questão da logística.

Ontem, o ponto forte da audiência pública foi quando aflorou uma discussão mais ampla, e o PRS 72 é um pedaço de um grande universo de discussões que, efetivamente, nós vamos ter de fazer na Comissão de Infraestrutura, que V. Ex^a preside, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque o Brasil precisa ter competitividade, precisa ter eficiência, precisa ter custos menores. O Brasil é hoje um país caro, por uma série de razões que não vou me estender, mas a realidade é que, se nós não fizermos uma discussão clara sobre essas questões, se nós não tomarmos providências, haverá riscos.

O papel nosso aqui é proteger o nosso País com relação a riscos que, naturalmente, a nossa economia possa vir a enfrentar, em função dessas ocasiões todas que eu acabei de elencar.

Foram duas audiências muito boas. Uma com viés político maior e outra com viés mais empresarial, com mais numerologia e numa leitura, efetivamente, de competição de país, sem falar no contexto jurídico.

Nós tivemos condição de ouvir opiniões dos dois lados, da constitucionalidade e da não constitucionalidade do PRS 72.

Nós agora temos novas tarefas pela frente, Senador Romero Jucá. Como V. Ex^a mesmo disse.

Nós temos pela frente, agora, a apresentação dos relatórios.

Ontem o Senador Ferraço, na audiência pública, disse que iria apresentar a sua posição em relação ao PRS 72, que estaria espelhada no relatório que iria

apresentar na Comissão de Constituição e Justiça, muito bem comandada pelo Senador Eunício Oliveira. E, conseqüentemente, vou começar a trabalhar também no meu relatório, fruto de tudo aquilo que foi discutido, acordado.

Na reunião com os governadores, na segunda-feira, o Ministro Guido marcou uma nova reunião para hoje, quando o Governo estuda formas de compensação, não só de investimentos em logística, em projetos industriais, mas também na antecipação de *royalties*, que é uma proposta que surgiu na primeira reunião, na reunião de segunda-feira, com o Governador Casagrande.

Portanto, acho que há boa vontade no sentido de se buscar uma solução. E uma solução não só focada naqueles Estados que podem ter algum prejuízo, mas uma solução que seja boa para o Brasil.

Como disse o Dr. Jorge Gerdau, ontem, o PRS 72 é o primeiro passo, Senador Romero, para uma série de mudanças. E, sem dúvida nenhuma, não podemos ficar omissos com a velocidade com que o mundo caminha, com as dificuldades econômicas, com a competição. Temos que nos movimentar.

É importante registrar que, ao longo dessas discussões, ficou muito claro também como prioridade do Governo, Senador Romero Jucá, outros projetos. O Projeto do Comércio Eletrônico, o *e-commerce*. Vi hoje o Senador Walter Pinheiro falar – estava acompanhando pela televisão, recebendo algumas pessoas no meu gabinete – que o comércio eletrônico chegou, no passado, a R\$18 bilhões.

Nós que somos de Estados que, pelo menos até agora, não prestamos esse tipo de serviço, vemos o ICMS dessas vendas se concentrando em dois Estados, talvez três Estados brasileiros. Isso é o objeto obscuro do desejo de todos os Secretários de Fazenda do Brasil.

Tive a oportunidade de apresentar esse projeto do *e-commerce*. Acabei de me reunir com o Senador Renan, que é o relator na Comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto é fundamental, porque trará benefícios imediatos para todos os Estados brasileiros. E a nossa proposta é uma proposta ousada.

A proposta do Governo é dividir meio a meio o ICMS e a nossa proposta é mais agressiva: ficar 70% onde está o comprador e o vendedor ficar com 30%. Essa é uma pauta vigorosa, uma pauta importante, e temos que aproveitar. É uma PEC e precisamos aproveitar essa oportunidade.

Fizemos uma PEC até porque esse assunto está totalmente, Senador Romero... V. Ex^a falou agora da banda larga no Norte do Brasil, em Roraima, dos projetos de energia que V. Ex^a conhece como ninguém. Sofremos juntos anos e anos atrás. O *e-commerce* é

um projeto fundamental para o País, e acredito que o Senado rapidamente vai analisar esse projeto, porque é desejo de todos os Estados brasileiros.

Outro projeto também que não poderia deixar de destacar é o projeto de correção das dívidas dos Estados. Não podemos mais conviver com essa realidade. O meu Estado paga, paga, paga dívida e hoje fomos surpreendidos com a manchete nos jornais de que a nossa dívida está em R\$7 bilhões. Ela não baixa nunca! Ela não reduz nunca! Até quando vamos viver dentro dessa realidade? O Governo está acenando com a possibilidade de convivermos com outra realidade no que se refere ao pagamento da dívida dos Estados.

Então, esse projeto também é relevante e está na Comissão de Assuntos Econômicos e, sem dúvida nenhuma, temos total interesse em pautá-lo porque, com isso, ajudaremos os governadores, ajudaremos os Estados, porque aí vai sobrar mais dinheiro para investir em saúde, para investir em educação, para investir em infraestrutura, que é o objetivo de todos os governadores.

Tenho a honra de receber um aparte do Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PMDB – RR) – Senador Delcídio, queria dar este aparte exatamente na mesma direção de V. Ex^a, apoiando os projetos que V. Ex^a nomeou, um de sua autoria, que trata do comércio eletrônico. Temos que resolver essa questão, as lojas no Brasil estão fechando, estão virando apenas terminal de computador para que alguns Estados brasileiros vendam, através do comércio eletrônico, para nossos Estados. A arrecadação está caindo, está havendo desemprego no comércio exatamente por conta dessa questão. Então, V. Ex^a fez um projeto, o Senador Renan é relator dessa PEC e precisamos pautá-la com prioridade. Quero aqui registrar o meu apoio a esse projeto, como quero registrar o meu apoio para dizer que a Bancada do PMDB já se manifestou sobre isso, exatamente sobre a questão da mudança do indexador da dívida dos Estados. É outra questão que é injusta para os Estados. Os indexadores que hoje regulam as dívidas não fazem mais justiça ao momento econômico que nós estamos vivendo. Enquanto nós tínhamos taxas Selic de 20%, 25%, o IGPD-I mais 6% ou mais 9%, dependendo do Estado... Já era uma taxa alta, mas agora, com a taxa Selic em um dígito, sem dúvida nenhuma, nós estamos vivendo um momento de extrema penalização para os Estados brasileiros. V. Ex^a falou do caso do Mato Grosso e essa é uma verdade para todos os Estados. Paga-se uma fortuna de serviço da dívida e, quando se chega ao final do ano, a dívida é maior do que quando começou o ano. Então, na verdade, isso não pode continuar desse jeito. Eu

queria registrar também o meu posicionamento favorável a essa matéria e dizer que esses temas econômicos são muito importantes neste semestre. Nós já estamos no final de março, nós temos a questão da Resolução nº 72, que precisamos votar rapidamente. V. Exª falou dessa questão do comércio eletrônico. Nós temos a questão da dívida dos Estados e temos um outro desafio também, que são os índices do Fundo de Participação dos Estados, que nós temos que votar este ano, porque, no final do ano, o fundo atual, os índices atuais, perdem a validade por decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, nós temos aí vários assuntos para que, neste semestre, o Senado se debruce e vote, porque, no caso do FPE e dessas outras matérias, nós temos que ouvir a Câmara dos Deputados ainda. Esses projetos de que V. Exªs estão falando, tirando a Resolução nº 72, que é um projeto específico do Senado, todos eles são oriundos do Senado e precisam ainda ser tratados na Câmara dos Deputados, e precisam ser tratados com urgência. Então, realmente nós temos aí um calendário bastante apertado e uma pauta que é emergencial para a economia brasileira nos dias de hoje. Então, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e quero dizer aqui que apoio incontinenti todas as questões que V. Exª registrou.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Romero. É muito pertinente o comentário de V. Exª com relação ao FPE, que é outro desafio grande. E nós temos que aprovar o novo FPE ainda este ano. Em função do próprio julgamento do STF, nós temos que nos debruçar sobre esse assunto para que ele tenha validade a partir de 1º de janeiro de 2013. Portanto, é uma pauta difícil, com exceção do Projeto de Resolução nº 72, como disse o Senador Romero Jucá.

Os outros vão ter que passar na Câmara. Então, nós temos aí pouco tempo, em um ano atípico, porque nós temos eleições. Veja a complexidade da nossa agenda, especialmente neste primeiro semestre, aqui no Senado e na Câmara também. Então, nós temos que trabalhar duro, como disse muito bem o Senador Romero Jucá. Essa é uma pauta emergencial, é uma pauta fundamental para o Brasil, e nós temos que trabalhar intensamente nisso.

Eu não poderia deixar de destacar, também, Senador Romero, que nós vamos votar na terça-feira a previdência dos novos funcionários, do funcionalismo público, os futuros, porque esse também é um problema que preocupa, e a Presidenta Dilma foi muito... O Governo encaminhou um projeto que é fundamental. O Senador Romero foi Ministro da Previdência e sabe da importância desse projeto também. E nós estamos

pautando isso para terça-feira próxima, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, eu entendo, minha cara Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, que nós temos aí essa agenda mínima, na qual vamos gastar muito tempo e, ao mesmo tempo, nós temos que analisar tudo isso com agilidade, porque o Brasil, a população brasileira exige de todos nós isso.

Hoje, também, conversando com o Senador Walter Pinheiro, Líder do meu partido, falamos um pouco sobre essa questão do pacto federativo e da necessidade, Senador Romero, de fazer essas discussões nas comissões permanentes, independentemente dessa comissão especial, de notáveis, enfim, seja lá qual for o nome que essa comissão venha a ter. Nós entendemos que os debates importantes do pacto federativo nós precisamos fazer nas comissões. E fazer um debate amplo naquilo que tange a área econômica, naquilo que tange a área de infraestrutura, naquilo que tange a área social, jurídica, enfim, toda essa inter-relação, esse imbricamento que existe nesses vários segmentos econômicos e sociais do País, federativos, os Poderes. Então, nós já temos aprovado, muito antes dessa comissão de notáveis, um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, para uma discussão do pacto federativo, e pretendemos apresentar uma proposta ampla com a participação de várias comissões, até porque os temas são interligados, para fazermos debates, por exemplo, às quintas-feiras pela manhã, aqui, no plenário, chamando representantes da sociedade, chamando o empresariado, enfim, para apresentar um documento, um trabalho intenso das comissões, mas olhando lá na frente. Portanto, temos uma pauta de médio prazo, de curtíssimo prazo e uma de médio e longo prazo, e acho que temos que enfrentar essa agenda porque é fundamental para o Brasil. E não tenho dúvida nenhuma, os Senadores e Senadoras, com a serenidade que têm, o equilíbrio, a experiência, não vão faltar nesse momento, em que, acima de tudo, o Brasil precisa ousar, e a ousadia tem que nascer aqui, no Senado Federal, a Casa da Federação.

Quero agradecer a V. Exª pela paciência, pela tolerância e também aproveitar para cumprimentar o Senador Romero Jucá por este trabalho sempre competente aqui na nossa Casa, o Senado Federal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e o cumprimento pela oportunidade do seu discurso.

Quero estender os cumprimentos também ao Senador Romero Jucá pelo projeto de que é autor e que, sem dúvida nenhuma, será motivo de muita atenção nossa nesta semana que entra. A Resolução nº 72 é

importante para o Brasil e, sem dúvida nenhuma, preocupa muito os Estados de Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo. Mas, conhecendo a experiência de V. Ex^a e a habilidade para tratar dos diversos assuntos, temos certeza de que vamos ter um bom resultado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Sr. Senador Romero Jucá. enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, registro o recebimento de belíssima publicação do Ministério do Meio Ambiente sobre o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) para o ano de 2012.

Instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006) com o objetivo de descrever as áreas florestais públicas a serem submetidas a processo de concessão no ano vindouro, o PAOF surge como um valioso instrumento de planejamento das ações da União para a produção florestal sustentável.

Por meio de concessão onerosa de florestas públicas naturais ou plantadas, o Plano permite um melhor gerenciamento dessas áreas para a exploração de recursos madeireiros ou de serviços. Nesse processo, o Plano contempla a participação direta da sociedade na sua elaboração, promovendo reuniões técnicas, audiências e consultas públicas pela internet para subsidiar a elaboração final do documento.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que o PAOF 2012 foi elaborado sob estrita colaboração e alinhamento com outras políticas públicas da União, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Feito com base nos números do Cadastro Oficial de Florestas Públicas, que em abril de 2011 registrava aproximadamente 286 milhões de hectares de flores-

tas cadastradas, o PAOF estabelece os critérios de acessibilidade ao processo de concessão por parte de pessoas jurídicas, estabelecendo parâmetros para a definição do tamanho das unidades de manejo e considerando as particularidades e especificidades de cada região do Brasil.

Apesar de se localizar, em sua grande maioria (93%), no Bioma Amazônico, essas áreas florestais estão espalhadas pelos quatro cantos do País.

Foram, no total, 213 milhões de hectares de florestas públicas federais avaliadas para a possibilidade de concessão, observando-se os critérios, requisitos e impedimentos legais. Após esse processo, apenas pouco mais de 2% dessa área total se tornou elegível para o processo, ou 4,4 milhões de hectares de áreas florestais, excetuando as reservas indígenas, unidades de proteção integral e de uso comunitário.

Para alcançar o seu objetivo final, Sr. Presidente, o PAOF 2012 avalia finalmente a demanda por produtos florestais, evidenciando a sinergia existente entre a política florestal e as demais políticas setoriais de desenvolvimento e aplicação econômica.

Por tudo isso, entendo ser de destacado valor a publicação do Ministério do Meio Ambiente sobre o Plano Anual de Outorga Florestal, mostrando para toda a sociedade o planejamento público para o setor e as boas políticas desenvolvidas para melhorar o gerenciamento de seus recursos, sempre de maneira sustentável e responsável.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Demóstenes Torres (DEM) ⁽³⁾	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello ⁽²⁾
PR	
Senador Blairo Maggi ⁽⁴⁾	1. Senador Vicentinho Alves ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,27,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Antonio Russo (27,28,29)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Antonio Russo ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(35,36)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,17,21,27)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁸⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. João Ribeiro ^(20,22,37,38)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDDB).

28. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDDB).

29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

36. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).

37. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

38. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,31)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Antonio Russo ^(39,40)
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSD PSOL (38)

Kátia Abreu (PSD) (35,37)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,9,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,13)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁸⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).

11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
PTB	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(11,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,30)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. João Ribeiro ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
 10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
 11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
 12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁴⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
 21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
 23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽³⁾

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽²⁰⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,6)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,7)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²¹⁾	
Alfredo Nascimento ^(25,34,35)	1. Blairo Maggi ⁽²⁵⁾
PSD PSOL ⁽³¹⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³³⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²²⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽⁹⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Lauro Antonio (SE) ^(8,14)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Lauro Antonio (SE) ^(11,20)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,21)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO (15)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (14)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO (7)
PT
VAGO (9)
PSDB
VAGO (11)
PTB
VAGO (10)
DEM
VAGO (8)
PR
VAGO (12)
PP
VAGO (6)
PDT
PSB
VAGO (13)
PC DO B
VAGO (2)
PSOL
VAGO (16,18)
PRB
VAGO (1,19)
PSC
VAGO (5,17)
PPS

PMN
VAGO (4)
PV
VAGO (3)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

Atualização: 20/03/2012

Telefone(s): Fax:

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
vago ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1. Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

Edição de hoje: 270 páginas
(OS: 10922/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

